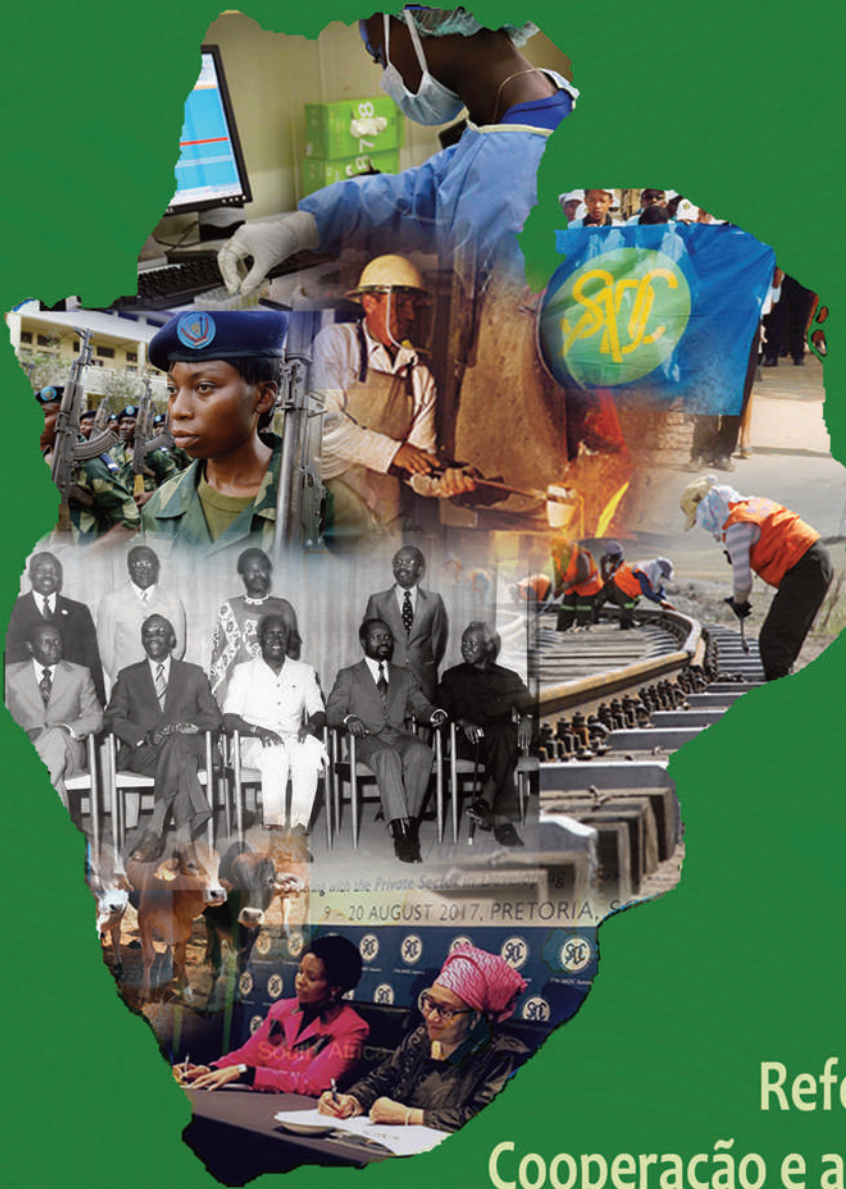




40^a
Aniversário
1980 - 2020

40 anos da SADC



Reforçando a
Cooperação e a Integração Regional





40^o
Aniversário
1980 - 2020

40 anos da SADC



Reforçando a
Cooperação e a Integração Regional





Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADC House, Plot No. 54385 Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848 / 318 1070 Website www.sadc.int
Email prinfo@sadc.int or registry@sadc.int or webmaster@sadc.int

© SADC 2020

ISBN 978-99968-913-0-4

Todos os direitos são reservados. O conteúdo deste livro pode ser citado com o devido consentimento dos autores e proprietários da publicação, mas não pode ser reproduzido, parcial ou integralmente, sem a permissão dos detentores dos direitos autorais.

Citação: SADC 2020. *40 Anos da SADC: Reforçando a Cooperação e Integração Regional*. SADC, Gaborone

Produzido para a SADC por:
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 242 791 141 Email sardc@sardc.net Website www.sardc.net

A designação de entidades geográficas, a utilização de quaisquer nomes nesta publicação e a apresentação do material não implicam necessariamente a expressão de qualquer opinião por parte da SADC e do SARDC relativa ao estatuto legal de qualquer país ou território ou área da sua autoridade, ou a delimitação das suas fronteiras ou limites.

1 REGIÃO, 16 NAÇÕES TRABALHANDO RUMO A UM FUTURO COMUM

www..sadc.int  [sadc_secretariat](https://www.instagram.com/sadc_secretariat)  [facebook.com/sadc.int](https://www.facebook.com/sadc.int)

 [@SADC_News](https://twitter.com/SADC_News)  prinfo@sadc.int  [youtube.com/sadc.int](https://www.youtube.com/sadc.int)

 ANGOLA	 BOTSWANA	 UNIÃO DAS COMORES	 REPÚBLICA DEMOCRATIQUE DU CONGO	 ESWATINI	 LESOTHO	 MADAGÁSCAR	 MALAWI
 MAURÍCIAS	 MOÇAMBIQUE	 NAMÍBIA	 SEYCHELLES	 ÁFRICA DO SUL	 RÉPUBLIQUE UNIE DE TANZANIE	 ZÂMBIA	 ZIMBABWE

PREÂMBULO

O ano de 2020 marca o 40º aniversário da Declaração de Lusaka intitulada *África Austral: Rumo à Libertação Económica*, e da Cimeira inaugural de nove países que criaram a Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC) a 1 de Abril de 1980, a predecessora da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Os líderes ou representantes de Angola, Botswana, Reino de Eswatini, Reino do Lesoto, Malawi, Moçambique, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe reuniram-se no Centro de Conferências Mulungushi, em Lusaka, Zâmbia, para traçar uma visão para a África Austral, uma visão que tem guiado o desenvolvimento e o progresso da região nos últimos 40 anos, e se espera que molde o destino das gerações actuais e futuras.

Impulsionada pelo forte desejo dos fundadores da SADC de ver a África Austral alcançar a emancipação política e o desenvolvimento económico, a região fez progressos significativos no avanço da cooperação e integração regional. Uma das primeiras conquistas notáveis foi a solidariedade demonstrada pela região ao defender a campanha global contra o então regime de apartheid na África do Sul. O ponto culminante dessa pressão levou ao colapso do sistema de apartheid e à independência da Namíbia em 1990 e da África do Sul em 1994. Então nos tornamos inteiros como uma região, com o retorno da nossa independência e dos direitos humanos.

Como região, temos o orgulho de dizer que fizemos um progresso significativo no fortalecimento dos nossos esforços para integrar as nossas economias e promover a paz e a segurança, e decidimos homenagear os nossos fundadores e agradecê-los pela sua visão, dedicação, coragem e valores, que herdamos. Como a actual geração de líderes, queremos consolidar a sua visão, valores e realizações, e garantir que deixemos uma região unida e próspera para as próximas gerações, para que a Juventude de hoje possa fortalecer a integração da região e do continente, e expandir as conquistas daqui para a frente, usando as suas próprias inovações e tecnologias.

Vamos legar-lhes um ambiente tranquilo para viver. Uma grande conquista alcançada nos últimos 40 anos foi a capacidade da SADC de permanecer pacífica, graças aos esforços das mulheres e homens que protegem as nossas fronteiras contra a agressão interna e externa e contra as actividades criminosas, bem como a forte liderança política fornecida pelo Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança. Munida com o nosso conhecimento íntimo dos desenvolvimentos históricos em toda a região, a SADC tomou a liderança sempre que surgiram desafios políticos nos Estados Membros.

Estas intervenções oportunas ajudaram a conter as tensões em situações que, de outra forma, poderiam ter piorado. Os resultados da nossa cooperação regional são muito visíveis, especialmente no domínio da paz e segurança, que fornece a base para as actividades económicas, e no desenvolvimento de infra-estruturas, transporte e comunicações, democracia e direitos humanos. Ao longo da década de 1980, estivemos em guerra com o apartheid da África do Sul, que usou o poderio militar e a pressão económica para impedir e destruir o progresso dos países vizinhos. Não podíamos comunicar directamente uns com os outros porque as linhas telefónicas passavam pela Europa, não podíamos viajar livremente pela região ou conduzir o comércio porque as nossas infra-estruturas e a indústria tinham sido destruídas ou danificadas. O custo económico e a perda de vidas humanas foram de uma magnitude inimaginável. Estar onde estamos hoje é um desenvolvimento milagroso.

Além da nossa contribuição para a libertação política, a transição da SADCC para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992 ocorrida numa Cimeira realizada na Namíbia independente, marcou uma conquista significativa quando assinamos o Tratado e a Declaração da SADC para avançarmos além da coordenação de actividades para nos tornar uma comunidade económica regional.

A antecipação da industrialização na agenda de integração económica, através da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063, que foi adoptada em 2015 em Harare, Zimbabwe, é mais um exemplo da determinação da região em integrar as suas economias e reivindicar o seu lugar de direito dentro a economia global. Embora dotada de algumas das mais ricas reservas de minerais do mundo e de outros recursos naturais, ironicamente até recentemente a região era importadora de produtos processados porque a maior parte dos nossos recursos era exportada em forma bruta. Foi, portanto, uma ocasião importante quando tomamos a decisão em 2015 de garantir que extraíssemos o máximo de benefícios dos nossos recursos naturais, garantindo que haja o aproveitamento do valor acrescentado antes de serem exportados. Isso garantiria que a região recebesse uma parcela maior dos benefícios socioeconómicos que advêm dos recursos.



Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique
Presidente da SADC

Os nossos sucessos foram alcançados em grande medida porque começamos a mobilizar todos os recursos humanos produtivos para trabalharem juntos e a envolver activamente as perspectivas de homens e mulheres, jovens e pessoas com deficiência para desempenharem a sua parte no desenvolvimento regional. Diz-se que “as mulheres sustentam metade do céu” e precisamos garantir que somos iguais nesse aspecto. Um dos nossos sucessos é o nosso avanço constante em direcção à igualdade de género, com mais mulheres activamente engajadas na tomada de decisões a todos os níveis nos sectores público e privado, embora ainda tenhamos que enfrentar o sério desafio dos múltiplos papéis esperados das mulheres, no parlamento e no Governo, nos negócios, na família e como educadoras. Temos que trabalhar juntos para melhorar essas oportunidades e condições de trabalho, para que o trabalho de todas as partes da nossa sociedade seja respeitado e para valorizar a participação e o trabalho não remunerado.

Neste nosso 40º ano, um novo inimigo lançou um ataque surpresa à comunidade global, incluindo a África Austral, designadamente o coronavírus que causa a COVID-19. Como Estados Membros da SADC, temos trabalhado juntos para enfrentar esta doença e manter a população segura nesta região. A nossa 40ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC foi realizada virtualmente pela primeira vez nos nossos 40 anos de história devido aos desafios colocados pela doença. Como região, continuamos vigilantes e determinados em conter a sua propagação e mitigar os seus impactos negativos nas nossas economias e na subsistência dos nossos cidadãos.

Na frente continental, a SADC distinguiu-se como um dos principais blocos de construção da Comunidade Económica Africana visada. Juntamente com os seus parceiros tripartidos, nomeadamente o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), a SADC tem mostrado o que pode ser alcançado quando as diferentes Comunidades Económicas Regionais (CER) trabalham juntas. Não foi uma conquista pequena quando COMESA-EAC-SADC lançaram a Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) em 2015. Foi, portanto, com grande orgulho que a ZCLT foi considerada um dos pilares da Zona de Comércio Livre Continental Africana que foi lançada em Maio de 2019.

A SADC também se orgulha por permanecer estável e pacífica durante todos esses anos. A SADC está entre as primeiras CERs africanas a estabelecer uma força regional em estado de alerta. A Força em Estado de Alerta da SADC foi formalmente estabelecida em 2007, constituída pelas componentes militar, da polícia e civil para participar em missões de apoio à paz. A força atingiu o estágio de Capacidade Operacional Plena em Julho de 2016 e tem feito progressos na sua preparação para desempenhar o seu papel distinto na arquitetura de paz e segurança regional e continental. A este respeito, a SADC foi a região líder da Força em Estado de Alerta Africana para o período de Janeiro a Junho de 2019, pronta para ser enviada para qualquer parte do continente em caso de necessidade, conforme decidido pela União Africana.

O propósito desta publicação é destacar as realizações e os marcos alcançados pela SADC desde a criação da organização regional há 40 anos. O objectivo é mostrar o quanto temos avançado como região, com foco em como a integração regional tem beneficiado os cidadãos, promovendo assim uma maior consciencialização e participação do povo da região e das suas instituições no processo de desenvolvimento e integração regional.

À medida que avançamos, a SADC consolidará estas realizações, através da implementação da Visão 2050 da SADC, a ser operacionalizada pelo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030.

Gostaria de agradecer aos Estados Membros da SADC pela sua visão, e ao Secretariado da SADC e seus parceiros pelos seus esforços na produção desta importante publicação que documenta a nossa jornada e nos lembra de onde viemos e para onde vamos, como uma região na parte austral de África que está determinada a dar um contributo significativo para a União Africana e a sua *Agenda 2063 - A África que Queremos*.



Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique
Presidente da SADC, Agosto de 2020-Agosto de 2021

PREFÁCIO

A Região da África Austral cresceu e se transformou nos últimos 40 anos, e as pessoas da região cresceram e se transformaram com ela. Deixou de ser uma organização modesta conhecida como Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em Abril de 1980, composta por nove Estados Membros fundadores independentes, nomeadamente Angola, Botswana, Reino de Eswatini, Reino do Lesoto, Malawi, Moçambique, República Unida do Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, para se tornar em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), criada em 1992. Ela se expandiu para se tornar um dos principais blocos de construção da desejada Comunidade Económica Africana, sob a União Africana. A SADC agora é composta por 16 das economias em rápido crescimento do continente - Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Desde a sua criação em 1992, a SADC adoptou vários programas para promover a integração regional e gerar riqueza e prosperidade para o povo da África Austral. A este respeito, a Industrialização, o Comércio e a Integração do Mercado, o Desenvolvimento de Infra-estruturas, a Segurança Alimentar, o Desenvolvimento Social e Humano, e a Paz e Segurança têm impulsionado o Programa de Acção da SADC.

Os principais objectivos da SADC são alcançar o desenvolvimento, a paz e a segurança e o crescimento económico, para aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar as pessoas socialmente desfavorecidas através da integração regional, construída sobre princípios democráticos e de desenvolvimento equitativo e sustentável.

Um total de 33 protocolos regionais cobrindo várias áreas de cooperação foram assinados desde a transformação da SADC de uma Conferência de Coordenação para uma Comunidade em 1992. Após a assinatura da Declaração e do Tratado da SADC em 1992, a região demonstrou o seu compromisso com uma integração mais profunda através da adopção de planos estratégicos como o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2010-2020; O Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança 2010-2020; a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063; a Política Agrícola Regional da SADC 2015; e o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC 2012. O Tratado que estabelece a SADC e estes Protocolos, Políticas e Estratégias estabeleceram uma base legal e institucional sólida para promover a cooperação regional.

A Agenda Comum da SADC é conduzida por instituições bem estabelecidas que estão previstas no Tratado da SADC, compreendendo a Cimeira, o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e em Segurança, Conselho de Ministros, os Comitês e os Clusters Ministeriais, o Comité Permanente dos Altos Funcionários e o Secretariado da SADC. Através destas instituições, os Estados Membros da SADC têm defendido a agenda de integração regional da SADC em prol do propósito e benefício comum da população da região.

Num momento em que a SADC celebra o seu 40^o aniversário em 2020, pensámos ser necessário partilhar reflexões sobre o caminho que a região percorreu nos últimos 40 anos. Portanto, o objectivo desta publicação é documentar as conquistas feitas pela SADC desde 1980, ao mesmo tempo que celebra as contribuições feitas pelos vários líderes e funcionários que lideraram a nossa família regional de nações. Procura promover a consciência e uma melhor compreensão da comunidade de desenvolvimento regional da SADC que é a nossa casa, e sobre os marcos históricos alcançados rumo a um futuro compartilhado dentro de uma comunidade regional.



Dra. Stergomena Lawrence Tax
Secretária Executiva da SADC



Esta publicação pretende servir como uma memória institucional que reflecta o caminho percorrido pela organização, documentando as etapas, os objectivos e as conquistas de cada etapa e os marcos alcançados sob a liderança de cada um dos dirigentes que serviu a organização.

Esperamos que a publicação inculque na população da região da SADC um maior zelo por levar adiante a tocha que foi acesa pelos Fundadores - Presidente José Eduardo dos Santos, de Angola; Presidente Seretse Khama, do Botswana; Príncipe Mabandla Dlamini, Primeiro Ministro do Reino de Eswatini; S.Ex.^a Mooki Vitus Molapo, Ministro do Comércio e Turismo do Reino do Lesoto; S.Ex.^a Dick Matenje, representante do Presidente Hastings Kamuzu Banda, do Malawi; Presidente Samora Moisés Machel, de Moçambique; Presidente Julius Kambarage Nyerere, da República Unida da Tanzânia, Presidente Kenneth David Kaunda, da Zâmbia; e o Primeiro-ministro indicado, Robert Gabriel Mugabe, do Zimbabwe - quando se encontraram no Centro de Conferências Mulungushi, em Lusaka, na Zâmbia, naquela manhã histórica do 1º de Abril de 1980.

Esperamos que esta publicação encoraje mais acções e debates colectivos para a implementação eficaz da agenda de integração regional da SADC, para o benefício dos nossos cidadãos e a prosperidade das nossas economias individuais, bem como da economia regional, à medida que avançamos no rápido ambiente mutável e por vezes complexo em que operamos. As lições aprendidas e as melhores práticas recolhidas devem inspirar-nos a todos no sentido de cumprir os sonhos e os ideais dos Fundadores da SADC e as expectativas da Juventude de hoje.

Gostaria de agradecer a todos os Estados Membros da SADC pelo seu apoio e contribuições para esta publicação. Agradeço também aos nossos parceiros de conhecimento, o Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC) por viajar connosco nesta jornada, reunindo a informação e produzindo este importante livro que documenta a história da nossa região, desde a SADCC até à SADC.



Dra. Stergomena Lawrence Tax
Secretária Executiva da SADC

CONTEÚDO

PREÂMBULO	iii
PREFÁCIO	v
CONTEÚDO	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 ÁFRICA AUSTRAL RUMO À LIBERTAÇÃO ECONÓMICA	9
1.1 Introdução: A Situação na Época, África Austral em 1980	9
1.2 A Situação na Primeira Década	11
1.3 A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral	14
1.4 Tratado e Transformação da SADC	22
1.5 A Jornada Rumo à Integração Económica e ao Desenvolvimento	25
CAPÍTULO 2 TRANSFORMANDO A SADC - AS PRINCIPAIS DECISÕES	27
Introdução	27
2.1 Os Anos de Formação 1980-1992	27
2.2 Desenvolvimentos Pós-1992	33
CAPÍTULO 3 AS INSTITUIÇÕES DA SADC	83
Introdução	83
3.1 Arranjos Institucionais em Anos de Formação	83
3.2 Reformas Institucionais	86
3.3 Presidentes da SADC	91
3.4 Liderança do Secretariado da SADC	93
CAPÍTULO 4 REALIZAÇÕES NOS SECTORES SOCIOECONÓMICOS	61
Introdução	61
4.1 Contexto histórico do RISDP	97
4.2 Objectivos e prioridades do RISDP por pilar e sector	98
CAPÍTULO 5 REALIZAÇÕES NA PAZ E SEGURANÇA	132
Introdução	132
5.1 Contexto histórico	132
5.2 Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança	133
5.3 Protocolo sobre Política, Defesa e Segurança	135
5.4 Aviso Prévio e Acção Antecipada - Mediação, Manutenção da paz e Treinamento	137
5.5 Força de Prontidão da SADC e Força de Prontidão Africana	138
5.6 Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo	139
5.7 Estratégia Regional sobre Mulheres, Paz e Segurança	139
5.8 Princípios e directrizes que regem as eleições democráticas	140
5.9 Mecanismo de Preparação e Resposta a Desastres	140
5.10 Cooperação transfronteiriça no policiamento	140
5.11 Uma Fundação de Paz, Segurança e Boa Governança para a Visão 2050	141
CAPÍTULO 6 CONCLUSÃO	142
6.1 Principais Lições, Observações e Considerações de Política	144
6.2 Visão da SADC 2050	146
Agradecimentos	147
Referências	148
Acrónimos	159
Anexos Protocolos, Declarações, Cartas, MOUs, e Acordos da SADC assinados entre 1992-2020	151

LISTA DE MAPAS, CAIXAS, TABELAS E FIGURAS

MAPAS

Mapa 1.1	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral desde 1980	8
----------	--	---

CAIXAS

Caixa 1.1	Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, uma arma de liberdade	12
Caixa 1.2	“Quando a guerra não é uma guerra?”	14
Caixa 1.3	Dia da Libertação da África Austral	15
Caixa 1.4	A Declaração de Harare e além	21
Caixa 1.5	Estados da Linha da Frente - <i>missão cumprida</i>	24
Caixa 1.6	Projecto Hashim Mbita para a SADC - <i>Lutas de Libertação da África Austral</i>	24
Caixa 1.7	“Entre as coisas boas, mas geralmente não relatadas de África, está a Comunidade para o	26
Caixa 3.1	Conferência Anual com as Agências de Desenvolvimento	85
Caixa 5.1	Princípios e Objectivos do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança	134
Caixa 5.2	Centro Regional de Treinamento em Manutenção da Paz	137
Caixa 5.3	Uma cultura de democracia e paz	140

TABELAS

Tabela 1.1	O custo económico da resistência da Linha da Frente ao apartheid 1980-1988	12
Tabela 3.1	Comissões Sectoriais da SADCC	84
Tabela 3.2	Responsabilidades de Coordenação dos Sectores para os Estados Membros	84
Tabela 3.3	Funções actuais das Direções e Unidades	89
Tabela 3.4	Presidentes da SADC 1980-2020	92
Tabela 3.5	Secretários Executivos e Adjuntos da SADC	94
Tabela 4.1	Relaxamento do Regime de Visa	104
Tabela 4.2	Corredores de Transporte da SADC	110
Tabela 4.3	Projectos não operacionais de transmissão para interligar os membros do SAPP	112
Tabela 4.4	Projectos de interligação para aliviar o congestionamento da transmissão	112
Tabela 4.5	Projectos para transportar energia de novas centrais de produção para centros de carga	112
Tabela 4.6	Conquistas e marcos regionais de TIC	113
Tabela 4.7	Bacias Hidrográficas Transfronteiriças e Organizações de Bacias Hidrográficas na SADC	116
Tabela 4.8	Mulheres no Parlamento nos Estados Membros da SADC 1995-2020	128
Tabela 5.1	Situação de ratificação e acesso a instrumentos jurídicos relevantes para SIPO a 30 de Julho de 2015	136
Tabela 5.2	Principais exercícios de treinamento	138

FIGURAS

Figura 2.1	Marcos para uma integração económica mais profunda na SADC	49
Figura 3.1	Responsabilidades Sectoriais da SADC 1996	85
Figura 3.2	Grupo de Sectores de Coordenação da SADC em Direcções em 2001	91
Figura 4.1	RISDP revisto da 2015-2020	98
Figura 4.2	Produção de energia comissionada pelo Grupo de Energia 2004-2018	112
Figura 5.1	Estrutura do Órgão	135
Figura 5.2	Visão da SADC 2050	141

INTRODUÇÃO

A publicação *40 Anos da SADC: Reforçando a Cooperação e a Integração Regional* traça a jornada que a SADC percorreu desde a sua formação em Abril de 1980, mostrando os principais marcos e realizações, bem como os desafios encontrados nos últimos 40 anos. O objectivo é sensibilizar sobre a comunidade regional e a sua agenda de integração regional, apontando para a sua trajectória futura como alicerce da União Africana e da Comunidade Económica Africana.

A publicação cobre o período desde a formação da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), em 1980, até à sua transformação em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992, e o progresso feito até 2020. Dá um contexto histórico para a transformação evolutiva e as razões para as principais decisões tomadas ao longo do percurso.

Esta publicação comemorativa visa apresentar e celebrar as conquistas de união e integração da comunidade regional, as práticas efectivas e as lições aprendidas, rumo a um futuro partilhado.

Para efeitos desta publicação, marcos são aquelas decisões ou processos importantes que contribuíram para o desenvolvimento da SADC. Estas incluem as conferências históricas de Arusha e Lusaka em 1979 e 1980 que levaram à formação da SADCC e ao estabelecimento da Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral; a adesão da Namíbia aquando da sua independência em 1990, e a decisão tomada em Windhoek pela 12ª Cimeira da SADC, em 1992, de transformar a organização de uma Conferência de Coordenação numa Comunidade; a África do Sul juntou-se à SADC após a realização de eleições democráticas em 1994; o estabelecimento do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança em 1996; a decisão da Cimeira de Maputo, em Agosto de 1999, que conduziu à reestruturação da SADC e à centralização das actividades; a adopção, em 2003, do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional; o lançamento da Zona de Comércio Livre da SADC em 2008; a adopção da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC, em 2015, e a Visão 2050, operacionalizada pelo RISDP 2020-2030. Esta publicação também destaca o desenvolvimento de vários protocolos e outros instrumentos legais para a construção da comunidade.

A publicação contém seis capítulos que destacam as conquistas e os desafios da jornada de 40 anos. O Capítulo 1 apresenta o contexto histórico e as razões para o estabelecimento da SADCC em 1980, bem como a situação durante os anos 1980, quando a região estava sob ataque do apartheid da África do Sul. A trajectória assume o papel dos movimentos de libertação e dos Estados da Linha da Frente levaram à independência da Namíbia em 1990, à assinatura do Tratado da SADC e a transformação em SADC, em Windhoek, em 1992.

O Capítulo 2 apresenta as principais decisões tomadas pela Cimeira na transformação da SADC, fornecendo uma visão geral das principais realizações e marcos no estabelecimento dos quadros jurídicos e institucionais da SADC desde a sua formação, enquanto o Capítulo 3 analisa a estrutura de governação da SADC que foi desenvolvida durante este período.

O Capítulo 4 enfoca as realizações alcançadas nos sectores socioeconómicos. A análise é apresentada de acordo com a abordagem adoptada pelo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020, onde os programas, os projectos e as actividades são agrupados em três dos quatro pilares prioritários de Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado; Infra-estrutura em Apoio à Integração Regional; e Programas Especiais de Dimensão Regional.

O Capítulo 5 examina as realizações feitas no âmbito do quarto pilar do RISDP 2015-2020, que compreende o alicerce de Paz e Segurança que ancora os outros três pilares.

O Capítulo 6 conclui a publicação fazendo e considerações importantes sobre políticas, bem como práticas eficazes adoptadas nos últimos 40 anos, que poderiam ser usadas para fazer avançar a agenda de integração regional no futuro. A publicação é dirigida aos Estados Membros, decisores em matéria de políticas e parlamentares da SADC, ao Secretariado da SADC e suas organizações subsidiárias, aos parceiros de cooperação internacional, sector privado e investidores, investigadores e instituições académicas, bem como aos órgãos de comunicação social e cidadãos dos 16 Estados Membros da SADC.

A 40ª Cimeira da SADC, realizada em Maputo, Moçambique, a 17 de Agosto de 2020, adoptou a *Visão 2050 da SADC*, que prevê uma região industrializada, pacífica, de rendimento médio a alto, onde todos os cidadãos gozem de bem-estar económico sustentável, de justiça e de liberdade.

















A Visão da SADC da SADC está alicerçada numa base sólida de Paz, Segurança e Governação Democrática, e tem como premissa três Pilares inter-relacionados para o Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado; Desenvolvimento de infra-estrutura em apoio à Integração Regional; e Desenvolvimento de Capital Social e Humano. Os três pilares também reconhecem o Género, a Juventude, o Meio Ambiente, as Mudanças Climáticas e a Gestão do Risco de Desastres como importantes componentes transversais. A Cimeira aprovou o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030 para operacionalizar a Visão 2050.

Este livro sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral 1980-2020 mostra claramente a trajetória trilhada, desde a visão de independência política, eliminação do apartheid e da desestabilização, da guerra à paz, da SADCC à SADC, e o crescimento da solidariedade política à integração económica, para gerar as primeiras realizações das aspirações apresentadas na declaração dos Fundadores, *África Austral: Rumo à Libertação Económica*.

A trajetória é simbolizada mais claramente nas aspirações da Visão 2050 e na estruturação do Secretariado para incorporar plenamente o Órgão de nas Áreas de Política, Defesa e Segurança numa estrutura unificada, com um mecanismo de planeamento estratégico, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030



Estados Membros da SADC

Estados Membros	Cidade Capital	Dia Nacional	Adesão a SADC
 Angola	Luanda	11 de Novembro	Abril de 1980
 Botswana	Gaborone	30 de Setembro	Abril de 1980
 União das Comores	Moroni	6 de Julho	Agosto de 2018
 República Democrática do Congo	Kinshasa	30 de Junho	Setembro de 1998
 Reino de Eswatini	Mbabane	6 de Setembro	Abril de 1980
 Reino do Lesotho	Maseru	4 de Outubro	Abril de 1980
 Madagáscar	Antananarivo	26 de Junho	Agosto de 2005
 Malawi	Lilongwe	6 de Julho	Abril de 1980
 Maurícias	Port Louis	12 de Março	Agosto de 1995
 Moçambique	Maputo	25 de Junho	Abril de 1980
 Namíbia	Windhoek	21 de Março	Agosto de 1990
 Seychelles	Victoria	29 de Junho	Setembro de 1998
 África do Sul	Do Sul Pretoria	27 de Abril	Agosto de 1994
 República Unida da Tanzânia	Dodoma	9 de Dezembro	Abril de 1980
 Zâmbia	Lusaka	24 de Outubro	Abril de 1980
 Zimbábwe	Harare	18 de Abril	Abril de 1980

MARCOS SOCIOECONÓMICOS

↔ Adopção de 33 Protocolos para orientar a Integração Regional

Após a assinatura da Declaração e do Tratado da SADC em 1992, a região demonstrou o seu compromisso com uma integração mais profunda através da assinatura de 33 protocolos, bem como de planos estratégicos sistemáticos, incluindo o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional; o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança; a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063); e o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC. Estes instrumentos estabeleceram uma base legal, institucional e estratégica forte para o avanço da cooperação regional.

↔ Priorização da Industrialização no Desenvolvimento e Integração Regional

A decisão de antecipar a industrialização foi tomada em 2015, após a análise dos esforços anteriores para aumentar o comércio intraregional, que foram prejudicados pela pouca capacidade dos Estados-Membros de produzir bens para o comércio competitivo dentro e fora da região. Isto levou à adopção da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063. A Estratégia reconhece o sector privado como um dos principais intervenientes na industrialização e integração regional da SADC.

↔ Lançamento da Zona de Comércio Livre da SADC

O lançamento histórico da Zona de Comércio Livre da SADC em 2008 trouxe um programa faseado de reduções tarifárias e resultou em que mais de 85 por cento do comércio intraregional entre os Estados Membros fosse feito à taxa zero de direitos de importação. Isto foi complementado por esforços para abrir as fronteiras aos cidadãos de outros Estados Membros, no espírito de promoção da livre circulação de bens e serviços e da facilitação da circulação de pessoas na região.

↔ Quadro do Regime de Comércio Simplificado

A adopção do Quadro do Regime de Comércio Simplificado em 2019 contribuiu para a facilitação do comércio

↔ Rumo à inclusão financeira

A aprovação do Plano de Implementação da Estratégia de Inclusão Financeira da SADC e Acesso das Pequenas e Médias Empresas (PME) ao Financiamento em 2018 expandiu a inclusão financeira na região. Dez Estados Membros desenvolveram estratégias ou um roteiro nacional sobre a inclusão financeira, com o objectivo de empoderar as PMEs, os jovens e as mulheres para participarem da actividade económica, e houve uma melhoria na inclusão financeira entre os adultos na região, cuja taxa subiu para 68%.

↔ Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real da SADC

A plataforma multi-moeda do Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real da SADC (RTGS) entrou em operação em Outubro de 2018 para facilitar transacções de pagamento tornando-as mais rápidas e eficientes na região. Todos os Estados-Membros, excepto as Comores, participam no SADC-RTGS e um total de 85 bancos (bancos centrais e bancos comerciais) também participam no sistema. O SADC-RTGS permitiu aos Estados-Membros liquidar pagamentos entre si em tempo real, quando anteriormente demorava vários dias a processar as transacções transfronteiras.

↔ Mecanismo de preparação e desenvolvimento de projectos

O estabelecimento do Mecanismo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) da SADC tornou-se realidade em Agosto de 2008, na sequência da assinatura de um Memorando de Acordo entre o Secretariado da SADC e o Banco de Desenvolvimento da África Austral. Até à data, o PPDF da SADC apoiou nove projectos, dos quais dois são no sector dos transportes e sete no sector da energia.

↔ Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC

O RIDMP foi aprovado em 2012 e foi fundamentado pelo entendimento de que o desenvolvimento e a manutenção de infra-estruturas é uma prioridade para acelerar a integração e o desenvolvimento económico regional. Isto inclui o conceito de Postos Fronteiriços de Paragem Única como um elemento-chave da infra-estrutura de transporte e logística, para reduzir os custos de transacção para atravessar as fronteiras.

↔ **Serviços de Compras em Grupo de Produtos Farmacêuticos**

Os Serviços de Compras em Grupo da SADC (SPPS) tornaram-se uma realidade após a assinatura de um MdE em 2018 para a aquisição conjunta de produtos farmacêuticos e suprimentos médicos, integrados no Departamento de Armazéns Médicos da República Unida da Tanzânia, e espera-se que reduza o custo de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos na região.

↔ **Limitação da propagação do HIV e SIDA**

A adopção e institucionalização de um pacote padrão e abrangente que aborda os desafios únicos de prestação equitativa e eficaz de serviços de combate ao HIV e garantia dos Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva, e a prestação de serviços a populações-chave e vulneráveis dentro da SADC, tem contribuído enormemente para conter a disseminação do HIV e o impacto da SIDA.

↔ **SADCRQF**

A SADC deu um passo significativo para a harmonização da educação em toda a região, aprovando um Quadro Regional de Qualificações (SADCRQF) em 2017, que facilitará o reconhecimento de qualificações de entrada e saída em áreas de competências críticas, oferecendo um acesso mais fácil para alunos e trabalhadores em toda a região.

↔ **Declaração e Protocolo sobre o Género da SADC**

O primeiro instrumento da SADC adoptado em prol da igualdade de género após a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995 foi a Declaração sobre o Género da SADC, aprovada em 1997, na 17ª Cimeira da SADC, realizada em Blantyre, Malawi, reconhecendo que a igualdade de género é um direito humano fundamental exigindo a representação igual de mulheres e homens na tomada de decisões e o pleno acesso e controlo das mulheres sobre os recursos produtivos e emprego formal. Foi adotada em 1998 uma Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência contra Mulheres e Crianças. O Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento foi adoptado em 2008 e alterado em 2016, para se alinhar com os compromissos internacionais. A maioria dos Estados Membros realizou progressos notáveis na participação e representação das mulheres na tomada de decisões políticas e no desenvolvimento económico.

Marcos / Conquistas em Destaque _____

MARCOS INSTITUCIONAIS _____

↔ **Símbolos da SADC**

A 14ª Cimeira, realizada em Agosto de 1994, declarou o dia 17 de Agosto como o Dia da SADC, a ser comemorado anualmente nos Estados Membros da SADC com actividades populares e eventos culturais / desportivos. A bandeira da SADC foi lançada na 15ª Cimeira da SADC, em Agosto de 1995, em Midrand, na África do Sul, na sequência de um concurso de desenho lançado em toda a região.

↔ **Sede da SADC**

A nova Sede da SADC, em Gaborone, no Botswana, foi oficialmente inaugurada em 2010, numa cerimónia que contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo da SADC.

↔ **Criação de Instituições Vibrantes**

Uma conquista-chave é o estabelecimento de mecanismos regionais fortes para facilitar uma integração regional mais profunda, através de instituições como as Organizações de Gestão de Bacias Hidrográficas, a Rede de Empresas de Electricidade da África Austral e o Centro de Serviços Climáticos da SADC.

↔ **Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança**

Este foi lançado pela primeira vez como Órgão de Política, Defesa e Segurança numa Cimeira Extraordinária realizada em Gaborone, em Junho de 1996, como uma instituição formal da SADC com o mandato de apoiar a manutenção da segurança e do Estado de Direito na região da SADC, como parte do Secretariado da SADC, mas com o seu próprio planeamento estratégico. Outro marco ocorreu em 2020 com a sua inclusão num plano estratégico regional conjunto, o RISDP 2020-2030, como a base do desenvolvimento regional.

↔ Fórum Parlamentar da SADC

A iniciativa de estabelecer o Fórum Parlamentar da SADC foi saudada e aprovada pela 17ª Cimeira da SADC realizada em Agosto de 1997, em Blantyre, no Malawi. O FP-SADC, sediado no Parlamento da Namíbia, em Windhoek, é uma instituição autónoma que compreende os parlamentos nacionais dos Estados Membros e procura promover o diálogo e a participação popular para divulgar e aproximar a SADC das populações da região, reforçando o conceito de construção da comunidade.

↔ Parlamento Regional

Os primeiros passos históricos foram dados para a transformação do Fórum Parlamentar da SADC em Parlamento Regional, com o estabelecimento de um Grupo de Trabalho para analisar a proposta de transformação. Um Parlamento Regional facilitaria um debate mais amplo sobre as questões regionais e, assim, aceleraria a implementação dos protocolos da SADC que precisam de ser ratificados e enquadrados na legislação nacional, e se tornaria um motor-chave de integração e desenvolvimento, preenchendo o fosso entre os cidadãos e os processos de integração regional.

↔ Centros de Excelência

Para facilitar a implementação mais rápida de programas, a SADC estabeleceu Centros de Excelência (CoE) e Centros de Especialização (CoS) cobrindo áreas prioritárias, incluindo o Centro da SADC para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE). Foram aprovados quadros e diretrizes para o estabelecimento de CoE e CoS em outras áreas temáticas.

↔ Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional

O Programa RVAA foi estabelecido em 1999 e está a ser implementado em 15 Estados Membros. O Programa evoluiu para ser uma das ferramentas de aviso prévio mais confiáveis e robustas para a agricultura, bem como para as intervenções de segurança alimentar e nutricional na região.

↔ Estabelecimento do Organismo de Acreditação de Múltiplas Economias

Os Serviços de Acreditação da SADC (SADCAS) foram criados em 2005 para coordenar os serviços de acreditação em 13 Estados Membros que não têm organismos nacionais de acreditação. O modelo operacional do SADCAS, que é o primeiro organismo de acreditação multi-económica do mundo, provou ser um modelo viável, económico e sustentável que otimiza o uso de recursos financeiros e humanos limitados.

↔ Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral

A SADC estabeleceu o Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF) para melhorar a previsão do clima e do tempo. O SARCOF fornece uma plataforma para os Estados Membros analisarem e preverem a estação chuvosa na região, e discutirem os impactos potenciais da perspectiva climática sazonal nos sectores socioeconómicos, incluindo a gestão do risco de desastres, segurança alimentar, saúde, recursos hídricos e gestão da energia hidroeléctrica.

↔ Melhor cooperação transfronteiriça no sector de água e outros recursos naturais

A cooperação e a coordenação melhoraram a gestão transfronteiriça dos recursos, reduzindo assim os conflitos potenciais sobre os recursos partilhados. Exemplos dessa cooperação incluem o estabelecimento de Organizações de Gestão de Bacias Hidrográficas e de Áreas de Conservação Transfronteiriças em toda a região.

↔ Adopção do Kiswahili como Língua Oficial da SADC

Kiswahili foi aprovado como língua oficial de trabalho da SADC juntamente com o Inglês, Francês e Português. Foi acordado que Kiswahili seria adoptado ao nível do Conselho e da Cimeira, primeiro para a comunicação oral, antes de ser finalmente adoptado para a comunicação oficial escrita dentro da SADC.

PAZ E SEGURANÇA

↔ Libertação da África Austral

A região esteve na vanguarda da campanha mundial para acabar com o apartheid, alinhada com o povo da Namíbia e da África do Sul. A combinação da pressão nacional, regional e internacional levou ao colapso do sistema de apartheid e à independência da Namíbia (1990) e da África do Sul (1994). A 38ª Cimeira, realizada em Windhoek, na Namíbia, em 2018, endossou a comemoração anual do Dia da Libertação da África Austral a 23 de Março, dia que marcou o fim da batalha de Cuito Cuanavale, no sul de Angola, em 1988.

↔ Projecto Hashim Mbita da SADC sobre a História da Libertação

A 34ª Cimeira da SADC, realizada em Victoria Falls, no Zimbábue, em 2014, lançou uma coleção de nove volumes de publicações sobre a luta de libertação na África Austral produzida pelo Projecto Hashim Mbita da SADC, para documentar, preservar e divulgar a história da libertação, através da recolha, catalogação e compilação de narrativas orais e de dados nos Estados Membros da SADC e fora da região.

↔ Solidariedade e Unidade Regional

Os Estados Membros da SADC continuaram a falar com uma voz comum sobre as questões continentais e globais, e têm estado juntos na abordagem dos desafios que os Estados Membros enfrentam individualmente. A evidência disso é vista nas intervenções regionais para abordar a situação política na República Democrática do Congo, no Reino do Lesotho e no apoio ao Saara Ocidental. A SADC tem lidado bem com os desafios políticos e de segurança nos Estados Membros e tem sido capaz de resolver os seus próprios problemas sem muita interferência externa.

↔ Paz e segurança sustentadas

A paz e a segurança estão bem estabelecidas como componente integral do planeamento do desenvolvimento na África Austral, devido ao entendimento de que a cooperação económica e a integração requerem um ambiente pacífico no qual as pessoas possam crescer e contribuir com o seu pleno potencial, incluindo homens, mulheres e jovens. Como parte dos esforços para garantir que a região permaneça estável e pacífica, foram desenvolvidos instrumentos viáveis, tais como os Princípios e Directrizes da SADC sobre a Realização de Eleições Democráticas em 2004 (revistos em 2015).

↔ Alerta Prévio e Prevenção

A SADC desempenha um papel fundamental no alerta prévio, diplomacia preventiva, mediação, prevenção e resolução de conflitos, com ênfase na prevenção de conflitos nas suas fases iniciais. Foi criada uma forte ligação entre o Alerta Prévio e a Intervenção Rápida, através do estabelecimento do Centro Regional de Alerta Prévio (REWC), lançado em 2001, e da Estrutura de Prevenção de Conflitos, Diplomacia Preventiva e Mediação, que foi operacionalizada em 2014, que fortaleceram a capacidade da região de antecipar, monitorar, prevenir e resolver conflitos.

↔ Força em Estado de Alerta da SADC

A Força em Estado de Alerta da SADC foi lançada em 2007 e tornou-se totalmente operacional em 2017 como uma força de manutenção da paz multidisciplinar composta pelos braços militar, da polícia e civil, que podem ser implantados rapidamente em resposta a uma crise, com base num mecanismo de prontidão. De Janeiro a Junho de 2019, a SADC cumpriu a sua responsabilidade de liderar a Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), que é uma ferramenta importante da arquitetura de paz e segurança africana para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente, com base em mecanismos de prontidão e rotação da liderança entre as cinco sub-regiões de África.

↔ **Protocolo da SADC sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança**

A Força em Estado de Alerta da SADC funciona como uma ferramenta do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, que é operacionalizado pelo Protocolo da SADC sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança assinado em 2001. O Protocolo foi ratificado e entrou em vigor a 2 de Março de 2004 e oferece um quadro institucional com base no qual os Estados Membros coordenam políticas e actividades nesta área.

↔ **Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz**

O Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) da SADC foi estabelecido em 2003 para oferecer acções de formação para as missões de apoio à paz na região e para as operações conjuntas com outras partes de África. O RPTC desempenha um papel fundamental na implementação da Força em Estado de Alerta da SADC, proporcionando formação em manutenção da paz para militares, polícias e pessoal civil, e tem participado na preparação e execução de todos os principais exercícios de manutenção da paz realizados na região. O RPTC também realiza cursos de capacitação em mediação regional e nacional de conflitos como forma de fortalecer as capacidades de mediação nacional nos Estados Membros da SADC.

↔ **Planeamento Estratégico**

O Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO) foi desenvolvido para operacionalizar o Protocolo, com base nos objectivos e na agenda comum da SADC. O primeiro plano estratégico, SIPO I, foi assinado em 2004, resultando em uma acção mais concertada dentro dos vários sectores e entre os funcionários. O conhecimento mútuo decorrente de uma maior familiarização com o funcionamento das instituições de cada Estado Membro, resultante desta interacção, tem conduzido a uma relação de confiança cada vez maior. O SIPO está agora incluído no plano estratégico regional, o RISDP 2020-2030, como parte integrante do planeamento regional.

↔ **Defesa Mútua**

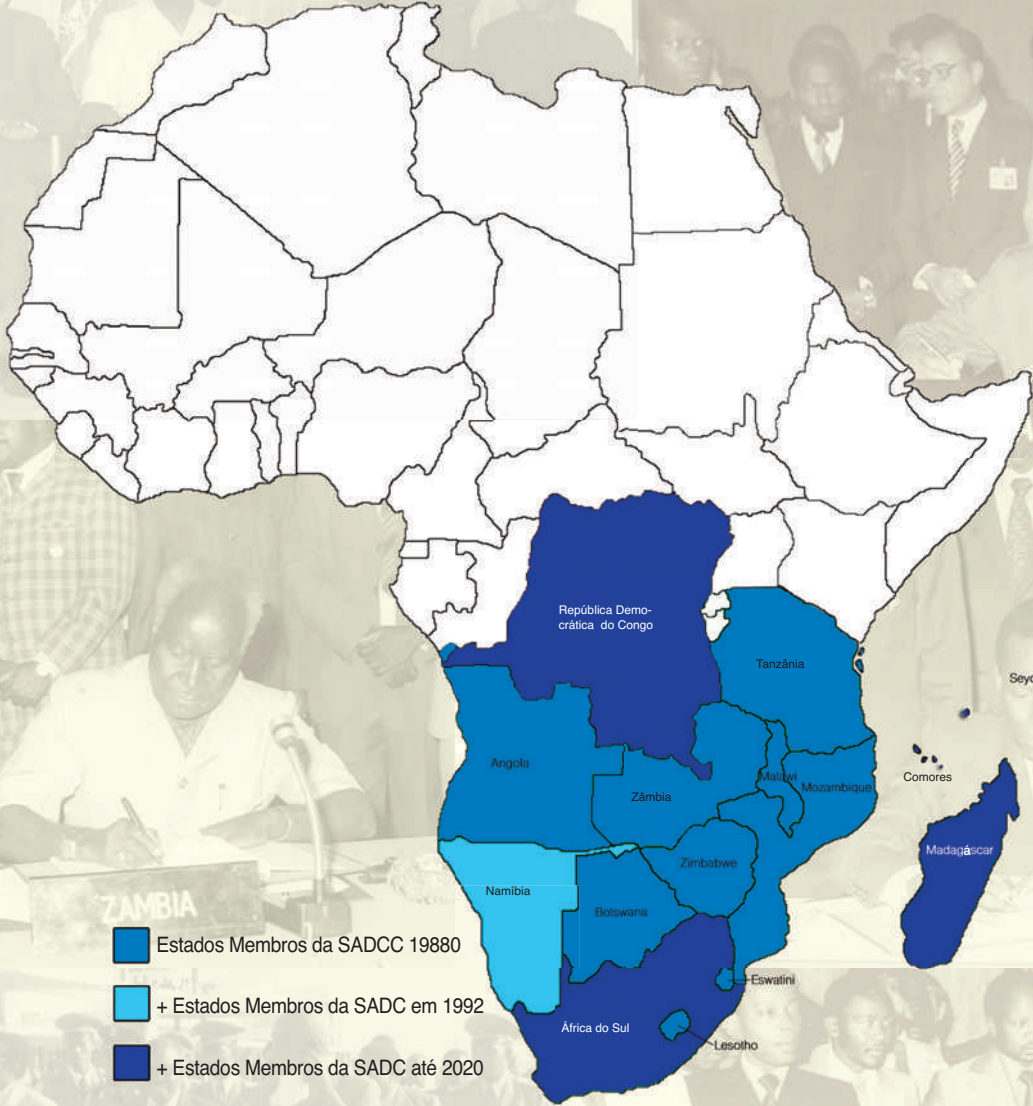
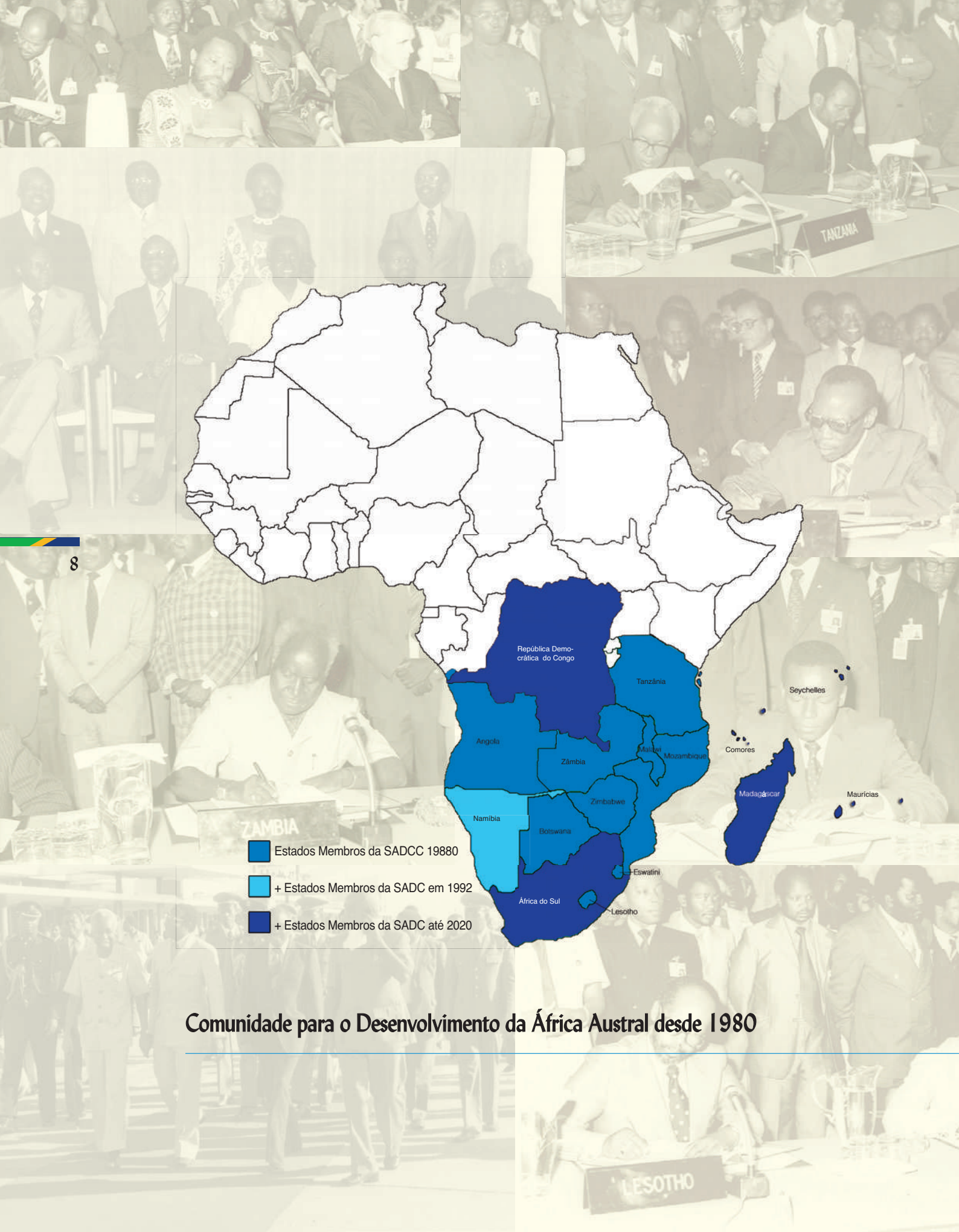
Foi assinado em 2003 um Pacto de Defesa Mútua, que entrou em vigor a 17 de Agosto de 2008.

↔ **Policimento**

O policiamento das fronteiras na região da SADC é um elemento importante para a paz e segurança, em coordenação com a Organização de Cooperação dos Comandantes-Gerais da Polícia da África Austral (SARPPCO), para a prevenção de crimes como roubo de veículos, armas ilegais e tráfico de pessoas.

↔ **Mulher, Paz e Segurança**

A SADC desenvolveu um quadro regional que serve como guia para a integração do género nos sistemas e processos regionais de paz e segurança. A Estratégia Regional da SADC sobre a Mulher, Paz e Segurança (2018-2022) visa abordar os desafios vividos por mulheres e crianças, garantindo a plena participação e o acesso às suas competências em actividades, programas e projectos de paz e segurança. A estratégia é uma ferramenta política fundamental para apoiar a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (UNSCR) na região.



Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral desde 1980

ÁFRICA AUSTRAL RUMO À LIBERTAÇÃO ECONÓMICA



“Precisamos de ganhar o domínio de nosso próprio destino ... e só podemos ter sucesso dentro da estrutura de uma comunidade unida da África Austral. Não estou a pedir o dismantelamento dos nossos Estados independentes ... Estou a pedir a cooperação e a unidade de propósito para que, juntos, possamos planear o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos...”

Presidente Seretse Khama na abertura da conferência de concepção da SADCC, em Arusha, a 2 de Julho de 1979



“Hoje, durante uma reunião de cimeira histórica, líderes e representantes dos nove países independentes da África Austral fizeram uma declaração conjunta da sua estratégia em prol de uma integração mais próxima das suas economias.”

Comunicado da primeira Cimeira da SADCC, apresentado pelo Presidente Kenneth Kaunda, em Lusaka, a 1 de Abril de 1980



“A SADCC é o nosso principal instrumento para o desenvolvimento auto-suficiente nesta parte da África.”

Presidente Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, na abertura da 6ª Cimeira da SADCC, em Arusha, a 9 de Agosto de 1985

1.1 Introdução: A situação na época, África Austral em 1980

A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi criada quando ainda havia conflitos na região e não seria exagero dizer que a SADCC e os seus membros trouxeram a paz para a África Austral, a sua maior conquista. Mas os líderes visionários que criaram a SADCC já estavam a articular a próxima meta e, mesmo quando a região estava a negociar a paz, eles já estavam a pensar no futuro.

Três líderes dos Estados da Linha da Frente - Botswana, Zâmbia e República Unida da Tanzânia - aumentaram o seu número para cinco, através da sua coragem e determinação em apoiar a libertação e a independência de Angola e Moçambique, e os quatro líderes dos outros países independentes mais a sul foram convidados a juntar-se-lhes no planeamento do futuro da região.

Foi um milagre esta visão de uma região unida e integrada, com um futuro partilhado, mas os primeiros passos não aconteceram por acaso, foi preciso visão e coragem, o apoio do continente e da diáspora, e a solidariedade internacional, para que tivesse sucesso, assim como a perda de muitas pessoas do continente, principalmente jovens. Isso nunca deve ser esquecido.

Estes líderes arriscaram, com as suas vidas e com as suas economias, atrasando o desenvolvimento nacional, ao investir os seus recursos no futuro. Alguns haviam conquistado a independência e outros ainda lutavam contra o domínio colonial, o racismo e o apartheid, mas a sua experiência partilhada lhes dizia que a sua independência não seria completa sem a independência dos seus vizinhos.

A África do Sul do apartheid provou isso, atacando os países vizinhos com o seu poderio económico e militar em defesa do privilégio e da prosperidade dos brancos. Muitas pessoas morreram ou sofreram tortura e desejaram morrer, para não permitir que isso jamais acontecesse novamente. Não pode haver dúvida do compromisso dos sul-africanos com os direitos humanos, eles estiveram lá, sabem o que é, lutaram juntos em sua defesa e venceram. Eles usaram armas e sabotagem e tomaram medidas defensivas, mas, principalmente, eles usaram a estratégia, a diplomacia, a determinação e a solidariedade.

África Austral: Rumo à Libertação Económica. Ninguém tem ideia do quão esta declaração foi corajosa e radical, a menos que tenha estado lá...mas podemos imaginar, se conhecermos os factos e a situação vivida na época. E agora estamos aqui, em 2020, com uma região integradora e um futuro partilhado, com todas as suas conquistas e desafios.

O local foi a Zâmbia, no início de 1980, quando o povo daquele país estava a sentir-se aliviado de que o bombardeio e a destruição causados pela Rodésia parariam agora que o Zimbabwe estava a ressurgir como um Estado independente, quando ambos os países foram atacados novamente e continuaram a ser atingidos pelo poderio económico e militar do apartheid na África do Sul, que sabotou as rotas de transporte rodoviário e ferroviário, infra-estruturas de combustível e electricidade, e massacrava pessoas.

O Presidente da Zâmbia, Dr. Kenneth David Kaunda, depois de acolher o lançamento da SADCC, em Lusaka, foi participar na celebração da independência do Zimbabwe pouco mais de duas semanas depois, numa cidade então chamada Salisbury. Ele disse à multidão ululante que “o impossível aconteceu”. O Presidente Samora Moises Machel disse que Moçambique já estava independente graças à independência do Zimbabwe.

Outra impossibilidade ainda estava para acontecer uma década depois, com o fim do sistema de apartheid na Namíbia e na África do Sul, pois esses líderes fizeram muitas coisas impossíveis acontecerem nas suas vidas. O Presidente fundador do Botswana, Sir Seretse Khama, e o Presidente fundador da República Unida da Tanzânia, Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, faleceram, mas o Presidente fundador da Zâmbia, Dr. Kenneth David Kaunda, continua a ser um estadista ancião, aos 96 anos.

Até meados da década de 1970, a política regional de Pretória preocupava-se com as tentativas de impedir as actividades dos movimentos de libertação que estavam a crescer em força nos países vizinhos, bem como internamente. Nisto, estava protegido por Estados “tampão” que incluíam as colónias portuguesas de Moçambique e Angola e a colónia rebelde britânica da Rodésia do Sul, e pela sua própria ocupação da Namíbia. A política regional foi direccionada ao reforço dessa barreira de Estados, através de várias alianças, tanto económicas quanto militares. Botswana, Lesoto e Suazilândia (Eswatini) não eram considerados uma ameaça, embora todos eles de facto proporcionassem o trânsito e refúgio essenciais aos movimentos de libertação.

Moçambique era então um “território ultramarino” de Portugal denominado África Oriental Portuguesa e um forte aliado do apartheid da África do Sul. Portugal era o país mais pobre da Europa, controlado por uma longa ditadura de Marcello Caetano. Após 13 anos de guerra nestes longínquos territórios de África, incluindo Angola e Guiné-Bissau, o povo português e, em particular, as suas forças armadas, cansaram-se da guerra e, a 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas derrubou Caetano num Golpe de Estado violento em Lisboa, tão popular que ficou conhecido como a “revolução dos cravos”.

Isso mudou a dinâmica da região, pois as negociações começaram na Zâmbia para um período de transição em Moçambique que começou em Setembro de 1974, terminando com a independência a 25 de Junho de 1975. Moçambique independente foi capaz de fornecer uma base de retaguarda e apoio para a libertação do Zimbabwe e, posteriormente, África do Sul. O apartheid da África do Sul queria estabelecer uma “esfera de coprosperidade” que eles chamaram de Constelação de Estados da África Austral (CONSAS). A “constelação” dependeria da África do Sul nos domínios económico, militar e tecnológico, e aumentaria a dependência dos Estados vizinhos de um centro sul-africano, além de fornecer uma zona de segurança contra os movimentos de libertação. As esperanças de Pretória de reconhecimento do seu plano foram frustradas pela determinação dos movimentos de libertação nacional, pelo golpe de Estado em Portugal, em 1974, e por dois eventos relacionados no início de 1980.

1.2 A situação na primeira década

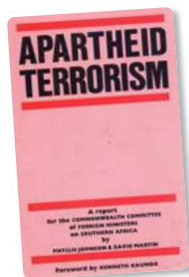
A primeira decepção para a África do Sul em 1980 foi o anúncio dos resultados das eleições a 4 de Março para a formação de um governo de maioria no Zimbabwe independente, não mais limitado pelos 90 anos de exploração colonial da chamada Rodésia do Sul. Não surpreendentemente, a maioria votou em grande número no movimento de libertação liderado por Robert Mugabe (à esquerda) e Joshua Nkomo (à direita) para conduzir o país até a independência e depois.

O segundo evento ocorreu 27 dias depois, a 1 de Abril de 1980, quando a SADCC foi lançada por nove países da região, com o objectivo declarado de fortalecer a sua cooperação económica e reduzir a dependência do apartheid. Num grupo de Estados predominantemente sem litoral e fortemente dependentes de rotas comerciais para o mar, o transporte era a principal prioridade. O foco para a criação da SADCC foi o desenvolvimento do sistema de transporte regional, longe das rotas sul-africanas. No entanto, a análise da SADCC de que o ponto central para reduzir a dependência da África do Sul estava no sistema de comunicações foi igualmente aparente para os planeadores de políticas de Pretória e foi esta nova opção dos Estados contíguos que Pretória se propôs destruir. O Rei do Lesotho, Sua Majestade

Moshoeshe II, foi o primeiro a dar o alarme de que a África do Sul estava a impor sanções económicas contra os Estados independentes governados pela maioria na região. Essas sanções económicas costumavam ser impostas militarmente, cortando as ligações de transporte rodoviário e ferroviário.



Alguns dos líderes fundadores da SADCC no Aeroporto Internacional de Lusaka, depois da Cimeira de 1980: (da esquerda para a direita) Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, Presidente da República Unida da Tanzânia; Primeiro-Ministro designado do Zimbabwe, Robert Gabriel Mugabe; Quett Ketumile Joni Masire, então vice-Presidente do Botswana; com o seu anfitrião, Presidente David Kenneth Kaunda, da Zâmbia.



O custo económico da resistência da Linha da Frente ao apartheid 1980-1988

Tabela 1.1



PERDA DE PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NA REGIÃO DA SADCC 1980-1988

(milhões em USD, preços de 1988)

País	1988		1980 - 1988	
	Perda	% do PIB Real	Perda	% do PIB Real de 1988
ANGOLA	4,500	90	30,000	600
MOÇAMBIQUE	3,000	110	15,000	550
ZIMBABWE	1,350	25	8,000	145
MALAWI	550	30	2,150	133
ZÂMBIA	500	20	5,000	200
TANZÂNIA	500	10	1,300	26
BOTSWANA	125	10	500	40
LESOTHO	50	7	300	42
SWAZILÂNDIA	30	5	200	33
Toda SADCC	10,605	43	62,450	210

Fonte Desestabilização da África do Sul: O Custo Econômico da Resistência da Linha da Frente ao Apartheid, Grupo de Trabalho Interagências da ONU / Comissão Econômica da ONU para a África, 1989. Dados nacionais e estimativas preliminares do PIB de 1988.

Caixa 1.1

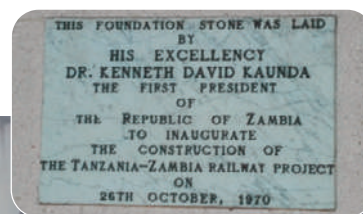
Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, uma arma de Libertade...

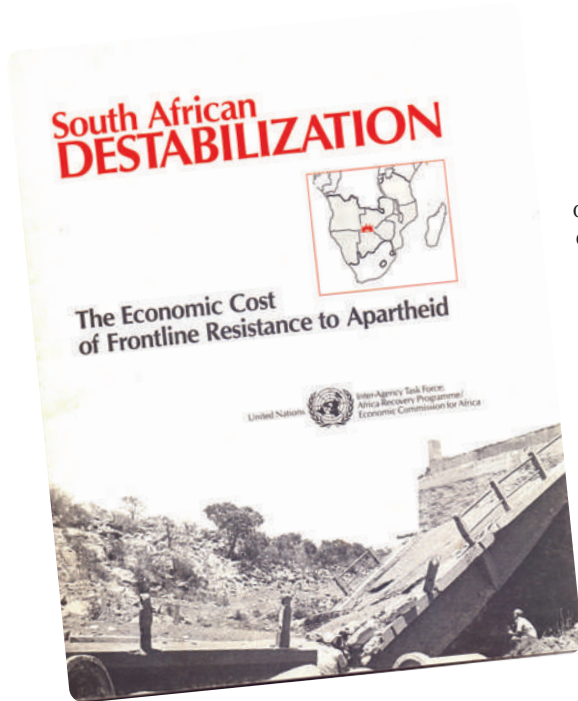
A ferrovia Tazara corre entre o cinturão mineral da Zâmbia e o porto de Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, a uma distância de 1870 quilômetros, e foi construída ao longo de um período de cinco anos com o apoio da República Popular da China. Afirmou o presidente da Tanzânia, Mwalimu Julius Nyerere, na entrega oficial da ferrovia em Kapiri Mposhi, na Zâmbia, a 14 de Julho de 1976.

“... Em primeiro lugar, constitui uma rota vital para o mar para a Zâmbia, através das suas regiões do Nordeste, e liga partes importantes e subdesenvolvidas da Tanzânia, incluindo todo o Vale da Bacia de Rufiji, ao porto de Dar es Salaam e o resto do país.

“Em segundo lugar, esta ferrovia dará uma contribuição vital para a unidade africana. Facilitará enormemente o comércio entre os nossos dois países e, eventualmente, entre a África Oriental e Austral como um todo. ...

“Em terceiro lugar, a ferrovia ajudará, simultânea e automaticamente, os povos desta parte de África a desempenhar o seu papel na luta pela libertação africana, pois, fortalecerá os nossos dois países e, tanto a Tanzânia como a Zâmbia, estão empenhadas em usar o seu potencial para apoiar a libertação total do nosso continente. ... Preferiríamos ganhar a liberdade por meios pacíficos, mas, se isso não for possível, África compromete-se a apoiar plenamente a luta armada dos povos dos territórios oprimidos. ... ‘Esta ferrovia, cuja conclusão celebramos hoje, não está desligada da luta de libertação na África Austral; é uma arma de liberdade para a Zâmbia e para a Tanzânia e, portanto, para o Zimbabwe, Namíbia e África do Sul’.”





A SADCC estimou o custo da desestabilização da África do Sul para a região em quase mil milhão de dólares em despesas extras relacionadas ao transporte durante o período de 1980-1984, de um custo total de 10 a 12 mil milhões de dólares e, em 1988, o custo total para todos os sectores havia aumentado para 62 mil milhões de dólares, de acordo com um relatório do Grupo de Trabalho Interagências da ONU, que disse que a região fronteiriça com a África do Sul tinha perdido mais de 1,5 milhão de vidas, incluindo crianças afectadas por conflitos e pela falta de acesso a alimentos e à saúde.

O Presidente Kaunda (à direita) citou “o ultraje moral representado pelo custo humano e económico que o sistema de

apartheid causou à Região da África Austral como um todo e ... a necessidade de rejeitar a falácia prevalecente em alguns quadrantes internacionais de que o mal e a ideologia do apartheid atinge apenas a população da África do Sul. ...A política declarada do Apartheid de "estratégia total" é dirigida a todos os países, sempre atacando as suas barrigas macias. *Veja a Tabela 1.1.*

As rotas de transporte unem a região, tornando-a interdependente. Embora a principal rede rodoviária e ferroviária tenha sido ligada ao nó sul-africano, também foram desenvolvidas rotas regionais mais curtas e mais baratas para portos em Moçambique e Angola. Essas rotas foram a chave para a redução da dependência regional do apartheid na África do Sul e, portanto, tornaram-se o principal alvo económico e militar da "estratégia total" de Pretória contra a região.

A África do Sul estava, portanto, em situação de guerra não declarada com Moçambique e Angola desde a sua independência em 1975 e ao longo da década de 1980, até depois da independência da Namíbia, em 1990, cortando assim as rotas alternativas de transporte para toda a região, excepto para a rota do Norte, nomeadamente a Ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) até o porto de Dar es Salaam. A região da África Austral está, assim, unida pela geografia, história, cultura e realidade económica, mas foi dilacerada pela afronta moral do apartheid.

Na década de 1980, o apartheid da África do Sul invadiu e atacou Angola e Swazilândia (Eswatini); sabotou ou atacou as capitais do Botswana, Lesoto, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe; armou grupos dissidentes em Angola e Moçambique e no Lesoto, Zâmbia e Zimbabwe; obstruiu o abastecimento de petróleo a seis países; atacou ferrovias, interrompendo o transporte e as rotas comerciais de sete países; e bloqueou o Lesoto, criando condições para o golpe de Estado perpetrado em Janeiro de 1986.

O ano de 1986 continuou como um turbilhão dentro e fora da África do Sul, com a escalada da acção dentro do país e a retaliação contra os países vizinhos, atingindo o clímax com a morte do Presidente Samora Moisés Machel, de Moçambique, a 19 de Outubro de 1986 num acidente de avião ocorrido em Mbuluzini, 150 metros dentro do território sul-africano, amplamente considerado como tendo sido causado por um falso farol colocado, guiado e monitorado pelas forças de segurança do apartheid. Justamente quando os líderes regionais pensavam que estavam a ganhar vantagem, com os townships sul-africanos em convulsão uma década após o levantamento do Soweto de 1976, o apartheid atingiu o coração dos Estados da Linha da Frente (ELF) e da SADCC, e eliminou um líder importante num acidente de aviação, quando voltava à casa, à noite, vindo de uma missão dos ELF sobre a RDC (então Zaire), em Mbala, na Zâmbia. Mas isso não parou a luta para acabar com o apartheid.





Presidente Samora Machel de Moçambique

“Quando é que uma guerra não é guerra?”

“Aparentemente, quando é feita pelos mais fortes contra os mais fracos, como um ‘ataque preventivo’”, escreveu Mwalimu Nyerere no prefácio de um livro sobre *Engajamento Destrutivo: África Austral em Guerra*, oferecendo “com grande humildade, os meus parabéns e os meus bons votos a todos os povos e governos dos Estados vítimas. Eles mantiveram o farol da liberdade aceso pela sua resistência, sua coragem e seu compromisso absoluto com a libertação da África. Eu os saúdo.”

Evidências circunstanciais consideráveis sobre a queda do avião, incluindo o registo de conversas na cabine e as flutuações registadas em instrumentos e um outro avião que sobrevoava a zona, bem como o comportamento dos militares sul-africanos já baseados perto do local do acidente, as investigações e os testemunhos posteriores, sugerem que o avião foi atraído para fora da rota por um farol falso colocado para esse fim. O Presidente Machel e outras 33 pessoas morreram no acidente, incluindo alguns dos seus principais conselheiros, e é um crédito para os pilotos que 14 pessoas sobreviveram, embora tenham sido consideradas mortas pelos soldados do apartheid que vasculharam os destroços em busca de documentos, ignorando os mortos e feridos.

Os pactos de não agressão assinados pela África do Sul com Angola, Moçambique e a então Swazilândia (Eswatini) no início dos anos 1980 não foram implementados, levando a esta decisão das autoridades do apartheid, porquanto a África do Sul se tornava cada vez mais ingovernável, de que o Presidente Machel, que foi era um herói nos townships, devia ser removido definitivamente. A África do Sul já havia tentado assassiná-lo antes e isso foi anunciado várias vezes antes, mostrando o erro de cálculo de que a morte de uma única pessoa, incluindo um Presidente, poderia impedir a libertação da Namíbia e da África do Sul. Em vez disso, a sua morte foi uma inspiração para uma maior acção.

A guerra dentro da África do Sul mergulhou toda a região da África Austral ... Sem acabar com o apartheid não haverá paz na região e no mundo inteiro. Rev. Frank Chikane, *Desestabilização da África do Sul da Região da África Austral*

Nesse caldeirão fumegante, a SADCC nasceu e cresceu. Este é o estado da região durante a década que se seguiu à Declaração de Lusaka da SADCC ***África Austral: Rumo à Libertação Económica***. Mesmo enquanto se transformava de conferência de coordenação em comunidade de desenvolvimento, como Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992, enquanto a região comemorava a vitória sobre o apartheid na Namíbia, o ar continuava aguçado com o som da batalha que havia ocorrido no sul de Angola, mas não só, a destruição também atingiu as zonas rurais e as capitais do Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Eswatini, Zâmbia e Zimbabwe.

A apresentação deste detalhe destina-se a ilustrar o que foi alcançado, o quão longe a SADC avançou desde o seu início ardente e como a região desempenhou um papel fundamental ao se unir aos sul-africanos na retirada do apartheid do poder político.

África Austral: Rumo à Libertação Económica ainda é um trabalho em curso.

1.3 A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral

O conceito da SADCC foi discutido em Gaborone, no Botswana, em Maio de 1979, quando os Ministros das Relações Exteriores dos cinco Estados da Linha da Frente se reuniram para discutir a cooperação económica. Eles concordaram em convocar uma conferência internacional em Arusha, na Tanzânia, em Julho de 1979, com representantes de instituições e agências de desenvolvimento, governos e doadores. Esta conferência histórica reuniu pela primeira vez governos e agências de todas as partes do mundo para discutir a cooperação regional na África Austral.

Dia da Libertação da África Austral: 23 de Março

A pequena vila de Cuito Cuanavale, na província de Cuando Cubango, no sul de Angola, foi o epicentro de uma feroz batalha convencional ocorrida de Novembro de 1987 a Março de 1988, quando milhares de combatentes das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), apoiados pelas forças namibianas e pelos aliados cubanos, lutaram para defender o país contra as forças armadas do regime do apartheid da África do Sul. A sua vitória em Cuito Cuanavale mudou a face da África Austral e foi a última grande batalha pela libertação, logo seguida de negociações bem-sucedidas para a independência da Namíbia (1990) e do fim da administração do apartheid na África do Sul (1994), permitindo à região avançar rumo ao desenvolvimento e integração regional.

As batalhas em Cuito Cuanavale acabaram por forçar a África do Sul a aderir às negociações com as Nações Unidas, Angola, Namíbia e Cuba, entre outros, resultando na retirada da África do Sul da Namíbia, que retornou ao mandato da ONU por um período de transição, levando à eleição de uma Assembleia Constituinte e à Independência, dois anos depois, a 21 de Março de 1990. Seguiram-se as eleições democráticas na África do Sul quatro anos depois, a 27 de Abril de 1994.

CRONOLOGIA DE CUITO CUANAVALÉ

23 de Março de 1988	Fim da batalha de Cuito Cuanavale
22 de Dezembro de 1988	Assinatura do Acordo de Nova Iorque para a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) devolvendo a Namíbia ao mandato da ONU
1 de Abril de 1989	Início da implementação da Resolução 435/78 do CSNU, levando à retirada da administração sul-africana e à independência da Namíbia
11 de Fevereiro de 1990	Libertação de Nelson Mandela da prisão na África do Sul
21 de Março de 1990	Independência da Namíbia
27 de Abril de 1994	Eleições democráticas na África do Sul

Por conseguinte, os Estados Membros da SADC decidiram comemorar o dia 23 de Março como o Dia da Libertação da África Austral. A data foi celebrada pela primeira vez em 23 de Março de 2019, em Cuito Cuanavale, local onde foi criado um museu e são guardados artefactos militares. O Dia da Libertação da África Austral foi institucionalizado pela 38ª Cimeira da SADC, realizada em 2018, na Namíbia. Na mesma sessão, a Cimeira decidiu sobre a criação de um grupo de trabalho para determinar as necessidades em matéria de ensino da História da Libertação da África Austral e a sua inclusão nos currículos escolares dos Estados Membros da SADC. Os líderes da SADC também criaram um mecanismo para homenagear os Fundadores da SADC.

Fonte *Dimensões Regionais dos Movimentos de Libertação Nacional, Módulo 1, Juventude na Luta de Libertação*, UNESCO, SADC, SARDC

O Presidente Sir Seretse Khama, do Botswana, abriu a conferência constitutiva da SADCC, em Arusha, a 2 de Julho de 1979, dizendo: “[a] exploração plena dos nossos recursos naturais e o desenvolvimento dos nossos sectores produtivos são restringidos pela pequenez dos mercados das nossas economias, mas, considerados como um todo, a África Austral constitui um mercado considerável. A cooperação económica regional levaria necessariamente ao aumento da produção coordenada, o que, por sua vez, encorajaria a expansão dos mercados para o comércio dentro da África Austral.”

A 1 de Abril de 1980, em Lusaka, na Zâmbia, os líderes de nove países independentes da região reuniram-se para lançar uma estrutura formal para coordenar os seus esforços e promover a acção colectiva, perante a realidade do poderio económico e militar do apartheid nas suas fronteiras a sul. A experiência e as lições que os Estados da Linha da Frente adquiriram na luta pela independência política teriam influência nas operações da SADCC.

O Presidente Samora Machel observou que “[é] muito importante que a experiência de unidade e coesão dos Estados da Linha da Frente na luta de libertação política do povo seja alargada a outros Estados governados pela maioria e aos governos na África Austral, na busca da libertação económica.”





Atrás da esquerda para a direita: S.Ex.ª Dick Matenje, do Malawi; Robert Mugabe, Primeiro-Ministro designado do Zimbabwe; Príncipe Mabandla Dlamini, Primeiro-Ministro do Reino de Eswatini; S.Ex.ª Mooki Vitus Molapo, Ministro do Comércio e Turismo do Reino do Lesoto; **a frente da esquerda para a direita:** José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola; Seretse Khama, Presidente fundador do Botswana; Kenneth David Kaunda, Presidente Fundador da Zâmbia; Samora Machel, Presidente fundador de Moçambique; Mwalimu Julius K. Nyerere, Presidente fundador da República Unida da Tanzânia.

1.3.1 Visão e Objectivos da SADCC

A SADCC foi estabelecida com a visão de criar uma região próspera e unida a longo prazo e com quatro objectivos específicos:

- ❖ Redução da dependência dos Estados Membros, em particular, mas não apenas, da África do Sul do apartheid;
- ❖ Estabelecimento de vínculos para criar uma integração regional genuína e equitativa;
- ❖ Mobilização dos recursos dos Estados Membros para promover a implementação de políticas nacionais, inter-estatais e regionais; e
- ❖ Acção concertada para garantir a cooperação internacional no âmbito da estratégia para libertação económica.

A SADCC e os Estados Membros concordaram em trabalhar juntos para combater o domínio da África do Sul e fortalecer o apoio diplomático e material para os movimentos de libertação que lutavam para dismantelar o controlo do apartheid sobre a Namíbia e a África do Sul, cujo objectivo foi alcançado em 1990 e 1994, respectivamente.

Isso foi enfatizado na Declaração de Lusaka, África Austral: Rumo à Libertação Económica, na qual os fundadores assumiram o compromisso de que “no futuro, o desenvolvimento deve ter como objectivo a redução da dependência económica não apenas da República da África do Sul, mas também de qualquer Estado ou grupo externo de Estados.”

A dependência da África do Sul era amplamente visível nas áreas de transporte e comunicações, como grande exportador de bens e serviços e importador de bens e mão de obra barata.

O Presidente Kaunda avisou aos seus pares que havia muito em jogo e isso dependia do sucesso da recém-formada SADCC, particularmente porque a emancipação económica dos países participantes da Cimeira teria “um impacto marcante na África do Sul e desferiria um golpe mortal na política de apartheid. O nosso sucesso é importante para o povo da África do Sul e, portanto, para a libertação de todo o continente.”

Embora o objectivo de lançar a SADCC tivesse como premissa a obtenção da emancipação económica, os Estados Membros não abandonaram o seu compromisso com a libertação política que moldou a abordagem dos Estados da Linha da Frente. Em vez disso, a emancipação económica era uma continuação do mesmo objectivo, com a libertação política a constituir a base necessária para a prosperidade económica.

As lições que os Estados da Linha de Frente aprenderam na sua busca da liberdade política na África Austral também fundamentariam o progresso na SADCC. “Não tenho dúvidas de que somos igualmente capazes de trabalhar juntos para o avanço económico e social dos nossos povos da mesma forma que temos feito na luta pela liberdade política”, disse o Presidente Khama, alertando que seria “um optimismo exagerado esperar obter sucessos fáceis e rápidos.”

“É preciso aceitar que esta será, sem dúvida, uma tarefa mais difícil do que a política.”

COMUNICADO DA CIMEIRA DA SADCC NA ZAMBIA LUSAKA 1 ABRIL, 1980

Hoje, numa reunião de cimeira histórica, líderes e representantes dos nove países independentes da África Austral, fizeram uma declaração conjunta sobre a sua estratégia para uma integração mais próxima das suas economias. Isso marca um novo compromisso de coordenar as suas economias de forma a acelerar o seu desenvolvimento e reduzir a sua dependência da República da África do Sul.

Os líderes aprovaram um programa de acção que incluiu:

- A criação de uma Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral com sede em Maputo
- Medidas de controlo da febre aftosa em bovinos em toda a região
- A preparação de um plano de segurança alimentar para a região
- O estabelecimento de um Centro Regional de Pesquisa Agropecuária especializado em áreas propensas a secas
- Planos para Harmonização de Políticas de Industrialização e energia
- Partilha de instalações nacionais de treinamento na região
- Estudos conducentes a propostas para o estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento da África Austral.

A Cimeira concordou que uma reunião de Ministros deveria ser realizada no Zimbabwe em Setembro de 1980.

A Cimeira concordou que uma Conferência Internacional de Doadores deveria ser realizada em Maputo no final de Novembro de 1980.

A Cimeira solicitou ao Governo do Botswana que examinasse a necessidade de mecanismos institucionais para a coordenação geral dos programas. Entretanto, o Governo do Botswana foi incumbido de tomar medidas imediatas de seguimento até que as instituições apropriadas fossem criadas e estivessem operacionais.

A Cimeira de Lusaka também contou com a presença de Robert Mugabe como Primeiro-Ministro designado do Zimbabwe independente, e de Sam Nujoma, Presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), que recebeu garantias de apoio para a libertação da Namíbia, então ocupada pela África do Sul, embora formalmente sob mandato da ONU.

A intervenção final do Presidente Khama durante a Cimeira constituinte realizada na icónica sala de conferências *Mulungushi Hall*, de Lusaka, foi a personificação da fundação sobre a qual a SADCC foi construída, quando ele disse: "[ou] nós avançamos juntos ou morreremos."

O anfitrião, o Presidente Kaunda, ecoou o mesmo sentimento quando disse: "[a] unidade africana deve receber substância económica, a partir da qual o tecido sociocultural crescerá tão forte que o nosso continente não será mais vulnerável".

Isto fundamentou a visão da SADCC e, mais tarde, da SADC, que é de "um futuro comum dentro de uma comunidade regional que garantirá o bem-estar económico, a melhoria dos padrões e da qualidade de vida, a liberdade, a justiça social e a paz e segurança aos povos da África do Austral."

O Presidente Sir Seretse Khama já estava muito doente, embora permanecesse activo para ver o início da concretização da sua visão, e perdeu a vida algumas semanas depois, em Julho de 1980, aos 59 anos. Mwalimu Nyerere, falando em Gaborone, em 1986, nas celebrações do 20º aniversário da independência do Botswana, disse o seguinte sobre o seu amigo Sir Seretse Khama, o primeiro Presidente em Exercício da SADCC:

"[u]ma das suas maiores contribuições é que ele iniciou a SADCC. A reunião que formalmente tomou a decisão de estabelecer a SADCC foi realizada em Arusha, na Tanzânia, o que foi meramente um reconhecimento das realidades geográficas. Foi o Presidente Sir Seretse Khama o responsável pela realização dessa reunião e ele fez o discurso principal na sua abertura. ...Foi um grande legado para a África e para o Terceiro Mundo."

1.3.2 Estrutura e Prioridades da SADCC

A Cimeira de nove líderes de países independentes que lançaram a SADCC, presidida pelo Presidente Sir Seretse Khama, do Botswana, discutiu questões práticas, a situação prevalecente na região e as perspectivas de desenvolvimento no futuro. Eles emitiram a Declaração de Lusaka denominada África Austral: Rumo à Libertação Económica, declarando a sua intenção de trabalhar em harmonia para "tecer laços de cooperação e desenvolvimento regional" no contexto da sua estratégia de libertação económica.

"A África Austral está fragmentada, é explorada de forma grosseira e está sujeita à manipulação económica por estranhos. O desenvolvimento no futuro deve ter como objectivo a redução da dependência económica", disseram os nove países no comunicado de encerramento.

A primeira estrutura que estabeleceram para atingir este objectivo foi a Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), com sede em Maputo, Moçambique. Eles discutiram a segurança alimentar e as doenças do gado, e estabeleceram um Centro Regional de Investigação Agrícola especializado em áreas propensas à seca. Eles discutiram planos para harmonizar o seu desenvolvimento industrial e as políticas de energia, a partilha de instalações nacionais de formação, e estudos sobre um Fundo de Desenvolvimento da África Austral.

Solicitaram ao Governo do Botswana que "examinasse a necessidade de mecanismos institucionais para a coordenação geral dos programas" e atribuíram ao Botswana a responsabilidade de tomar medidas imediatas de seguimento até que as instituições apropriadas pudessem estar criadas e operacionais.



Presidente Mwalimu Julius Nyerere da República Unida da Tanzânia (a esquerda) e Presidente Samora Machel de Moçambique (a direita)



Presidente Seretse Khama do Botswana



Presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia



Presidente José Eduardo dos Santos de Angola

Introdução

A 1 de Abril de 1980, os líderes e representantes dos Estados independentes da África Austral reuniram-se em Lusaka. Nessa reunião de Cimeira Histórica, eles assinaram a Declaração *África Austral: Rumo à Libertação Económica*. Esta Declaração compromete os países da região a trabalhar harmoniosamente para integrar as suas economias e reduzir a sua dependência, em particular, mas não somente, da República da África do Sul. O desenvolvimento económico acelerado e a autosuficiência regional constituem a dupla de objectivos preconizados na Declaração. A única garantia para o sucesso desta iniciativa são os esforços dos povos e dos governos da região. A Declaração também contém um apelo à cooperação externa e apoio internacional. A coordenação do desenvolvimento da África Austral "será alcançada mais rapidamente e será mais eficaz se o desenvolvimento ocorrer dentro do contexto da cooperação global." Amon J. Nsekela, Alto Comissário para a Tanzânia, Presidente, Comité Directivo da SADCC.

Southern Africa: Toward Economic Liberation

A Declaration by the Governments of Independent States of Southern Africa made at Lusaka on the 1st April 1980



both as separate nation States and as a group of neighbouring majority-ruled African countries, to assist in achieving a successful culmination of our struggle.

Our urgent task now is to include economic liberation in our programmes and priorities.

In the interest of the people of our countries, it is necessary to liberate our economies from their dependence on the Republic of South Africa to overcome the imposed economic fragmentation and to coordinate our efforts toward regional and national economic development. This will be as great for Namibia as it is for all the independent States of the region.

Southern Africa is a focal point of conflict. How can it be otherwise when a racist regime holds Namibia under military occupation, grossly exploits the people and the economies of the independent states and is a major barrier to our national development? It is not the quest for liberation, but the entrenched racism, exploitation and oppression which is the cause of conflict in Southern Africa. The power behind this is in large measure economic. Economic liberation is, therefore, as vital as political freedom.

We, the majority-ruled States of Southern Africa, do not envisage this regional economic coordination as exclusive. The initiative toward economic liberation has flowed from our experience of joint action for political liberation. We envisage regional coordination as open to all genuinely independent Southern African States.

In this spirit we call on Governments, international institutions and voluntary agencies to give priority to increasing financial resources to support Southern African efforts toward economic liberation and independent economic development.

This we believe is the route to genuine interdependence and represents the best hope for a just and cooperative future for the region as a whole.

Development Objectives

The development objectives which we will pursue through coordinated action are:

1. the reduction of economic dependence, particularly, but not only, on the Republic of South Africa;
2. the forging of links to create a genuine and equitable regional integration;

4

A majority of the people of Southern Africa are dependent on farming and animal husbandry. Their future livelihood is threatened by environmental degradation and in particular by desert encroachment as well as recurrent drought cycles. Even today few of the States of the region are self-sufficient in staple foods. Both environmental protection and food security are major challenges both nationally and regionally. We, therefore, urge that the International Centre for Research on Agriculture in the Semi-Arid Tropics (ICRASAT) set up a Southern Africa Regional Centre in Botswana.

We further urge the development of the existing facilities in Botswana for production of foot and mouth disease vaccine to provide for the needs of all of the majority-ruled countries in Southern Africa. The spread of this disease currently threatens Angola, Botswana, Namibia, Zimbabwe, Swaziland and Mozambique. A coordinated approach to its control and elimination is urgently needed.

Likewise, we will undertake concerted projects in order to exploit natural resources, in particular those of common hydrological basins.

It is a matter of urgency to identify ways in which the coordination of research and training as well as the exchange of information can strengthen programmes to protect our environment and increase food production. In the field of food security the possibility of the coordination of national reserve policies and the facilitation of interstate exchanges will receive priority attention.

We have decided to give special attention to the sharing of training and research facilities.

We have further decided to stimulate the exchange of information aimed at achieving a concerted policy in the fields of mining, industry, energy and agriculture. In particular, consultations among those States requiring petroleum products and electricity on the one hand and those with petroleum refining capacity and electricity surpluses on the other must be undertaken to achieve regional solutions.

The effort for economic development is an essential condition to free the Southern African States from the exploitative migrant labour system.

3. the mobilisation of resources to promote the implementation of national, interstate and regional policies;
4. concerted action to secure international cooperation within the framework of our strategy for economic liberation.

Strategies and Priorities.

We will identify areas in which, working in harmony, we can gear national development to provide goods and services presently coming from the Republic of South Africa and weave a fabric of regional cooperation and development.

Key to this strategy is transport and communications.

The dominance of the Republic of South Africa has been reinforced and strengthened by its transport system. Without the establishment of an adequate regional transport and communications system, other areas of cooperation become impractical. The economic liberation of Namibia, following its attainment of genuine political independence, will require the creation and operation of adequate transport and communication links with its natural partners to replace the artificial ones which currently bind it to the Republic of South Africa.

We will therefore create a Southern African Transport and Communications Commission to coordinate the use of existing systems and the planning and financing of additional regional facilities.

The ports of Mozambique serve four States in the region and with the genuine independence of Zimbabwe can be developed to serve two more. Zambia uses transport facilities in five regional States. The development of Mozambican, Tanzanian and Angolan ports and the coordination of facilities more effectively to meet requirements of the land-locked States are necessarily of regional concern. Transport and Communications will be a major focus of regional action. The coordination of transport facilities to meet the needs of land-locked States is crucial. With the attainment of genuine independence in Zimbabwe it is urgent to restore transport routes linking it to the Indian Ocean through Mozambique. Additional areas in which coordinated action will be needed include major new projects such as a possible railway from Botswana through Namibia to the Atlantic Ocean, thereby creating an alternative route to the sea for Botswana, Zambia and Zimbabwe; the coordination of airline schedules so that movement within the region is practicable; the study of existing and proposed

Southern Africa: Toward Economic Liberation

A Declaration by the Governments of Independent States of Southern Africa made at Lusaka on the 1st of April, 1980

We, the undersigned, as the Heads of Government of majority-ruled States in Southern Africa, offer this declaration to our own peoples, to the peoples and Governments of the many countries who are interested in promoting popular welfare, justice and peace in Southern Africa and to the international agencies who share this interest. In it we state our commitment to pursue policies aimed at the economic liberation and integrated development of our national economies and we call on all concerned to assist us in this high endeavour.

Dependence in Context

Southern Africa is dependent on the Republic of South Africa as a focus of transport and communications, an exporter of goods and services and as an importer of goods and cheap labour. This dependence is not a natural phenomenon nor is it simply the result of a free market economy. The nine States and one occupied territory of Southern Africa (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mozambique, Namibia, Swaziland, Tanzania, Zambia and Zimbabwe) were, in varying degrees, deliberately incorporated—by metropolitan powers, colonial rulers and large corporations—into the colonial and sub-colonial structures centring in general on the Republic of South Africa. The development of national economies as balanced units, let alone the welfare of the people of Southern Africa, played no part in the economic integration strategy. Not surprisingly, therefore, Southern Africa is fragmented, grossly exploited and subject to economic manipulation by outsiders. Future development must aim at the reduction of economic dependence not only on the Republic of South Africa, but also on any single external State or group of States.

Liberation: Political and Economic

While the struggle for genuine political independence has advanced and continues to advance, it is not yet complete. We, the majority-ruled States of Southern Africa, recognise our responsibilities,

3

micro-wave and ground satellite facilities to identify how they can be interlinked, possibly through the Rift Valley Station. The Commission will be located in Maputo and serviced by a small technical unit. It will coordinate transport and communication links among participating States. The Commission will seek participation of all genuinely independent States in the Southern African region. In addition, in many fields notably in transport, observer status will be open to Liberation Movements wishing to participate in anticipation of genuine independence. Similarly, in manpower development and research, the involvement of Liberation Movements is essential to amass the knowledge and train the personnel necessary once political liberation is achieved.

Regional coordination must be operational—it must result in concrete programmes and projects. This will require both domestic and external finance. Present estimates, for example, show that in excess of US \$1.5 billion will be needed to finance urgent transport and communications projects over the next decade.

We emphasize the importance of additional resources being made available to assist efforts to coordinate regional economic development projects. In the first instance, we intend to use the Regional Transport & Communications Commission to mobilise finance for urgent projects in priority sectors by holding ad hoc pledging sessions with existing bilateral and multilateral funding agencies. As economic cooperation develops, a Southern African Development Fund will be created and research to this end is being initiated. Its scope would be subsequently broadened and it might prove desirable to create a separate regional development bank. We therefore urge the friends of Southern Africa to pledge financial support to this Fund.

Concerted Actions

Regional cooperation in the field of transport and communications is seen as crucial to economic liberation and has therefore been given the greatest attention. In other sectors, similar programmes of concerted action are envisaged.

For trade development we recognise that many of us have existing bilateral and multilateral trade and customs arrangements. But even within these constraints we believe that there is room for substantial increases in trade among ourselves. To this end existing payment systems and customs instruments will be studied in order to build up a regional trade system based on bilaterally negotiated annual trade targets and product lists.

6

External Cooperation

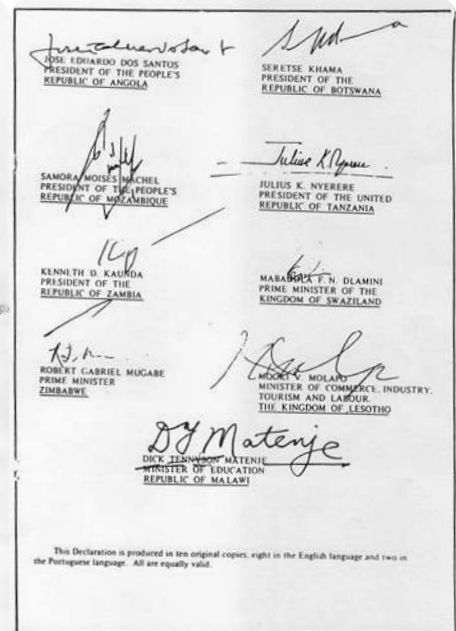
We are committed to a strategy of economic liberation. It is a strategy which we believe both needs and deserves international support. Southern African regional development must be designed and implemented by Southern Africans. It will, however, be achieved more rapidly and will be more effective if development takes place within the context of global cooperation.

International bodies and States outside Southern Africa are therefore invited to cooperate in implementing programmes towards economic liberation and development in the region.

This preliminary identification of aims, strategies and sectors illustrates both the magnitude of the task facing us and some of the broad areas within which outside assistance will be welcomed.

It is envisaged that Southern African Development Coordination meetings of member Southern African States and other invited participants should be held annually. This will provide a mechanism for surveying results, evaluating performance, identifying strengths and weaknesses and agreeing on future plans. Economic liberation and development in Southern Africa cannot be attained either easily or speedily. What is therefore needed is sustained cooperation.

We view this declaration as a statement of commitment and strategy. Under-development, exploitation, crisis and conflict in Southern Africa will be overcome through economic liberation. The welfare of the peoples of Southern Africa and the development of its economies requires coordinated regional action. It is our belief that in the interest of popular welfare, justice and peace, we in Southern Africa have the right to ask and to receive practical international cooperation in our struggle for reconstruction, development and genuine interdependence. However, as with the struggle for political liberation, the fight for economic liberation is neither a mere slogan to prompt external assistance nor a course of action from which we can be deflected by external indifference. The dignity and welfare of the peoples of Southern Africa demand economic liberation and we will struggle toward that goal.



This Declaration is produced in ten original copies, eight in the English language and two in the Portuguese language. All are equally valid.

7

8

1.3.3 Estratégias e Decisões da SADCC

A conquista da governação democrática na Namíbia (1990) e na África do Sul (1994) marcou uma mudança no foco para o desenvolvimento económico e para a integração regional. Esta independência política foi alcançada através do apoio directo dos Estados membros que forneceram apoio material e refúgio nos seus países e apoio diplomático para fazer pressão junto da comunidade internacional para esta tomar medidas resolutas para impedir a agressão sul-africana e desmantelar o apartheid.

Os líderes fundadores consideraram a SADCC como uma ferramenta e um processo conducente à coordenação de esforços e ao estímulo do crescimento económico em toda a África Austral. Daí constituir uma plataforma para lutar pelo avanço económico, reduzir a dependência da África do Sul e salvaguardar a liberdade política.

Na criação de economias sustentáveis, a Cimeira da SADCC de 1981, realizada no Zimbabwe, observou a ratificação pelos membros da Convenção da Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC). A Comissão foi encarregada de facilitar a coordenação entre os Estados Membros da SADCC do funcionamento dos sistemas de transporte da região. Este foi um passo vital para garantir a promoção da operação de infra-estruturas eficientes e totalmente integradas na região.

A SADCC estabeleceu centros nacionais conhecidos como unidades de coordenação sectorial, e os Estados Membros tinham a responsabilidade de acolher e coordenar diferentes sectores, como pesquisa agrícola, energia e indústria, dependendo da sua vantagem comparativa nos sectores, numa tentativa de alcançar a segurança alimentar, o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e comunicações e, em última análise, acabar com a dependência.

O estabelecimento da SADCC conferiu aos Estados Membros uma plataforma para organizar e gerir o desenvolvimento regional de uma forma coordenada, em conjunto, com base no benefício mútuo, em prol de um futuro comum. A segunda Cimeira também aprovou o estabelecimento de um Secretariado, que iria preparar reuniões e planos, e assegurar a continuidade nas deliberações da SADCC. O Secretariado foi criado em Gaborone, no Botswana, em 1982, com a responsabilidade de supervisionar a concepção e a implementação de vários projectos regionais.

Eram realizadas conferências consultivas anuais para a coordenação com agências de financiamento, e a abordagem da SADCC na cooperação regional era baseada em projectos para tratar de questões nacionais através de uma acção regional, com os Estados Membros a manter a responsabilidade pela gestão dos projectos numa estrutura descentralizada. A discussão a nível regional era estimulada através da apresentação de documentos temáticos prospectivos e o Secretariado coordenava as posições regionais sobre questões de maior preocupação para os membros.

A SADCC conseguiu promover a solidariedade, a paz e a segurança na região em face do poderio económico e militar do apartheid, e fortaleceu as relações históricas existentes entre os Estados Membros em prol de uma paz sustentável e segurança mútua. Um desafio significativo que ainda é enfrentado é a complexidade de criar uma economia regional auto-sustentável devido à natureza divisionista do legado das fronteiras coloniais.

A medida que se avançava, tornou-se necessário situar a coordenação baseada em projectos dentro de estruturas e estratégias específicas sectoriais, vinculando os objectivos da Declaração de Lusaka a actividades específicas a nível regional e nacional como base para a definição de prioridades e avaliação. “A abordagem de coordenação sectorial destacou a necessidade de construir a auto-suficiência colectiva e a confiança mútua, e foi nesta base que a organização evoluiu ao longo dos anos”.

UMA IMAGEM DA SITUAÇÃO DA SADCC EM 1980



COMUNICADO ZIMBABWE, HARARE, 20 DE JULHO DE 1981

... Os Chefes de Estado e de Governo manifestaram a sua satisfação com o progresso feito na cooperação regional desde a Cimeira de Lusaka de Abril de 1980, reafirmaram o seu compromisso total com os princípios consagrados na Declaração de África Austral: Rumo à Libertação Económica e apelaram a todos os que partilham estes ideais para se juntarem a eles na luta pela libertação económica e pela justiça e paz na África Austral. ...

Os Chefes de Estado e de Governo também notaram a ratificação de uma Convenção para a Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC) o que confere à Comissão, com sede em Maputo, personalidade jurídica, com o seu próprio Comité de Ministros e conferência executiva. ... A Cimeira notou com satisfação que a Comissão já estava a implementar de um grande número de projectos regionais e para a rápida reabilitação dos sistemas de transportes e comunicações dos Estados Membros da SADCC.

A Cimeira recebeu um relatório do Conselho de Ministros sobre os progressos realizados na preparação das bases para programas de acções de cooperação nos domínios dos transportes e comunicações, segurança alimentar, conservação do solo e aproveitamento da terra, investigação agrícola, controlo de doenças animais, desenvolvimento da mão-de-obra, desenvolvimento industrial, desenvolvimento de energia, mecanismos financeiros e segurança. A Cimeira saudou os Ministros e seus funcionários pela rapidez e eficácia com que estão a implementar o Programa de Acção de Lusaka.

Manifestaram o ponto de vista de que o progresso já alcançado criou uma base sólida para o alargamento das áreas de cooperação e notaram com satisfação que o Malawi foi atribuída a responsabilidade de coordenar uma abordagem regional para o desenvolvimento da pesca e da vida selvagem. Outras áreas prioritárias para cooperação no âmbito da SADCC serão examinadas em 1981. ...

A Cimeira recebeu um relatório sobre os preparativos da Conferência de Blantyre, programada para 19 e 20 de novembro de 1981, e endossou as disposições propostas. A Conferência será em grande parte de natureza consultiva, em vez de uma conferência de doadores. ...

O Presidente da Tanzânia, Sua Excelência Julius K. Nyerere expressou a gratidão de todos os Estados Membros da SADCC ao Governo do Botswana pelo papel crucial que desempenhou de forma eficaz, desde o início, proporcionando à SADCC liderança, direcção e continuidade de serviço. O Botswana não se poupou ao comprometer os seus escasos recursos - tanto humanos como materiais - para a SADCC. ...

COMUNICADO ANGOLA, LUANDA, 22 DE AGOSTO DE 1986

... Antes da Abertura Oficial da Cimeira, o Presidente distinguiu Mwalimu Julius Nyerere, do antigo Presidente da República Unida da Tanzânia, com a Medalha Seretse Khama da SADCC em reconhecimento da sua notável contribuição para a criação e desenvolvimento da SADCC e para a luta pela libertação económica na África Austral. Mwalimu Nyerere é a primeira pessoa a ser homenageada pela SADCC.

A Cimeira também notou que, como resultado do regresso das chuvas normais na maioria dos Estados-Membros e da melhoria na produtividade agrícola, a situação alimentar na região melhorou consideravelmente. No entanto, a situação em Angola, Botswana e Moçambique continua a ser preocupante; porquanto, no caso do Botswana, a seca persistiu e, em Angola e Moçambique, as actividades de banditismo apolotas pela África do Sul perturbaram a produção e a distribuição de alimentos. A Cimeira enfatizou o facto de que a importância fundamental de desenvolver uma abordagem regional coerente e abrangente para a produção agrícola e a segurança alimentar e exortou os Ministros da Agricultura da SADCC a redobrar os seus esforços a este respeito.

A Cimeira aprovou a decisão do Conselho de Ministros da SADCC de estabelecer um programa de promoção comércio intra-SADCC. Devido à reduzida base de produção da região e à gama limitada de bens comercializados a nível regional, o programa tem, como parte integrante, a expansão da produção nos Estados Membros com base na vantagem comparativa complementar e na distribuição equitativa dos benefícios. ...

A cimeira também observou que, dadas as fortes ligações do sector com a indústria, foi criado um novo sector de indústria e comércio no Programa de Acção, sob a coordenação da República Unida da Tanzânia."

COMUNICADO ZÁMBIA, LUSAKA, 24 DE JULHO DE 1987

... O Presidente fez uma outorga a título póstumo da Medalha Seretse Khama da SADCC ao falecido Presidente Samora Moisés Machel, de Moçambique em reconhecimento da sua notável contribuição para a criação e desenvolvimento da SADCC e para a luta pela libertação económica na África Austral. A Medalha foi recebida pelo Presidente Joaquim Chissano, da República Popular de Moçambique, em nome da família de Samora Machel e do Povo e Governo de Moçambique. ...

... A Cimeira também notou com grande preocupação o impacto da dívida da região sobre as economias dos Estados Membros. ... A Cimeira exortou a comunidade internacional e, em particular os países e instituições credores, a tomar todas as medidas apropriadas para aliviar este fardo. ...

A Cimeira notou o progresso registado no sector prioritário dos Transportes e Comunicações, incluindo a reabilitação da linha férrea Beira-Machipanga que liga Moçambique e o Zimbábue, as obras executadas no terminal de contentores do porto de Nacala e reabilitação das ferrovias em Maputo e a reabilitação da linha férrea do Limpopo E. Em Dar es Salaam, estavam em curso as obras de uma segunda fase da reabilitação de TAZARA e, no que diz respeito ao Lobito, um plano de desenvolvimento de 10 anos para o Corredor do Lobito.

O espectro da seca assombra mais uma vez a região e prejudica os esforços de estabelecer assistência a todos os Estados Membros. ... A Cimeira lançou um apelo de para a prestação de especial auxílios financeiros para a preparação de programas de alimentos. Também lançou um apelo para a prestação de assistência alimentar regional, para servir de "mecanismo para enfrentar estas crises, especialmente as resultantes da queda da produção local.

"A cimeira analisou a situação prevalente na região e observou a continuação e intensificação dos actos de agressão e desestabilização perpetrados pela África do Sul contra os Estados Membros africanos. ... A Cimeira apelou à comunidade internacional para tomar medidas urgentes para pôr termo à agressão da África do Sul, para o desmantelamento do Apartheid; e assegurar a independência da Namíbia.

A Cimeira notou a recente legislação aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos da América a prestação de assistência à SADCC. Embora reconheça que o programa de apoio económico proposto pelos Estados Unidos pode ser um benefício considerável para a região como um todo, a Cimeira manifestou a sua forte objecção à exclusão específica de Angola e Moçambique destes programas de desenvolvimento por violarem a integridade da SADCC; e expressou o seu descontentamento pela tentativa de associar os Estados Membros da SADCC ao terrorismo. ..."

COMUNICADO BOTSWANA, GABERONE, 22 DE JULHO DE 1982

... O recém-nomeado Secretário Executivo da SADCC, Frederick Arthur Bulmeris, foi apresentado à Cimeira e assumirá o seu cargo em breve. O Secretariado permanentemente ficará então totalmente operacional.

"Os Chefes de Estado e de Governo condenaram a África do Sul pela sua política de desestabilização dirigida aos Estados Membros da SADCC. O objectivo desta desestabilização é minar a segurança dos Estados Membros da SADCC e sabotar os esforços da SADCC em prol da libertação económica."

O foco principal da próxima Conferência Anual a ser realizada em Maseru, Lesotho, em Janeiro de 1983, será a cooperação industrial e agrícola.

COMUNICADO REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA, ARUSHA, 9 DE AGOSTO DE 1985

... A reunião também contou com a presença de representantes dos Movimentos de Libertação da África Austral: Oliver Tambo, Presidente do Congresso Nacional Africano da África do Sul; Johnson Mlambo, Presidente do Congresso Pan-Africanista da Ásania; Sam Nujoma, Presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano, da Namíbia. ...

A Cimeira apreciou e aprovou o Relatório Anual de Balanço do Programa de Acção da SADCC cobrindo o período de Julho de 1984 a Julho de 1985 e decidiu que o relatório deveria ser publicado. O relatório regista o resultado de cinco anos de cooperação rumo à libertação económica na África Austral. A Cimeira registou com satisfação os progressos alcançados em todos os sectores. ...

A Cimeira condenou a violência perpetrada pelo regime racista da África do Sul contra o povo sul-africano, em particular as crescentes perdas de vidas e as prisões em massa. A violência do apartheid não se limita apenas à própria África do Sul, mas se estende ameacadoramente por toda a África Austral. O regime do apartheid continua a ocupar arrogantemente a Namíbia e a brutalizar o seu povo em total desafio ao direito e à opinião pública internacional e intensificou os seus ataques militares e actos de desestabilização contra os seus vizinhos. Apela-se a uma nova iniciativa urgente para acabar com a violência do apartheid, a ocupação da Namíbia e os actos de desestabilização contra os nossos Estados.

Reconhecendo que esta é a última Conferência em Cimeira na qual Mwalimu Nyerere participará como Presidente da Tanzânia, a Cimeira prestou-lhe homenagem pelo seu importante papel na criação e desenvolvimento da SADCC. A Cimeira notou com apreço as suas grandes contribuições ao longo de um quarto de século para a causa da libertação africana e para a dignidade humana e igualdade em geral. A Cimeira espera que, ao renunciar à Presidência, o talento e a experiência de Mwalimu Nyerere estejam no futuro ainda mais disponíveis para o avanço, num campo mais amplo, das causas dos princípios com os quais ele se identificou ao longo de vários anos. ...

COMUNICADO MOÇAMBIQUE, MAPUTO 15 DE JULHO DE 1988

... No que diz respeito à implementação do Programa de Acção da SADCC, a Cimeira notou com apreço os progressos alcançados no sector prioritário dos Transportes e Comunicações, o que levou a uma maior utilização das rotas regionais através da Beira e Dar es Salaam. Além disso, a Cimeira saudou o progresso feito nos preparativos para reabilitar totalmente o sistema de transportes de Maputo, e também expressou a esperança de que os preparativos para a reabilitação do Corredor do Lobito, em Angola, possam prosseguir sem demora.

A Cimeira também observou a melhoria registada na situação alimentar na região depois do registo de condições climáticas favoráveis. No entanto, a Cimeira lamentou a continuação da grave escassez de alimentos em Angola e Moçambique, causada principalmente pelas actividades de agressão e desestabilização da África do Sul, que perturbaram a vida rural e causaram o deslocamento de milhões de pessoas nestes dois Estados-Membros.

A Cimeira registou com gratidão o nível crescente de apoio prestado à SADCC pela comunidade internacional, como evidenciado pelo alto nível de representação e a quantidade de promessas financeiras feitas na Conferência Consultiva Anual da SADCC de 1988, realizada em Arussha, na Tanzânia, em Janeiro passado.

A Cimeira observou novamente com extrema preocupação a escalada contínua da violência na região, causada pela agressão e actividades de desestabilização da África do Sul num tentativa vã de defender o sistema do apartheid. Além disso, a Cimeira lamentou a perda de vidas e bens, de ambos os lados, e o deslocamento de milhões de pessoas como consequência directa das acções do governo sul-africano. A Cimeira exortou o governo sul-africano a aceitar que o apartheid, ou qualquer outro regime de separação artificial das raças na África do Sul, está pré-destinado ao fracasso, e a entrar em negociações significativas com os verdadeiros líderes da maioria negra na África do Sul.

A Cimeira registou os progressos apreciáveis registados nas negociações para a retirada das tropas sul-africanas de Angola e para a independência da Namíbia. A Cimeira expressou ainda a esperança de que este desenvolvimento inaugure um clima mais propício para a introdução das mudanças necessárias no governo sul-africano para acabar com o apartheid, que é a principal causa de conflito no região.

COMUNICADO MOÇAMBIQUE, MAPUTO 11 DE JULHO DE 1983

... A Cimeira recebeu um relatório sobre o progresso feito na área prioritária de Transportes e Comunicações, bem como na Agricultura, Desenvolvimento Industrial, Energia e Desenvolvimento de Mão de Obra.

"A Cimeira notou que para a maioria dos países da SADCC, a época agrícola de 1982/83 testemunhou uma das piores secas de que há memória. O rendimento das culturas foi severamente reduzido, o que afectou drasticamente a capacidade dos Estados Membros de obter divisas através das exportações e, ainda mais importante, reduziu a disponibilidade de alimentos de produção interna para atender às necessidades básicas da população. Possivelmente a produção não pode fornecer os alimentos básicos necessários para a subsistência de muitas pessoas nas zonas rurais até à colheita de 1984. Mais grave ainda é a ameaça de que até mesmo esta safra seja devastada pela seca. ... Para muitos Estados-Membros, esta é a pior crise deste tipo que enfrentaram desde a sua independência.

A seca coincide com a recessão mais profunda que o mundo sofreu no último meio século.

A Cimeira notou que, em parte devido à crença falaciosa de que estes problemas minarão o empenho da SADCC em prol da libertação política e económica, a África do Sul intensificou a sua política agressiva destinada a desestabilizar os Estados Membros através da sabotagem económica e militar. A África do Sul pode invadir e ocupar Estados soberanos, fazer explodir instalações vitais e massacrar populações sem nenhum custo aparente para as suas próprias reservas de capital, tecnologia, capacidades de gestão e enviar as armas necessárias para levar a cabo esta política, procuram também melhorar as suas relações com a SADCC. Deve haver uma mudança nos seus princípios aliados. Alguns destes amigos da África do Sul, que fornecem ao regime racista os seus principais aliados. Alguns destes amigos da África do Sul, que fornecem ao regime racista os seus principais aliados. Alguns destes amigos da África do Sul, que fornecem ao regime racista os seus principais aliados. Alguns destes amigos da África do Sul, que fornecem ao regime racista os seus principais aliados.

A próxima conferência da SADCC com os seus parceiros de cooperação internacionais será realizada ainda este ano em Lusaka. Entre os convidados estarão países que têm laços consideráveis e estreitos e influência sobre a África do Sul - a Cimeira apelo-lhes, mais uma vez, para usarem essa influência para controlar a agressão que está a ser perpetrada contra os Estados Membros da SADCC, uma vez que é claramente irracional que esses países investam em infraestruturas regionais apenas para ver esses recursos desperdiçados pela sabotagem da África do Sul. ...

COMUNICADO BOTSWANA, GABERONE 6 DE JULHO DE 1984

... A Cimeira também contou com a presença do Presidente do Congresso Nacional Africano da África do Sul, Oliver Tambo, o Presidente do Congresso Pan-Africanista da Ásania, John Pheleka, e um representante da Organização do Povo do Sudoeste Africano. ...

Botswana presidirá às reuniões da Cimeira e do Conselho de Ministros durante os próximos três anos. A Cimeira nomeou Simba Maloni para o cargo de Secretário Executivo. ...

A Cimeira apreciou o problema do financiamento discriminatório dos projectos da SADCC e decidiu denunciar tais práticas e apelar aos Governos e agências doadoras para não usarem os seus recursos de ajuda em tentativas de dividir os Estados Membros da SADCC e minar a sua cooperação.

COMUNICADO ZIMBABWE, HARARE, 25 DE AGOSTO DE 1989

... A Cimeira contou também com a presença dos líderes dos Movimentos de Libertação da África Austral: Sr. Thabo Mbeki, Secretário para os Assuntos Externos do Congresso Nacional Africano da África do Sul; Johnson Mlambo, Presidente do Congresso Pan-Africanista da Ásania; Toivo Ja Toivo, Secretário-Chefe da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia. ...

A Cimeira notou, com satisfação, a melhoria registada no desempenho das economias dos Estados Membros. A região registou uma taxa média de crescimento do PIB de cerca de 4,5%, representando um aumento real da renda per capita e uma reversão de mais de dez anos de declínio económico. Este bom desempenho é resultado das medidas de ajuste mineral e do aumento da produção agrícola, decorrente de condições climáticas favoráveis e da introdução de políticas e incentivos em termos de preços no sector. ...

A Cimeira instruiu o Conselho de Ministros a formalizar a SADCC e dar-lhe um estatuto jurídico adequado, tendo em conta a necessidade de substituir o Memorando de Entendimento da SADCC por um Acordo, Carta ou Tratado que deve ser preparado para ser assinado durante a Cimeira de 1990.

A Cimeira saudou as iniciativas dos governos de Angola e Moçambique para trazer a paz a estes Estados Membros, e acordou que depois do restabelecimento da paz nestes países, será necessário reabilitar as suas economias e, em particular, reassentar os deslocados. Por conseguinte, a Cimeira instou a comunidade internacional a ajudar neste processo.

A Cimeira também reconheceu que a independência iminente da Namíbia traria desafios e oportunidades para a SADCC. Embora a Cimeira tenha saudado a implementação da Resolução 435, também expressou preocupação com os esforços do governo da África do Sul para minar a boa condução de eleições livres e justas na Namíbia. Portanto, a Cimeira exortou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, e a comunidade internacional através de declarações sem conteúdo sobre a necessidade de mudança; enquanto as estruturas do apartheid continuam em vigor.

A Cimeira condenou veementemente a contínua agressão e exploração da maioria negra dos sul-africanos ao governo sul-africano para libertar os líderes políticos autênticos da maioria do povo e reconhecer as suas aspirações. A Cimeira também exortou o governo sul-africano a iniciar negociações genuínas para pôr fim aos esforços actuais do regime da minoria branca para enganar a opinião pública internacional através de declarações sem conteúdo sobre a necessidade de mudança; enquanto as estruturas do apartheid continuam em vigor.

Por outro lado, a Cimeira foi encorajada pelas iniciativas tomadas por diferentes grupos da população branca para estabelecer contactos e realizar consultas com o movimento de libertação sobre o futuro da África do Sul. ...

A Declaração de Harare e além

O Comitê Adhoc da OUA para a África Austral reuniu no Zimbabwe antes da Cimeira da SADCC de Agosto de 1989, para se debruçar sobre a questão da África do Sul, e emitiu a Declaração de Harare, que se tornou um marco importante no caminho para a mudança.

A Declaração de Harare apresentou um Plano de Acção acordado por toda a África que incluía uma Declaração de Princípios e estabelecia o Clima para as Negociações, nomeadamente libertar os prisioneiros políticos, suspender o banimento, retirar as tropas das townships, pôr fim ao estado de emergência e cessar as execuções políticas. Assim, África deu o seu total apoio ao movimento de libertação para iniciar as negociações, começando com um acordo sobre um cessar-fogo mutuamente vinculativo e, em seguida, o mecanismo para redigir uma nova Constituição.

O documento conferia mandato ao Comitê Adhoc da OUA para a África Austral para, “apoiado pelos Estados da Linha da Frente, se manter a par das questões de uma resolução política”.

A Declaração de Harare, emitida a 21 de Agosto de 1989, começa com um preâmbulo:

Declaração de Harare

Declaração do Comitê Adhoc da OUA sobre a África Austral sobre a questão da África do Sul

21 de Agosto de 1989, Harare, Zimbabwe

1. “O povo da África, individual e coletivamente e agindo através da OUA, está empenhado em sérios esforços para estabelecer a paz em todo o continente, pondo termo a todos os conflitos, através de negociações baseadas no princípio de justiça e paz para todos.
2. “Reafirmamos a nossa convicção, que a história confirma, de que onde existe dominação colonial, racial e do apartheid não pode haver paz nem justiça.
3. “Consequentemente, reiteramos que, enquanto o sistema de apartheid persistir na África do Sul, os povos do nosso continente como um todo não podem alcançar os objectivos fundamentais de justiça, dignidade humana e paz, que são cruciais em si próprios e fundamentais para a estabilidade e para o desenvolvimento de África”

Esta reunião do Comitê AdHoc da OUA, apoiada pelos Estados da Linha da Frente, teve lugar apenas quatro dias antes da Cimeira da SADC, a 25 de Agosto, em Harare. Os líderes da SADCC “exortaram o governo sul-africano a participar em negociações genuínas para pôr fim ao apartheid e concordar com um sistema político aceitável para todos”.

Nelson Mandela e outros prisioneiros foram libertados da prisão logo depois, em Fevereiro de 1990, e o primeiro grupo de líderes externos do movimento de libertação voou directamente da Zâmbia para a África do Sul, em Abril. Os contactos começaram na residência oficial do Presidente da República, na Cidade do Cabo, culminando na Minuta Groote Schuur, que estabelecia um compromisso comum com a eliminação da violência e o processo de negociações. Antes do final do ano, o Presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Oliver Reginald Tambo, regressou a casa depois de quase três décadas à frente da luta de libertação e afastou-se da liderança porque não se sentia bem de saúde depois de colocar toda a sua energia na liderança do processo de libertação do seu país. Ele entregou a presidência a Nelson Mandela, com Walter Sisulu como vice. Estes três antigos líderes da Liga da Juventude haviam se tornado líderes do movimento internacional para acabar com o apartheid, a partir do exílio e da prisão.

Em Outubro de 1991, 92 organizações unidas na sua oposição ao apartheid reuniram em Durban para consolidar a sua posição de negociação, e a Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA) foi aberta a 21 de Dezembro no World Trade Center, em Joanesburgo. Um total de 228 delegados de 19 partidos políticos comprometeram-se.

O principal negociador que liderou a equipa durante as negociações longas, árduas e difíceis que resultaram em eleições democráticas, em 1994, foi Matamela Cyril Ramaphosa, Secretário-Geral do ANC e agora Presidente da África do Sul. Eles foram apoiados de perto pelos países vizinhos, através da sua organização regional, na altura formalizada como Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

1.4 Tratado e Transformação da SADC

A Namíbia conquistou a independência a 21 de Março de 1990, após prolongadas negociações internacionais para um cessar-fogo e eleições. A Assembleia Constituinte eleita reuniu-se nos primeiros dois anos após a independência para redigir uma Constituição nacional, sob a orientação do Presidente da Assembleia, Dr. Hage Geingob, que mais tarde serviu como Primeiro-Ministro e agora é Presidente da Namíbia desde 2015.

A 17 de Agosto de 1992, na primeira Cimeira realizada na Namíbia independente, na capital Windhoek, e acolhida pelo Presidente fundador, Dr. Samuel Shafiqhuna Daniel Nujoma, os Chefes de Estado e de Governo da SADCC assinaram a Declaração e o Tratado da SADC, que transformou a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A Declaração e o Tratado foram assinados pelos líderes ou representantes dos 10 Estados Membros - Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia (Eswatini), República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

A Declaração de Windhoek e o Tratado da SADC estabeleceram os objectivos da organização, as suas instituições, sistemas operacionais, áreas de cooperação e as modalidades para a cooperação regional, e transformaram a forma como a organização regional opera. No entanto, o período anterior a 1992 é importante para compreender a dinâmica do passado partilhado da região e, portanto, o presente e o futuro. Daqui para a frente, a Agenda Comum da SADC contida no Artigo 5º do Tratado da SADC, expressa a determinação de “fortalecer e consolidar as antigas afinidades e laços históricos, sociais e culturais entre os povos da região”.

Signatários da Declaração e do Tratado de Windhoek que estabelece a SADC

A partir do segundo, à esquerda:

Presidente da Zâmbia: Frederick Chiluba

Presidente de Moçambique: Joaquim Alberto Chissano

Presidente Namíbia: Samuel Shafiqhuna Nujoma

Presidente do Botswana: Quett Ketumile Joni Masire

Presidente do Zimbabwe: Robert Gabriel Mugabe

Presidente da Tanzânia: Ali Hassan Mwinyi

Angola: Fernando José de França Dias Van-Dúnem, Primeiro Ministro (segundo, à direita)

Primeiro-Ministro do Reino de Eswatini: Obed Mhanyani Dlamini (à esquerda)

E os principais representantes ministeriais de:

Lesoto: A. L. Thoahlane, Ministro das Finanças e Planeamento, Economia e Desenvolvimento de Recursos Humanos

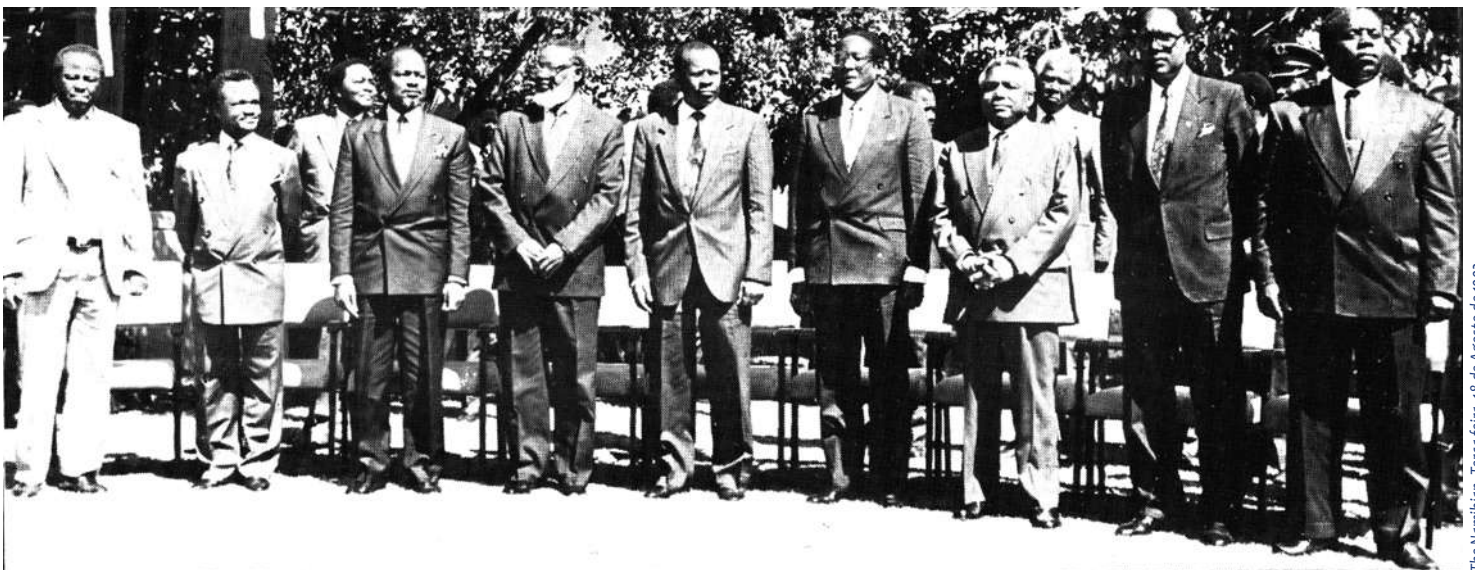
Malawi: L.J. Chimango, Ministro das Finanças

Outras delegações presentes foram lideradas por:

C. Makwetu, Presidente do Congresso Pan-Africano:

M.C. Ramaphosa, Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano:

The Namibian, Terça-feira, 18 de Agosto de 1992



COMMUNIQUÉ: BOTSWANA, GABORONE 26 AUGUST 1990

The Summit reviewed the regional situation and in particular noted that Namibia had become the tenth member of SADCC, after more than seventy years of South African occupation.

The Summit received an update from the representatives of the South African Liberation Movements on the situation in that country. The Summit welcomed talks between the African National Congress and the South African Government, on the way to end apartheid and to introduce a system of government acceptable to all South Africans. The Summit, however, regretted the continued violence and bloodshed in the black townships, and called upon all parties to do everything possible to bring the situation under control.

The Summit welcomed steps being taken by the Governments of Angola and Mozambique to negotiate a peaceful solution to the conflicts in their countries. The Summit also expressed appreciation at the easing of tensions in the region and encouraging prospects for a democratic South Africa which would enhance the efforts for cooperation among the countries of the region including South Africa. However, structures are still in place and right-wing terrorism is on the increase. It was, therefore, necessary that the international pressure on South Africa be maintained until there is agreement among South Africans on a just political dispensation.

In reviewing the economic situation in the region, the Summit noted, with appreciation, the continuing improvement in the economic performance of most member States following the introduction of structural adjustment measures and policy reforms. However, a number of member States were still struggling under a heavy debt burden and will require continuing assistance to consolidate and improve on the gains made so far. The economic adjustment process had also caused grave social problems and the deterioration of socio-economic infrastructure.

While the Summit recognised that the primary responsibility for improving those conditions rested with the member States themselves, the Summit called on the international community to give maximum assistance they can, to ameliorate these difficulties to ensure that the adjustment process will stay on course.

The Summit noted with appreciation the overall surplus in food production in the region and emphasised the need to establish an effective machinery for intra-regional trade in food to ensure the expansion of production and lessen dependence on food aid from outside the region.

COMMUNIQUÉ: TANZANIA, ARUSHA, 26 AUGUST 1991

The Summit reviewed recent developments and noted that the region was undergoing fundamental economic, political and social changes which will have a major impact on its future. The Summit welcomed the initial steps toward the abolition of apartheid in South Africa as evidenced by the unbarring of the Liberation Movements and repeal of racist laws.

The Summit, however, observed that, notwithstanding these encouraging changes, apartheid was still firmly in place in the social, economic and political fabric of South African life. The Summit particularly regretted the continuing cycle of violence in South Africa and called on the South African regime to take decisive action to end the conflict.

The Summit urged the Liberation Movements to coordinate their strategies, and commit themselves fully to realizing a common front of all anti-apartheid forces in South Africa. The Summit, therefore, noted with appreciation the efforts by the black leadership in South Africa to establish a Patriotic Front against apartheid.

The Summit noted with appreciation the economic, political and social changes that are taking place within Member States aimed at popular participation in national affairs and enhancement of economic performance. In particular, the Summit welcomed the end of the war in Angola and the involving peace process in Mozambique. In this context, the Summit expressed support for the untiring efforts of the Government of Mozambique to find a negotiated solution to the war in the country.

The Summit called Member States and the international community as a whole to help Angola and Mozambique to prepare the groundwork for a major international emergency assistance towards the reconstruction of the economies of these member States, as well as assisting efforts for the repatriation and resettlement of refugees and displaced persons.

The Summit also welcomed efforts by the United Nations Systems and South African Liberation Movements to repatriate South Africans exiles; and appealed to SADCC member States and the international community to provide material assistance to facilitate these efforts, as well as provide the returning exiles with the necessary means for survival.

The Summit concluded that all these developments require a concerted response by SADCC member States, to assert the leadership of the region and to create a framework for future relations in Southern Africa.

The Summit, therefore, directed Council to undertake the necessary work to identify options and strategies for regional cooperation in a post-apartheid era. Towards this end, the Summit decided to establish a Joint Planning Committee, comprising representatives of SADCC member States and the Liberation Movements to direct this work.

The Summit noted with regret that the status of Walvis Bay and the offshore islands, as integral parts of Namibia, still remains unresolved. The Summit reaffirmed SADCC's support to the Government of Namibia, and called on the international community to assist Namibia regain sovereignty over Walvis Bay.

The Summit noted the proposed theme for the 1992 SADCC Annual Consultative Conference, SADCC Towards Economic Integration, and in particular agreed that the Conference Theme will provide the basis for the creation of a common vision of the future of the region and establish a framework for collective action.

COMUNICADO DA CIMEIRA DA SADCC

NAMÍBIA WINDHOEK
17 DE AGOSTO DE 1992

A principal preocupação da Cimeira foi a seca que actualmente atinge a região. A Cimeira elogiou o seu Presidente, Presidente Masire, pela sua liderança ao abordar a situação da seca e agradeceu à comunidade internacional pelas suas promessas de apoio ... A Cimeira instruiu os Ministros da Agricultura a tomarem as providências adequadas, caso a seca continue no próximo ano, e também para implementar as medidas de recuperação necessárias em caso de estiagem. Acima de tudo, a Cimeira instruiu os Ministros da Agricultura a estabelecer um sistema de segurança alimentar regional e nacional.

A Cimeira elogiou o Governo e o povo de Angola pela sua determinação em estabelecer as bases para uma paz e segurança duradouras no seu país, na sequência do Acordo de Paz de 1991. A Cimeira manifestou a esperança e o desejo de que todos os partidos políticos em Angola exerçam tolerância e moderação durante e após as eleições e aceitem a vontade do povo.

A Cimeira notou ainda com apreço o acordo assinado pelo Presidente Chissano e o Sr. Dhlakama, em Roma, em 7 de Agosto de 1992 visando a cessação das hostilidades até o dia 1 de Outubro. A Cimeira elogiou o Presidente Chissano e o Sr. Dhlakama pelos seus contínuos esforços positivos e construtivos para restaurar a paz e estabilidade em Moçambique, bem como o Presidente Mugabe pelo seu papel na facilitação deste processo.

A Cimeira analisou os acontecimentos na África do Sul e foi informada por representantes dos Movimentos de Libertação da África do Sul sobre as principais questões relacionadas com a violência, as negociações e a unidade das forças patrióticas. Cimeira também notou com pesar a falta de progresso nas negociações, que é resultado da recusa do Governo da África do Sul em aceitar os princípios de democracia universalmente acordados e a sua relutância em conter a maré de violência, muitos dos quais podem estar ligados ao aparato de Segurança do Estado. ... A Cimeira concordou que era necessário esclarecer que as relações entre a SADCC e a África do Sul serão normalizadas apenas quando houver um governo eleito democraticamente.

A Cimeira analisou um Relatório do Conselho de Ministros sobre a Formalização da SADCC e concordou que o Relatório abordava de forma adequada as questões e preocupações da região. A Cimeira concordou que constituía uma base suficiente para fortalecer a SADCC e conferir-lhe o devido estatuto legal e outros instrumentos necessários para criar uma comunidade económica regional dos estados da África Austral. A Cimeira, portanto, aprovou e assinou uma nova Declaração, um tratado e um Protocolo para cometer os Estados membros a arranjos mais profundos e mais formal de cooperação e integração no âmbito de uma nova organização, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Em particular, a Cimeira observou e reafirmou que:

- o Tratado que institui a SADC prevê acordos sobre protocolos em áreas específicas de integração que estabelecerão os princípios e objectivos da integração e determinarão as regras segundo as quais os Estados membros conduzirão as suas relações em áreas específicas;
- é importante dar seguimento à assinatura do Tratado que contenha uma clara elaboração dos temas, estruturas e calendário que estarão na base das negociações dos protocolos;
- seja dada prioridade à participação popular, para que os povos da região determinem o conteúdo e a direcção da integração regional;
- a movimentação de pessoas dentro da região deve ser facilitada;
- a necessidade de remoção progressiva de todas as barreiras ao fluxo de capitais, bens e serviços; e
- prioridade também deve ser dada a providências para paz e segurança na região.

A Cimeira expressou a esperança de que uma África do Sul democrática se junte à família das nações da SADCC em breve, a fim de permitir que todos os povos da região se unam na construção de uma nova ordem económica na África Austral baseada no equilíbrio, equidade e benefício mútuo.

Estados da Linha da Frente - Missão Cumprida

O Comité de Libertação foi oficialmente encerrado em Agosto de 1994, depois de a África do Sul realizar as suas eleições democráticas, e isso efectivamente encerrou o trabalho dos Estados da Linha da Frente (ELF), embora o seu estilo e metodologia de resposta activa e rápida para manter a paz e a dignidade humana tenham sido incorporados no estabelecimento do Órgão da SADC de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança.

A ideia dos Estados da Linha da Frente surgiu da cooperação mútua entre a Tanzânia, que conquistou a independência em 1961, a Zâmbia (1964) e o Botswana (1966) no apoio à independência dos outros países da região e ao fim do apartheid na África do Sul. Moçambique e Angola lutaram e conquistaram a independência em 1975 e juntaram-se aos Estados da Linha da Frente para apoiar o Zimbabwe (1980) e a Namíbia (1990), bem como a África do Sul (1994), para completar a independência política da região.

Os ELF prestaram apoio através de rotas de refúgio, treinamento e trânsito, bem como assistência material e diplomática. Estes ELF continuaram a existir e a operar informalmente como mecanismo de resposta rápida após a formação da SADCC em 1980.

Os líderes da África independente, que formaram a Organização da Unidade da África (OUA) a 25 de Maio de 1963, estabeleceram no mesmo dia um Comité de Coordenação com a responsabilidade de "harmonizar a assistência e gerir o Fundo Especial a ser criado para esse fim", com sede em Dar es Salaam.

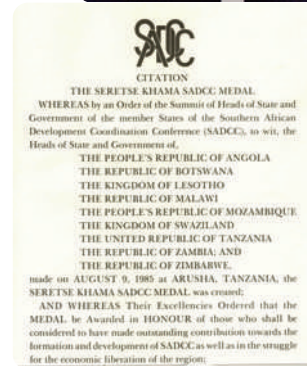
A Resolução sobre a Dissolução do Comité de Libertação da OUA expressou o "profundo agradecimento ao Governo e ao povo da República Unida da Tanzânia, aos Estados da Linha da Frente e a todos os outros países por fornecerem bases de retaguarda confiáveis como a sede do Secretariado Executivo e dos seus Escritórios Subregionais bem como pelo seu apoio eficaz e multifacetado aos Movimentos de Libertação Africanos."

O Comité de Libertação foi dirigido durante 22 anos, de 1972 a 1994, pelo falecido Brigadeiro-General Hashim Mbita, na qualidade de Secretário Executivo, nomeado pelo Presidente Nyerere pela sua dedicação apaixonada e honestidade, e pela sua ampla gama de conhecimentos e habilidades. O seu nome era conhecido pelos combatentes pela liberdade em todo o continente africano e ele dedicou o seu relatório final a eles, como *Missão Cumprida*.

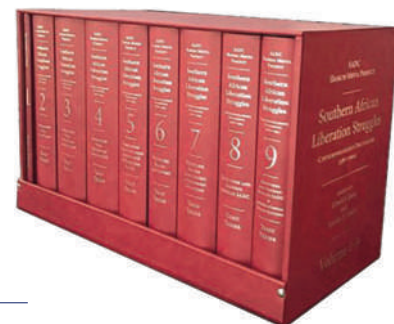
"Esta publicação, intitulada Missão Cumprida, é uma colecção de declarações históricas e mensagens de solidariedade que foram recebidas em Arusha. Espera-se que, com esta compilação, bem como com os esforços registados por académicos, pesquisadores e instituições, a história da luta de libertação em África seja preservada para as gerações futuras.

"É dedicado à bravura dos combatentes pela liberdade da África, especialmente à memória daqueles que não viveram para ver o alvorecer desta era em África. Esta é uma homenagem à sua coragem, uma saudação aos heróis e heroínas da Libertação Africana..."

Falando alguns anos depois num simpósio para marcar o Dia de África, o Embaixador Mbita exortou os jovens da nova geração a serem firmes na luta pelo desenvolvimento económico e social no continente. Ele repetiu uma frase favorita do Mwalimu Nyerere quando disse: "Isso pode ser feito, faça a sua parte."



Brigadeiro General Hashim Mbita (na reserva) à esquerda, com o Dr. Kenneth David Kaunda, da Zâmbia, ambos recipientes da Medalha Seretse Khama da SADC.



Projecto Hashim Mbita da SADC - Lutas de Libertação da África Austral

Para escrever a história da luta de libertação na África Austral, foi o próprio Brigadeiro-General Hashim Mbita (na reserva) quem assumiu a tarefa, usando as suas habilidades de persuasão para arrecadar fundos e o seu entusiasmo inspirador para realizar o trabalho, mobilizando a equipa que recolheu histórias nos Estados Membros da SADC. Ele serviu como Patrono activo do Projecto de História da SADC. O projecto resultou na publicação de nove volumes que contêm uma narrativa e histórias contadas pelos povos da região e os seus movimentos de libertação, sobre o seu papel e o dos Estados da Linha da Frente e o apoio de várias organizações e países dentro e fora de África.

1.5 1.4 A jornada rumo à integração económica e ao desenvolvimento

A jornada rumo à integração económica e ao desenvolvimento em África começou há muito mais de 40 anos, consubstanciada na visão de longo prazo dos líderes e povos africanos e no seu compromisso apaixonado com a liberdade, a unidade e a prosperidade.

A visão foi consolidada pelos líderes de países africanos independentes reunidos em 1963, na capital da Etiópia, Adis Abeba, para criar a Organização da Unidade Africana (OUA) e um comité coordenador conhecido como Comité de Libertação da OUA. Liberdade e independência política foram a meta finalmente alcançada em 1990 e 1994 quando, primeiro a Namíbia e depois a África do Sul, aderiram após derrubar o sistema formal de apartheid e realizar eleições maioritárias.

Os países africanos independentes já estavam a trabalhar para o próximo objectivo de libertação e integração económica, começando a formar as oito Comunidades Económicas Regionais (CER) no continente, que são os alicerces da Comunidade Económica Africana (CEA).

A SADC é uma dessas CER e teve um nascimento difícil, a partir da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que durou mais de uma década, até à sua transformação em comunidade regional, a SADC, em 1992, após a independência da Namíbia e enquanto a África do Sul avançava inexoravelmente para acabar com o sistema de apartheid.

Em Durban, em 2002, uma África do Sul livre acolheu orgulhosamente a transformação da organização continental (OUA) em uma moderna União Africana (UA). Quarenta anos após a formação da SADCC, todos os Estados Membros são membros da União Africana e, em meados de 2019, a SADC assumiu o seu lugar na reunião inaugural de Coordenação da União Africana - CERs, em linha com a agenda de reforma da UA, que requer um diálogo regular com as CERs para avaliar o progresso feito na concretização da integração continental.

As CERs são obrigadas a preparar relatórios sobre o estado de integração nas suas respectivas regiões e sobre o progresso feito na materialização da agenda geral de um continente integrado, conforme previsto na Agenda 2063 da UA e no Tratado de Abuja, que apela ao estabelecimento de uma Comunidade Económica Africana.

A reforma da estrutura da SADC e o quadro institucional adoptado depois da sua transformação a partir da SADCC em 1992 mostraram o forte compromisso dos Estados Membros de consolidar a integração económica e política regional e acelerar o processo rumo ao estabelecimento de uma comunidade económica continental.

A SADC percorreu um longo caminho desde 1980, determinada a proporcionar a paz, a dignidade e o desenvolvimento ao povo da região. Muito foi alcançado pela SADCC nas várias áreas de cooperação, mas as suas maiores conquistas foram completar a independência política e estabelecer uma base sólida para a integração regional, gerando um espírito de solidariedade e um sentimento de pertença regional que vai além dos governos, até atingir a comunidade em geral, para demonstrar uma visão de unidade, através dos benefícios tangíveis de trabalhar juntos.

A SADC começou como uma ideia, um sonho que parecia impossível na situação da época, mas não poderia haver solução sem ela. Na coragem dos primeiros passos foi encontrado o ímpeto para prosseguir com a implementação, por mais difíceis que fossem os obstáculos. E eles eram difíceis.

Os anos emergentes da SADC não são fáceis de imaginar agora ou de explicar às gerações que não estavam presentes, mas a região e as suas instituições emergiram em liberdade nas fronteiras do racismo e do apartheid, na linha da frente. A SADC surgiu não tanto na resistência, mas na vontade dos povos e na determinação dos seus fundadores visionários de traçar o seu próprio destino, juntos

Antes da SADCC, a África Austral estava fragmentada e foi transformada novamente em 1992 quando a Namíbia independente acolheu a assinatura do Tratado da SADC por 10 Estados Membros e, em 1994, quando a África do Sul emergiu das masmorras do apartheid para a liberdade e aderiu à Comunidade como o seu 11º Estado Membro. Desde então, mais cinco países viram os benefícios de aderir à SADC, trazendo a sua diversidade única para perfazer um total de 16 Estados Membros em 2020, situados na África Austral continental e no Oceano Índico:

Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Caixa 1.7

“Entre as coisas boas, mas geralmente não relatadas, de África, está a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC” *Julius Nyerere, 1996*

“Ao longo dos seus doze anos de existência, a conferência de coordenação priorizou a construção de uma infra-estrutura sub-regional, de modo que todos os seus membros se interligassem por rodovias, ferrovias, telecomunicações, aviação civil e rede eléctrica compartilhada. Ainda há muito que fazer, mas agora é possível ir de carro da Tanzânia para Angola ou Namíbia, bem como para a África do Sul. Não estou dizendo que será sempre confortável ou rápido, mas pode ser feito, ao passo que, antes, era praticamente impossível.

“Além disso, apesar das destruições causadas pela guerra nos dois países, agora é, ou será em breve, possível telefonar de Maputo, em Moçambique, para Luanda, em Angola, sem passar por Portugal. Não existiam tais ligações antes da SADC. A rede ferroviária deixa muitas grandes áreas sem ligação ferroviária, mas quando uma paz segura tiver sido estabelecida em Angola, de modo que a linha férrea de Benguela possa ser reparada ao longo de toda a sua extensão, cada um dos onze países do continente será ligado por via férrea a todos os outros, por mais tortuosos que sejam as rotas no momento.

“As ligações de comunicação melhoradas facilitam a expansão planeada do comércio intra-SADC. Já houve um crescimento considerável nisso, embora, até agora, esse crescimento tenha ocorrido mais especialmente entre os vários subgrupos de comércio livre bilaterais ou trilaterais que existem, e que se destinam a interligar-se gradualmente num grupo comunitário da África Austral e, em seguida, evoluir para um mercado comum. Além disso, a cooperação na pesquisa agrícola está a ser rapidamente organizada.”

“Fui informado que algumas novas sementes, adequadas às condições ecológicas da comunidade, foram desenvolvidas e disseminadas nos Estados Membros, sob os auspícios da conferência de coordenação e, recentemente, da comunidade. Esta cooperação científica é apenas uma parte do movimento total em curso rumo à organização da segurança alimentar, numa base regional da África Austral.”

Mwalimu Julius Kambarage Nyerere na Conferência sobre a Compreensão da África Contemporânea, Centro Internacional, Nova Delhi, Índia, 15 de Fevereiro de 1996

“A nossa Comunidade, queridos leitores, é mais do que um agrupamento político, tem um passado e um futuro cujas raízes podem ser encontradas nos movimentos de libertação e nos Estados da Linha da Frente. Mas, mais fundamentalmente, eles são revelados nos corações e nas almas dos nossos orgulhosos filhos e filhas da terra, que permaneceram juntos na sua insistência para que a região se transformasse em algo novo e diferente ...”

Presidente Festus Mogae, do Botswana, Presidente da SADC em 2005 @ 25

TRANSFORMANDO A SADC - AS PRINCIPAIS DECISÕES

Introdução

O Capítulo 2 apresenta uma visão geral da trajetória das principais decisões e marcos gerais alcançados anualmente pela SADC nos últimos 40 anos no que diz respeito aos mecanismos institucionais, instrumentos jurídico-legais e planos estratégicos que foram usados para emergir do apartheid para construir uma Comunidade Económica Regional (CER). A parte 2.1 concentra-se nos marcos registados nos anos de formação da SADC (1980-1992). A parte 2.2 aborda a transformação em SADC, depois da Declaração de Windhoek (1992-2020). Os marcos e os impactos sectoriais específicos são abordados no Capítulo 4.



2.1 OS ANOS DE FORMAÇÃO

2.1.1 Principais Marcos 1980-1992

Declaração de Lusaka - África Austral: Rumo à Libertação Económica

Os nove líderes que se reuniram na Cimeira de Lusaka, em Abril de 1980, fizeram uma declaração conjunta da sua estratégia para uma integração mais estreita das suas economias. A Declaração, intitulada *África Austral: Rumo à Libertação Económica*, foi um compromisso de integrar as suas economias e reduzir gradualmente a dependência, particularmente, mas não apenas, da então África do Sul do apartheid. O desenvolvimento económico acelerado e a autossuficiência regional eram os objectivos gémeos da Declaração, que também continha um apelo à cooperação externa e ao apoio internacional.

1980-81

Programa de Acção de Lusaka

Durante a Cimeira inaugural, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram o Programa de Acção de Lusaka, que continha os seguintes objectivos:

- **Transporte** Criar uma Comissão de Transporte e Comunicações da África Austral, com sede em Maputo, para coordenar o uso dos sistemas de transporte e comunicação existentes, e o planeamento e financiamento de instalações regionais adicionais;
- **Pecuária** Coordenar o controlo e a eliminação da febre aftosa em toda a região, e o desenvolvimento das instalações existentes no Botswana para a produção de vacinas para servir todos os países governados pela maioria na África Austral;
- **Segurança Alimentar** Elaborar um plano de segurança alimentar para a região;
- **Pesquisa Agrícola** Estabelecer um centro regional de pesquisa agrícola especializado em áreas propensas à seca e propor que o Centro Internacional de Pesquisa em Agricultura nas zonas Semiáridas (ICRASAT) crie um Centro Regional da África Austral no Botswana;
- **Industrialização e Energia** Alinhar e harmonizar as políticas de industrialização e energia;
- **Formação** Partilhar instalações de formação nacionais dentro da região; e,
- **Fundo de Desenvolvimento** Realizar estudos conducentes ao estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento da África Austral.

Conferência Internacional de Doadores

Foi realizada em Moçambique, em Novembro de 1980, uma conferência internacional de doadores para apresentar estas iniciativas de apoio financeiro no âmbito do Programa de Acção de Lusaka. O Governo do Botswana foi incumbido de tomar medidas imediatas de seguimento até que as instituições apropriadas pudessem ser estabelecidas, e de examinar os mecanismos institucionais necessários para a coordenação dos programas.

1981-82

Criação de Instituições da SADCC

As instituições da SADCC foram formalizadas por um MdE sobre as Instituições da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 1981, durante a Cimeira realizada em Salisbury (actual Harare), no Zimbabwe. A Cimeira aprovou o quadro institucional destinado a servir de mecanismo eficaz e flexível para a realização de consultas e a tomada de decisões regionais, nomeadamente:

- ◆ Reuniões da Cimeira
- ◆ Conselho de Ministros
- ◆ Comissões
- ◆ Comité Permanente de Altos Funcionários
- ◆ Secretariado.

Foi acordado que o Secretariado estaria operacional a partir de 1 de Julho de 1982, com sede no Botswana e chefiado por um Secretário Executivo, para preparar os planos e as reuniões e garantir a continuidade nas deliberações. A Cimeira concordou em evitar a criação de uma grande burocracia em favor de um sistema que atribuísse a responsabilidade pelos programas sectoriais aos governos dos Estados Membros.

Conferências anuais com agências de desenvolvimento

A primeira Conferência Anual com agências de desenvolvimento realizada depois da Conferência Internacional de Doadores realizada em Moçambique, em 1980, decorreu no Malawi, em 1981, com a presença de representantes de 20 governos e 12 agências de desenvolvimento, consolidando ainda mais as relações da SADCC com os parceiros de cooperação internacionais e acelerando a implementação das estruturas e programas da SADCC. Estas Conferências Anuais continuaram e cada uma enfocou uma área temática diferente, em resposta à Declaração de Lusaka de 1980, que clamava por uma "acção conjunta para garantir a cooperação internacional no âmbito da nossa estratégia de libertação económica".

SATCC estabelecida como primeira organização subsidiária

A Convenção da Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), assinada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de 1981, estabeleceu a SATCC como a primeira organização subsidiária, com personalidade jurídica, o seu próprio Comité de Ministros e competência executiva. A Comissão, com sede em Maputo, foi incumbida de assegurar uma coordenação estreita entre os Estados Membros no funcionamento dos sistemas de transporte da região.

1982-83

Transporte com excesso de apoios, SATCC vista como uma instituição eficaz

A Cimeira realizada em Botswana, em Julho de 1982, recebeu um relatório de progresso sobre os sectores prioritários, nomeadamente Transportes e Comunicações. Os fundos comprometidos para os dois sectores excederam as promessas feitas na conferência de Maputo, e a Cimeira notou que a SATCC já era totalmente reconhecida como uma instituição permanente e eficaz.

Secretário Executivo

O primeiro Secretário Executivo nomeado foi o Sr. Frederick Arthur Blumeris, do Zimbabwe (à esquerda), que serviu de Outubro de 1982 até à sua morte em Março de 1984. Ele foi substituído pelo Dr. Simba Makoni, do Zimbabwe (à direita), que serviu de meados de 1984 a Dezembro de 1993.



Primeiro apelo para o alívio da seca

A Cimeira organizada por Moçambique, em Julho de 1983, notou que a época agrícola anterior tinha sofrido uma das piores secas de que se tinha memória, o que reduziu severamente as colheitas e causou um impacto negativo na segurança alimentar e nas receitas em moeda estrangeira, e coincidiu com a recessão global mais profunda em meio século, prejudicando a agricultura e o desenvolvimento industrial relacionado. Para muitos Estados Membros, esta foi a pior crise deste tipo desde a independência e um impedimento à formação da SADCC. As estimativas indicavam que eram necessários 230 milhões de dólares para o alívio da seca, programas de água e programas de compra de gado, mas não havia nenhum mecanismo para lidar com isso a nível regional.

1983-84

Primeiro apelo para reduzir o apoio ao apartheid na África do Sul

A Cimeira notou que o apartheid da África do Sul estava a tirar partido desta situação para aumentar a sua política agressiva de desestabilização através da sabotagem económica e militar. A Cimeira também notou que a SADCC procurava estabelecer relações amigáveis com a comunidade internacional e que os recursos significativos que eram transferidos para sustentar o apartheid deviam ser usados para o desenvolvimento dos países vizinhos, como um investimento na paz e estabilidade, e um investimento no futuro. A Cimeira disse que era irracional que esses países investissem em infra-estruturas regionais apenas para ver esses recursos desperdiçados pela sabotagem sul-africana.

Decisão de eleger um presidente da Cimeira

A Cimeira da SADCC, realizada no Botswana, em Julho de 1984, tomou a decisão de eleger um Presidente. O Botswana foi eleito para presidir à Cimeira e ao Conselho de Ministros nos três anos seguintes, e foi reeleito para novos mandatos nos três anos subsequentes, em 1987, 1990 e 1993, para presidir às reuniões da SADCC e da sua sucessora, a SADC. O Presidente do Botswana, Sir Quett Ketumile Joni Masire, presidiu à SADCC e à SADC até 1996.



1984-85

Progresso rumo à libertação económica

A Cimeira de Agosto de 1985, realizada em Arusha, na República Unida da Tanzânia, observou o progresso feito em todos os sectores do Programa de Acção da SADCC como resultado de cinco anos de cooperação, apoiada pela comunidade internacional.

1985-86

Nova iniciativa necessária para acabar com a violência do apartheid

A Cimeira condenou a violência perpetrada pelo apartheid da África do Sul contra o povo da África do Sul e da região, em particular a crescente perda de vidas, e concordou que era urgentemente necessária uma nova iniciativa para acabar com a violência, a ocupação da Namíbia e os actos de desestabilização contra países vizinhos.

Tradição de despedida dos chefes de estado aposentados - Mwalimu Nyerere

A Cimeira de 1985 despediu-se de Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, que estava a deixar o cargo de Presidente da República Unida da Tanzânia. Este foi oficialmente o início da tradição de despedida dos Chefes de Estado e de Governo que se aposentam. Os líderes prestaram homenagem a Mwalimu Nyerere pelo seu importante papel na criação e desenvolvimento da SADCC e registaram com apreço a sua grande contribuição para a causa da libertação africana, ao longo de 25 anos, e para a dignidade e igualdade humana em geral.

Estabelecido Centro de Recursos Regional

Os Estados da Linha da Frente conceberam o Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), com Mwalimu Nyerere como Patrono Fundador, para recolher a documentação regional, partilhar informações além-fronteiras, rastrear e expor a desestabilização sul-africana de países vizinhos e apoiar o trabalho da sua nova SADCC, com pesquisa regional de políticas, com sede no Zimbábue e escritórios em Moçambique e na República Unida da Tanzânia.

1986-87

Medalha da SADCC Seretse Khama

O primeiro beneficiário da Medalha Seretse Khama da SADCC, entregue na Cimeira de Agosto de 1986, em Angola, foi o Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, antigo Presidente da República Unida da Tanzânia. Outros recipientes posteriores da medalha foram o Presidente Samora Machel, de Moçambique (a título póstumo, em 1987); o Presidente Agostinho Neto, de Angola (a título póstumo, em 1995); o Presidente Sir Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana (1998); o President Nelson Rolihlahla Mandela, da África do Sul (2000); e em 2010, o Presidente Kenneth David Kaunda, da Zâmbia; o Presidente Samuel Shafiqhuna Nujoma, da Namíbia; e o Brigadeiro-Geral (na reserva) Hashim Mbita, da Tanzânia, que foi Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA de 1972 a 1994.



Abordagem regional para a produção agrícola e segurança alimentar

Depois da seca, a produção agrícola melhorou em alguns Estados Membros, mas alguns ainda enfrentavam uma situação de insegurança alimentar devido a bolsas persistentes de seca e desestabilização sul-africana. A Cimeira enfatizou a necessidade de uma abordagem regional para a produção agrícola e segurança alimentar, e instou os Ministros responsáveis pela Agricultura a redobrar os esforços.

Promoção Comercial Intra-SADCC

Foi aprovado um programa de Promoção Comercial Intra-SADC como parte integrante da expansão da produção pelos Estados Membros com base na complementaridade, vantagem comparativa e distribuição equitativa dos benefícios. O programa incluía a consideração de uma Linha de Crédito à Exportação Regional e Fundos Rotativos de Refinanciamento de Exportações Nacionais nos Estados Membros onde se mostrasse necessário.

Criação do Sector da Indústria e Comércio

A indústria foi agregada à Unidade de Coordenação do Sector do Comércio e um novo sector da Indústria e Comércio foi criado no Programa de Acção, coordenado pela República Unida da Tanzânia.

Cooperação regional no âmbito da Convenção de Lomé

Foi assinado em Janeiro de 1986 um Memorando de Entendimento (MdE) sobre a programação de fundos de cooperação regional ao abrigo da Terceira Convenção de Lomé, prevendo a programação conjunta de recursos regionais nos sectores de concentração de segurança alimentar e transporte / comunicações, com o desenvolvimento de mão-de-obra como um sector de apoio.

1987-88

Programa de Acção da SADCC

O Programa de Acção da SADCC, abrangendo 12 sectores económicos, necessitava de 2,5 mil milhões de dólares para a sua implementação, e isso foi garantido a partir de recursos locais e da comunidade internacional, ou estava em negociação. No entanto, a Cimeira da Zâmbia, realizada em Julho de 1987, notou que a implementação era dificultada por factores externos e era necessária uma acção concertada por parte da comunidade internacional para pôr termo à agressão sul-africana, para o desmantelamento do apartheid e assegurar a independência da Namíbia, observando os actos de agressão e homicídio em massa cometido por agentes a mando do regime, e um novo padrão de assassinatos e raptos de civis inocentes por agentes sul-africanos. A Cimeira notou a futilidade de investir em infra-estrutura que era sabotada pela África do Sul. A Cimeira também apelou aos países e instituições credoras para tomarem medidas apropriadas para aliviar o peso da dívida paralisante que estava a ter um impacto negativo sobre as economias nacionais e na implementação do programa regional.

Reserva Alimentar Regional

Propôs-se a criação de uma Reserva Alimentar Regional para servir de mecanismo para enfrentar as crises de seca e insegurança alimentar, preferencialmente através da produção local.

Políticas e Estratégias Sectoriais da SADCC

A Cimeira de 1987 observou a maturidade crescente da SADCC como organização, com o alcance de um progresso significativo no desenvolvimento e elaboração da política da SADCC, particularmente para as áreas de investimento e produção, e nos sectores da alimentação, agricultura e recursos naturais, bem como os progressos registados na articulação de estratégias para todos os sectores.

Primeiro Seminário de Negócios

Botswana acolheu a Conferência Anual com as agências de desenvolvimento em Fevereiro de 1987 e expandiu o escopo para incluir, pela primeira vez, representantes da comunidade empresarial de dentro e fora da região, com o tema “Investimento na Produção”. O primeiro Seminário de Negócios fez recomendações para a consideração dos Estados Membros e discussão a nível regional.

Congresso dos EUA exclui Angola e Moçambique do Apoio à SADCC

O Congresso dos EUA aprovou uma legislação para prestar assistência à SADCC, e a Cimeira tomou nota disso, reconhecendo os benefícios do apoio económico à região, mas registou a sua forte objecção à exclusão específica de Angola e Moçambique e a acções que violam a integridade da SADCC, expressando o seu descontentamento sobre a tentativa de associar os Estados Membros da SADCC ao terrorismo.

Melhoria nas economias e alívio da dívida

A Cimeira de Moçambique, realizada em Julho de 1988, constatou a melhoria do desempenho económico da maioria dos Estados Membros e saudou as iniciativas do grupo dos sete países industrializados sobre o alívio da dívida da África Subsariana, bem como os compromissos de apoio financeiro assumidos pela comunidade internacional.

Cooperação Comercial na SADCC

A Cimeira de 1988 concordou em cooperar no comércio no contexto da SADCC, gerida através do Sector da Indústria e Comércio, coordenado pela Tanzânia, com base nos elementos programáticos acordados.

Sucesso no Transporte

O Sector de Transportes e Comunicações já tinha conseguido assegurar uma maior utilização das rotas regionais, através da Beira e Dar es Salaam, e tinha feito progressos na reabilitação do sistema de transportes de Maputo. A Cimeira expressou a sua esperança de que pudessem ser feitos esforços para a reabilitação do Corredor do Lobito, em Angola.

Segurança Alimentar

A Cimeira tomou nota da melhoria geral registada na situação alimentar na região, na sequência das condições meteorológicas favoráveis, mas continuava a haver uma grave escassez de alimentos em Angola e Moçambique, causada principalmente pelas actividades de desestabilização da África do Sul, que perturbavam a vida rural e causaram o deslocamento de milhões de pessoas.

Progresso na retirada da África do Sul de Angola e Namíbia

A Cimeira de 1988 tomou nota dos avanços apreciáveis registados nas negociações para a retirada das tropas sul-africanas de Angola e para a independência da Namíbia, tendo manifestado a esperança de que isso pudesse trazer um ambiente mais propício para o governo sul-africano acabar com o apartheid, a principal causa do conflito na região, e instou-os a negociar com os verdadeiros líderes da maioria negra.

Decisão de transformar a SADCC em comunidade

A decisão de transformar a SADCC, de uma Conferência de Coordenação em Comunidade, foi tomada durante a 9ª Cimeira da SADCC, realizada em Harare, em 1989, que instruiu o Conselho de Ministros para formalizar a SADCC e dar-lhe um estatuto legal apropriado, substituindo o MdE da SADCC por um Acordo, Carta ou Tratado.

1988-89

31



1989-90

Acção sobre Estratégia de Industrialização e Reserva Alimentar

A Cimeira notou o progresso registado na implementação do Programa de Acção da SADCC e na adopção de uma estratégia de industrialização, que previa o envolvimento total do sector empresarial, bem como a reestruturação do Projecto de Reserva Alimentar, para reforçar os esforços nacionais para aumentar a produção, estabelecer mecanismos de armazenamento apropriados e promover o comércio intraregional de alimentos.

Acções rumo à paz

A Cimeira de 1989 saudou as iniciativas dos governos de Angola e Moçambique para levar a paz aos seus países, para reabilitar as suas economias e reinstalar pessoas deslocadas, apelando à ajuda da comunidade internacional. A implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, sobre a independência da Namíbia, foi acolhida favoravelmente, mas a Cimeira apelou ao Conselho de Segurança da ONU e à comunidade internacional para garantirem que o direito dos namibianos à autodeterminação não fosse prejudicado. A contínua opressão e exploração da maioria negra dos sul-africanos foi fortemente condenada, e o governo sul-africano foi instado a libertar os líderes políticos autênticos e negociar o fim genuíno do apartheid. A Cimeira apelou à comunidade internacional para aumentar a pressão sobre a África do Sul e também encorajou as iniciativas de vários grupos da população branca para se envolverem em consultas com o movimento de libertação.

1990-91

Namíbia, 10º Estado Membro

A Namíbia tornou-se o décimo membro da SADCC, depois da sua independência, em Março de 1990, passados mais de 70 anos de ocupação sul-africana. Este foi o culminar de uma guerra prolongada levada a cabo pelo povo namibiano e de uma campanha internacional de pressão implacável da SADCC, da OUA e das Nações Unidas. O Presidente Fundador, Dr Samuel Shafiqhuna Nujoma, assinou o instrumento de adesão em nome da República da Namíbia a 24 de Agosto, pouco antes da 10ª Cimeira da SADCC, realizada no Botswana, a 26 de Agosto de 1990.



SADCC 10TH ANNIVERSARY CELEBRATIONS RACE TO THE FUTURE — BEYOND 2000



Presidente da Zâmbia acende a tocha da Maratona da SADCC a 01 de Abril de 1980, a qual foi enviada com uma mensagem de esperança no seu périplo pelos Estados Membros da SADCC com paragens em todas as cidades capitais do Estados Membros.

10º Aniversário

A SADCC celebrou o seu 10º aniversário na altura da 10ª Cimeira da SADCC, com várias actividades, incluindo a abertura oficial do edifício SADCC House como a primeira sede do Secretariado, pelo Presidente da SADCC, Presidente Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana. O Presidente Masire disse que o edifício era um sinal de apreciação da decisão dos Fundadores da SADCC de escolher Botswana como anfitrião do Secretariado. A Cimeira de 26 de Agosto de 1990 decorreu num momento de rápida mudança na região, depois que Nelson Mandela foi libertado da prisão, na África do Sul, a 11 de Fevereiro, e a Namíbia conquistou a independência a 21 de Março.



Crianças

“À luz das graves circunstâncias das crianças na África do Sul, decorrentes da desestabilização, a Cimeira expressou o seu apoio às Nações Unidas pela convocação, em Nova Iorque, em Setembro de 1990, da Conferência Mundial sobre as Crianças, e solicitou aos Presidentes Robert G. Mugabe e Sam Nujoma para falarem em nome da região.” (Comunicado da Cimeira)

Opções e estratégias pós-apartheid

A Cimeira realizada na República Unida da Tanzânia, em Agosto de 1991, observou que a região estava a passar por mudanças económicas, políticas e sociais fundamentais que teriam um grande impacto no seu futuro, e saudou os passos iniciais dados para a abolição do apartheid na África do Sul, como evidenciado pelo levantamento do banimento dos Movimentos de Libertação e a revogação de algumas leis racistas. No entanto, a Cimeira observou que o apartheid ainda existia e lamentou a continuação da violência.

A Cimeira saudou o fim da guerra em Angola e as negociações de paz em Moçambique, e exortou a comunidade internacional a prestar assistência aos dois países, canalizando enorme ajuda de emergência para a reconstrução, bem como assistência material e apoio aos exilados sul-africanos que regressavam à casa.

A Cimeira concluiu que estes desenvolvimentos careciam de uma resposta concertada dos Estados Membros da SADCC para afirmar a liderança da região e criar um quadro para as relações futuras na região. A Cimeira orientou o Conselho para identificar opções e estratégias para a cooperação regional na era pós-apartheid e estabeleceu um Comité Conjunto de Planeamento dos Estados Membros da SADCC e os Movimentos de Libertação para dirigir este trabalho.

Situação de Walvis Bay

A Cimeira notou com pesar que a situação de Walvis Bay e das ilhas offshore, que eram parte integrante da Namíbia, permanecia sem solução, e apelou à comunidade internacional para ajudar a Namíbia a recuperar a soberania de Walvis Bay.

1991-92



2.2 DESENVOLVIMENTOS PÓS-1992

A análise feita nesta secção segue uma ordem cronológica na apresentação dos principais marcos e decisões tomadas na construção da SADC e é organizada no ciclo do Ano da SADC entre Cimeiras, incluindo os Anfitriões e os Presidentes da Cimeira no respectivo período. A lista completa de instrumentos jurídicos, incluindo Protocolos, Declarações, Cartas, Memorandos de Entendimento e Acordos da SADC assinados entre 1992 e 2020 é apresentada no Anexo a seguir ao Capítulo 6.

2.2.1 Principais marcos alcançados em 1992-2000

A 12ª Cimeira da SADC, realizada em Windhoek, na Namíbia, a 17 de Agosto de 1992, foi acolhida pelo Presidente fundador, Samuel Shafiqhuna Daniel Nujoma, e presidida pelo Presidente Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana.

1992-93

Declaração, Tratado e Protocolo da SADC

O Relatório do Conselho de Ministros sobre a Formalização da SADCC foi aprovado como uma base para fortalecer a SADCC e dar-lhe um estatuto legal apropriado para criar uma Comunidade Económica Regional (CER) dos Estados da África Austral. Os Estados Membros da SADCC aprovaram e assinaram uma nova Declaração, um Tratado e um Protocolo sobre mecanismos mais profundos e formais de cooperação e integração no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O Tratado prevê



a adopção de protocolos em áreas específicas de integração, confere prioridade à participação da população da região, preconiza a facilitação da circulação de pessoas dentro da região, a remoção progressiva de barreiras ao fluxo de capital, bens e serviços, e dá prioridade à paz e segurança.

Comércio preferencial

A Cimeira tomou nota de uma proposta da Área de Comércio Preferencial dos Estados da África Oriental e Austral (PTA) de que a SADCC e a PTA se fundissem num Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), mas reafirmou o seu consenso de que a SADCC e a PTA tinham personalidades e mandatos distintos e que deviam continuar a existir como entidades autónomas, mas complementares.

Seca

A Cimeira declarou que a sua principal preocupação era a seca que estava a assolar a região novamente e agradeceu ao Presidente Masire pela sua liderança na resolução desta situação, bem como à comunidade internacional pelas promessas de apoio feitas na Conferência da SADCC / ONU sobre a Emergência causada pela Seca na África Austral, realizada em Genebra, em Junho. A Cimeira orientou os Ministros da Agricultura para tomarem as medidas adequadas e estabelecerem um sistema de segurança alimentar regional e nacional.

Paz

A Cimeira foi informada pelos líderes de Angola e Moçambique sobre os acordos alcançados para a paz nos seus países, e foi posteriormente informada pelos Movimentos de Libertação da África do Sul sobre os principais desenvolvimentos ocorridos na África do Sul, incluindo as negociações e a unidade das forças patrióticas.

1993-94



A 13ª Cimeira da SADC realizada em Eswatini a 5 de Setembro de 1993 foi acolhida por Sua Majestade o Rei Mswati III e presidida pelo Presidente Sir Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana. A Cimeira decidiu eleger um Vice-Presidente e escolheu Sua Majestade o Rei Mswati III.

Ratificação do Tratado e do Protocolo sobre Imunidades e Privilégios

Todos os Estados-Membros ratificaram o Tratado que institui a SADC e o Protocolo sobre Imunidades e Privilégios, pelo que os instrumentos entraram em vigor a 5 de Outubro de 1993.

Construção e Mobilização Comunitária

Ao abrigo da decisão tomada pelos Chefes de Estado e de Governo, em 1992, de priorizar a consciencialização sobre os ideais e os objectivos da SADC, foi lançada em Julho de 1993 uma Campanha de Construção e Mobilização da Comunidade. A campanha cobriu todos os Estados Membros e teve como objectivo criar entre os cidadãos da SADC um sentimento de pertença a uma comunidade com um futuro comum partilhado.

Arte e cultura na construção da comunidade

O Projecto do Festival de Arte e Cultura da SADC foi concebido em 1993 com potencial para ser uma ferramenta dinâmica na construção da comunidade. Isto resultou no primeiro Festival de Música da SADC, realizado em 1995, seguido mais tarde por um Festival de Teatro da SADC, um Festival de Dança da SADC e um Festival de Arte e Artesanato da SADC, organizados por diferentes Estados Membros.

Apoio Visível e Unificado a Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

A Cimeira notou que a crise em Angola seria objecto de um debate especial no Conselho de Segurança da ONU a 15 de Setembro e apelou aos Estados Membros para que assegurassem a presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da SADC para dar um apoio visível e unificado a Angola.

A 14ª Cimeira da SADC teve lugar a 29 de Agosto de 1994, no Botswana, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Quett Ketumile Joni Masire. A Organização da Unidade Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África foram especialmente convidadas para a Cimeira, pela primeira vez, como observadores, representados pelo Secretário-Geral da OUA, Dr. Salim Ahmed Salim, e o Secretário Executivo da UNECA, Sr. Layashi Yaker.

África do Sul junta-se à SADC

A África do Sul juntou-se à SADC como o 11º Estado Membro em Abril de 1994 e participou na Cimeira, pela primeira vez em Agosto. Sua Excelência Thabo Mvuyelwa Mbeki, Vice-Presidente Executivo, procedeu à entrega de uma declaração marcando a adesão do país ao Tratado da SADC. Este foi um marco importante para a integração regional, após um longo processo em que a região da SADC esteve no centro de uma campanha global para acabar com o apartheid.



Vice-Presidente Executivo da África do Sul, Thabo Mvuyelwa Mbeki (à esquerda) é parabenizado pelo Presidente da SADC, Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana (à direita).

Paz e estabilidade no Lesoto

A Cimeira expressou a sua preocupação com a recorrência da instabilidade no Lesoto, envolvendo o exército e a polícia, resultando no sequestro de vários Ministros e no assassinato do Vice-Primeiro Ministro, Selometsi Baholo, em Abril de 1994. A Cimeira saudou os Estados da Linha da Frente pelas suas contribuições individuais aos esforços para trazer a paz e a estabilidade ao Lesoto, particularmente aos Presidentes Robert Gabriel Mugabe, Quett Ketumile Joni Masire e Nelson Rolihlahla Mandela.

Rumo à Paz em Moçambique e Angola

A Cimeira manifestou a sua satisfação com o progresso feito na implementação do Acordo de Paz de Roma em Moçambique, com os preparativos para a realização de eleições multipartidárias em Outubro; com o progresso registado para desmobilizar, integrar e treinar um novo exército nacional; e com actividades levadas a cabo para reabilitar e reconstruir infra-estruturas como estradas, escolas e hospitais. Os Estados Membros exortaram a comunidade internacional a apoiar totalmente o processo de desmobilização e integração e a fornecer apoio material para reinstalar os refugiados que regressavam ao país e as pessoas deslocadas internamente. No que diz respeito a Angola, a Cimeira notou o avanço significativo registado nas negociações de Lusaka para a criação de um Governo de Unidade Nacional e sobre o mandato das forças de paz da ONU, lamentando que a guerra se tivesse intensificado, atrasando assim a reabilitação da economia.

Sector de Política, Diplomacia, Relações Internacionais, Defesa e Segurança

A Cimeira aprovou o estabelecimento de um Sector de Política, Diplomacia, Relações Internacionais, Defesa e Segurança. Foi o precursor do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, criado em 1996.

Primeiro Relatório Regional do Estado do Meio Ambiente

O primeiro relatório regional sobre o *Estado do Ambiente na África Austral* foi publicado pela SADC em 1994, através do Programa Comunicando o Ambiente, uma parceria com a UICN- União Mundial para a Conservação da Natureza e o Centro de Pesquisa e Documentação para a África Austral (SARDC). O relatório agraciado, com um Prefácio do Presidente da SADC, Quett Ketumile Joni Masire, foi citado como “um relatório de ponta importante e oportuno, numa área de significado crucial para o bem-estar do continente...que apresenta os problemas de uma forma que desafia os órgãos de decisão a agir.”

Dia da SADC

A Cimeira de 1994 declarou o dia 17 de Agosto como o Dia da SADC, a ser comemorado anualmente com actividades e eventos culturais / desportivos populares nos Estados Membros.



Secretário Executivo

O Dr. Kaire Mbuende, da Namíbia, foi nomeado Secretário Executivo em Agosto de 1993 e serviu até 1999.

1995-96

A 15ª Cimeira da SADC reuniu em Midrand, na África do Sul, a 28 de Agosto de 1995, acolhida pelo Presidente Nelson Rolihlahla Mandela e presidida pelo Presidente Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana.



Maurícias junta-se à SADC

Maurícias participou na Cimeira da SADC, pela primeira vez, como o 12º Estado Membro e a primeira nação insular a aderir à SADC, na sequência da assinatura dos instrumentos de adesão pelo Primeiro-Ministro Navinchandra Ramgoolam.

Rede de Empresas de Electricidade da África Austral

A Cimeira aprovou o estabelecimento da Rede de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) e o respectivo Memorando de Entendimento Intergovernamental (IGMOU) a ser assinado pelos Ministros da Energia da SADC. O objectivo da SAPP era criar uma plataforma para a partilha de electricidade entre os países com produção excedentária e aqueles com défice.



Sistemas de Bacias Hidrográficas Partilhados

O Protocolo sobre Cursos de Água Compartilhados foi assinado pela maioria dos Estados Membros da SADC para reger a cooperação no aproveitamento e conservação optimizados de sistemas de recursos hídricos compartilhados na região da SADC, enquanto três Estados Membros pediram para assinar mais tarde, após a realização de consultas internas.



Bandeira da SADC

A Bandeira da SADC foi lançada na 15ª Cimeira, na sequência de um concurso em que os cidadãos dos Estados Membros foram convidados a apresentar desenhos. O fundo azul simboliza o céu e o oceano, que trazem água e vida à SADC; o verde representa a rica flora e fauna; e as letras amarelas significam a enorme riqueza mineral da região.

Jovens e Mulheres

No 15º aniversário, foram recebidas mensagens de representantes da juventude dos Estados Membros da SADC, e a Cimeira notou em particular a necessidade de envolver a juventude no processo de desenvolvimento da região, como futuros líderes. Uma mensagem especial das mulheres da SADC apelou aos líderes da SADC para abordarem seriamente a valorização das mulheres na região, e a Cimeira notou que as Mulheres da SADC seriam representadas na próxima Conferência Mundial sobre as Mulheres a ser realizada em Beijing, na China, em Setembro de 1995.

Lançamento do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

O Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC foi lançado numa Cimeira Extraordinária realizada em Gaborone, em Junho de 1996, como um quadro institucional para a coordenação de políticas e actividades. O Órgão funcionou sem um quadro legal e objectivos claros até que os líderes da SADC aprovaram o Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança a 14 de Agosto de 2001, e o Órgão passou então a ser conhecido por esse nome.

1996-97

A 16ª Cimeira da SADC teve lugar em Maseru, no Lesoto, a 24 de Agosto de 1996, acolhida por Sua Majestade o Rei Letsie III e presidida pelo Presidente Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana.



Edificação da Comunidade

O enquadramento político da cooperação regional foi reforçado com a assinatura de quatro protocolos: Energia; Comércio; Transporte, Comunicações e Meteorologia; e Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas. A Cimeira concordou em acelerar o processo de ratificação e observou com satisfação o envolvimento do sector não-estatal, como ONGs, pesquisadores, académicos e o sector privado em vários aspectos da construção da comunidade.

Prémio de Jornalismo da SADC

O Prémio de Jornalismo anual da SADC foi lançado em 1996, para aumentar a consciência sobre a SADC e promover a construção da comunidade, bem como para promover a excelência do jornalismo na região. Os vencedores recebem prémios durante a Cimeira anual de Chefes de Estado e de Governo, enquanto os segundos classificados recebem os seus prémios em eventos específicos nos respectivos países.

Presidente e vice-Presidente da SADC

O mandato vigente de três anos do Presidente e Vice-Presidente da SADC terminou em Agosto de 1996, e a Cimeira elegeu o Presidente Nelson Rolihlahla Mandela, da África do Sul, e o Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para os três anos seguintes. O Presidente Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana, presidiu a SADCC e a SADC desde a sua formação, em 1980, conforme solicitado pelos Estados Membros, e foi reconduzido quatro vezes, através da reeleição, proporcionando estabilidade e apoio nos anos do seu estabelecimento. O novo Presidente elogiou-o pelos altos padrões e confiança estabelecidos durante o seu serviço à região.



Estabilidade e Desenvolvimento

A primeira Cimeira do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, realizada após o seu lançamento em Junho, teve lugar em 2 de Outubro de 1996 e foi acolhida em Angola pelo Presidente José Eduardo dos Santos e presidida pelo Presidente Robert Gabriel Mugabe, do Zimbábue. Embora expressando satisfação pelo facto de a paz e a estabilidade e as reformas políticas na região terem atraído a atenção dos investidores internacionais, a Cimeira sublinhou que a situação existente em Angola continuava a ser um obstáculo. A Cimeira fez um forte apelo à UNITA para cumprir os seus compromissos com o Protocolo de Lusaka e a Resolução 864/93 do Conselho de Segurança da ONU, e apelou à comunidade internacional para continuar a fornecer apoio material ao processo de paz, para facilitar o exercício de desmobilização e integração.



Organização Mundial do Comércio

Os Ministros do Comércio da SADC e o Secretariado da SADC participaram na conferência ministerial inaugural da OMC, em Singapura, em Dezembro de 1996.

Programa de Género da SADC

O Conselho de Ministros aprovou o Programa de Género da SADC, em Fevereiro de 1997, após uma série de seminários realizados em toda a região. Este é um programa abrangente para integrar e institucionalizar as questões de género na SADC, abrangendo todas as estruturas e programas. Foi adotado um Plano de Acção relacionado, através do Grupo de Trabalho de Género da SADC..

SADC Hoje

A primeira edição do boletim informativo da SADC, SADC Hoje, foi publicada em Fevereiro de 1997, Vol. 1 No.1, com uma análise factual e actual para construir uma base de conhecimento sobre a SADC, alargar a consciência pública sobre os objectivos e as actividades da SADC e contribuir para a construção da comunidade. Co-publicada pela SADC e pelo Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), a publicação foi oficialmente lançada em Setembro de 1997, durante a 17ª Cimeira da SADC realizada no Malawi, e atingiu o Volume 23 em Dezembro de 2020, publicado em formato impresso e online, como uma narrativa em tempo real do progresso feito rumo à integração regional.

SARCOF

O Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral (SARCOF) é um processo que foi iniciado em 1997 para que todos os parceiros da comunidade de previsão do clima possam colaborar no desenvolvimento de uma previsão regional de consenso, que é fornecida gratuitamente. As actualizações da previsão são realizadas periodicamente durante a época chuvosa.

1997-98

A 17ª Cimeira da SADC, realizada em Blantyre, no Malawi, a 8 de Setembro de 1997, foi acolhida pelo Presidente Bakili Muluzi e presidida pelo Presidente Nelson Rolihlahla Mandela, da África do Sul.

Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento

A 17ª Cimeira da SADC emitiu uma Declaração histórica sobre o Género e Desenvolvimento, que aceita a igualdade de género como um direito humano fundamental e exige representação igual de mulheres e homens nas estruturas de tomada de decisões a todos os níveis, bem como o acesso total e o controlo das mulheres sobre os recursos produtivos como terra, gado, crédito, tecnologia moderna e emprego formal. A Secretária-Geral da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995, Gertrude Mongella, da República Unida da Tanzânia, foi convidada especial nesta Cimeira. Ela disse aos líderes da SADC que a Declaração reflectia a sua vontade de se adaptar aos tempos, e ela expressou a esperança de que o novo quadro institucional, incluindo uma Unidade de Género no Secretariado da SADC, fosse colocado a um nível superior nas estruturas de tomada de decisões e lhe fosse alocado recursos suficientes.



Fórum Parlamentar da SADC

A 17ª Cimeira da SADC saudou a iniciativa do Fórum Parlamentar da SADC, que compreende os parlamentos nacionais dos Estados Membros, e aprovou o seu estabelecimento como instituição autónoma, afirmando que iria promover o diálogo e a participação popular nos assuntos da SADC. Os objectivos são familiarizar e aproximar a SADC aos cidadãos da região, procurando colher os seus pontos de vista sobre questões de interesse comum e fortalecendo o conceito de construção da comunidade, através de uma cooperação mais estreita, trabalho em sintonia e implementação eficaz, bem como da promoção dos princípios partilhados de direitos humanos e democracia. O Fórum Parlamentar da SADC é hospedado pelo Parlamento da Namíbia, em Windhoek, e o Presidente fundador é o Presidente da Assembleia Nacional, Mosé Tjitjendero.



Protocolo do Sector Mineiro

Foi assinado o Protocolo do Sector Mineiro, que prevê a harmonização de políticas, estratégias e programas nacionais e regionais para o desenvolvimento de recursos minerais, através da interdependência e da integração da indústria de mineração da região, para aumentar a sua participação nos mercados internacionais.

Protocolo sobre Educação e Formação

O Protocolo sobre Educação e Formação fornece um quadro de políticas para a harmonização e padronização dos sistemas nacionais de educação e formação, incluindo políticas; ensino e formação básica, intermédia e superior; pesquisa e desenvolvimento; serviços de publicação e biblioteca.

Declaração da SADC sobre Minas Terrestres

A Declaração Rumo a uma África Austral Livre de Minas Terrestres Antipessoal prevê uma região livre de minas terrestres e apela à proibição total do uso, produção, comércio e armazenamento de minas terrestres antipessoal nos Estados Membros da SADC, relembrando o sofrimento humano desencadeado sobre os civis inocentes.



Organização Regional de Turismo da África Austral

A 17ª Cimeira da SADC aprovou a Carta da Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA), a ser assinada pelos Ministros da SADC responsáveis pelo Turismo. A RETOSA pretendia enfrentar os desafios identificados num relatório sectorial sobre a indústria do turismo, que afirmava que a região era dotada de recursos naturais abundantes que vão desde parques de caça, desertos, cachoeiras, montanhas, rios e praias, mas recebia apenas um por cento das chegadas de turistas do mundo devido aos esforços regionais descoordenados e à falta de estratégias de marketing conjuntas.

Comunidade Económica Africana e CERs

A Cimeira reafirmou o papel crítico a ser desempenhado pela SADC e outras Comunidades Económicas Regionais (CERs) na realização dos objectivos da Comunidade Económica Africana, que se reuniu pela primeira vez na Cimeira da OUA, de Harare, em Junho de 1997, e os esforços do Secretariado da SADC de desenvolver relações estreitas com o Secretariado Conjunto da CEA e da OUA.

Laissez-Passer

O Laissez-Passer (Passaporte da SADC) foi lançado como documento de viagem com o estatuto de passaporte diplomático, concedendo o direito de entrada sem visto nos Estados Membros da SADC aos funcionários do Secretariado e das Comissões da SADC.

RDC e Seychelles aderem à SADC

A República Democrática do Congo e a República das Seychelles foram aceites como membros da SADC quando a 17ª Cimeira concordou que cumpriam os critérios para a admissão de novos membros. Isso foi formalizado quando os instrumentos de adesão foram assinados por ambos os governos a 8 de Setembro.

A 18ª Cimeira da SADC foi realizada em Grand Baie, nas Maurícias, de 13 a 14 de Setembro de 1998, acolhida pelo Primeiro-Ministro Navinchandra Ramgoolam e presidida pelo Presidente Nelson Rolihlahla Mandela, da África do Sul.



1998-99

Homenagem a Quett Ketumile Joni Masire

A Cimeira prestou homenagem ao antigo Presidente do Botswana pela sua notável contribuição para a região e o seu país, e honrou-o com a Medalha Seretse Khama da SADC.

Revisão e Racionalização do Programa de Acção da SADC

A SADC embarcou num exercício para reorientar o seu papel para focar na formulação, coordenação e harmonização de políticas, e para envolver o sector privado e outras partes interessadas na construção da comunidade. O objectivo era estabelecer uma estratégia de desenvolvimento regional e directrizes de política que facilitassem a transformação rápida da SADC numa comunidade de desenvolvimento dinâmica, incluindo a racionalização da carteira de projectos existentes. Os Estados Membros concordaram em coordenar a sua reconstrução económica, para dar mais ímpeto ao mercado emergente na região. Até então, a cooperação regional era orientada pelo Programa de Acção da SADC, anteriormente conhecido como Programa de Acção de Lusaka.

Prevenção e erradicação da violência contra mulheres e crianças

Foi adoptada em 1998 um Adenda à Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento relativa à Prevenção e Erradicação da Violência contra Mulheres e Crianças, com a Cimeira a condenar veementemente os níveis crescentes de violência contra mulheres e crianças como uma violação grave dos direitos humanos fundamentais. Na Adenda, os Estados Membros da SADC resolveram adoptar medidas específicas, incluindo legislação, acções de educação pública, formação, sensibilização e prestação de serviços.



SADC une-se contra o HIV e SIDA

Os Estados Membros da SADC expressaram a sua profunda preocupação com a rápida propagação do HIV e SIDA em todos os sectores da população, com consequências sociais e económicas de longo alcance, visto que a população mais afectada é o grupo jovem, que é economicamente activo. Os Estados Membros concordaram em trabalhar juntos para renovar estratégias e programas, comprometer mais recursos e continuar com abordagens multisectoriais, para garantir que os ganhos socioeconómicos não sejam revertidos em áreas como mortalidade infantil, alfabetização, esperança de vida e aquisição de habilidades. A colaboração e a coerência das políticas para abordar o HIV e SIDA são uma prioridade para a região e os parceiros de desenvolvimento.

Iniciativas da SADC para restaurar a paz e a estabilidade na República Democrática do Congo (RDC)

A Cimeira expressou profundo pesar pela eclosão da guerra na RDC, como resultado das tentativas dos rebeldes e os seus aliados de remover o Governo do Presidente Laurent Kabila do poder, e saudou as iniciativas da SADC e dos Estados Membros para ajudar na restauração da paz, segurança e estabilidade, em particular as iniciativas de Victoria Falls e Pretória, e elogiou os Governos de Angola, Namíbia e Zimbabwe por fornecerem tropas para ajudar o Governo e o povo da RDC. O Presidente da SADC, Presidente Nelson Rolihlahla Mandela, acolheu recentemente uma Cimeira Especial da SADC com a presença do Presidente do Ruanda, Pasteur Bizimungu, que apelou a um cessar-fogo na RDC e a um processo de paz e reconstrução.

Sector de Assuntos Jurídicos e Protocolo sobre Turismo

Foi estabelecido um novo sector de Assuntos Jurídicos e foi assinado um novo Protocolo sobre Turismo..

Comunidade Económica Africana e CERs

A 18ª Cimeira reafirmou a sua decisão de que todas as actividades e políticas da SADC devem ser realizadas no contexto da realização dos objectivos da Comunidade Económica Africana (CEA), e comprometeu a SADC, como alicerce, a desempenhar um papel catalítico e estratégico na criação da CEA. O Protocolo sobre as Relações entre a CEA e as CERs foi assinado em Fevereiro de 1998, em Addis Abeba, na Etiópia.

Homenagem a Nelson Rolihlahla Mandela

Na tradição de se despedir de líderes que se aposentam, a 18ª Cimeira manifestou o seu apreço pela sábia liderança que o antigo Presidente N.R. Mandela forneceu à SADC e à República da África do Sul. Ele foi mais tarde agraciado com a Medalha Seretse Khama SADC na 20ª Cimeira em 2000.

Iniciativas de Desenvolvimento Espacial

O conceito de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial está a ganhar força com o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (MDC) a atrair investimentos do sector privado avaliados em 400 milhões de dólares e a gerar mais de 6.000 empregos, com iniciativas relacionadas em ferrovias, postos de fronteira, desenvolvimento industrial e o Porto de



Maputo, através da participação conjunta dos sectores público e privado. O projecto de Estrada com Portagem obteve a maior classificação de todos os tempos em financiamento de projectos em todo o mundo, em 1998, pela sua capacidade de honrar dívidas de longo prazo.

Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz

O Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz da SADC foi oficialmente inaugurado em Junho de 1999, para criar capacidade para as operações de apoio à paz e de gestão e prevenção de conflitos, através da formação de civis, polícias e militares, e para ajudar no planeamento dos exercícios e de operações de manutenção da paz da SADC. O RPTC é hospedado pelo Zimbabwe.



Finanças e Investimento

Os Ministros das Finanças e Investimento da SADC realizaram a sua 5ª reunião anual, em Julho de 1999, e adoptaram resoluções sobre a venda de ouro; alívio da dívida e iniciativa HIPC; relações com o Banco Mundial e promoção do investimento; e Conformidade com o ano 2000 (Y2K).

Tema da Conferência Consultiva Anual da SADC em Fevereiro de 1999
SADC no próximo Milénio: Os Desafios e Oportunidades da Tecnologia da Informação

A 19ª Cimeira da SADC foi realizada em Maputo, Moçambique, de 17 a 18 de Agosto de 1999, acolhida pelo Presidente Joaquim Alberto Chissano e presidida pelo Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki, da África do Sul. O Presidente Olusegun Obasanjo, da Nigéria, foi o Convidado de Honra na Cimeira, que decorreu também com a presença de três antigos presidentes dos Estados da Linha da Frente iniciais - Ali Hassan Mwinyi, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Quett Ketumile Joni Masire, do Botswana.



1999-2000

41

Rumo ao alcance da meta de 30 por cento de mulheres

Recordando que a Declaração de 1997 sobre o Género e Desenvolvimento compromete os Estados Membros da SADC a atingir, pelo menos, a meta de 30 por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisões até 2005, a Cimeira notou com preocupação que a média da SADC de mulheres no Parlamento e no Governo, respectivamente é de 15 por cento e 12 por cento. Os Estados Membros foram instados a adoptar medidas específicas, incluindo quotas constitucionais ou legislativas.

A primeira edição da revista *Monitor do Género da SADC* foi publicada em 1999, para acompanhar o progresso feito em direção à concretização destes compromissos. A revista *Monitor do Género e Desenvolvimento da SADC* continua a ser publicada periodicamente para este fim e sete edições foram produzidas até 2018 com a oitava edição em fase de planeamento em 2020, com actualizações de dados acessíveis online. Estes produtos de conhecimento são produzidos no quadro de um Memorando de Entendimento entre a SADC e o Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC) para o estabelecimento de uma parceria de conhecimento em vários sectores, assinado pela primeira vez em 1995, renovado em 2005 e actualizado em 2015.

O ano de 1999 marca 20 anos desde que a Assembleia Geral da ONU se comprometeu a garantir os direitos das mulheres através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), da qual os Estados Membros da SADC são partes, e que define o que constitui discriminação contra as mulheres e define uma agenda para acabar com a exclusão das mulheres da política, direito, justiça, emprego, trabalho, economia, serviços sociais, saúde, educação, cultura, religião e outras áreas.





Protocolos

Os protocolos sobre Sistemas de Recursos Hídricos Partilhados; Energia; Transportes, Comunicações e Meteorologia; e Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas, foram ratificados e entraram em vigor, assim como a Carta da Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA). O Protocolo

sobre o Comércio foi ratificado por sete Estados Membros, prevendo-se que mais três o fizessem antes do final do ano. Dois novos protocolos foram assinados, sobre a Conservação da Vida Selvagem e Aplicação da Lei; e Saúde; bem como a Declaração sobre a Produtividade.

Sector privado

A 19ª Cimeira acolheu favoravelmente o estabelecimento da Rede Empresarial da África Austral (SAEN) e da Associação das Câmaras Nacionais de Comércio e Indústria da SADC (ASNCCI), com o propósito de fortalecer o comércio e o investimento regional, e reconheceu o papel crítico do sector privado no desenvolvimento da região.

Dívida

A 19ª Cimeira expressou séria preocupação de que o peso da dívida externa continuava a constituir um grande obstáculo à transformação económica e que o alto nível de recursos desembolsados para pagar a dívida externa prejudicava a prestação de serviços básicos. Embora a Cimeira tenha saudado a iniciativa em curso para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), manifestou séria preocupação de que os critérios de elegibilidade dos países fossem restritivos e que deviam ser revistos. O Presidente da SADC foi mandatado para apresentar uma posição da SADC sobre a reforma da iniciativa HIPC para a tornar mais acessível aos países da SADC com problemas de dívida que têm bolsas de pobreza exacerbadas pelo HIV e SIDA e instabilidade económica.

Cooperação Sul-Sul

O fortalecimento das relações com outras comunidades económicas, especialmente, mas não apenas em África, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) dá impulso a uma comunidade económica continental.

Cimeira Extraordinária da SADC sobre a RDC

Uma Cimeira Extraordinária da SADC sobre a RDC organizada por Moçambique, em Janeiro de 2000, com a presença dos Presidentes do Uganda e do Ruanda, notou a falta de progresso na implementação do Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka, de 10 de Julho de 1999, e a importância do envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, OUA e SADC. O antigo Presidente do Botswana, Quett Ketumile Joni Masire, foi nomeado pelos partidos congoleses como facilitador do Diálogo Nacional na RDC.

Mandato de um ano para os presidentes da SADC

O mandato do Presidente da SADC passou a ser de um ano a partir de 1999, para permitir uma maior participação de todos os Estados Membros na liderança da organização ao mais alto nível, e o conceito de Próximo Presidente foi introduzido. O anfitrião da Cimeira, o Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique (imagem de cima), foi eleito Presidente da SADC. O Vice (Próximo Presidente) foi o Presidente Samuel Shafiqhuna Nujoma, da Namíbia (abaixo), que iria acolher a Cimeira seguinte da SADC, na Namíbia, em 2000.



Concurso de redação das escolas secundárias

Foi introduzido o Concurso de Redacção das Escolas Secundárias da SADC, no qual os alunos dos Estados Membros são convidados a apresentar redacções sobre a importância da integração regional. Os temas foram posteriormente vinculados ao Lema da Cimeira, a partir de 2014. O concurso passou a fazer parte do calendário educacional das escolas de ensino médio da região, com os vencedores, desde o primeiro até ao terceiro classificado, a ser convidados para a Cimeira.

Secretário Executivo Interino

O Secretário Executivo Adjunto da SADC, Dr. Prega Ramsamy, das Maurícias, foi nomeado Secretário Executivo Interino a partir de 1 de Janeiro de 2000.



2.2.2 Principais Marcos em 2001-2010

A 20ª Cimeira da SADC foi realizada em Windhoek, na Namíbia, de 6 a 7 de Agosto de 2000, acolhida pelo Presidente Samuel Shafiishuna Nujoma e presidida pelo Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique.



2000-2001

Crescimento económico positivo impactado pela dívida, risco de desastres e insegurança alimentar

A 20ª Cimeira da SADC discutiu questões com impacto no desenvolvimento económico, observando que, em média, a região tinha atingido taxas de crescimento do PIB positivas nos cinco anos desde 1995, projectada em 3,5 por cento para o ano 2000, embora isto não fosse adequado para concretizar a redução da pobreza. A Cimeira observou a liberalização do controlo cambial na região, porquanto as economias tinham adoptado regimes de taxas de câmbio orientados para o mercado, e que também o clima de investimento tinha melhorado, embora o fluxo de investimento não tivesse correspondido às expectativas. A dívida externa continuava a ser um grande impedimento para os Estados Membros da SADC, e a Cimeira expressou o seu apreço pelo cancelamento de alguma dívida bilateral, mas notou que isto não tinha sido eficaz na redução do fardo porque a maior parte da dívida era devida a instituições multilaterais. As fortes chuvas então registadas causaram graves inundações em vários Estados Membros no início do ano, com perdas de vidas, casas, colheitas e gado, bem como a destruição de infra-estruturas, o que teve impacto na segurança alimentar, uma vez que a disponibilidade regional de cereais era insuficiente para cobrir o consumo e as necessidades de reservas estratégicas.

HIV e SIDA são de grande preocupação

O HIV e SIDA continuava a ser uma grande preocupação, com mais de 10% da população adulta infectada em alguns Estados Membros. Foi estabelecido um Subcomité Técnico Multisectorial da SADC para o Combate ao HIV / SIDA e um Quadro Estratégico e Programa de Acção da SADC para o Combate ao HIV / SIDA 2000-2004. A 20ª Cimeira aprovou os Princípios para Orientar as Negociações com as Empresas Farmacêuticas sobre o Fornecimento de Medicamentos para o Tratamento de Complicações Relacionadas com o HIV / SIDA, incluindo o papel crítico da pobreza e da desnutrição; a manutenção dos cuidados e dos suprimentos de medicamentos apropriados; a equitabilidade, o preço comportável e a acessibilidade.



Oito protocolos ratificados e em vigor

Oito dos 11 protocolos da SADC foram ratificados por dois terços dos Estados Membros e entraram em vigor. Novos protocolos foram assinados para o Tribunal da SADC e o respectivo Regulamento, o Protocolo Revisto sobre os Recursos Hídricos Compartilhados, e sobre Assuntos Jurídicos.

Apelo ao Congresso dos EUA para reconsiderar a Lei sobre a Democracia no Zimbabwe, de 2000

A 20ª Cimeira da SADC emitiu uma declaração relativa à Lei sobre a Democracia no Zimbabwe, de 2000, exortando o Congresso dos Estados Unidos a reconsiderar a sua política para o Zimbabwe e a retirar a Lei antes de ser aprovada.

Cimeira dos Signatários do Acordo de Cessar-Fogo na RDC

A Segunda Cimeira dos Signatários do Acordo de Cessar-Fogo na RDC realizou-se em Lusaka, Zâmbia, de 14 a 15 de Agosto de 2000, a convite do Presidente Frederick J.T. Chiluba, com vários Estados Membros da SADC representados e as Nações Unidas, a OUA, o Secretariado da SADC e a Zâmbia a participar como testemunhas do Acordo de Cessar-Fogo. A Cimeira abordou questões que incluíam o destacamento de observadores militares da ONU e o Diálogo Inter-Congolês facilitado por Quett Ketumile Joni Masire.

Lançada a primeira fase da Zona de Comércio Livre da SADC

A primeira fase da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC foi lançada a 1 de Setembro de 2000, na sequência da ratificação do Protocolo Comercial por dois terços dos Estados Membros, e entrou em vigor a 25 de Janeiro de 2000. Prevê-se que aumente o comércio intra-regional, através da remoção de restrições que bloqueiam a entrada ou aumentam o custo de fazer negócios na região. No entanto, o processo possui várias etapas. As negociações entre os Estados Membros incidiram sobre cronogramas de redução tarifária, regras de origem, eliminação de barreiras não tarifárias, documentação alfandegária e comercial e procedimentos de desembaraço, acordo especial sobre açúcar e mecanismos de resolução de litígios. O processo de implementação já havia arrancado, para uma redução gradual das tarifas e eliminação das barreiras não tarifárias, e esperava-se que levasse oito anos para ser concluído.

Estado do Meio Ambiente na Bacia do Zambeze 2000

A primeira avaliação de um único ecossistema na região foi publicada pela SADC e os parceiros em 2000, numa ruptura com a abordagem tradicional de focar nos recursos naturais ou sectores dentro das fronteiras nacionais. O relatório inovou ao apresentar dados sobre os recursos naturais partilhados e os processos humanos e ecológicos complexos na bacia do rio mais partilhado da SADC, e foi produzido em parceria com o Programa Ambiental das Nações Unidas, o Centro Musokotwane de Recursos Ambientais para a África Austral do SARDC, a Autoridade do Rio Zambeze e a UICN – União Mundial para a Conservação da Natureza. *O Estado do Ambiente na Bacia do Zambeze 2000* foi publicado em duas línguas, com um Prefácio do Presidente da SADC, Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique.

Cultura e mídia na construção da comunidade

Um relatório sobre o papel estratégico da cultura na integração regional, preparado pelo Sector da Cultura, Informação e Desporto da SADC, para uma conferência interministerial em Novembro de 2000, apresentou propostas sobre como aproveitar a cultura para o crescimento económico, através do reconhecimento do sector da cultura como um negócio viável, forjando fortes vínculos com o sector privado e desenvolvendo mercados regionais para os produtos de arte e culturais. O relatório aconselha a ancoragem desta iniciativa em festivais regionais, como os realizados em vários Estados Membros para a música, dança, teatro, arte e artesanato, e apela à criação de mecanismos institucionais para estabelecer a indústria cultural como uma indústria empresarial capaz de empregar jovens e gerar rendimentos.

As Agências Nacionais de Notícias dos Estados Membros da SADC estabeleceram a Rede de Agências Noticiosas da África Austral (SANAPOL), em Março de 2001, através da qual trocariam notícias que também poderiam ser recolhidas e vendidas a outros utilizadores, através de um centro regional, acolhido pela Agência de Informação de Moçambique, promovido pelo Sector de Cultura, Informação e Desporto da SADC e destinado a operar numa base comercial, incorporando notícias do Secretariado da SADC e da Associação de Radiodifusão da África Austral (SABA), entre outros.



Cimeira Extraordinária sobre a Reestruturação das Instituições da SADC, Março de 2001

A Cimeira Extraordinária da SADC foi realizada em Windhoek, na Namíbia, a 9 de Março de 2001, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Samuel Shafiqhuna Nujoma, com o objectivo de reestruturar as instituições da SADC.

A Cimeira adoptou o Relatório sobre a Revisão das Operações das Instituições da SADC, que recomendou uma nova estrutura simplificada e reforçada para permitir que a SADC enfrentasse os desafios e tirasse partido das oportunidades do século 21, com a criação de quatro Direcções no Secretariado da SADC sob as quais todos os sectores deviam ser agrupados:

- Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
- Infra-estrutura e Serviços
- Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais
- Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais.

Foi criado o Departamento de Planeamento Estratégico, Género e Desenvolvimento, e Harmonização de Políticas, para fortalecer o Secretariado e servir como grupo de reflexão para a integração regional e edificação da comunidade.

As funções da Cimeira e do Conselho de Ministros permanecem conforme especificado no Tratado da SADC, mas o sistema da Troika seria formalizado para operar aos níveis da Cimeira, Órgão, Conselho e Comité Permanente de Altos Funcionários. Foi criado um novo Comité Integrado de Ministros, para supervisionar as principais áreas de integração, incluindo a implementação.

A estrutura do Secretariado foi revista novamente em 2005 e em 2017.

Recursos Financeiros e Humanos

Os Estados Membros concordaram em garantir a sustentabilidade da SADC através do fornecimento de recursos financeiros e humanos adequados que poderiam ser complementados por outras fontes, com uma fórmula equitativa para as contribuições dos Estados Membros.

Comissões Nacionais da SADC

Como parte da reestruturação, o Tratado da SADC emendado exige que os Estados Membros estabeleçam Comissões Nacionais de múltiplas partes interessadas na composição, para reflectir as áreas-chave das quatro novas direcções, a fim de facilitar a participação nacional nas actividades da SADC e melhorar a comunicação com o Secretariado da SADC.

Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

A Cimeira instruiu o Comité de Revisão e o Secretariado a prepararem um Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

Declaração sobre armas de fogo, munições e outros materiais conexos

Esta Declaração é um compromisso para enfrentar os desafios da fabricação, armazenamento, tráfico, posse e uso ilícitos de armas de fogo como o primeiro estágio para o desenvolvimento de um protocolo.

Secretário Executivo

O Dr. Prega Ramsamy, das Maurícias, o Secretário Executivo Adjunto da SADC, foi nomeado pela Cimeira Extraordinária como Secretário Executivo, por um período de quatro anos, após servir como Secretário Executivo Interino desde Janeiro de 2000.



2001-2002



A 21ª Cimeira da SADC foi realizada em Blantyre, no Malawi, de 12 a 14 de Agosto de 2001, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Bakili Elson Muluzi.

Relações entre a União Africana e as CERs

O Secretário-Geral da OUA, Dr. Salim Ahmed Salim, dirigiu-se à 21ª Cimeira, observando que as Comunidades Económicas Regionais (CERs) constituem uma parte importante da União Africana a ser lançada em breve. A União Africana pretende dar um novo impulso à agenda de desenvolvimento de África, substituindo a Organização da Unidade Africana, que cumpriu a sua missão de promover a independência política. O Acto Constitutivo da União Africana requer a harmonização de políticas e programas entre as CERs, e a Cimeira da OUA, realizada em Lusaka, Zâmbia, em Julho de 2001, solicitava que os órgãos de decisão sobre políticas das CERs reflectissem sobre as modalidades para materializar as relações.

Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

O Protocolo foi assinado na 21ª Cimeira, para estabelecer os objectivos, as estruturas de funcionamento e as diretrizes do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança. O Órgão funcionava sem um quadro legal desde o seu lançamento em 1996 e passaria a ser integrado nas estruturas da SADC e coordenado ao nível da Cimeira, numa base de Troika. O Presidente serviria um mandato de um ano, prestando contas ao Presidente da Cimeira, com a estrutura, as operações e as funções reguladas pelo Protocolo.

Protocolos

A 21ª Cimeira constatou que tinham sido concluídos 15 protocolos e oito tinham sido ratificados e entrado em vigor, acrescentando, no entanto, que não existia um mecanismo de avaliação da implementação. Outros instrumentos assinados, além do Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, foram o Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outro Material Conexos; o Protocolo Contra a Corrupção; o Protocolo sobre as Pescas; e o Protocolo sobre Cultura, Informação e Desporto.

Declaração sobre Tecnologia de Informação e Comunicação

A SADC reconhece o papel chave das TIC na sociedade moderna e no desenvolvimento económico, e aprovou a Declaração sobre Tecnologia de Informação e Comunicação para fazer avançar o desenvolvimento socioeconómico da região.

Apoio à Resolução 1295 do Conselho de Segurança da ONU

A SADC aprovou medidas de apoio à Resolução 1295 do CSNU sobre sanções contra a UNITA, em Angola, incluindo a instalação de Sistemas de Radar Móvel para detectar voos ilegais através das fronteiras nacionais; o mecanismo de certificação internacional para o comércio de diamantes em bruto; a criação de um grupo de trabalho para compilar dados e formular uma estratégia para interromper o fornecimento de derivados de petróleo a UNITA.

Novo sistema de eleição de presidentes

A 21ª Cimeira adoptou o sistema de eleição do Presidente da SADC na primeira sessão de trabalhos da Cimeira anual. Ao abrigo do novo sistema, o Estado Membro que acolhe a Cimeira presidirá a SADC por um período de um ano, até à próxima Cimeira. O Presidente anfitrião Muluzi foi eleito Presidente, com o Presidente José Eduardo dos Santos, de Angola, como Vice-Presidente.

Declaração sobre o Terrorismo

A SADC continua preocupada com as ameaças ao desenvolvimento e à segurança na sequência de actos de terrorismo na região, em África e globalmente, e aprovou uma Declaração sobre o Terrorismo a 14 de Janeiro de 2002 como uma declaração formal de intenção para fortalecer a segurança na região e eliminar o terrorismo.



Memorando de Entendimento sobre Convergência Macroeconómica

Os Ministros das Finanças da SADC, reunidos em Pretória, na África do Sul, a 8 de Agosto de 2002, concordaram em fortalecer a integração regional, através do alinhamento dos principais indicadores de desenvolvimento económico para estabilizar a economia regional e salvaguardá-la de choques externos, proporcionando um ambiente previsível e atractivo para o negócio e o investimento. Este acordo sobre a Convergência Macroeconómica visa atingir níveis baixos e estáveis de inflação; défices orçamentais sustentáveis; dívida pública mínima; e saldos em conta corrente equitativos. A fim de endossar oficialmente a convergência macroeconómica na região, a SADC assinou o Mde em 2002, que foi anexado ao Protocolo sobre Finanças e Investimento em 2006.

A 22ª Cimeira da SADC teve lugar em Luanda, Angola, de 1 a 3 de Outubro de 2002, e foi acolhida e presidida pelo Presidente José Eduardo dos Santos.



2002-2003

Entrega Cerimonial

A entrega cerimonial de pastas foi introduzida na 22ª Cimeira, quando o Presidente cessante, Presidente Bakili Elson Muluzi, do Malawi, entregou o estandarte oficial e o martelo ao Presidente dos Santos.

Paz e estabilidade

A Cimeira saudou o regresso da paz a Angola, decorrente do acordo de cessar-fogo assinado em Abril de 2002 e da integração dos quadros da UNITA no exército nacional e na sociedade civil; e também expressou o seu apoio ao governo da RDC na construção da paz e reconciliação nacional, prometendo apoiar os seus esforços para reconstruir o país e a sociedade. A Cimeira foi informada sobre a situação no Zimbabwe e, particularmente, sobre o programa de reforma agrária. Para além destes informes dos Chefes de Estado, o Presidente do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique, apresentou um relatório sobre estes e outros desenvolvimentos, e sobre o estado do Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, com seis ratificações até ao momento.

União Africana e NEPAD

A 22ª Cimeira notou que, a nível continental, através de esforços colectivos, tinham sido alcançados progressos notáveis no sentido de fortalecer a unidade africana, e tinha sido dado um passo gigantesco com o lançamento da União Africana em Julho de 2002, em Durban, África do Sul, em sessão acolhida e presidida pelo Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki, e tinha sido feita a adopção formal da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Os líderes da SADC expressaram o seu total apoio à NEPAD, encorajando o “Secretariado da SADC a submeter ao Secretariado da NEPAD projectos regionais de sectores prioritários, tais como infra-estruturas, água, acesso ao mercado e tecnologia da informação.”

A região da SADC acolheu e presidiu o período de transição, com a última Cimeira da OUA organizada pela Zâmbia, em 2001, o lançamento da União Africana na África do Sul, em 2002, e a Cimeira da UA seguinte organizada por Moçambique, em 2003.



AUDA-NEPAD
AFRICAN UNION DEVELOPMENT AGENCY

Protocolos

Foram concluídos 21 protocolos, dos quais 10 foram ratificados e entraram em vigor. Mais quatro instrumentos jurídicos foram assinados: Protocolo sobre Extradicação; Protocolo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Protocolo sobre Florestas; e Acordo que Altera o Protocolo sobre o Tribunal.

OGM

O Conselho de Ministros da SADC estabeleceu um Comité Consultivo sobre Organismos Geneticamente Modificados (OGM) para desenvolver orientações para ajudar os Estados Membros a protegerem-se contra riscos potenciais na segurança alimentar, contaminação de recursos genéticos, questões éticas, questões relacionadas com o comércio e preocupações dos consumidores. Os Estados Membros podem aceitar ou rejeitar cereais OGM vindos sob a forma

de ajuda alimentar, mas se forem aceites, devem ser moídos e transformados em farinha antes da distribuição, e a consciencialização deve ser feita para que nada seja plantado.

Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo

O Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo foi estabelecido como uma das maiores áreas de conservação da África, quando um acordo foi assinado a 9 de Dezembro de 2002 pelo Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique, Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki, da África do Sul, e Presidente Robert Gabriel Mugabe, do Zimbábue. O parque cobre uma área de 37.500 quilómetros quadrados para a conservação de habitats naturais, fauna e biodiversidade, e restauração de rotas migratórias. Uma Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF) é definida no Protocolo da SADC sobre a Conservação da Fauna e Aplicação da Lei (1999) como uma componente de uma grande região ecológica que se estende pelas fronteiras de dois ou mais países, abrangendo uma ou mais áreas protegidas. O desenvolvimento das ACTF começou em 1999, com o Parque Transfronteiriço de Kgalagadi, estabelecido pelo Botswana e África do Sul. Em 2020, havia 18 ACTF na SADC.



GREAT LIMPOPO
TRANSFRONTIER PARK

Cimeira de Maseru e Declaração sobre a Luta contra o HIV e SIDA

Uma Cimeira Extraordinária realizada em Maseru, no Lesoto, a 4 de Julho de 2003, acolhida pelo Rei Letsie III e presidida pelo Presidente José Eduardo dos Santos, de Angola, emitiu a Declaração de Maseru para facilitar uma resposta multisectorial ao HIV / SIDA, que estava a ter um efeito devastador no tecido social das sociedades na região da SADC e a minar as conquistas socioeconómicas. Quase dois terços da população da região estavam afectados directa ou indirectamente, com altas taxas de morbilidade e declínios acentuados na esperança de vida.

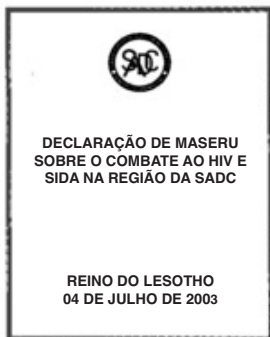
Os líderes da SADC apelaram a uma resposta multisectorial para a sensibilização sobre a prevenção da doença e contra o estigma e a discriminação, ao fornecimento de medicamentos antirretrovirais e ao atendimento dos órfãos e grupos vulneráveis. A Cimeira notou que erradicar o vírus e a doença era uma prioridade para a SADC, e apelou à solidariedade global para angariar recursos, enquanto exortava os Ministros das Finanças a mobilizar recursos para a prevenção, atendimento e apoio.

Uma reunião ministerial que precedeu a Cimeira adoptou o Quadro Estratégico e Plano de Acção para o Combate ao HIV / SIDA da SADC 2003-2007, que visava intensificar a acção, harmonizando políticas e legislação, mobilizando recursos e reduzindo as infecções, fazendo a sensibilização e coordenando actividades, bem como levando a cabo intervenções para prevenir a transmissão da mãe para o filho.

O Quadro fornece uma análise situacional que mostra a região da SADC como a mais afectada no mundo, com estimativas de que quase 10 milhões de pessoas haviam morrido de doenças relacionadas com a SIDA na região da SADC, com mais de um milhão de mortes em 2001, bem como o aumento dos níveis de pobreza, famílias dizimadas, abandono escolar e famílias chefiadas por crianças. Um grande desafio enfrentado era o alto custo dos medicamentos, incluindo ARVs, e a Cimeira concordou que a compra e a fabricação a granel teriam prioridade máxima.



48



2003-2004

A 23ª Cimeira da SADC teve lugar em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, de 25 a 26 de Agosto de 2003, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Benjamin William Mkapa.



Aprovação do RISDP

Após um extenso processo consultivo, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) foi aprovado pela 23ª Cimeira da SADC realizada em Dar es Salaam, em Agosto de 2003, e foi lançado em Março de 2004 em Arusha, na República Unida da Tanzânia. A implementação começou em 2005. O RISDP é uma das medidas para apoiar a reestruturação institucional e fornecer aos Estados Membros um quadro de desenvolvimento a longo prazo, que também pode informar os planos de desenvolvimento nacionais.



As áreas socioeconómicas prioritárias são identificadas no RISDP, apoiadas por metas com prazo determinado para um período de 15 anos, 2005-2020. As áreas de intervenção identificadas no primeiro RISDP foram: Liberalização do Comércio e Desenvolvimento Económico; Infra-estrutura de Apoio à Integração Regional e Erradicação da Pobreza; Segurança Alimentar Sustentável; e Desenvolvimento Humano e Social.

As áreas de intervenção intersectorial eram: Erradicação da Pobreza; Combate ao HIV e SIDA; Igualdade de Género; Ciência e Tecnologia; TIC; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sector Privado; e Estatística.

As prioridades foram revistas em 2007, para cumprir uma decisão da Cimeira de melhorar a eficiência e aumentar a eficácia das operações e instituições da SADC, e fornecer um quadro para a realocação de recursos. As prioridades revistas foram:

- Liberalização do comércio e desenvolvimento económico;
- Infra-estrutura de apoio à integração regional;
- Cooperação no domínio da paz e segurança; e,
- Programas especiais de dimensão regional.

Abordagem para a integração económica

A lógica económica da integração da SADC, conforme defendida no primeiro RISDP, tem estado intimamente ligada aos benefícios derivados do aumento do tamanho do mercado. O plano estratégico observa que o sucesso da integração económica da SADC depende da sua capacidade de gerar crescimento no comércio Intraregional para o benefício de todos os Estados Membros. Isso requer estabilidade macroeconómica para fortalecer o investimento transfronteiriço. O RISDP propôs uma abordagem linear para a integração económica regional e estabeleceu metas ambiciosas para alcançar uma integração mais profunda antes de 2020, conforme mostrado na Figura 2.1.

Figura 2.1 Marcos para uma integração económica mais profunda na SADC



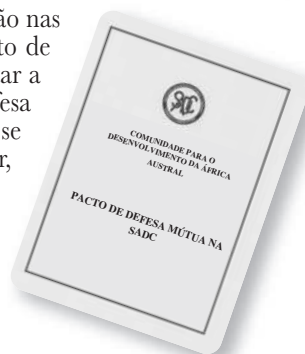
Aprovação do SIPO

A Cimeira de 2003 também aprovou o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO) e apelou à coordenação e racionalização dos dois planos, para maximizar as sinergias. O objectivo do SIPO é criar um ambiente político e de segurança pacífico e estável, através do qual a região realizará os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico, erradicação da pobreza e integração regional. O SIPO é um instrumento facilitador para a implementação da agenda de desenvolvimento regional, incluindo o RISDP, e foi lançado em 2004, na Cimeira da SADC, nas Maurícias, pelo Primeiro-Ministro do Lesotho, Pakalitha Mosisili, que era o Presidente do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança. O plano estratégico foi revisto em 2012 para enfrentar os novos desafios que a região, a África e o mundo enfrentavam, incluindo a pirataria, as mudanças climáticas, o tráfico de pessoas, a migração ilegal e a recessão económica.



Pacto de Defesa Mútua

Em conformidade com as disposições do Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, a SADC desenvolveu o Pacto de Defesa Mútua para operacionalizar os mecanismos do Órgão e facilitar a cooperação mútua em questões de defesa e segurança. O Pacto de Defesa Mútua foi assinado em Dar es Salaam, a 26 de Agosto de 2003, e se concentra em questões de resolução de conflitos, preparação militar, autodefesa colectiva, factores desestabilizadores e resolução de litígios.





Protocolos

A Cimeira observou que tinham sido ratificados e entrado em vigor 12 protocolos e 11 ainda precisavam de ser ratificados. A Cimeira felicitou o anfitrião, a República Unida da Tanzânia, por ter ratificado todos os protocolos.

Igualdade de género

A Cimeira notou o progresso feito pelos Estados Membros na promoção da representação das mulheres nas estruturas políticas, que estava a aumentar gradualmente, como demonstrado pelo aumento deliberado e gradual da proporção de mulheres em várias estruturas, e exortou os Estados Membros a usar as próximas eleições e outras oportunidades para atingir o mínimo de 30% de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisões até 2005.

Carta dos Direitos Sociais Fundamentais

Foi assinada a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais na SADC, apelando a consultas mais próximas e activas entre os parceiros num espírito conducente a relações laborais harmoniosas.

Cimeira e Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar

O Presidente da SADC, Presidente Benjamin W. Mkapa, acolheu e presidiu a uma Cimeira Extraordinária sobre Agricultura e Segurança Alimentar realizada a 15 de Maio de 2004, em Dar es Salaam. A Cimeira notou que a agricultura era um sector importante na SADC, contribuindo com 35 por cento para o PIB regional e 13 por cento do total das receitas de exportação, enquanto 70 por cento da população dependia da agricultura para alimentação, rendimento e emprego, embora os níveis de produtividade fossem baixos.

A Cimeira adoptou e assinou a Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar na Região da SADC, que reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento agrícola acelerado e a segurança alimentar sustentável, através de intervenções estratégicas multisectoriais. A Declaração identificou áreas prioritárias para os próximos dois anos, bem como acções de médio a longo prazo que incluem a gestão e o armazenamento de água e tecnologias de economia de água.

Sobre o financiamento e investimento agrícola, a Cimeira apelou a todos os Estados Membros para aumentarem progressivamente o financiamento à agricultura, atribuindo pelo menos 10 por cento dos respectivos orçamentos nacionais dentro de um período de cinco anos, em linha com a Declaração de Maputo da União Africana sobre Agricultura e Segurança Alimentar, de Julho de 2003. A Cimeira instou os Estados Membros a mobilizar recursos para o agro-processamento e fortalecer os regimes de poupança e crédito para a agricultura. A Cimeira concordou em considerar o estabelecimento de um Mecanismo de Reserva Alimentar Regional, incluindo uma reserva física e um mecanismo financeiro, e rever os Sistemas de Aviso Prévio.

A Cimeira observou a prevalência da desigualdade de género no acesso e propriedade da terra, aos regimes de crédito e a insumos agrícolas, levando à marginalização das mulheres, apesar do facto de que as mulheres constituíam 70 por cento da força de trabalho na produção agrícola. A Cimeira instou os Estados Membros a promulgar leis não discriminatórias sobre finanças, crédito e terras, e promover tecnologias com uma perspectiva de género, particularmente no agro-processamento.

Regulamento sobre Sementes da SADC

Os especialistas em plantas e sementes na SADC desenvolveram um novo modelo para a certificação regional de sementes. O Sistema de Certificação e Garantia de Qualidade de Sementes, quando ratificado pelos governos, facilitaria o movimento de sementes através das fronteiras. As partes interessadas concordaram com as modalidades numa reunião técnica organizada pela Rede de Segurança de Sementes da SADC (SSSN) em Maputo, Moçambique.



DAR-ES-SALAAM
DECLARATION
ON
AGRICULTURE AND
FOOD SECURITY
IN THE SADC REGION



A 24ª Cimeira da SADC teve lugar em Grand Baie, Maurícias, de 16 a 17 de Agosto de 2004, e foi acolhida e presidida pelo Primeiro-Ministro Paul Raymond Bérènger.



2004-2005

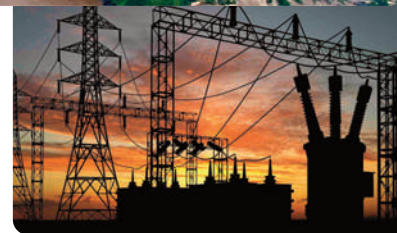
Crise de energia em 2007 devido à baixa capacidade de produção

Sobre energia, a Cimeira observou que o fornecimento de electricidade na região da SADC atingiria níveis de crise em 2007, a menos que fossem tomadas medidas para aumentar a capacidade de produção de electricidade. Vários Estados Membros apresentaram projectos para a expansão da capacidade de produção de energia eléctrica em planos prioritários de curto e longo prazo, cobrindo os períodos de 2005-2010 e 2011-2020, respectivamente, e a Cimeira exortou os Estados Membros a acelerar a implementação de projectos de produção de energia prioritários de curto prazo, nomeadamente a expansão do Projecto Inga e de Energias Renováveis.



HIV e SIDA

A 24ª Cimeira declarou que a pandemia de HIV e SIDA atingira proporções de crise na região, com os factores contribuintes de pobreza, desigualdade de género, analfabetismo, estigma e discriminação, atendimento de saúde inadequado e abuso de substâncias nocivas. Ao enfatizar a importância da nutrição e da medicina tradicional na abordagem dos desafios da saúde e, em particular, do HIV e SIDA, a Cimeira criou um Comité Ministerial sobre a medicina tradicional para fazer propostas de pesquisa sobre a segurança, eficácia e uso da medicina tradicional no tratamento de doenças importantes e para fins de suplementos nutricionais.



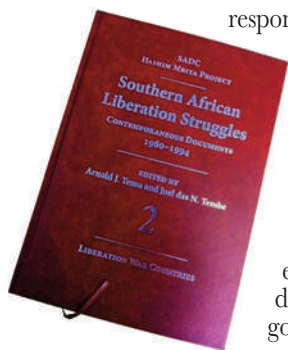
Princípios e directrizes da SADC que regem as eleições democráticas

A Cimeira adoptou os Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas, que visam aumentar a transparência e a credibilidade das eleições e da governação, bem como assegurar a aceitação dos resultados eleitorais por todos os partidos concorrentes, constituindo assim uma base para a avaliação dos processos eleitorais nos Estados Membros, motivado pelas disposições do Tratado da SADC de 1992, artigos 4 e 5. Estas Directrizes fornecem os princípios e as responsabilidades para a realização de eleições, e especificam os procedimentos para a constituição de Missões de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), após um convite de um Estado Membro, bem como um código de conduta para os observadores eleitorais.



Projecto Hashim Mbita da SADC

A Cimeira sublinhou a urgência do Projecto Hashim Mbita, que se destinava a documentar as experiências da Luta de Libertação na África Austral. A implementação começou em 2005, incluindo a mobilização de recursos, e o projecto estava operacional em oito países, culminando com uma publicação de 9 volumes lançada em 2014. O projecto foi inteiramente financiado pelos governos da SADC.



Parlamento Pan-Africano

A Cimeira felicitou a África do Sul pela candidatura bem-sucedida para acolher o Parlamento Pan-Africano e a República Unida da Tanzânia pela nomeação da senhora Gertrude Mongella como primeira Presidente do Parlamento. O Parlamento Pan-Africano é um dos órgãos da União Africana, conforme estabelecido pelo Tratado que institui a Comunidade Económica Africana (Tratado de Abuja).



SADC, SADC, AURORA DA NOSSA CERTEZA
SADC, SADC, DE UM FUTURO MELHOR E
DE ESPERANÇA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E
UNIVERSAL RUMO À HARMONIA E UNIDADE
DOS POVOS

BERÇO DA HUMANIDADE,
BERÇO DOS NOSSOS ANTEPASSADOS JUNTOS
CANTEMOS ALEGRES, A CONCRETIZAÇÃO DA
NOSSA ESPERANÇA ERGUENDO A BANDEIRA
DA SOLIDARIEDADE
SADC, SADC, SADC, SADC
AURORA DA NOSSA CERTEZA

Mobilização de Recursos para a Sede da SADC

Sobre a construção da sede da SADC, a Cimeira aprovou o estabelecimento de uma equipa de trabalho composta por Ministros das Finanças da Troika da SADC e da Troika do Órgão para mobilizar recursos. Todos os Estados Membros da SADC deram uma contribuição inicial totalizando 6.250.000 dólares como capital inicial para a construção da sede da SADC.

Hino da SADC

A Cimeira aprovou o Hino da SADC e concordou que o Hino seria usado em todos os principais eventos da SADC nos Estados Membros, bem como em todas as escolas primárias e secundárias no Dia da SADC (17 de Agosto) e no Dia dos Criadores da SADC (14 de Outubro).

Tradição de despedida de Chefes de Estado aposentados

Na tradição de se despedir dos líderes que se aposentam, a 24ª Cimeira expressou os seus agradecimentos ao Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique, e ao Presidente Samuel Shafiqhuna Nujoma, da Namíbia, ambos associados à SADC desde o início em 1980.

Centro de Pesquisa e Formação de Gobabeb torna-se instituição da SADC

A SADC designou o Centro Gobabeb, da Namíbia, como Centro de Excelência em apoio às Convenções das Nações Unidas sobre Biodiversidade, Combate à Desertificação e Mudanças Climáticas. Situado no meio do Deserto do Namibe, Gobabeb atrairá pesquisadores dos Estados Membros e já está a liderar a Rede de Observação Ambiental a Longo Prazo na África Austral.

A 25ª Cimeira da SADC teve lugar em Gaborone, no Botswana, de 17 a 18 de Agosto de 2005, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Festus Gontebanye Mogae, e comemorou o 25º aniversário da SADC.



Género e Desenvolvimento

A 25ª Cimeira endossou a posição da União Africana, que prevê a meta de 50 por cento de mulheres em todos os cargos políticos e de tomada de decisões.

Madagáscar junta-se à SADC

A Cimeira admitiu a República de Madagáscar como Estado Membro da SADC e, na sua alocução à Cimeira, o Presidente Marc Ravalomanana comprometeu-se a implementar os programas de integração regional, em particular a abertura do mercado para facilitar o comércio e o investimento.

Conselho Consultivo Eleitoral da SADC

O Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) foi estabelecido com o papel de conselheiro das estruturas da SADC e das Comissões Eleitorais dos Estados Membros.

Circulação de Pessoas na SADC

A Cimeira aprovou e alguns Estados Membros assinaram o Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na SADC, que permitiria a entrada e a permanência nos Estados Membros por um período de 90 dias sem a necessidade de um visto, para visitas de boa fé, de acordo com a legislação nacional, residência permanente e temporária, e trabalhar no território de outro Estado-Membro. O Protocolo ainda não tinha entrado em vigor em 2020.

Discurso de despedida do Presidente B.W. Mkapa

Na tradição de despedida dos líderes que se aposentam, o Presidente Benjamin William Mkapa, da República Unida da Tanzânia, dirigiu-se à Cimeira e observou, que embora a SADC tenha definido a sua visão, direcção e quadro de cooperação, continuava a ser imperativo que os Estados Membros criassem instituições encarregadas de fazer a monitoria da implementação e acompanhamento a nível nacional.

Lançamento da Primeira Pedra da Sede da SADC

Os líderes da SADC lançaram a primeira pedra para a construção da nova sede da SADC, em Gaborone, a 17 de Agosto de 2005. O Estudo de Viabilidade sobre o Financiamento, Desenho e Construção foi feito e os Estados Membros contribuíram com o financiamento inicial para iniciar a construção.



Dr. Salomão nomeado Secretário Executivo

O Dr. Tomás Augusto Salomão, de Moçambique, foi nomeado Secretário Executivo da SADC por um período de quatro anos.



Acordo da Rede de Electricidade revisto para incluir o sector privado

Um novo acordo assinado pelos Ministros de Energia da SADC a 23 de Fevereiro de 2006 dá um passo decisivo para evitar o défice de energia iminente, criando um ambiente propício para o investimento e trazendo novos actores, incluindo o sector privado, para expandir a oferta e atender à demanda, que estava a crescer com o desenvolvimento industrial. O acordo é uma revisão do MdE Intergovernamental que criou a Rede de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) em 1995.

Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC-ICP

A SADC e os Parceiros de Cooperação Internacionais (ICP) assinaram a Declaração de Windhoek sobre uma Nova Parceria a 27 de Abril de 2006, na capital da Namíbia, com o objectivo de fazer avançar a Agenda Comum da SADC. Devido às mudanças nas agendas regionais e globais ocorridas desde o nascimento da SADC, ambas as partes procuraram ter uma parceria mais forte e mais eficaz, com uma melhor coordenação e alinhamento de procedimentos, bem como um diálogo regular e institucionalizado a nível político, de políticas e técnico.

Política e Estratégia da Água da SADC

Uma Estratégia Regional da Água foi aprovada pelos Estados Membros em 2006 para a implementação da Política da Água da SADC adoptada em 2005, que contempla o compromisso de gerir e proteger os recursos hídricos na região da SADC. A política e estratégia, desenvolvidas pela Divisão de Água da SADC, através de um processo consultivo e participativo, visam a harmonização das políticas nacionais numa região onde a maioria dos recursos hídricos (70 por cento) é partilhada além das fronteiras nacionais. Essencial para a implementação era um sistema de Organizações de Gestão de Bacias Hidrográficas em bom funcionamento, conforme acordado no Protocolo Revisto sobre Recursos Hídricos Compartilhados (2000).

A 26ª Cimeira da SADC teve lugar em Maseru, Lesoto, de 17 a 18 de Agosto de 2006, e foi acolhida pelo Rei Letsie III e presidida pelo Primeiro-Ministro Pakalitha Bethuel Mosisili.



Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional

A 26ª Cimeira criou um Grupo de Trabalho de Ministros responsáveis pelas Finanças, Investimento, Desenvolvimento Económico, Comércio e Indústria para trabalhar com o Secretariado para acelerar a implementação da agenda de integração da SADC, usando o RISDP e o SIPO como os principais instrumentos, e definir um roteiro para a erradicação da pobreza. O Grupo de Trabalho apresentou as suas recomendações a uma Cimeira Extraordinária realizada na África do Sul, em Outubro de 2006.

2006-2007

Protocolo sobre Finanças e Investimento

A Cimeira aprovou e assinou o Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento para a harmonização das políticas financeiras e de investimento dos Estados Membros, o que era consistente com os objectivos da SADC, e para assegurar que as mudanças nas políticas de um Estado Membro não causem ajustamentos indesejáveis noutros.

Rumo a um Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC

A Cimeira mandou o Secretariado da SADC para acelerar o processo conducente ao estabelecimento do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC para financiar projectos de desenvolvimento, com base na mobilização de recursos próprios dos Estados Membros, tais como fundos de pensões e quaisquer outras fontes de financiamento regional.

Cimeira sobre a Integração Regional

Uma Cimeira Extraordinária para analisar a Integração Económica e Política Regional foi realizada em Midrand, África do Sul, a 23 de Outubro de 2006, presidida pelo Primeiro-Ministro Pakalitha Bethuel Mosisili, do Lesoto, para discutir medidas para acelerar a implementação da agenda de integração económica da SADC, incluindo a convergência macroeconómica, o lançamento da Zona de Comércio Livre (ZCL) em 2008 e os preparativos para uma União Aduaneira em 2010. A Cimeira concluiu que a ZCL estava em curso, mas observou que os padrões de Comércio da SADC consistiam principalmente em produtos básicos, sendo, portanto, difícil de diversificar e aumentar o comércio, e que deviam ser desenvolvidos um roteiro e um modelo para a União Aduaneira.

54



ACTF de Kavango-Zambeze

A Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango-Zambeze, abrangendo cinco Estados Membros da SADC, foi reconhecida como projecto da SADC em Julho de 2006, e em Dezembro de 2006 os Ministros da SADC responsáveis pelo Turismo e Recursos Naturais assinaram um MdE para desenvolver a ACTF de KAZA, que seria a maior área de conservação transfronteiriça do mundo, com 520.000 km². Situada nas bacias dos rios Okavango e Zambeze, onde convergem as fronteiras de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, a ACTF de KAZA incluiria 36 áreas protegidas, como parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação comunitárias e áreas de gestão de caça, e tem uma alta concentração de vida selvagem e outras atracções. O MdE foi substituído por um tratado em 2011.

2007-2008

A 27ª Cimeira da SADC reuniu-se em Lusaka, Zâmbia, de 16 a 17 de Agosto de 2007, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Levy Patrick Mwanawasa.



Lançamento da Brigada da SADC

A Brigada da SADC é composta por militares, polícias e civis dos Estados Membros da SADC, e foi estabelecida através de um Memorando de Entendimento assinado na 27ª Cimeira, ao abrigo das disposições da União Africana, que recomenda que cada uma das Comunidades Económicas Regionais deve ter uma capacidade em estado de prontidão para participar em operações de apoio à paz no continente.

Sessão Especial sobre Infra-estrutura Regional

A Cimeira realizou uma sessão especial enfocando estratégias para acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas regionais, para apoiar uma integração e desenvolvimento mais profundos, e instruiu o Secretariado para elaborar os detalhes de um Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas, em estreita cooperação com os Estados Membros. Isto culminou na decisão de desenvolver o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas, que foi posteriormente adoptado pela 32ª Cimeira em Moçambique, em 2012.

As Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (IDE) estão no cerne do desenvolvimento de infra-estruturas regionais devido à importância das rotas de transporte no desenvolvimento regional e às oportunidades de negócios apresentadas pelos corredores de desenvolvimento, como os corredores de desenvolvimento de Maputo, Tazara, Limpopo, Mtwará e Walvis Bay, e o mais recente Corredor de Desenvolvimento Norte-Sul.



Plano de Recuperação de Energia da SADC

Com algumas das economias em expansão mais rápida da África, a região da SADC ficou sem capacidade de produção de excedente em 2007, conforme previsto pela Rede de Empresas de Electricidade da África Austral, e em Fevereiro de 2008 a demanda combinada de electricidade da SADC era de 47.067 MW, com uma capacidade disponível de 43.518 MW. Após uma reunião de emergência do Grupo de Trabalho Ministerial de Energia sobre a Implementação do Programa do Sector de Electricidade, realizada em Fevereiro, e da Reunião dos Ministros de Energia realizada na RDC, em Abril de 2008, os Estados Membros da SADC concordaram sobre o Plano de Recuperação de Energia da SADC, com as actividades a serem revistas anualmente, e em integrar a conservação de energia, criar ligações regionais de energia, adoptar um Plano de Conservação de Energia da Biomassa, e executar um Programa de Utilização do Excedente de Energia Eléctrica.

Conferência Internacional da SADC sobre Pobreza e Desenvolvimento

Reconhecendo que a pobreza e as desigualdades relacionadas eram um dos maiores desafios enfrentados pela região da SADC, uma Conferência Internacional sobre Pobreza e Desenvolvimento foi acolhida pelas Maurícias, de 18 a 20 de Abril de 2008, proporcionando uma plataforma de diálogo para um amplo espectro de partes interessadas, incluindo Chefes de Estado. A conferência notou que já existiam estratégias para erradicar a pobreza a nível nacional e regional, mas o que faltava era uma implementação holística e uma abordagem regional colectiva.

Os objectivos da conferência eram fortalecer os esforços colectivos para enfrentar a pobreza e as desigualdades através da cooperação e integração regional, e facilitar o diálogo sobre as parcerias necessárias para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O principal resultado da conferência foi a assinatura pelos Chefes de Estado e de Governo de uma Declaração sobre a Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, que identificou seis áreas prioritárias: alcançar a segurança alimentar; abordar as mudanças climáticas; aumentar a capacidade de produção e transporte de energia eléctrica, bem como de fontes renováveis e alternativas de energia; alcançar maior crescimento económico, através da educação, formação, bem-estar e desenvolvimento social, incluindo nutrição e saúde, e acelerar o desenvolvimento, reabilitação e manutenção de infra-estruturas para a integração regional.

Perspectiva Ambiental da África Austral

O RISDP da SADC apela à monitoria ambiental, produção de relatórios e avaliação regulares das tendências regionais, incluindo as alterações climáticas. Este relatório identifica as tendências, destaca as principais questões emergentes e apresenta cenários futuros, com base na recente *Perspectiva Ambiental 2 de África* lançada pelo PNUMA, que dizia que a pobreza podia ser erradicada se a riqueza em recursos naturais fosse aproveitada de forma eficaz, justa e sustentável. A *Perspectiva Ambiental para a África Austral* foi publicada e lançada pela SADC, sob coordenação do Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), através do seu Centro Musokotwane de Recursos Ambientais para a África Austral, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a UICN – União Mundial para a Conservação da Natureza.

A 28ª Cimeira da SADC foi realizada em Sandton, África do Sul, de 16 a 17 de Agosto de 2008, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki.



Lançamento da Zona de Comércio Livre da SADC

A Zona de Comércio Livre da SADC (ZCL) foi formalmente lançada pela 28ª Cimeira a 16 de Agosto de 2008, na sequência da implementação, entre 2000 e 2007, dos compromissos de redução tarifária acordados, tornando-se no primeiro marco na agenda de integração económica regional e sinalizando a criação de uma ZCL de mais de 250 milhões de pessoas. A partir de 2008, produtores e consumidores não mais pagariam direitos de importação sobre cerca de 85% de todo o comércio de bens entre os Estados Membros participantes, com a expectativa de uma nova era de integração económica e rápida industrialização, através de oportunidades comerciais ampliadas. A Cimeira enfatizou a necessidade de plena implementação do Protocolo da SADC sobre o Comércio para garantir que a ZCL fosse sustentável e a União Aduaneira fosse alcançável, e apelou à cooperação na expansão da capacidade produtiva regional, com fornecimento e reabilitação de infra-estruturas regionais e a circulação eficiente de bens e pessoas numa economia regional mais aberta.

Protocolos e outros instrumentos jurídicos

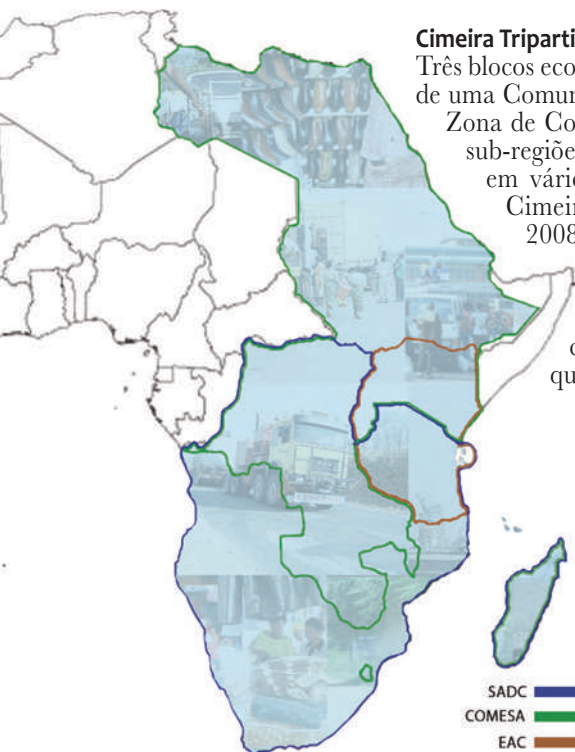
Foram assinados os seguintes instrumentos jurídicos: Acordo de Alteração do Tratado; Protocolo sobre Género e Desenvolvimento; Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação; Acordo que Altera o Artigo 20º do Protocolo sobre o Comércio; e Acordo que Altera o Artigo 6º do Protocolo sobre o Tribunal e o Respetivo Regulamento Interno.

Cimeira Extraordinária do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

No que diz respeito aos desafios em curso no Zimbabwe, a 28ª Cimeira registou os resultados da Cimeira Extraordinária do Órgão realizada à margem da Cimeira da SADC, que saudou as partes pelo seu empenho no diálogo para a resolução da situação política, e apelou às partes para formar um governo inclusivo. Isto foi posteriormente negociado e acordado numa reunião realizada a 15 de Setembro de 2008, em Harare, presidida pelo Presidente da SADC, Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki, da África do Sul, e implementado de 2009 até as eleições seguintes em 2013.

Cimeira Tripartida da SADC-EAC-COMESA

Três blocos económicos regionais aproximaram-se da meta há muito concebida de criação de uma Comunidade Económica Africana quando aprovaram o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre (ZCL) ampliada, abrangendo 26 Estados Membros nas três sub-regiões. As três sub-regiões tinham alcançado o estágio de ZCL e se encontravam em vários estágios de estabelecimento de Uniões Aduaneiras. Reunidos numa Cimeira Tripartida acolhida pelo Uganda, em Kampala, a 22 de Outubro de 2008, os líderes da SADC, da Comunidade da África Oriental (EAC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) concordaram com este importante marco para a harmonização de programas de integração, que constituem também um quadro para uma cooperação continental mais ampla. Este Acordo Tripartido criaria uma grande ZCL que reuniria metade dos países do continente num bloco comercial formidável, com uma população combinada de 527 milhões de pessoas e um PIB combinado de 625 mil milhões de dólares, a ser realizado em 2012.



Corredor Norte-Sul

Projectos regionais em transporte e energia foram identificados pela SADC, COMESA e EAC ao longo do Corredor Norte-Sul, para aprofundar a integração e aumentar o comércio. Em uma reunião tripartida de alto nível realizada em Lusaka, Zâmbia, em Abril de 2009, as três comunidades económicas reuniram-se com parceiros de desenvolvimento que prometeram 1,2 mil milhão de dólares para modernizar as infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias e apoiar o comércio ao longo do Corredor Norte-Sul, que atravessa oito países da África oriental e meridional, ligando-os ao porto de Durban e outros, na África Austral, com o porto de Dar es Salaam, na África Oriental.



Corridor Nod-Sud

Posto fronteiriço de paragem única

O primeiro Posto Fronteiriço de Paragem Única (OSBP) na Região da SADC foi aberto em Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbábue, a 1 de Setembro de 2009, para facilitar o comércio e a circulação de bens e serviços, uma nova referência para a integração regional. No quadro do conceito de OSBP, os viajantes são desembaraçados apenas uma vez, para a passagem para o outro país, ao contrário da situação actual em que os viajantes devem ser atendidos em ambos os lados da fronteira. Espera-se que a SADC estenda o conceito de OSBP a outros postos fronteiriços na região, à medida que procura harmonizar as políticas para permitir a integração regional.



A 29ª Cimeira da SADC teve lugar em Kinshasa, na República Democrática do Congo, de 7 a 8 de Setembro de 2009, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Joseph Kabila Kabange.



2009-2010

Missões Especiais de Mediação

A Cimeira contou com a presença de Quett Ketumile Joni Masire, antigo Presidente do Botswana, e Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique, e avaliou as respectivas missões como mediadores do diálogo sobre a situação política no Lesoto e Madagáscar, respectivamente. O presidente cessante do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, Sua Majestade o Rei Mswati III, do Reino de Eswatini, actualizou a Cimeira sobre os desafios políticos e de segurança na região. A Cimeira notou o progresso feito na implementação do Acordo Político Global no Zimbábue e apelou à comunidade internacional para remover todas as formas de sanções.

Protocolos e outros instrumentos jurídicos assinados na Cimeira

A Cimeira aprovou e / ou assinou os seguintes instrumentos jurídicos: MdE sobre a Cooperação e Integração Regional entre o COMESA, a EAC e a SADC; Declaração sobre a Cooperação Regional em Legislação e Políticas de Concorrência e de Defesa do Consumidor; Acordo de Alteração do Tratado (Secretário Executivo Adjunto) para criar o cargo de segundo Adjunto; Acordo que Altera o Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, e consequentes emendas ao Tratado; e Acordo que Altera o Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo na SADC.

Instituto de Gestão da Água Subterrânea

A SADC criou um Instituto de Gestão da Água Subterrânea, para entrar em funcionamento no início de 2010, em resposta aos desafios enfrentados na gestão da água subterrânea na sub-região, para “garantir o aproveitamento e a protecção equitativos e sustentáveis das águas subterrâneas”.

O GMI funciona na Universidade do Estado Livre, na África do Sul. Pelo menos 70 por cento da população da SADC, estimada em cerca de 250 milhões de pessoas, depende da água subterrânea para o consumo e outros usos.

Estratégias e directrizes para lidar com a escassez de electricidade

Os Ministros da Energia da SADC tomaram medidas para abordar a escassez de electricidade na região através de intervenções que abordam os desafios estruturais, operacionais e institucionais que impedem o desenvolvimento no sector. As estratégias aprovadas quando os Ministros da Energia se reuniram em Angola, em Abril de 2010, incluem Directrizes para Regularizar o Comércio Transfronteiriço de Electricidade na África Austral e um quadro para a adopção de tarifas que reflectam os custos na região.

Proposta de Parlamento Regional

A 27ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, realizada em Livingstone, Zâmbia, de 27 de Maio a 5 de Junho de 2010, apelou ao estabelecimento de um Parlamento Regional para fortalecer a integração regional e a construção da comunidade, discutir questões socioeconómicas pertinentes, a partir de uma perspectiva regional, e fortalecer a monitoria da implementação de políticas regionais.



2010-2011

2.2.3 Principais Marcos Alcançados em 2010-2020

A 30ª Cimeira da SADC foi realizada em Windhoek, na Namíbia, de 16 a 17 de Agosto de 2010, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Hifikepunye Lucas Pohamba e contou com a presença de vários antigos Chefes de Estado, para comemorar o 30º aniversário da SADC.



Observatório Regional da Pobreza

A 30ª Cimeira criou o Observatório Regional da Pobreza, para facilitar a implementação da Declaração da SADC sobre a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento Sustentável, na qual os Estados Membros comprometeram-se a implementar plenamente as suas estratégias destinadas à erradicação da pobreza na prossecução do seu compromisso com os quadros de desenvolvimento a longo prazo da SADC, para aprofundar a integração regional, isto é, o RISDP e o SIPO.

União Aduaneira

A Cimeira reafirmou o compromisso de criar uma União Aduaneira da SADC e endossou a decisão do Grupo de Trabalho Ministerial de nomear um grupo de peritos de alto nível para chegar a um entendimento comum sobre os parâmetros, os marcos de referência, os prazos, um modelo de união aduaneira e as modalidades de implementação, e apresentar um relatório até Dezembro 2011.



Representação da Mulher

A 30ª Cimeira observou o progresso feito em direção à representação de 50 por cento das mulheres em cargos políticos e de tomada de decisões em todos os níveis, de acordo com a sua decisão de 2005, mas que a situação era variada, com alguns Estados Membros a registar melhorias enquanto outros estavam a regredir, e exortou os Estados Membros a ratificar e implementar o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento.



Conselho Consultivo Eleitoral da SADC

O Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC), criado em 2005, foi formalmente constituído em 2010 e inaugurado em 2011, para aconselhar as estruturas da SADC e as Comissões Eleitorais dos Estados Membros, de acordo com os Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas.

Tribunal da SADC

O Tribunal da SADC, que foi criado em 2005 quando os juizes dos Estados Membros foram nomeados, foi suspenso pela Cimeira de 2010, na Namíbia, que decidiu que deveria ser realizada uma revisão do papel, funções e termos de referência do Tribunal, num trabalho que deveria ser concluído dentro de seis meses.

Pirataria em Águas Costeiras

A Cimeira notou a ameaça económica e à segurança representada pela pirataria nas águas costeiras dos Estados Membros da SADC, especialmente Seychelles, Maurícias e República Unida da Tanzânia, e mandou o Secretariado para enviar uma equipa técnica para analisar a extensão do problema e recomendar medidas apropriadas.

CCARDESA

O Centro de Coordenação da Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola (CCARDESA) foi criado, através de uma Carta assinada pelos Estados Membros a 5 de Novembro de 2010, para fortalecer a cooperação e a eficiência na gestão da pesquisa e formação científica para aliviar problemas comuns.



Abertura Oficial da Nova Sede da SADC

A nova Sede da SADC, em Gaborone, no Botswana, foi oficialmente inaugurada a 20 de Novembro de 2010, durante uma cerimónia que contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo, acolhida pelo Presidente Seretse Khama Ian Khama.



Escritório de Mediação em Madagáscar

Uma Cimeira Extraordinária realizada no momento da abertura oficial e presidida pelo Presidente Hifikepunye Lucas Pohamba, da Namíbia, observou que a situação em Madagáscar continuava por resolver e apelou ao rápido estabelecimento de um gabinete de mediação no país para facilitar o diálogo renovado, apelando a todas partes interessadas para trabalharem com o Mediador da SADC.

Cimeira Extraordinária de Maio de 2011

Foi realizada em Windhoek, na Namíbia, a 20 de Maio de 2011, uma Cimeira Extraordinária acolhida e presidida pelo Presidente Hifikepunye Lucas Pohamba. A Cimeira apreciou o Relatório do Comité dos Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais sobre a revisão do Papel, Responsabilidades e Termos de Referência do Tribunal da SADC e mandou os Ministros para iniciarem um processo para alterar os instrumentos jurídicos da SADC e apresentarem a sua versão final num relatório a submeter à Cimeira em Agosto de 2012, assim como impôs uma moratória na tramitação de casos ou realização de audiências até que o Protocolo da SADC sobre o Tribunal tivesse sido revisto e aprovado.

A Cimeira também recebeu um relatório sobre os preparativos da 2ª Sessão do Conselho de Ministros e da Cimeira Tripartidos a realizar em Junho, na África do Sul, notando o progresso alcançado no lançamento das negociações sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida do COMESA-EAC-SADC, e endossou os pilares do processo de integração Tripartida do Mercado, Desenvolvimento de Infra-estruturas e Desenvolvimento Industrial.

2011-2012

A 31ª Cimeira da SADC realizou-se em Luanda, Angola, de 17 a 18 de Agosto de 2011, e foi acolhida e presidida pelo Presidente José Eduardo dos Santos.



Revisão do Plano Estratégico Regional

A 31ª Cimeira da SADC orientou o Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional para rever o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) com o fim de reorientar a agenda de integração da SADC com vista a fortalecer a integração em prol do desenvolvimento. Uma avaliação documental feita pelo Secretariado da SADC em 2010-11 analisou o desempenho, os desafios e as lições aprendidas durante a implementação no período de 2005-2010. Isso formou a base para uma avaliação intercalar independente para a concepção de um quadro estratégico para o período restante de implementação e para uma revisão das estratégias a longo prazo.



Infra-estruturas

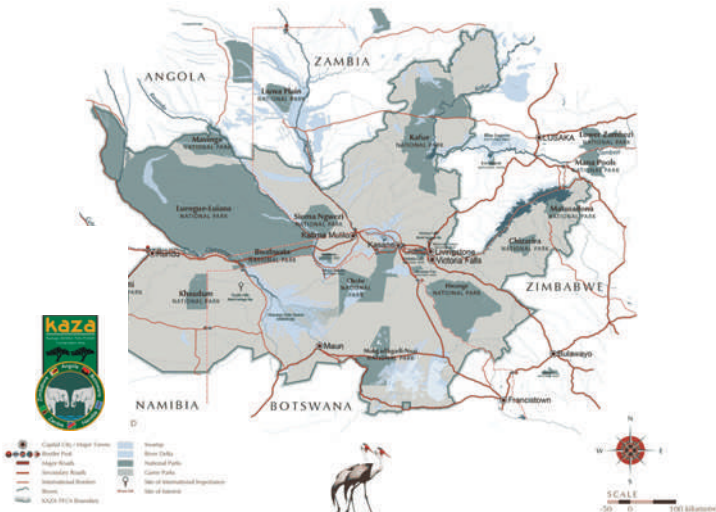
A situação de implementação do programa regional de infra-estruturas foi avaliada, especialmente no que respeita a projectos de electricidade, corredores regionais e TIC, que incluem a Ponte Kazungula, o Posto Fronteiriço de Paragem Única em Chirundu, a Interligação Zimbabwe-Zâmbia-Botswana-Namíbia e o Projecto EASSy para um Sistema de Cabos Submarinos da África Oriental. A Cimeira destacou o papel das infra-estruturas na integração regional e recomendou a rápida conclusão do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas.

Harmonização da Gestão de Recursos Naturais Partilhados

A 18 de Agosto de 2011, os Presidentes de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe assinaram um Tratado para substituir o MdE, estabelecendo assim a Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango-Zambeze, para harmonizar a gestão de recursos naturais partilhados, obtendo benefícios socioeconómicos equitativos, através do aproveitamento e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e do património cultural. Um relatório conjunto

do Banco de Desenvolvimento da África Austral e da *Peace Parks Foundation* previa que o parque, que inclui as Cataratas Vitória entre a Zâmbia e o Zimbabwe, podia atrair eventualmente até oito milhões de turistas para a região anualmente, criando oportunidades para as comunidades locais e emprego para milhares de pessoas.

Falando no lançamento, em Kasane, Botswana, a 15 de Março de 2012, os Estados parceiros reafirmaram o seu compromisso com a integração económica regional, através da gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços, conforme acordado no Protocolo da SADC sobre a Conservação da Fauna e Aplicação da Lei, e apoiado por outros protocolos sobre florestas, recursos hídricos partilhados e outros, bem como a estratégia regional de biodiversidade.



Plataforma Regional da SADC para a Redução do Risco de Desastres

A Plataforma Regional para a Redução do Risco de Desastres foi inaugurada em Outubro de 2011, numa reunião realizada nas Seychelles. Todos os Estados Membros da SADC têm estruturas de gestão de desastres para coordenar as actividades nacionais, mas quando fortes cheias deslocaram mais de um milhão de pessoas na região em 2007, a SADC também criou uma Unidade de Redução do Risco de Desastres para coordenar a preparação e a resposta a desastres transfronteiriços.



Armas ligeiras e de pequeno calibre

A SADC e outras Comunidades Económicas Regionais em África desenvolveram uma estratégia para o controlo da proliferação ilícita de armas ligeiras e de pequeno calibre (SALW), incluindo fuzis, pistolas e metralhadoras ligeiras, visto que isto representa uma grande ameaça ao desenvolvimento na região e no continente. A produção e posse ilícitas de armas ligeiras é uma infracção penal ao abrigo do Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outro Material Conexos. Os pontos focais nacionais foram estabelecidos conforme exigido pelo Protocolo, coordenado pela Organização Regional de Cooperação dos Comandantes-Gerais da Polícia da África Austral (SARPPCO).



Acção para Jovens e Crianças Vulneráveis

Os Ministros da SADC responsáveis pelos pelouros da juventude e das crianças vulneráveis adoptaram planos de acção comuns para a região acelerar a prestação de serviços básicos e a satisfação das necessidades dos jovens e crianças vulneráveis, incluindo água potável, saúde, educação e habilidades, para permitir que os jovens criem empregos para eles próprios, em consonância com o Artigo 12º da Carta Africana da Juventude.

Cimeira Extraordinária em Angola

Realizou-se em Luanda, Angola, a 1 de Junho de 2012, uma Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo acolhida e presidida pelo Presidente José Eduardo dos Santos, que apreciou o relatório da Troika do Órgão, que se reuniu antes da Cimeira.

Roteiro para o Madagáscar

O esforço da Equipa de Mediação da SADC liderada pelo antigo Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique, e da Troika do Órgão da SADC culminou com a assinatura, em Setembro de 2011, por dez dos onze intervenientes malgaxes, do Roteiro que visava o regresso do país à normalidade constitucional. O Gabinete de Ligação da SADC estava operacional desde Janeiro de 2012, para apoiar o processo.

Candidato da SADC para Presidente da Comissão da União Africana

A Cimeira reiterou o seu apoio à Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Ministra dos Assuntos Internos da África do Sul, para o cargo de Presidente da Comissão da União Africana, e ao Malawi, que iria acolher a próxima Cimeira da UA, em Julho de 2012. A Dra. Zuma foi eleita e serviu como Presidente da CUA de 15 de Outubro de 2012 a 30 de Janeiro de 2017, a primeira mulher a fazê-lo. Na Cimeira comemorativa do 50º Aniversário, realizada a 25 de Maio de 2013, durante o seu mandato, a União Africana aprovou a Agenda 2063 - *A África que Queremos*, e foram desenvolvidos planos de implementação de 10 anos.



2012-2013



A 32ª Cimeira da SADC realizou-se em Maputo, Moçambique, a 18 de Agosto de 2012, acolhida e presidida pelo Presidente Armando Emilio Guebuza.

Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas

A 32ª Cimeira da SADC adoptou a Visão 2027 do Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas, a ser implementado ao longo de um período de 15 anos, em 2013-2027. O Plano proporcionaria um quadro estratégico fundamental para orientar a implementação de redes de infra-estruturas transfronteiriças eficientes, contínuas, económicas e de maneira integrada nos seis sectores de Energia, Transporte, Turismo, TIC e Serviços Postais, Meteorologia e Água.

Desenvolvimento da Visão 2050

A SADC iria desenvolver uma visão de longo prazo com base na Visão da SADC existente, conforme articulada no Tratado e no RISDP. A Cimeira propôs fortalecer essa base incorporando as questões regionais e internacionais emergentes. A ideia de desenvolver uma Visão 2050 da SADC foi iniciada durante uma Cimeira Extraordinária realizada em Junho de 2012, em Angola.

HIV e SIDA

A Cimeira exortou os Estados Membros a apoiar totalmente a iniciativa transfronteiriça da SADC para o combate ao HIV e SIDA, para fornecer os serviços de prevenção, atendimento e tratamento nos principais pontos transfronteiriços e outros programas regionais.



Protocolos e outros instrumentos jurídicos

A Cimeira aprovou e assinou três instrumentos jurídicos: Protocolo sobre o Comércio de Serviços; Acordo de Assistência em Matéria Tributária; e Declaração sobre Tuberculose no Sector Mineiro. O principal objectivo do Protocolo sobre o Comércio de Serviços é harmonizar o campo de actuação entre os membros da SADC, garantindo que as indústrias e os consumidores tirem vantagem de um único mercado regional de serviços.

Tribunal da SADC

O Tribunal da SADC, que foi criado em 2005 quando os juízes foram nomeados, foi suspenso pela Cimeira de 2010, na Namíbia, que decidiu que devia ser realizada uma revisão do seu funcionamento. Com base nesta revisão, a Cimeira de 2012, realizada em Moçambique, decidiu que devia ser negociado um novo protocolo limitando a sua competência à interpretação do Tratado e Protocolos da SADC relativamente a litígios entre os Estados Membros.

Envio da Força em Estado de Alerta da SADC para o Leste da RDC

Uma Cimeira Extraordinária realizada em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, de 7 a 8 de Dezembro de 2012, acolhida e presidida pelo Presidente Jakaya Mrisho Kikwete, afirmou que, como bloco, a SADC enviaria a sua Força em Estado de Alerta para o Leste da RDC, sob os auspícios da Força Internacional Neutra (NIF), para a qual a República Unida da Tanzânia e a República da África do Sul prometeram um batalhão e apoio logístico, respectivamente, e concordou em manter contactos com o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Conselho de Segurança das Nações Unidas para solicitar apoio ao desdobramento e sustento.

Relatório sobre a União Aduaneira

A Cimeira recebeu um relatório do Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional sobre os elementos-chave da União Aduaneira, incluindo os parâmetros, os marcos e o modelo de União Aduaneira para a SADC, incluindo a sequência de actividades.

Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (LBTR) da SADC

O sistema de liquidação eletrónica da SADC foi lançado em quatro Estados Membros da Área Monetária Comum (África do Sul, Namíbia, Lesoto e Swazilândia), em Julho de 2013, para efectuar pagamentos transfronteiriços, em vez de usar o sistema de pagamento pelo banco correspondente, inicialmente para cobrir pagamentos de alto valor, e foi gradualmente alargado, mais tarde, a todos os Estados Membros da SADC. O Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real da SADC (LBTR-SADC), então denominado Sistema Integrado de Liquidação Electrónica Regional da SADC (SIRESS), é um sistema electrónico de transferência de fundos além-fronteiras, que facilita a liquidação de fundos dentro da região da SADC, em tempo real.

Todos os Estados Membros, excepto as Comores, participam no LBTR-SADC e um total de 85 bancos (bancos centrais e bancos comerciais) também participam no sistema. O LBTR-SADC permitiu aos Estados Membros liquidar os pagamentos entre si em tempo real, quando anteriormente demorava vários dias a processar as transacções transfronteiras.

A 33ª Cimeira da SADC foi realizada em Lilongwe, Malawi, de 17 a 18 de Agosto de 2013, e foi acolhida e presidida pela Presidente Joyce Hilda Banda.



2013-2014

Desenvolvimento de infra-estrutura regional

A Cimeira saudou Moçambique por ter organizado e acolhido com sucesso a Conferência Regional de Investimento em Infra-estruturas da SADC, em Junho de 2013, na sequência da adopção na Cimeira anterior, em Maputo, da Visão 2027 do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas, a ser implementado ao longo de um período de 15 anos, em 2013-2027. A conferência de investimento foi organizada para apoiar a implementação de infra-estruturas transfronteiriças de forma integrada nos sectores de Energia, Transporte, Turismo, TIC e Serviços Postais, Meteorologia e Água.

Representação da mulher em cargos políticos e de tomada de decisões

A 33ª Cimeira notou o progresso feito na situação da representação da mulher em cargos políticos e de tomada de decisões nos Estados Membros da SADC, saudando os Estados Membros que tinham alcançado uma elevada taxa de representação da mulher em cargos políticos e de tomada de decisões e apelando àqueles que ainda não tinham alcançado a meta de 50:50 para o fazer, até 2015. A revista Monitor de Género da SADC 2013 lançada durante a Cimeira mostra que a representação da mulher nos parlamentos dos Estados Membros da SADC variava entre uma taxa máxima de mais de 40 por cento e mínima de 10 por cento.



Constituição e Eleições no Zimbabwe

A Cimeira tomou nota da realização de eleições harmonizadas, livres e pacíficas no Zimbabwe a 31 de Julho de 2013, na sequência de um processo constitucional que resultou na aprovação por referendo de uma nova Constituição, a 22 de Maio de 2013, e reiterou o seu apelo ao levantamento de todas as formas de sanções.

Destacamento da Brigada de Intervenção da SADC para a RDC

A 33ª Cimeira saudou o destacamento da Brigada de Intervenção da SADC na RDC para conter a deterioração da segurança e da situação humanitária na parte oriental do país. A Cimeira saudou a assinatura do Acordo de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região, em Adis Abeba, Etiópia, a 24 de Fevereiro de 2013, e a adopção, pelo Conselho de Segurança da ONU, da Resolução 2098 de 2013, que fornece o mandato para o destacamento da Brigada de Intervenção sob os auspícios da MONUSCO.





Dra Tax nomeada para o cargo de Secretária Executiva

A Dra. Stergomena Lawrence Tax, da República Unida da Tanzânia, foi nomeada Secretária Executiva da SADC por um período de quatro anos (2014-2017) e, mais tarde, foi reconduzida para exercer um segundo mandato (2018-2021). Ela é a primeira mulher a chefiar o Secretariado da SADC.

Madagáscar

Uma Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 30 de Janeiro de 2014, saudou a realização de eleições presidenciais e parlamentares em Madagáscar, em Outubro e Dezembro de 2013. A Cimeira saudou o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC e os seus sucessivos Presidentes, que assumiram o cargo de 2009 a 2013/14, pela sua liderança focada na prestação de apoio ao Madagáscar, o Mediador da SADC, o antigo Presidente Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique, pela sua mediação hábil, bem como os Estados Membros que fizeram contribuições financeiras para o processo.

2014-2015

A 34ª Cimeira da SADC foi realizada em Victoria Falls, no Zimbabwe, de 17 a 18 de Agosto de 2014, tendo sido acolhida e presidida pelo Presidente Robert Gabriel Mugabe, sob o Lema *Estratégia da SADC para a Transformação Económica: Alavancando os Diversos Recursos da Região para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável, através da Transformação e Acréscimo de Valor.*

Introdução de lemas da Cimeira

Pela primeira vez, ficou acordado que cada Cimeira seria realizada sob um lema específico, que reflectiria o enfoque para o ano seguinte.

Industrialização

Sobre o Lema, a Cimeira determinou que a industrialização devia ocupar o centro da agenda de integração regional da SADC e mandou o Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional para desenvolver uma estratégia e um roteiro para a industrialização na região.

Líderes Fundadores

A Cimeira sublinhou a necessidade de homenagear de forma adequada os Líderes Fundadores que desempenharam um papel notável na libertação de África, tanto a nível regional como continental.

Projecto Hashim Mbita da SADC

Uma publicação de nove volumes de entrevistas e documentos sobre a libertação da África Austral foi lançada na 34ª Cimeira da SADC, em Victoria Falls, no Zimbabwe, pelo anfitrião e próximo Presidente da SADC, Presidente Robert Gabriel Mugabe. A publicação, intitulada *Lutas de Libertação da África Austral*, foi produzida pelo Projecto Hashim Mbita da SADC lançado na 25ª Cimeira, para a recolha, catalogação e compilação de textos e documentos orais nos Estados Membros da SADC e em outros lugares, sob a liderança do Brigadeiro-General (na reserva) Hashim Mbita, que foi Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA durante 22 anos, de 1972 até que a sua missão foi cumprida com a realização de eleições democráticas na África do Sul, em 1994. A Cimeira exortou os Estados Membros a homenagear o Embaixador

Mbita, conforme foi demonstrado pelo Zimbabwe, que lhe conferiu a Ordem Munhumutapa, que foi recebida pela sua filha, Shella, na foto à esquerda com o Presidente Mugabe (à direita) e a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax (à esquerda).

Protocolos e outros instrumentos jurídicos

Foram aprovados o Protocolo sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, o Protocolo sobre Emprego e Trabalho e a Declaração sobre Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais.





UNIVISA

A evolução das chegadas de turistas é encorajadora, com o número a atingir quase o dobro entre 2000 e 2013, apoiada pelo Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo, que visa melhorar a qualidade dos serviços, os padrões de segurança e as infra-estruturas, para atrair turistas e investimentos. O Protocolo afirma que as viagens na região podem ser facilitadas pela abolição dos requisitos de visto para os visitantes e exorta os Estados Membros a criar um visto único (UNIVISA) para facilitar a circulação de turistas internacionais na região. O primeiro passo foi dado pela Zâmbia e pelo Zimbabwe, em Novembro de 2014, para o movimento dentro do Parque Transfronteiriço de Kavango-Zambeze usando um visto válido por 60 dias.

Estratégia e roteiro para a industrialização 2015-2063

Uma Cimeira Extraordinária realizada em Harare, Zimbabwe, a 29 de Abril de 2015, acolhida e presidida pelo Presidente Robert Gabriel Mugabe, aprovou a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063. A Estratégia está ancorada em três pilares de Industrialização, Competitividade e Integração Regional, e espera-se que a região se beneficie plenamente dos seus vastos recursos naturais. A Cimeira destacou a importância fundamental da infra-estrutura para a industrialização e a necessidade de explorar mecanismos de financiamento apropriados para a implementação da Estratégia de Industrialização. O Secretariado da SADC foi orientado para finalizar o Plano de Acção Orçamentado para a implementação e garantir que à estratégia de industrialização fosse conferida prioridade máxima na implementação do RISDP Revisto (2015-2020).



Aprovação do RISDP Revisto 2015-2020

O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto (2015-2020) foi aprovado pela Cimeira Extraordinária para orientar a implementação dos programas da SADC nos próximos cinco anos, com quatro grandes áreas prioritárias – Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado; Infra-estruturas de Apoio à Integração Regional; Cooperação para a Paz e Segurança, como um pré-requisito para a integração regional; e Programas Especiais de Dimensão Regional.





Transferência do RPTC da SADC

Durante a Cimeira, o Zimbabwe entregou oficialmente o Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz à SADC, uma instalação criada para harmonizar a formação em manutenção da paz na região da SADC. O Centro foi entregue pelo Presidente Mugabe à Secretária Executiva da SADC, Dr^a Stergomena Lawrence Tax, que agradeceu ao Zimbabwe por doar as instalações à SADC, visto que desempenham um papel fundamental na manutenção da paz, segurança e estabilidade na região, como um pré-requisito para o desenvolvimento.

Brigadeiro-General (na reserva) Hashim Mbita

A Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Abril de 2015, transmitiu as suas condolências à família, ao povo e ao Governo da República Unida da Tanzânia pela morte do Embaixador Brigadeiro-General (na reserva) Hashim Mbita, dizendo que “ele contribuiu imensamente para a libertação da Região da SADC, em particular, e de África, em geral.” Ele foi premiado com a maior honra da SADC, a Medalha Seretse Khama SADC, em 2010.



ZCLT e ZCLC

A Cimeira notou o lançamento iminente da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) e endossou os princípios para orientar a SADC na finalização da Declaração de Lançamento das Negociações da Fase II. A Cimeira apelou à finalização do roteiro e do programa de trabalho sobre o Pilar de Industrialização Tripartido e adoptou uma posição comum da SADC para as negociações sobre a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC).

Lançamento da Zona de Comércio Livre Tripartida

A Zona de Comércio Livre Tripartida do COMESA, EAC e SADC foi lançada com a assinatura do Acordo e da Declaração Política sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida na 3^a Cimeira Tripartida realizada a 10 de Junho de 2015, em Sharm El Sheik, no Egipto, reunindo 26 países membros, metade dos países do continente, num bloco comercial formidável, com uma população de 600 milhões de pessoas e um PIB combinado de 1 trilhão de dólares, e que servirá como um dos alicerces na construção da Comunidade Económica Africana. A Secretária Executiva da SADC, Dr^a Stergomena Lawrence Tax, presidiu ao Grupo de Trabalho Tripartido no período que se estendeu de Julho de 2015, com o objectivo de implementação rápida de programas de integração.



Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas (revistos em 2015)

Os Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas foram revistos e aprovados em 2015, na sequência de amplas consultas efectuadas pelo Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) com os Estados Membros e outras partes interessadas e especialistas eleitorais. As directrizes revistas estabelecem as responsabilidades dos Estados Membros e do Secretariado da SADC, o papel do SEAC antes, durante e depois das eleições, e as responsabilidades e implantação das Missões de Observação Eleitoral da SADC (SEOMs), incluindo um Código de Conduta. Após um processo que procurou aprimorar os Princípios e Directrizes adoptados em 2004, as directrizes revistas foram aprovadas a 20 de Julho de 2015, em Pretória, na África do Sul, pela 17^a Reunião do Comité Ministerial do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança.

A 35ª Cimeira da SADC foi realizada em Gaborone, no Botswana, de 17 a 18 de Agosto de 2015, tendo sido acolhida e presidida pelo Presidente Seretse Khama Ian Khama, sob o Lema *Acelerando a Industrialização das Economias da SADC através da Transformação da Riqueza Natural e do Capital Humano Melhorado*.



2015-2016

Estratégia e Roteiro para a Industrialização: Estudos Sectoriais

A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (2015-2063) definiu o caminho para a transformação tecnológica e socioeconómica da SADC, e a implementação começou com o alinhamento das actividades regionais com as novas políticas. Foram realizados estudos para traçar o perfil dos sectores Mineiro e Farmacêutico prioritários e identificar o potencial para o desenvolvimento, acréscimo de valor e transformação nas cadeias de valor. Ambos os estudos indicaram a existência de grande potencial para as cadeias de valor nacionais, regionais e globais e um alto potencial para o fabrico de medicamentos e produtos de saúde, especificamente para o combate ao HIV e SIDA, tuberculose e malária.



Desenvolvimento de infra-estruturas em apoio à integração regional

O Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) já está totalmente operacional e aprovou três projectos, enquanto dois projectos de energia e dois projectos de transporte estão na fase de análise. Foi lançado um formulário de apresentação de propostas online e foram recebidas cinco novas propostas para a avaliação pelo Secretariado da SADC e o Banco de Desenvolvimento da África Austral.

Financiamento Sustentável

A 35ª Cimeira notou a necessidade de explorar formas sustentáveis de financiamento da implementação do RISDP Revisto, da Estratégia de Industrialização e de outros programas da SADC, e orientou o Conselho para finalizar o trabalho sobre fontes alternativas de financiamento e apresentar um relatório à Cimeira Ordinária em 2016.

Fundo de Contingência da SADC

Um Fundo de Contingência da SADC, aprovado em Agosto de 2015, foi usado eficazmente para actividades como o desdobramento da Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL) em 2017, usando recursos próprios, tanto financeiros como em pessoal. O destacamento contribuiu para a restauração da estabilidade, paz e segurança no Lesoto. O Fundo também foi usado para operacionalizar o Gabinete de Ligação na República Democrática do Congo (RDC) em 2018. O Gabinete de Ligação foi fundamental para facilitar os contactos com as partes envolvidas no processo eleitoral na RDC e apoiar a RDC nas eleições de 2018, que foram pacíficas e históricas, culminando com a transferência pacífica do poder.



Comissão de Fiscalização no Lesoto

A Dupla Troika da SADC reuniu-se em Pretória, África do Sul, a 3 de Julho de 2015, e recebeu o relatório do Facilitador da SADC para o Reino do Lesoto, o Vice-Presidente Cyril Ramaphosa, da África do Sul, sobre a deterioração da situação política e de segurança no Lesoto. A Cimeira da Troika aprovou o relatório e as recomendações e estabeleceu uma Comissão de Fiscalização para actuar como mecanismo de alerta prévio, bem como uma Comissão de Inquérito independente e decidiu sobre o seu destacamento imediato. Os Termos de Referência da Comissão de Inquérito foram reafirmados pela 35ª Cimeira da SADC, que exortou o Governo e as partes interessadas a desenvolver um roteiro para as reformas Constitucionais e do Sector de Segurança, e prometeu apoio contínuo a este respeito.



Protocolos e outros instrumentos jurídicos

A Cimeira aprovou a constituição do Tribunal Administrativo da SADC (SADCAT) e a Declaração sobre o Desenvolvimento e Empoderamento da Juventude na SADC. Durante o ano, foi formulada uma política-quadro afim para a Promoção do Emprego Juvenil na SADC, com o objectivo de abordar o desemprego juvenil e promover o empreendedorismo.

Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo da SADC

A 35ª Cimeira aprovou uma Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo abrangente para assegurar uma abordagem coordenada na prevenção e combate ao terrorismo internacional e doméstico, para criar capacidade para lidar com o terrorismo como um problema transfronteiriço e para fortalecer a cooperação, conforme estipula a Declaração da SADC sobre o Terrorismo (2001). Esta acção inclui a promulgação ou revisão da legislação nacional sobre a prevenção e o combate ao terrorismo e a partilha de informações sobre suspeitos de envolvimento em actos de terrorismo.

Segurança Alimentar e Nutricional

Uma análise da situação da segurança alimentar regional mostrou um declínio na produção e disponibilidade geral de cereais, em grande parte devido às condições meteorológicas desfavoráveis caracterizadas por períodos de seca prolongados, inundações e ciclones. Como resultado, a Região precisaria de assistência alimentar e outro tipo de ajuda humanitária durante a campanha agrícola de 2015/2016. Os Estados Membros foram instados a continuar a implementar a Política Agrícola Regional e os protocolos relevantes para aumentar a produção agrícola e melhorar a segurança alimentar. A SADC pôs em prática medidas para reduzir o impacto climático do fenómeno El Niño na região, conforme acordado na Reunião Consultiva da SADC sobre a Preparação e Resposta ao Impacto do El Niño 2015/16 na Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Fevereiro em Joanesburgo, na África do Sul.

Empoderamento da mulher e igualdade de género

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento foi revisto durante o ano, de acordo com os ODS da ONU, a Agenda 2063 da UA e o relatório de avaliação Beijing +20. Foi concebido o Programa Regional de Empoderamento Económico Multidimensional das Mulheres para aumentar o acesso das mulheres aos recursos produtivos e financeiros.

Ilhas Chagos

A Cimeira endossou os apelos internacionais para que o Reino Unido acabasse rapidamente com a ocupação ilegal do Arquipélago de Chagos, incluindo Diego Garcia, com vista a permitir que as Maurícias exerçam a sua soberania sobre o arquipélago, sem a qual a descolonização total da África não estaria completa.

2016-2017

A 36ª Cimeira da SADC foi realizada no Reino de Eswatini, de 30 a 31 de Agosto de 2016, e foi acolhida e presidida por Sua Majestade o Rei Mswati III. A Cimeira foi realizada sob o Lema ***Mobilização de Recursos para o Investimento em Infra-estruturas de Energia Sustentáveis para uma Industrialização Inclusiva da SADC e para a Prosperidade da Região.***



Universidade de Transformação da SADC

A 36ª Cimeira endossou os planos do Rei Mswati III de estabelecer e acolher a Universidade de Transformação da SADC para melhorar a produtividade industrial, através da inovação e do empreendedorismo.



A universidade virtual teria um centro de administração localizado em Eswatini, com campus satélites *online* em universidades e faculdades em toda a região, para garantir que um maior número possível de pessoas se beneficiasse da instituição. A Cimeira saudou Sua Majestade e o Governo de Eswatini pela proposta de conceder 300 bolsas, representando 20 para cada Estado Membro da SADC.

A operacionalização da Universidade de Transformação da SADC foi posteriormente aprovada pela 38ª Cimeira, para funcionar como universidade virtual com foco no empreendedorismo, inovação, comercialização, transferência de tecnologia, desenvolvimento empresarial, e economia digital e do conhecimento, em apoio à agenda de industrialização da SADC. A universidade apoiará os Estados Membros com formação em competências relevantes à medida que a SADC intensifica os seus esforços para se transformar numa região industrializada.



Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC

Foi aprovado um acordo para operacionalizar o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC e o Fundo seria estabelecido em duas Fases, com a Fase 1 centrada na preparação e concepção de projectos. A Fase 2 teria quatro janelas de financiamento para apoiar a integração regional por meio do desenvolvimento de infra-estrutura, desenvolvimento industrial, integração e ajustamento económico, e desenvolvimento social, com capitalização inicial de 120 milhões de USD, começando em 2017. O Fundo deve permitir que a região assuma o controlo total da sua agenda de integração, que ainda depende do apoio externo. O Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC é um mecanismo financeiro para mobilizar recursos dos Estados Membros, do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento para financiar programas e projectos para aprofundar a integração e o desenvolvimento regional.

Fontes alternativas de financiamento

A região da SADC tem potencial para mobilizar mais de 1,2 mil milhões de dólares para financiar os seus próprios programas a partir de fontes alternativas, como parte dos esforços para reduzir a dependência em relação ao financiamento externo, de acordo com estudos encomendados pelo Secretariado da SADC. Um grande conjunto de recursos pode ser acessível para esse fim se forem exploradas fontes alternativas e inovadoras de financiamento, como pequenos impostos ou taxas sobre importações e exportações, sobre o turismo, incluindo passagens aéreas, e sobre transacções financeiras, bem como sistemas de lotaria, filantropia e eventos regionais.

Protocolos e outros instrumentos jurídicos

Vários instrumentos legais foram aprovados (vide Anexo): para estabelecer um Comité da SADC contra a Corrupção, para supervisionar a implementação do Protocolo Contra a Corrupção, reportando ao Comité Ministerial do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança; sobre questões financeiras, para reger a cooperação na área do investimento e desenvolvimento de mercados financeiros; um mecanismo para solicitar um período de graça na eliminação de tarifas; operacionalizar o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC; e um acordo que altera o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, de acordo com os compromissos assumidos a nível regional, continental e internacional.

Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento

O Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento prevê o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a promoção da igualdade e equidade de género, através de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis às questões do género.

Situação dos Protocolos

A Cimeira também analisou a situação da ratificação dos protocolos, observando que 26 protocolos tinham entrado em vigor enquanto outros 7 ainda não haviam entrado em vigor, e instou os Estados Membros que ainda não tinham aderido ou ratificado esses protocolos a fazê-lo.





Acompanhamento do Progresso Feito

Publicações da SADC que fazem o rastreio do progresso feito rumo à integração regional foram lançadas à margem da 36ª Cimeira, incluindo as revistas *Monitor de Género da SADC*, que acompanha a implementação do Protocolo sobre *Género e Desenvolvimento*; *Monitor de Energia da SADC*, que é um estudo de base do sector de energia na região; e um estudo de base sobre o Tráfico de Pessoas na Região da SADC, que revela a natureza, a magnitude e o impacto do tráfico de pessoas na região.

Declínio no número de novas infecções pelo HIV e SIDA

A região da SADC tem registado um declínio significativo no número de novas infecções desde 2009 e um declínio nas mortes relacionadas com a SIDA, bem como um aumento na cobertura da Prevenção da Transmissão Vertical (da Mãe para o Filho), que atingiu 90 por cento em 2015. A Cimeira exortou os Estados Membros a continuar a fornecer recursos humanos e financeiros para sustentar essas tendências positivas nas principais áreas de prevenção, tratamento, atendimento e apoio, e observou e apreciou a redução substancial registada na incidência da tuberculose e da malária, incluindo a mortalidade relacionada à malária.

Segurança Alimentar

A Cimeira observou a deterioração geral da situação de segurança alimentar regional, depois de a campanha agrícola de 2015/16 ter sido assolada por uma seca extrema causada pelo fenómeno El Niño, que deixou a região com um défice de cereais de 9 milhões de toneladas e 39,6 milhões de pessoas necessitando de alimentos e outro tipo de assistência humanitária. A Cimeira fez um apelo à comunidade regional e internacional para a prestação de apoio à população afectada, para suprir a lacuna de 2,5 mil milhões de dólares.

Estratégia de Energia Renovável

A Estratégia e Plano de Acção para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (REEESAP) para o período de 2016-2030 foi aprovada por especialistas em energia da região, em Outubro de 2016, para servir de quadro para os Estados Membros desenvolverem estratégias de energias renováveis. Aprovada em Julho de 2017 pelo Comité dos Ministros de Energia, espera-se que a Estratégia leve a um maior aproveitamento de recursos energéticos como eólica, solar, gás, hidroeléctrica e biocombustíveis, além de reduzir a dependência de fontes tradicionais e atrair investimentos para o sector.

A SADC que Queremos

Um marco importante registado durante o ano foi a realização de um Retiro Ministerial, em Eswatini, de 12 a 14 de Março de 2017, sob o Lema *A SADC que Queremos*, que avaliou o progresso feito e discutiu formas de fortalecer e acelerar a implementação da agenda de integração. As conclusões do Retiro Ministerial foram aprovadas por uma Cimeira Extraordinária realizada a 18 de Março, que orientou o Secretariado no sentido de desenvolver um plano de implementação e um roteiro que incidisse nas prioridades de desenvolvimento de infra-estruturas, industrialização e integração do mercado, e paz e segurança, como pré-requisitos; desenvolver um mecanismo para fazer o acompanhamento do progresso feito na implementação e da conformidade; fortalecer a participação do sector privado; rever os órgãos da SADC; e apresentar recomendações sobre mecanismos de financiamento sustentável do processo de integração regional.

Plano de Acção Orçamentado para a Estratégia e Roteiro para a Industrialização

A Cimeira Extraordinária, realizada no Palácio de Lozitha (Mandvulo), em Março, acolhida e presidida por Sua Majestade, o Rei Mswati III, também aprovou o Plano de Acção Orçamentado para a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063 e enfatizou a necessidade de execução das actividades de alto impacto, de monitoria eficaz e o papel do sector privado na implementação.



Coordenação e Implementação

A Cimeira decidiu que o Secretariado da SADC devia concentrar a sua atenção na coordenação de programas, enquanto os Estados Membros deviam centrar-se na implementação.

Plano Regional de Investimento na Agricultura

O Plano Regional de Investimento na Agricultura 2017-2022 foi aprovado pelo Conselho, em Março de 2017, para operacionalizar a Política Agrícola Regional, que se espera que viabilize o aumento da produção, produtividade e competitividade agrícola, o acesso aos mercados e ao comércio, e aumente o acesso ao financiamento para a agricultura, reduzindo a vulnerabilidade social e económica na região e melhorando a segurança alimentar e nutricional.

SADCRQF

A SADC deu um passo significativo rumo à harmonização da educação em toda a região, com a aprovação do Quadro Regional de Qualificações da SADC (SADCRQF), que facilitará o reconhecimento das qualificações de entrada e saída em áreas de competências críticas para a integração e o desenvolvimento regional, em apoio à industrialização. Reunido em meados de Abril de 2017, em Joanesburgo, na África do Sul, o Comité Técnico de Certificação e Credenciamento aprovou o SADCRQF, marcando o início de uma cooperação mais estreita e do acesso mais fácil para alunos e trabalhadores em toda a região.

A 37ª Cimeira da SADC, realizada em Pretória, na África do Sul, de 19 a 20 de Agosto de 2017, foi acolhida e presidida pelo Presidente Jacob Gedleyihlekisa Zuma, sob o Lema *Parceria com o Sector Privado no Desenvolvimento da Indústria e das Cadeias de Valor Regionais*.



2017-2018

71

Exploração das Parcerias Público-Privadas

O Lema da 37ª Cimeira dá continuidade à trajetória das três Cimeiras anteriores, rumo ao alcance do objectivo de industrialização e de desenvolvimento sustentável. O Lema de 2014 focou na transformação económica, através da transformação e do acréscimo de valor, enquanto o Lema de 2015 incidiu sobre a transformação da riqueza natural e o capital humano, e o de 2016 deu atenção especial à mobilização de recursos para o investimento em infra-estruturas de energia sustentáveis. A Cimeira de 2017 concentrou-se no aproveitamento das parcerias com o sector privado para impulsionar a agenda de industrialização, instando os Estados Membros a materializar o Lema através de projectos de agro-processamento, beneficiação de minerais, energia e produtos farmacêuticos.



Mudança na Abordagem ao Desenvolvimento

Em 2017, foi decidido mudar o paradigma do desenvolvimento regional, de uma abordagem linear ou sequencial para uma abordagem desenvolvimentista, com a implementação de programas e projectos em todas as fases da integração regional. No quadro do plano anterior, desde o RISDP 2003, a região esforçou-se por alcançar as metas rumo ao estabelecimento de uma moeda comum até 2018. Isso foi alterado em 2017, para prosseguir uma abordagem de desenvolvimento que se concentra na cooperação sectorial, industrialização e desenvolvimento de infra-estruturas, para permitir o uso sustentável dos recursos naturais, através do acréscimo de valor e da transformação, e da competitividade, como condições necessárias para o comércio e a integração regional.





Comité de Gás Natural

A Cimeira decidiu sobre a constituição de um Comité Regional de Gás Natural para promover a inclusão do gás no cabaz energético regional em prol do desenvolvimento industrial.



Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia

A Carta sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia, aprovada pelo Conselho em Agosto de 2017, visa aumentar a participação da mulher e dos jovens nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM). A falta de competências em CTEM é uma das principais barreiras identificadas na Estratégia de Industrialização.

Protocolo sobre a Protecção de Novas Variedades de Plantas na Região da SADC

O Protocolo sobre a Protecção de Novas Variedades de Plantas na Região da SADC, aprovado na 37ª Cimeira, prevê um sistema eficaz de protecção de variedades de plantas, a promoção do desenvolvimento de novas variedades de plantas para o benefício da região, e a protecção dos direitos dos obtentores.

Direcção de Desenvolvimento Industrial e Comércio

A Direcção de Desenvolvimento Industrial e Comércio foi estabelecida na estrutura do Secretariado da SADC com mandato para garantir que a região da SADC seja autosuficiente em bens e serviços que podem ser comercializados dentro da região e em todo o mundo. O mandato abrange toda a cadeia, desde a concepção do produto, passando pela pesquisa científica e desenvolvimento até à cadeia de valor da produção e definição de normas e regulamentos.

Diálogo e Respeito Mútuo

A Cimeira deplorou e condenou as interferências extracontinentais nos assuntos dos Estados Membros da UA, em particular a prática unilateral de impor sanções dirigidas contra personalidades congoleesas por organizações e países não africanos, em contradição com os princípios de soberania dos Estados e de não interferência, e exortou essas organizações a retirar as sanções e evitar tomar tais medidas no futuro, promovendo o diálogo e o respeito mútuo.

Solidariedade com o Sahara Ocidental

A Cimeira manifestou-se preocupada com o facto de o colonialismo no continente ainda não ter sido erradicado e aprovou a convocação de uma Conferência de Solidariedade da SADC com o Sahara Ocidental, cujos resultados seriam partilhados com a União Africana.

Estabilidade e Desenvolvimento

Os esforços do Facilitador da SADC e do Comité de Fiscalização e o destacamento da Missão Preventiva da SADC no Lesoto (SAPMIL) foram fundamentais para estabilizar a situação política e de segurança no país. Os esforços alargados de apoio à RDC ajudaram a neutralizar significativamente as forças negativas que operam principalmente na parte oriental do país, e o destacamento do Enviado Especial da SADC, que trabalhou em colaboração com os enviados da ONU e da UA, facilitou a resolução da crise política em Madagáscar.

Unidade de Apoio à Mediação

A Unidade de Apoio à Mediação acelerou as suas intervenções de capacitação, com o objectivo de reforçar a capacidade regional de prevenir e gerir conflitos, através da realização de programas de capacitação que cobriam a negociação, o rastreio e a análise de conflitos; habilidades e abordagens de mediação; e integração da perspectiva de género no contexto da prevenção e resposta a conflitos.

Projecto de Roaming na SADC

Os operadores de redes de telefonia móvel de nove Estados Membros da SADC estão a implementar o projecto de Roaming no País e no Estrangeiro da SADC (SHAR), usando o princípio Fazer Roaming como se Estivesse no País (RLAH). Esta acção está em linha com a decisão de Novembro de 2014 dos Ministros responsáveis pelo pelouro das Tecnologias de Informação e Comunicação de adoptar o regime RLAH, regulando a tarifa grossista e retalhista de roaming durante seis anos.



Facilitação do Transporte na Região Tripartida

As realizações conseguidas desde o lançamento do Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e Trânsito (TTTFP), que cobre o COMESA, a EAC e a SADC, incluem a validação do Acordo de Gestão da Carga em Veículos e do Acordo Multilateral de Transporte Rodoviário Transfronteiriço; realização de programas de sensibilização nacionais e regionais para identificar a assistência técnica necessária em 17 dos 21 Estados Membros / Parceiros; e facilitação do Fórum de Reguladores do Transporte Rodoviário Transfronteiriço.



Facilitação do Comércio para as PME's

O Programa de Facilitação do Comércio da SADC foi aprovado em Julho de 2018, para apoiar a implementação da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC. As conquistas nos domínios da alfândega e facilitação do comércio incluem o Quadro do Regime de Comércio Simplificado (STR), que visa reduzir as barreiras ao comércio ao simplificar os procedimentos e os processos aduaneiros e reduzir os custos de transacção associados ao comércio formal, em apoio aos pequenos comerciantes. Na área de comércio e integração do mercado, a primeira ronda de negociações foi concluída em quatro dos seis sectores prioritários identificados no Protocolo sobre o Comércio de Serviços – serviços de comunicações, finanças, turismo e transporte.

Inclusão Financeira das PME's

O Plano de Implementação da Estratégia da SADC de Inclusão Financeira e Acesso ao Financiamento de Pequenas e Médias Empresas (PME's) foi aprovado em Julho de 2018, ajudando os Estados Membros a desenvolver as suas próprias estratégias e programas destinados a capacitar as PME's, os jovens e as mulheres para participarem e contribuírem na actividade económica.

A 38ª Cimeira da SADC foi realizada em Windhoek, na Namíbia, de 17 a 18 de Agosto de 2018, e foi acolhida e presidida pelo Presidente Hage Geingob, sob o Lema *Promoção do Desenvolvimento de Infra-estruturas e Empoderamento da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável*.



2018-2019

Empoderamento dos Jovens

Na materialização do Lema da Cimeira, o foco incidiu sobre a juventude, para esta assumir um papel activo na promoção e na formulação da agenda de integração regional. Várias plataformas foram criadas para captar as vozes dos jovens, incluindo a participação activa no Fórum de Governação da Internet da África Austral, realizado em Durban, na África do Sul, em Novembro de 2018. Foi criado um Fórum da Juventude da SADC como uma estrutura oficial, em Dezembro de 2018, após as deliberações dos jovens sobre o desenvolvimento de infra-estruturas e dos sectores produtivos para a criação de emprego. O empoderamento dos jovens foi integrado na agenda





da SADC com uma perspectiva de longo prazo e um quadro facilitador.

Dia da Libertação da África Austral

A 38ª Cimeira sancionou o dia 23 de Março como o dia da comemoração anual do Dia da Libertação da África Austral. A data marca o fim da última batalha contra o apartheid, travada em Cuito Cuanavale, no sul de Angola, e comemora a independência de todos os Estados Membros da SADC.

União das Comores torna-se Estado Membro da SADC

A União das Comores participou na 38ª Cimeira pela primeira vez como Estado Membro, após o depósito dos Instrumentos de Adesão, aderindo assim ao Tratado da SADC. A 37ª Cimeira tinha concordado em admitir as Comores como o 16º Estado Membro, depois de cumprir os critérios para a admissão de novos membros.

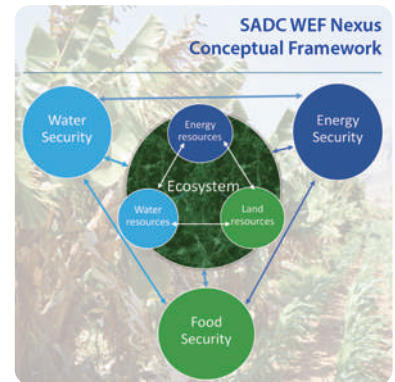


Declaração sobre a Eliminação da Malária

A Cimeira aprovou a Declaração sobre a Eliminação da Malária na Região da SADC, para colocar firmemente a eliminação da malária na agenda de todos os Estados Membros.

Nexo de Água, Energia e Segurança Alimentar

A Água, a Energia e a Segurança Alimentar são prioridades fundamentais da SADC e o Quadro Operacional do Nexo entre a Água, a Energia e a Segurança Alimentar fornece linhas de orientação e ferramentas para a tomada de decisões e a coordenação entre os sectores, para facilitar o investimento conjunto e desbloquear o potencial dos recursos da região. Em consonância com a decisão do Conselho da SADC, tomada em Agosto de 2018, o Secretariado estava a formular um quadro de governação para que os Estados Membros pudessem identificar abordagens inovadoras e integradas para otimizar o aproveitamento de recursos, gerir a procura concorrente e maximizar os benefícios.



Agenda de Desenvolvimento Pós-2020

Com o período de implementação do RISDP 2015-2020 a terminar em Dezembro de 2020, a SADC iniciou o processo de revisão da sua agenda de desenvolvimento. A proposta de Visão 2050 da SADC e do RISDP 2020-2030 que a acompanha era o culminar de um processo intensivo que começara com a decisão de uma Cimeira Extraordinária realizada em Angola, em Junho de 2012, de desenvolver uma visão de longo prazo para a região. Esperava-se que o RISDP 2020-2030 combinasse os objectivos do RISDP e do SIPO

Fortalecimento das ligações nacional-regional

O programa para fortalecer as Ligações Nacional-Regional começou a ser implementado em Setembro de 2018 para fortalecer a capacidade dos Estados Membros da SADC de implementar a agenda regional a nível do país, visando o alcance de resultados e concentrando-se nas actividades com impacto.

Rumo a um Parlamento Regional

Os primeiros passos históricos foram dados rumo à transformação do Fórum Parlamentar da SADC em Parlamento Regional, conforme foi discutido na 38ª Cimeira da SADC, quando o Conselho de Ministros orientou o Secretariado para estabelecer um Grupo de Trabalho para analisar a proposta de transformação e reportar na Cimeira seguinte. O Fórum Parlamentar



da SADC (SADC PF) é uma instituição autónoma da SADC criada em 1997 como um órgão interparlamentar regional composto por 14 parlamentos nacionais que representam mais de 3.500 parlamentares na África Austral. O Parlamento Regional proposto facilitaria um debate mais amplo sobre assuntos regionais e, assim, aceleraria a implementação dos protocolos da SADC que precisam de ser ratificados e enquadrados na legislação nacional, e se tornaria um instrumento impulsor fundamental dos esforços de integração e desenvolvimento, diminuindo assim o fosso entre os cidadãos e os processos regionais de integração.



TV da SADC

A Corporação de Radiodifusão da Namíbia (NBC) demonstrou o Canal de TV da SADC aos Ministros de TIC em Setembro de 2018. Esta iniciativa está ancorada na Estratégia Revista de Comunicação e Promoção da SADC 2016-2020, e a 1ª Fase envolve a divulgação de conteúdos online usando um Concentrador de Partilha de Conteúdo. A transmissão do programa “Eyes on SADC” (Vista Virada para a SADC) começará com a transmissão de notícias contribuindo com de 30 minutos até se tornar um canal completo. Doze Estados Membros conteúdos para o Canal de TV da SADC.

Aquisição conjunta de produtos farmacêuticos

O Serviço de Aquisições em Grupo da SADC (SPPS) tornaram-se uma realidade depois da assinatura do MdE a 9 de Outubro de 2018 para a aquisição conjunta de produtos farmacêuticos e suprimentos médicos. O Departamento de Armazéns de Medicamentos da República Unida da Tanzânia foi seleccionado para hospedar o SPPS, cujos serviços deverão reduzir o custo de produtos farmacêuticos e suprimentos médicos na região até 40 por cento, ao permitir que os Estados Membros partilhem informações sobre preços e fornecedores, e possibilite a negociação de melhores preços de medicamentos de alta qualidade.



75

SAPP pretende aumentar o comércio de energia

A Rede de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) adoptou um Plano para aumentar o comércio de energia na região e reduzir o custo do fornecimento de electricidade, através do aproveitamento de diversos recursos energéticos para aumentar o acesso, reduzir o desperdício de potência e melhorar a prestação de serviços. O Plano da Rede para 2017-2040 tem como objectivo identificar um conjunto básico de investimentos na produção e transporte que podem assegurar um fornecimento adequado de electricidade à região de forma eficiente, económica e sustentável em termos sociais e ambientais.

O incentivo ao investimento em projectos conjuntos de produção de energia eléctrica que cobrem mais de um país foi uma das duas principais soluções encontradas para a escassez paralisante de energia na região que foram apresentadas pelos Ministros de Energia da SADC à Mesa Redonda de Investidores do Sector de Energia realizada em Livingstone, na Zâmbia, em Julho 2009. Os potenciais investidores participantes na mesa redonda afirmaram que os projectos conjuntos de produção de energia eram a chave para o crescimento regional, porquanto os projectos nacionais podem ser demasiado pequenos para atrair investidores.

A região da SADC colocou à disposição nova capacidade de produção de 4.175 MW de energia em 2018/19, e um total de 24.554 MW foram adicionados nos últimos 10 anos. Outra solução proposta que está agora a ser implementada é a construção de mais interligações de transporte transfronteiras, coordenadas através da SAPP, para permitir aos Estados Membros beneficiarem de nova capacidade de produção instalada noutros países, uma vez que a região não está totalmente integrada neste aspecto.



Centro de Energias Renováveis

O Centro da SADC para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE) foi lançado em Windhoek, na Namíbia, a 24 de Outubro de 2018, para promover um maior uso de fontes de energia renováveis na região e para definir padrões e facilitar a harmonização de padrões de vários produtos e tecnologias.



A Força em Estado de Alerta da SADC lidera a Força Africana em Estado de Alerta em 2019

De Janeiro a Junho de 2019, a SADC liderou a Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), que é uma ferramenta importante da arquitectura de paz e segurança africana para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. A FAEA é uma força de manutenção da paz multidisciplinar que se tornou totalmente operacional em 2016, constituída por contingentes militares, da polícia e pessoal civil destacados para responder rapidamente a uma crise, sem entraves representados por qualquer ónus pesado de natureza política e instrumental, e é alicerçada em mecanismos de prontidão estabelecidos entre as cinco sub-regiões da África, que são escaladas numa base rotativa semestral. A Força em Estado de Alerta da SADC esteve envolvida em uma série de exercícios militares em preparação para assumir as suas funções de manutenção da paz a nível continental, tendo o mais recente, o Exercício Umodzi, sido acolhido pelo Malawi, de 1 a 17 de Outubro de 2018.



Resposta Coletiva a Desastres

Os Estados Membros da SADC reagiram rapidamente no fornecimento de apoio ao Malawi, Moçambique e Zimbabwe depois de terem sido atingidos pelo Ciclone Tropical Iдай a 14-15 de Março de 2019, que causou fortes chuvas e ventos, tempestades, deslizamentos de terra e inundações. Quase 3 milhões de pessoas foram deslocadas e cerca de 1.000 pessoas morreram num dos piores desastres a atingir a África Austral, deixando um rastro de destruição e inibindo o acesso a cuidados de saúde, alimentação, assistência social e comunicações no centro de Moçambique, sul do Malawi e leste do Zimbabwe. Houve grandes danos à terra e a infra-estruturas de habitação, saúde, educação, água, agricultura, transporte, indústria, energia, TIC e turismo. A tempestade destruiu estradas, pontes e represas e revelou a necessidade de investir em infra-estruturas resilientes ao clima.

O lançamento do Apelo Regional de Assistência para a Resposta ao Desastre foi um esforço colaborativo dos governos dos Estados Membros afectados e do Secretariado da SADC, através do Grupo de Trabalho Técnico de Emergência e Resiliência composto por uma equipa multisectorial que trabalhou com os departamentos nacionais de gestão de desastres, agências da ONU e organizações não governamentais e angariou apoio material e financeiro junto de países vizinhos. Este foi um marco importante na resposta a desastres, pois permitiu documentar as necessidades e os défices em recursos, destacar as intervenções de recuperação iniciais e os esforços humanitários e de criação da resiliência, assim como propiciou no processo de recolha de lições para uma melhor preparação, resposta e coordenação aos níveis nacional e regional. Seguiu-se o ciclone Kenneth, que atingindo o norte de Moçambique, acompanhado de ventos com força de furacão e chuvas fortes, apenas seis semanas depois de o Ciclone Iдай ter devastado uma ampla área mais a sul. Estes são os ciclones mais fortes já registados em África e no hemisfério sul. O Secretariado da SADC e os Estados Membros estão a desenvolver uma estratégia, a Estratégia de Prontidão e Resposta a Desastres da SADC, para fornecer mecanismos de resposta e recursos adequados para a gestão eficaz de desastres no futuro.

76



Solidariedade com a República Árabe Saaraui Democrática

A Conferência de Solidariedade da SADC com a República Árabe Saaraui Democrática foi acolhida pela República da África do Sul, em Joanesburgo, a 25-26 de Março de 2019, para mostrar o seu apoio ao povo do Sahara Ocidental, conforme fora acordado na 37ª Cimeira, que afirmara que era chegado o momento de o Sahara Ocidental ser livre e independente. O Saara Ocidental está sob ocupação marroquina, apesar de várias declarações de organismos regionais, continentais e internacionais, incluindo a União Africana e as Nações Unidas apelando à sua desocupação.

Programa Regional de Empoderamento Económico Multidimensional da Mulher

O Programa de Empoderamento Económico aprovado pelos Ministros para os Assuntos do Género da SADC a 29 de Maio de 2019, em Windhoek, na Namíbia, guiará a região na revisão, alteração e formulação de leis para assegurar o acesso igual ao emprego assalariado, trabalho decente e protecção social, que são fundamentais para o desenvolvimento e integração regional, o que está de acordo com as disposições do Protocolo Revisto sobre Género e Desenvolvimento, que aspira à igualdade e equidade de género.

Hino e Bandeira da SADC

O Conselho de Ministros da SADC aprovou a entoação do hino da SADC juntamente com o hino nacional durante as reuniões da SADC. O Conselho também decidiu que os Estados Membros devem hastear a bandeira da SADC juntamente com as bandeiras nacionais durante todas as reuniões da SADC e eventos nacionais, a fim de fortalecer a consciência da identidade, marca e símbolos de construção da comunidade da SADC, e apelou ao Secretariado para explorar outras formas de popularizar a SADC e levar a SADC para junto dos cidadãos da SADC.

Harmonização de Normas da SADC

Devido ao lançamento iminente da Zona de Comércio Livre Continental Africana, o procedimento de harmonização do SADCSTAN foi revisto para se alinhar com o Modelo de Harmonização Africano. Onze normas da SADC foram harmonizadas em 2017/18, mais 10 foram harmonizadas em 2018/19, elevando o número total de textos harmonizados da SADC para 107.

Zona de Comércio Livre Continental operacional

A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) entrou em vigor, com potencial para impulsionar o comércio intraregional em África e mudar o cenário económico global. O mercado integrado tornou-se operacional a 30 de Maio de 2019 depois que os necessários 22 países depositaram os instrumentos de ratificação junto da Comissão da União Africana. O lançamento foi a 7 de Julho de 2019, em Niamey, no Níger, com o comércio a começar a 1 de Janeiro de 2021. No final de Dezembro de 2020, 36 países tinham ratificado o acordo, incluindo oito Estados Membros da SADC - Angola, Reino de Eswatini, Lesoto, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue. O acordo para estabelecer a ZCLCA foi assinado em Kigali, no Ruanda, a 21 de Março de 2018, numa Cimeira da União Africana que afirmou que a criação de um mercado integrado era um marco histórico para o continente transformar a sua independência política em desenvolvimento económico sustentável, conforme foi visualizado pelos líderes fundadores.

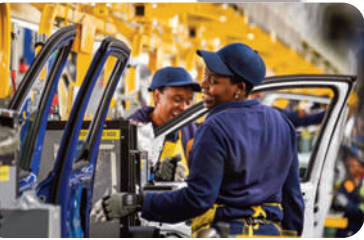
A 39ª Cimeira da SADC foi realizada em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, de 17 a 18 de Agosto de 2019, tendo sido acolhida e presidida pelo Presidente Dr. John Pombe Joseph Magufuli, sob o Lema *Criação de Um Ambiente Propício para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, o Comércio Regional e a Criação de Emprego.*



O ano de 2019/20 marcou o último ano de implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto (RI - SDP) 2015-2020, aprovado pela Cimeira Extraordinária em Abril de 2015, em Harare, no Zimbábue. O RI-SDP Revisto, juntamente com o Plano Estratégico Indicativo o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO II) da SADC, continuam a ser os principais quadros de desenvolvimento abrangentes que orientam a implementação da agenda de integração da SADC e a realização dos Objectivos, da Visão e da Missão da SADC, conforme está consagrado no Tratado e na Agenda Comum da SADC.



2019-2020



Protocolo sobre a Indústria

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral alcançou um marco importante quando a 39ª Cimeira da SADC aprovou o Protocolo sobre a Indústria para facilitar o desenvolvimento de uma base industrial diversificada, inovadora e globalmente competitiva. O Protocolo dará efeito legal à Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC e ao seu Plano de Acção Orçamentado, e proporcionará um quadro para a coordenação, monitoria e avaliação a nível regional e nacional. A Cimeira manifestou a sua preocupação sobre o ritmo lento de crescimento dos níveis de comércio intra-SADC e a dependência contínua da exportação de matéria-prima não processada para o resto do mundo, perdendo assim os benefícios potenciais da sua riqueza em recursos. A este respeito, a Cimeira concordou em acelerar a implementação da Estratégia de Industrialização e o novo Presidente da SADC, John Pombe Joseph Magufuli, exortou os Estados Membros a usar os seus vastos recursos para gerar riqueza, dizendo que a região não era pobre.

Visão e Plano de Acção Regional sobre o Sector Mineiro

A Visão e Plano de Acção Regional sobre o Sector Mineiro da SADC, aprovada pela 39ª Cimeira, visa otimizar o impacto para o desenvolvimento da extracção de recursos minerais em toda a região, para ajudar os Estados Membros a ganhar mais dos seus recursos naturais.

Conselho Empresarial da SADC

O Conselho Empresarial da SADC foi lançado em Agosto, em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, para fortalecer o envolvimento do sector privado nos esforços de integração regional e a cooperação dos sectores público e privado na transformação das economias da SADC, impulsionando a Agenda de Industrialização da SADC.

Mecanismo de preparação e resposta a desastres

A 39ª Cimeira determinou que o Mecanismo de Preparação e Resposta a Desastres da SADC devia ser operacionalizado como parte da resposta regional às alterações climáticas, observando os efeitos devastadores dos ciclones tropicais na União das Comores, Madagáscar, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zimbábwe. Através do programa de Serviços Climáticos Regionais da África Austral para a Resiliência a Desastres, foi implantado nos Estados Membros equipamento meteorológico para melhorar a capacidade dos serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais para acessar, processar e monitorar dados e sistemas relacionados ao clima e ao estado do tempo, para fins de alerta rápido e gestão de desastres. A Iniciativa da Grande Muralha Verde da SADC foi desenvolvida para apoiar os esforços regionais no combate à desertificação, fortalecer a adaptação às alterações climáticas e garantir a segurança alimentar e nutricional adequada.

Kiswahili é a quarta língua oficial da SADC

A língua Kiswahili foi aprovada como língua oficial de trabalho da SADC, juntamente com o Inglês, Francês e Português. Foi acordado que a língua Kiswahili seria adoptada ao nível do Conselho e da Cimeira, primeiro para a comunicação oral antes de ser finalmente adoptada para a comunicação oficial escrita dentro da SADC.

Medidas especiais

A Cimeira notou o bom progresso feito em matéria de representação da mulher na política e na tomada de decisões económicas e exortou os Estados Membros a traduzir as leis e as políticas em acções concretas, tais como a fixação de quotas legislativas de representação da mulher e a aplicação do disposto no Artigo 5º, sobre Medidas Especiais, do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. A Revista *Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC 2018* foi lançada, com foco na avaliação do empoderamento económico e elaboração de orçamentos com uma perspectiva de género.

25 de Outubro, dia da desaprovação de sanções

A Cimeira notou o impacto adverso sobre a economia do Zimbabwe e a região das sanções económicas prolongadas impostas ao Zimbabwe e manifestou a sua solidariedade com o Zimbabwe, apelando ao levantamento imediato das sanções para facilitar a recuperação socioeconómica. Além das iniciativas bilaterais, a Cimeira declarou a data de 25 de Outubro como a data para os Estados Membros da SADC expressarem colectivamente a sua desaprovação das sanções, através de várias actividades e plataformas, até que as sanções sejam levantadas.



Protocolo sobre transferência inter-estatal de infractores condenados

Foi aprovado o Protocolo sobre a Transferência Inter-estatal de Infractores Condenados, com o objectivo de facilitar a transferência de infractores condenados para cumprir a sua pena nos seus países de origem.

Estratégia de Segurança Marítima

A Cimeira notou a gravidade das ameaças à segurança marítima, tais como a pirataria, o terrorismo marítimo, o tráfico de drogas e o transporte e tráfico ilegais de armas e munições, e concordou em abordá-las conjuntamente como parte da Estratégia de Segurança Marítima da SADC.

Parlamento da SADC

O Secretariado da SADC foi orientado para, em colaboração com o Fórum Parlamentar da SADC desenvolver o modelo para o proposto Parlamento da SADC, em termos de mandato, poderes e funções, e um roteiro para a transformação do Fórum Parlamentar em Parlamento da SADC.



Investir na Juventude e na Tecnologia e Contar a sua História: Mkapa Apela à SADC

A SADC deve investir na juventude e na tecnologia para alavancar o vasto dividendo de conhecimento que reside nos seus jovens, e deve contar a sua própria história para explicar como a SADC funciona e estimular junto do povo o sentido de posse da sua organização. O falecido Presidente da República Unida da Tanzânia, Benjamin William Mkapa, deixou este conselho ao proferir a Palestra Pública da SADC antes da Cimeira.



Depósito de Logística Regional

A construção do Depósito de Logística Regional da Força em Estado de Alerta da SADC, localizado no Botswana, estava prevista para começar em Maio de 2020, para fornecer instalações de armazenamento, inspecção e manutenção de equipamentos e materiais para todas as componentes da Força, com o alcance da capacidade operacional inicial em 2021 e da capacidade operacional total em 2023.

Paz e Reconciliação

A Cimeira saudou o Presidente Filipe Jacinto Nyusi, da República de Moçambique, e o Senhor Ossufo Momade, líder do partido político da oposição RENAMO, pela assinatura do acordo de paz e reconciliação a 6 de Agosto de 2019, rumo à paz sustentável e ao desenvolvimento socioeconómico.

Programa Regional de Turismo da SADC

O Programa Regional de Turismo da SADC foi desenvolvido para harmonizar as políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo na região, depois que a Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA) foi dissolvida de acordo com as disposições da sua Carta. A RETOSA foi criada em 1997 como uma subsidiária da SADC, para auxiliar no desenvolvimento do turismo na região e comercializar a África Austral como um destino turístico único e multifacetado. Os desafios que enfrentava incluíam a falta de capacidade e de recursos.



Plano de Acção de Migração Laboral

Um novo Plano de Acção de Migração Laboral da SADC (2020-2025) foi adoptado pelo sector de Emprego e Trabalho para promover a transferência de competências e a correspondência da oferta e procura de trabalho para o desenvolvimento e integração regional. As Directrizes da SADC sobre a Mobilidade de Benefícios de Segurança Social foram adoptadas para garantir que os trabalhadores que se deslocam dentro da região da SADC mantenham os direitos e benefícios de segurança social adquiridos sob a jurisdição de diferentes Estados Membros.

Protocolo sobre Estatística

Foi desenvolvido um Protocolo sobre Estatística, para atender às necessidades de dados para os instrumentos de política de integração regional. Publicações estatísticas regionais são produzidas e disseminadas regularmente e estão disponíveis online.

Mobilização de Recursos Regionais

O Quadro de Mobilização de Recursos Regionais da SADC foi finalizado e aprovado pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2019. O quadro inclui propostas de fontes alternativas de financiamento para os programas da SADC, tais como a imposição de taxas de importação, taxa de turismo, taxa de transacção financeira e taxa de transporte, para os quais os Estados Membros são livres de escolher a sua própria forma de gerar receitas para financiar os programas regionais da SADC, incluindo a contribuição para os programas e projectos regionais a partir dos orçamentos nacionais.

Comunidade Económica Africana

O Secretariado da SADC dialogou activamente com a União Africana na promoção da integração continental, de acordo com o Tratado que institui a Comunidade Económica Africana, geralmente referido como o Tratado de Abuja, de 1991. A SADC continuou a colaborar com o COMESA e a EAC na coordenação da agenda Tripartida e, até agora, 22 países assinaram o Acordo sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) e oito países o ratificaram. O projecto de Acordo Tripartido sobre a Circulação de Pessoas de Negócios foi adoptado durante o ano.

Pandemia da COVID-19

Desde Março de 2020, a região tem operado em condições muito difíceis e desafiadoras, com o advento da pandemia da COVID-19, na qual o tecido socioeconómico dos Estados Membros sofre um impacto negativo e foi submetido a uma forte pressão, exigindo medidas extraordinárias. As medidas implementadas a nível nacional e regional estão a produzir resultados positivos na contenção da propagação da COVID-19, amortecendo as economias nacionais dos efeitos debilitantes da pandemia e diminuindo o impacto na população da região.

Reconhecendo a necessidade de facilitar a circulação de bens e serviços essenciais durante um período em que a circulação interna de pessoas deve ser restrita, a SADC desenvolveu Directrizes sobre a Harmonização e Facilitação de Operações de Transporte Transfronteiriço e Procedimentos Operacionais Normalizados Regionais para a Gestão e Monitoria do Transporte Rodoviário Transfronteiriço em pontos de entrada designados e pontos de controlo da COVID-19. As directrizes foram revistas em Junho, com base nas lições aprendidas da implementação e continuam a orientar a região da SADC para equilibrar, realinhar, harmonizar e coordenar as medidas de resposta à COVID-19 com os requisitos para a facilitação do comércio e do transporte. As partes interessadas nos sectores público e privado estão a alinhar as Directrizes com as leis e procedimentos nacionais.

Até que uma vacina ou tratamento para a COVID-19 seja desenvolvida ou encontrado, a região deve permanecer vigilante, considerando os requisitos de saúde e os imperativos socioeconómicos, avançando para continuar a construir a sua economia e, ao mesmo tempo, proteger o bem-estar e a subsistência dos cidadãos. O Secretariado realizou uma avaliação aprofundada dos impactos socioeconómicos da COVID-19 nas economias da SADC, na qual foram recomendadas e adoptadas várias medidas em todos os sectores.



A 40ª Cimeira da SADC foi a primeira Cimeira virtual realizada usando tecnologia de videoconferência, acolhida por Moçambique a 17 de Agosto de 2020 e presidida pelo Presidente Filipe Jacinto Nyusi, sob o Lema **SADC: 40 anos construindo a paz e segurança, promovendo o desenvolvimento e a resiliência face aos desafios globais.**



2020

Visão 2050 da SADC

A 40ª Cimeira da SADC aprovou a Visão 2050 da SADC, que tem como premissa três pilares inter-relacionados, alicerçados numa base sólida de Paz, Segurança e Governação Democrática:

- ❖ Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado;
- ❖ Desenvolvimento de Infra-estruturas de Apoio à Integração Regional; e,
- ❖ Desenvolvimento do Capital Humano e Social.

Os três pilares também reconhecem o Género, a Juventude, o Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas, e a Gestão do Risco de Desastres como componentes transversais essenciais.

O Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional 2020-2030 foi aprovado para operacionalizar a Visão 2050, rumo a uma região industrializada pacífica, de renda média a alta, onde todos os cidadãos gozam de bem-estar económico sustentável, de justiça e de liberdade.



Mecanismo de Vigilância de Convergência Macroeconómica

A Cimeira endossou um Mecanismo de Vigilância da Convergência Macroeconómica aprimorado, que inclui dados de alta frequência para complementar o mecanismo de Convergência Macroeconómica existente.

Impactos socioeconómicos da COVID-19

Os Chefes de Estado e de Governo dos 16 Estados Membros e o Secretariado da SADC discutiram estas questões usando tecnologia de videoconferência a partir das suas várias capitais, devido à pandemia global de coronavírus. A 40ª Cimeira recebeu um relatório sobre os impactos socioeconómicos da COVID-19 nas economias da SADC e aprovou as medidas propostas para abordar os impactos sectoriais.



Representação da Mulher e dos Jovens

A Cimeira voltou a sublinhar a necessidade de implementar plenamente o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e pôr em prática medidas concretas para melhorar a representação da mulher e dos jovens em cargos políticos eleitos.



Plano de autofinanciamento para a SEOM

A 40ª Cimeira aprovou um Plano Quinquenal de Autofinanciamento Sustentável das Missões de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), abrangendo o período de 2021-2025.



Notícias falsas e abuso das redes sociais

A Cimeira exortou os Estados Membros a tomar medidas proactivas para mitigar a interferência externa, o impacto das notícias falsas e o abuso das redes sociais, especialmente nos processos eleitorais.

Força de Intervenção na RDC

A posição da SADC sobre a reconfiguração da Força de Intervenção na República Democrática do Congo, conforme apresentada ao Secretário-Geral da ONU, enfatizada pela Cimeira, é que a Força de Intervenção (FIB) não deve ser mexida. A Cimeira expressou a sua gratidão aos países que contribuem com tropas para a FIB pelo apoio contínuo à paz e segurança no leste da RDC, e reiterou o apoio contínuo da SADC à RDC.



Ameaças emergentes à segurança

Foi apresentado à Cimeira um Relatório de Avaliação sobre Ameaças Emergentes à Segurança na Região, e aquela instruiu o Secretariado para preparar um plano de acção para implementação, que priorizará medidas para combater o terrorismo, ataques violentos e crimes cibernéticos, e abordar os efeitos adversos das mudanças climáticas. A Cimeira saudou a decisão do Governo de Moçambique de chamar a atenção da SADC para a situação dos ataques violentos no país, expressou a solidariedade e o compromisso da SADC de apoiar Moçambique no combate ao terrorismo e aos ataques violentos, e condenou todos os actos de terrorismo e ataques armados.

Emenda ao Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo

Foi assinado um Acordo para alterar o Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outro Material Conexo.

Estatuto da Força em Estado de Alerta da SADC e seus Componentes Destacados na Região

A Cimeira aprovou um Acordo entre os Governos dos Estados Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral relativamente ao Estatuto da Força em Estado de Alerta da SADC e seus Componentes Destacados na Região para Fins de Treino, Operações de Apoio à Paz, Exercícios e Assistência Humanitária.

Solidariedade com as Maurícias pelo desastre marinho

A Cimeira manifestou a sua solidariedade com o Governo e o Povo das Maurícias pela catástrofe ambiental ocorrida nas suas águas causada por um navio encalhado e apelou aos Estados Membros da SADC e à Comunidade Internacional para apoiarem as Maurícias na contenção da catástrofe.

Desenvolvimento de novo Protocolo sobre Trabalho e Emprego

A Cimeira aprovou o desenvolvimento de um novo Protocolo sobre Trabalho e Emprego e, para o efeito, aprovou a retirada do Protocolo existente sobre o Trabalho e Emprego.

Mecanismo para homenagear os fundadores da SADC

O Mecanismo para Homenagear os Fundadores da SADC foi aprovado pela 40ª Cimeira da SADC, que exortou os Estados Membros a operacionalizá-lo, afirmando que ele representa uma oportunidade para elevar a consciência dos cidadãos da SADC sobre os ideais e os benefícios de uma comunidade regional partilhada. Os líderes e o povo dos Estados Membros que conquistaram a independência nas décadas de 1960 e 1970 fizeram sacrifícios económicos e outros para apoiar os países vizinhos sob o domínio colonial e o apartheid, em solidariedade e com a crença de que não seriam verdadeiramente independentes até que todos fossem independentes e pudessem buscar o desenvolvimento económico juntos, em unidade, como uma comunidade regional com um futuro partilhado. As realizações da SADC, incluindo o desenvolvimento e a integração industrial, são marcos significativos na trajectória em direcção à materialização das aspirações dos líderes fundadores, conforme apresentado na declaração de 1980 *África Austral: Rumo à Libertação Económica*.



Os nove Países independentes que fundaram a SADCC estiveram representados na Cimeira em Lusaka, Zâmbia, a 1 de Abril de 1980 por:

De pé, da esquerda para a direita: Dick Matenje, do Malawi; Robert Mugabe, Primeiro-Ministro designado do Zimbabwe; Príncipe Mabandla Dlamini, Primeiro-Ministro do Reino de Eswatini; Mooki Vitus Molapo, Ministro do Comércio e Turismo do Reino do Lesotho. **Sentados, da esquerda para a direita:** José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola; Seretse Khama, Presidente fundador do Botswana; Kenneth David Kaunda, Presidente Fundador da Zâmbia; Samora Machel, Presidente fundador de Moçambique; Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, Presidente fundador da República Unida da Tanzânia.



CAPÍTULO 3

AS INSTITUIÇÕES DA SADC

Introdução

Este capítulo analisa os mecanismos institucionais da SADC desde o início, com foco na estrutura de governação, começando com o ano de formação e depois a reforma. Uma lista consolidada dos Presidentes da SADC é fornecida na secção 3.4, e a secção 3.5 apresenta um breve perfil dos Secretários Executivos que serviram na SADC desde a sua formação.

3.1 Mecanismos institucionais nos anos de formação

As primeiras instituições foram estabelecidas após a aprovação de um Memorando de Entendimento (MdE) sobre as Instituições da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo a 20 de Julho de 1981. Os mecanismos institucionais iniciais destinavam-se a fornecer um quadro eficaz e flexível para a consulta e tomada de decisões a nível regional. Essas estruturas continuaram a ser revistas e fortalecidas para consolidar e aprofundar a agenda de integração. A Cimeira de 1981 aprovou o estabelecimento de cinco instituições:

- ❖ Cimeira;
- ❖ Conselho de Ministros;
- ❖ Comissões;
- ❖ Comité Permanente de Altos Funcionários; e
- ❖ Secretariado.

A Cimeira de 1981 acordou sobre um sistema descentralizado que atribuía a responsabilidade pela implementação de programas aos Estados Membros, em vez de criar uma grande burocracia. O acordo previa que cada Estado Membro estabelecesse Unidades de Coordenação Setorial (SCUs) nos respectivos ministérios governamentais responsáveis pelo sector específico que o país foi designado para coordenar.

3.1.1 Cimeira

A Cimeira é responsável pela orientação geral da política e controlo das funções, como órgão de decisão sobre políticas da SADC. É constituído por todos os Chefes de Estado ou de Governo da SADC e é gerido num sistema de Troika, que compreende o actual Presidente da Cimeira da SADC, o próximo Presidente (o Vice-Presidente na altura) e o Presidente cessante. A lista dos Presidentes da Cimeira desde a formação da SADCC em 1980 é apresentada na secção 3.4.

3.1.2 Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros supervisiona o funcionamento e o desenvolvimento da SADC e garante que as políticas sejam devidamente implementadas. O Conselho é composto por Ministros de cada Estado Membro. De acordo com o Tratado da SADC, o Conselho de Ministros é responsável por:



- supervisionar a implementação das políticas da SADC e a execução adequada dos seus programas;
- aconselhar a Cimeira sobre questões de política geral e de funcionamento e desenvolvimento eficaz e harmonioso da SADC;
- aprovar as políticas, estratégias e programas de trabalho da SADC;
- dirigir, coordenar e supervisionar o funcionamento das instituições da SADC que lhe são subordinadas.

3.1.3 Comissões

Para assegurar a eficácia dos mecanismos institucionais, acordou-se em estabelecer comissões, cujo papel seria orientar e coordenar as políticas e programas de cooperação e integração em áreas setoriais designadas. Elas trabalhavam em estreita colaboração com o Secretariado, mas eram subordinadas e reportavam ao Conselho de Ministros. Eram financiadas conjuntamente pelos Estados Membros, em condições de igualdade. As Comissões Sectoriais estabelecidas são apresentadas na Tabela 3.1.

Comissões Sectoriais da SADCC

Tabela 3.1

Comissões	Funções das Comissões	País de Coordenação
Comissão de Energia	Coordenar a cooperação no programa regional de energia	Angola
Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral	Assegurar uma estreita coordenação entre os Estados-Membros no funcionamento dos sistemas de transporte e comunicações na	Moçambique

Fonte SADC

3.1.4 Comité Permanente de Altos Funcionários

O Comité Permanente de Altos Funcionários é constituído por um Secretário Permanente ou um funcionário de categoria equivalente de cada Estado Membro da SADC. A principal função dos Altos Funcionários é actuar como comité técnico consultivo do Conselho de Ministros.

3.1.5 Secretariado

A Cimeira aprovou o estabelecimento de um Secretariado para assegurar o planeamento e a continuidade nas deliberações da SADCC. O Secretariado estaria baseado no Botswana e seria chefiado por um Secretário Executivo. Esta estrutura ficou operacional a partir de 1 de Julho de 1982.

Responsabilidades de Coordenação dos Sectores para os Estados Membros Tabela 3.2

País	Sector
Angola	Energia
Botswana	Doenças Animais e Pesquisa Agrícola
Eswatini	Desenvolvimento da mão de obra
Lesotho	Utilização da Terra e Conservação do Solo
Malawi	Pesca e Vida Selvagem
Moçambique	Transportes
Tanzânia	Indústria e Comércio
Zâmbia	Mineração
Zimbabwe	Agricultura e Segurança Alimentar

Source SADC

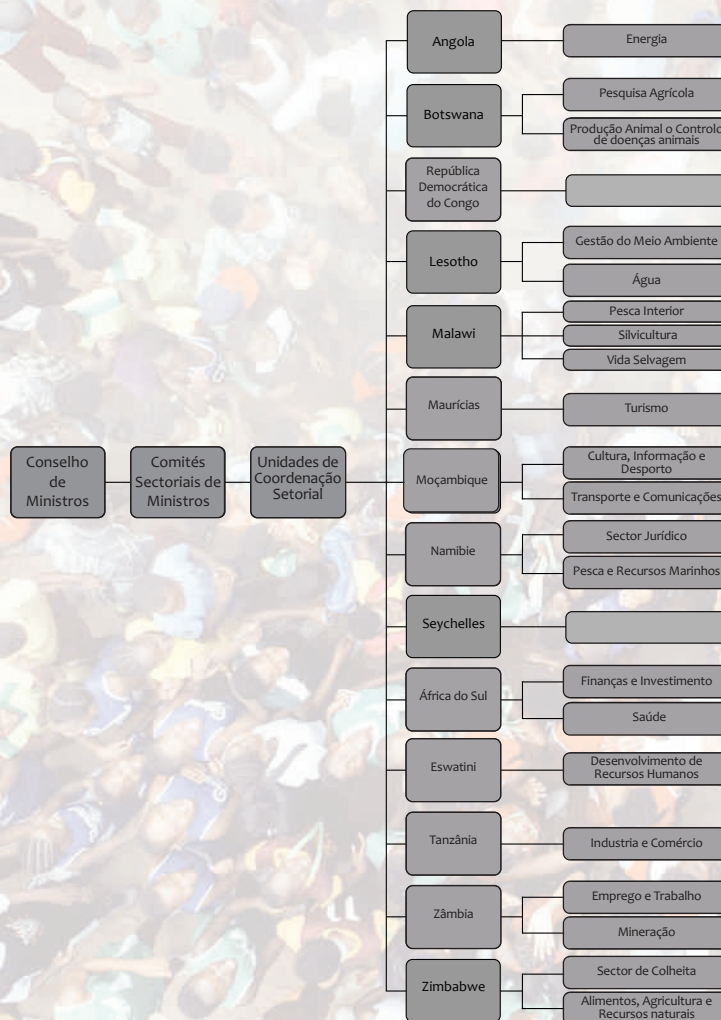
3.1.6 Unidades de Coordenação Sectorial

Os líderes da SADCC concordaram em 1981 em atribuir a coordenação de sectores específicos aos Estados Membros, como mostrado na Tabela 3.2. A lógica por detrás deste arranjo institucional era promover um sentido de propriedade e envolver directamente os Estados Membros na iniciação e implementação de programas e actividades da organização regional. Aos novos Estados Membros seriam atribuídas responsabilidades de coordenação à medida que se juntassem à SADCC.

Os Estados Membros da SADCC estabeleceram Unidades de Coordenação Setorial (SCUs) nos respectivos ministérios governamentais responsáveis pelo sector específico

SADC Responsabilidades Sectoriais da SADC 1996

Figura 3.1



Fonte SADC, Principais realizações e desafios, 1980-2005; SADC Hoje, Vol. 1 No 1 de Fevereiro de 1997

que o país foi designado para coordenar. Cada sector designava um funcionário para actuar como Ponto de Contacto para a coordenação com o Secretariado

As responsabilidades sectoriais evoluíram desta forma até 1996, após a Namíbia e a África do Sul terem aderido à SADC em 1990 e 1994 respectivamente, e as Maurícias em 1995, conforme mostrado na Figura 3.1. Estas foram sujeitas a pequenos ajustes depois de 1996 como, por exemplo, a segurança alimentar foi considerada transversal a vários sectores, mas essas responsabilidades permaneceram essencialmente por mais cinco anos até a criação de uma estrutura mais centralizada.

Juntamente com as comissões sectoriais, as SCUs estiveram em funcionamento até às reformas institucionais iniciadas pela SADC em 2001.

Conferência Anual com as Agências de Desenvolvimento

Caixa 3.1

A primeira Conferência Consultiva Anual com as agências de desenvolvimento havida depois da Conferência Internacional de Doadores realizada em Moçambique, em 1980, foi acolhida pelo Malawi, em 1981, com a presença de representantes de 20 governos e 12 agências de desenvolvimento, consolidando ainda mais as relações da SADCC com os parceiros de cooperação internacionais e acelerando a implementação de programas da SADCC. Isso foi em resposta à Declaração de Lusaka de 1980, que apelava a uma "acção concertada para garantir a cooperação internacional no âmbito da nossa estratégia de libertação económica." A participação da SADCC foi a nível ministerial enquanto os representantes dos parceiros internacionais foram seleccionados de governos e organizações que apoiaram o Programa de Acção da SADCC em várias áreas temáticas. Essas conferências tornaram-se um foco regular do planeamento institucional anual, e cada reunião enfocou uma área temática diferente.

3.2 Reformas Institucionais

Depois da transformação da organização regional, de Conferência de Coordenação em Comunidade, em 1992, tornou-se necessário rever os mecanismos institucionais e as estruturas da SADC. A decisão de reformar os mecanismos institucionais foi tomada em 1998, quando a Cimeira concordou em definir directrizes de política para facilitar a conclusão rápida da transformação numa Comunidade de desenvolvimento dinâmica, através da Revisão e Racionalização do Programa de Acção da SADC. Observou-se que os mecanismos e as estruturas institucionais utilizados desde a formação da organização, em 1980, apresentavam uma série de desafios e deficiências, incluindo:

- Linhas de autoridade e responsabilização pouco claras, resultando em má comunicação, coordenação e desempenho, bem como duplicação de esforços e recursos entre os principais actores nas estruturas descentralizadas como as SCUs, Comissões, Secretariado, Pontos de Contacto Sectoriais e Pontos de Contacto Nacionais;
- Disparidades e provisão frequentemente inadequada de recursos e pessoal pelos Estados Membros, levando a uma distribuição desigual de responsabilidades e obrigações;
- Diferenças nos procedimentos e regras de gestão e administrativos, diversidade de padrões, qualificações e critérios de desempenho para o pessoal envolvido na gestão de programas regionais;
- Proliferação de reuniões e aumento dos custos associados devido ao rápido aumento de setores e, portanto, de uma infinidade de prioridades e actividades apesar dos limitados recursos disponíveis; e
- Incapacidade do Secretariado de executar o seu mandato previsto no Tratado, especialmente o de realizar o planeamento e a gestão estratégica.

Foi, portanto, acordado durante uma Cimeira Extraordinária realizada em Windhoek, na Namíbia, em Março de 2001, o desencadeamento de reformas institucionais, levando em consideração a questão da propriedade, a necessidade de participação das partes interessadas, a sustentabilidade financeira e a eficácia de custos, e o equilíbrio entre a eficiência e a eficácia. A Cimeira de 2001 adoptou o Relatório sobre a Revisão das Operações das Instituições da SADC, incluindo o Órgão de Política, Defesa e Segurança, e concordou em alterar o Tratado da SADC em conformidade.

Os Estados Membros sublinharam que esta transformação devia ser gradual e gerida de forma adequada. Eles enfatizaram que o realinhamento das instituições da SADC devia ser consistente com a Agenda Comum e as prioridades estratégicas para se enfrentar os desafios e explorar as oportunidades do século XXI. A Agenda Comum adoptada na mesma Cimeira priorizou a promoção do crescimento económico sustentável e equitativo e do desenvolvimento socioeconómico; a promoção de valores políticos comuns; e a consolidação e manutenção da democracia, paz e segurança.

As reformas institucionais que ganharam efeito legal através da Emenda do Tratado (2001) resultaram em nove instituições e órgãos principais:

- ◆ Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo;
- ◆ Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança;
- ◆ Troika;
- ◆ Conselho de Ministros;
- ◆ Comité Integrado de Ministros;
- ◆ Comité Permanente de Altos Funcionários;
- ◆ Comissões Nacionais da SADC;
- ◆ Tribunal; e
- ◆ Secretariado.

As reformas viram a introdução de novas estruturas institucionais, nomeadamente a Troika, o Comité Integrado de Ministros, as Comissões Nacionais da SADC e o Tribunal, enquanto as Comissões e as Unidades de Coordenação Sectorial foram eliminadas, e as questões pendentes sobre o Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança foram finalizadas.

3.2.1 Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo

As funções da Cimeira permaneceriam conforme delineadas no Tratado da SADC, como também as estruturas relacionadas como o Conselho de Ministros e do Comité Permanente de Altos Funcionários.

3.2.2 Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

O Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança é uma estrutura estabelecida pelo Tratado (Artigo 9.º) e reporta à Cimeira. As suas operações são orientadas pelo Plano Estratégico Indicativo do Órgão (SIPO) e geridas através de um Sistema de Troika ao nível dos Chefes de Estado e de Governo. A estrutura e orientação estratégica do Órgão estão focadas na prevenção de conflitos, fortalecimento dos processos democráticos e salvaguarda da segurança humana, como ferramenta crítica para a consolidação da paz e da segurança e como precursora do desenvolvimento regional sustentável. O objectivo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC é promover a paz e a segurança na região da SADC.

3.2.3 Troika

O sistema de Troika confere autoridade entre as Cimeiras ao Presidente da Cimeira da SADC, ao Próximo Presidente (Vice) e ao Presidente Cessante. Outros Estados Membros podem ser convidados a participar nas reuniões da Troika, quando necessário. O exercício de reforma institucional em 2001 decidiu formalizar este sistema, que foi introduzido na Cimeira da SADC de 1999, realizada em Maputo, Moçambique. Ao abrigo do sistema, a SADC dá à Troika autoridade para tomar decisões rápidas em nome da SADC que normalmente seriam tomadas em reuniões do órgão deliberativo sobre políticas agendadas em intervalos regulares, bem como o poder de fornecer orientação política às instituições da SADC entre as Cimeiras regulares da SADC. O sistema de Troika foi formalizado para operar ao nível da Cimeira, Órgão, Conselho de Ministros e Comité Permanente dos Altos Funcionários. A Troika combinada, envolvendo a Troika da Cimeira e a Troika do Órgão, é designada Dupla Troika.

3.2.4 Comité Integrado de Ministros

As reformas institucionais de 2001 viram o estabelecimento do Comité Integrado de Ministros (CIM), cuja responsabilidade principal era supervisionar as actividades das áreas prioritárias de integração e cooperação. O comité foi lançado em Março de 2003 e funcionou até Agosto de 2003, quando foi abolido sob a alegação de que havia muitos desafios, que incluíram o baixo nível e grau de participação dos ministros setoriais, a falta de uma divisão clara de responsabilidades entre o CIM e o Conselho de Ministros e a fraca capacidade para operacionalizar os subcomités, tanto a nível nacional como regional. Em 2008, o CIM foi substituído por Comités e Clusters Ministeriais Sectoriais compostos por ministros de cada Estado Membro da SADC.

3.2.5 Comitês e Clusters Ministeriais Sectoriais

Os Comitês e os Clusters Ministeriais Sectoriais são constituídos por Ministros dos Estados Membros da SADC. Estes comitês são directamente responsáveis por supervisionar as actividades das principais áreas de integração, que incluem: Comércio, Indústria, Finanças e Investimento; Infra-estrutura, Alimentação, Agricultura, Recursos Naturais e Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais (HIV e SIDA, Educação, Trabalho, Emprego e Género; Política, Defesa e Segurança; Assuntos Jurídicos e Judiciários; e Integração Económica Regional. Os comitês monitoram e controlam a implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional nas suas áreas de competência e aconselham o Conselho de Ministros.

3.2.6 Comissões Nacionais da SADC

As Comissões Nacionais da SADC foram estabelecidas para fornecer contribuições a nível nacional na formulação de políticas e estratégias regionais, bem como para coordenar e supervisionar a implementação de programas a nível nacional. As comissões também são responsáveis por desencadear projectos da SADC e emitir documentos como contributo para a preparação de estratégias regionais.

As comissões incluem os principais intervenientes do governo, sector privado e sociedade civil em cada Estado Membro e a disposição para o seu estabelecimento está reflectida no Tratado da SADC.

Um desses comitês é o Comité de Embaixadores / Altos Comissários da SADC, estabelecido pelo Conselho de Ministros em Fevereiro de 2005.

Os Pontos de Contacto Nacionais (PCN) em cada Estado Membro são outra característica-chave das estruturas nacionais da SADC. Os PCN são responsáveis pela coordenação de programas, projectos e actividades nacionais destinados a promover os ideais da agenda de integração regional da SADC a nível nacional.

Os Coordenadores Nacionais da Comunicação Social da SADC (NMC) têm a responsabilidade de facilitar a circulação da informação e garantir que o Programa de Trabalho da SADC seja conhecido e compreendido, através do fornecimento de informação pública nos Estados Membros.

3.2.7 Secretariado da SADC

De acordo com o Artigo 14º do Tratado da SADC, o Secretariado da SADC é a principal instituição executiva da SADC e, entre outras funções-chave, o Secretariado é responsável por:

- planeamento estratégico e gestão dos programas da SADC;
- implementação das decisões da Cimeira e do Conselho;
- coordenação e harmonização de políticas e estratégias;
- gestão de programas e projectos especiais;
- monitoria e avaliação;
- mobilização de recursos; e
- estudos.

O Secretariado reporta ao Conselho de Ministros e é chefiado pelo Secretário Executivo, que é assistido por um ou mais Secretários Executivos Adjuntos, conforme a Cimeira decidir de tempos a tempos.

O Secretário Executivo é responsável por consultar e coordenar com os governos e outras instituições dos Estados Membros; empreender medidas destinadas a promover os objectivos da SADC e melhorar o seu desempenho; promover a cooperação com outras organizações, para a prossecução dos objectivos da SADC; e organizar e prestar serviços à Cimeira, ao Conselho, ao Comité Permanente dos Altos Funcionários e a outras reuniões convocadas sob orientação da Cimeira ou do Conselho.

Actualmente, o Secretário Executivo é coadjuvado pelo Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional (DES-RI) e pelo Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Institucionais (DES-CA).

A Tabela 3.3 Fornece uma visão geral da estrutura orgânica do Secretariado e as responsabilidades de supervisão.

Funções actuais das Direcções e Unidades

Tabela 3.3

Direcção / Unidade	Cargo	Funções
Política, Planeamento e Mobilização de Recursos	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise de políticas, planeamento e programação, monitoria, avaliação e mobilização de recursos. ● Abrange Pesquisa e Estatística; Política e Estratégia; e Suporte a Gestão de Projectos.
Desenvolvimento Industrial e Comércio	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Responsável pela implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. ● Garante a integração efectiva dos mercados de bens e serviços e ampliação das oportunidades de exportação através de novos acordos comerciais regionais, tripartidos e continentais e melhoria do ambiente comercial ● Abrange Industrialização e Competitividade, Cadeias de Valor, Elaboração de Projectos Industriais, Comércio, Normas e Qualidade e Ciência, Tecnologia e Inovação.
Finanças, Investimento e Alfândegas	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Facilita a liberalização comercial e financeira; e cria um ambiente propício para o investimento. ● Facilita o desenvolvimento e fortalecimento dos mercados financeiros e de capitais. ● Garante capacidade de gestão macroeconómica e estratégias de convergência. ● Abrange os sectores de Alfândega, Finanças e Investimento e Macro Convergência
Infra-estrutura	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Facilita a obtenção de redes de infra-estrutura transfronteiriças eficientes, contínuas, integradas e económicas. ● Focaliza no desenvolvimento e qualidade de infra-estruturas estratégicas. ● Abrange os sectores de Energia, Transporte, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Água e Meteorologia.
Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoia iniciativas para melhorar a disponibilidade, acesso, segurança e valor nutricional dos alimentos; preparação para desastres para segurança alimentar; uso equitativo e sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais; e fortalecimento das estruturas institucionais e capacitação. ● Abrange as áreas de Recursos Naturais e Vida Selvagem, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Turismo e Segurança Alimentar e Agricultura.
Desenvolvimento Social e Humano	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a disponibilidade de recursos humanos qualificados, qualificados, saudáveis e produtivos necessários para promover o investimento, a eficiência e a competitividade da região na economia global, bem como a melhoria da qualidade de vida da população da região. ● Abrange Saúde e Nutrição, HIV e SIDA, Emprego, Trabalho e Juventude; e Educação e Desenvolvimento de Competências.
Órgão de Assuntos de Política, Defesa e Segurança	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ● Abrange as áreas de Política e Diplomacia, Defesa, Segurança do Estado, Segurança Pública e Polícia. ● Orientado pelo Protocolo sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança, que visa promover a paz e a segurança na SADC, proteger o povo da região da instabilidade devido ao colapso da lei e da ordem, desenvolver uma política externa comum para a região e cooperar em assuntos relacionados com a defesa e segurança.
Auditoria Interna e Gestão de Risco	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ● Responsável por fornecer garantia sobre os controlos internos da Secretaria. ● Garante a coordenação da gestão dos riscos, controlo interno e auditoria interna.
Finanças	Secretário Executivo Adjunto - Assuntos Corporativos	<ul style="list-style-type: none"> ● Fornece um serviço de aconselhamento financeiro eficaz e eficiente dentro do Secretariado da SADC. ● Abrange serviços de contabilidade, concessões / contratos e tesouraria e orçamentos
Administração e Recursos Humanos	Secretário Executivo Adjunto - Assuntos Corporativos	<ul style="list-style-type: none"> ● Oferece serviços eficientes e eficazes em Administração, Recursos Humanos, Gestão e marcação de Conferência. ● Apoia o secretariado da SADC na atração e retenção de força de trabalho qualificada, administração eficiente, e serviços de marcação e gestão de conferências.

continued...

Funções actuais das Direcções e Unidades

Tabela 3.3

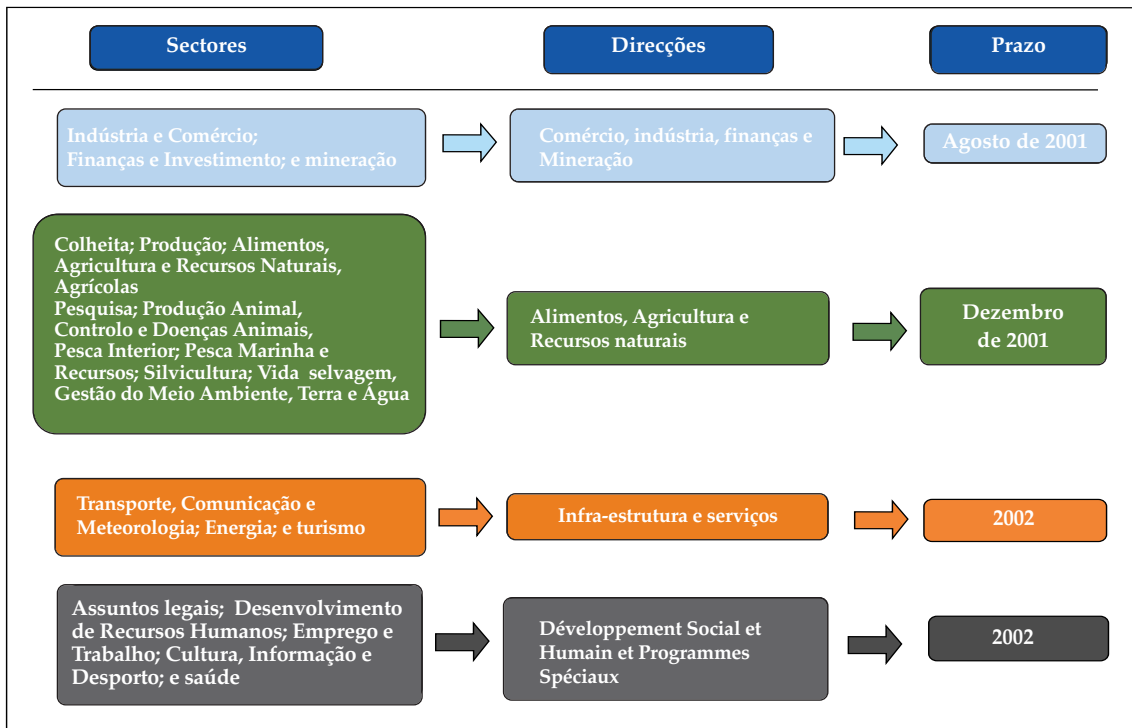
Direcção / Unidade	Cargo	Funções
Unidade de Redução do Risco de Desastres	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional	<ul style="list-style-type: none">● Coordena actividades e programas de redução do risco de desastres na região da SADC.● Coordena a implementação do Quadro de Sendai para RRD.● Promove e apoia a integração da RRD nas políticas e programas de desenvolvimento dos Estados Membros.
Unidade de Género	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none">● Facilita, coordena, monitora e avalia a implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e todos os instrumentos e políticas sectoriais, regionais, continentais e globais.● Lidera a integração do género nas iniciativas regionais.
Unidade de Serviços de Conferência	Director de Administração e Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">● Apoia a política da SADC e outras reuniões com documentação, tradução, serviços de interpretação, instalações para conferências e agenda das reuniões.
Unidade de Aquisições	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none">● Garante a aquisição oportuna de bens, serviços e obras.● Garante eficácia, melhor relação custo-benefício, justiça, integridade e transparência através da concorrência e padrões éticos e de responsabilidade entre as partes interessadas.
Unidade Legal	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none">● Orienta a SADC na aplicação e interpretação dos regimes jurídicos da SADC, incluindo o Tratado da SADC, Protocolos da SADC e instrumentos jurídicos e a aplicação e interpretação do direito internacional.
Unidade de Tecnologias de Informação e Comunicação	Secretário Executivo Adjunto - Assuntos Corporativos	<ul style="list-style-type: none">● Orienta a adopção de Tecnologias de Informação e Comunicação na SADC.● Apoia a implementação dos aspectos tecnológicos do RISDP revisto.
Unidade de Comunicações e Relações Públicas	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none">● Fornece Comunicação Corporativa Estratégica e Consciencialização da SADC e dos seus programas, bem como serviços de Relações Públicas.
Escritório de Ligação da SADC para a União Africana	Secretário Executivo	<ul style="list-style-type: none">● Aumenta e fortalece a capacidade regional para facilitar a integração continental através da paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento sustentável, conforme previsto na Agenda 2063 e outros quadros jurídicos e políticos da União Africana.● Melhora a comunicação e a ligação entre a Comissão da União Africana e a SADC.

Fonte SADC

A reestruturação de 2001 viu a criação de quatro Direcções no Secretariado da SADC sob as quais todos os sectores existentes foram agrupados, de acordo com as suas ligações intersectoriais, conforme se mostra na Figura 3.2. Foram criadas as seguintes Direcções:

- Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
- Infra-estruturas e Serviços
- Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais
- Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais.

A estrutura do Secretariado foi revista em 2005 e novamente em 2017.

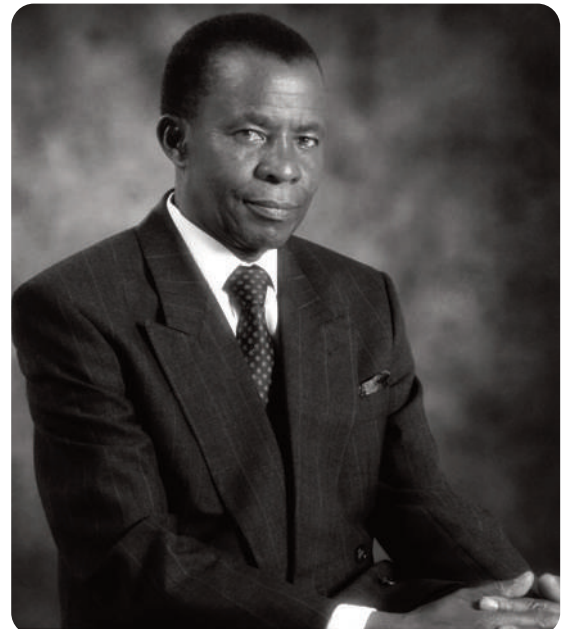


Fonte SADC, em SADC Hoje Vol 4 No 4, Abril 2001

3.3 Presidentes da SADC

Botswana presidiu às Cimeiras anuais após a formação da SADCC em 1980, quando a Cimeira de fundação foi aberta pelo Presidente Seretse Khama, e presidida em seu nome pelo então Vice-Presidente Quett Ketumile Joni Masire, que se tornou o segundo Presidente do Botswana no final daquele ano. Em Julho de 1983, a Cimeira tomou a decisão de eleger um Presidente para conduzir as Cimeiras e as reuniões do Conselho de Ministros. Botswana foi eleito pela Cimeira ao abrigo do novo sistema, para presidir às reuniões da Cimeira e do Conselho de Ministros durante os três anos seguintes, e reeleito para mandatos de três anos em 1987, 1990 e 1993, para presidir às reuniões da SADCC e da sua sucessora SADC, excepto uma Cimeira na qual o Presidente Masire não pôde comparecer.

A partir da Cimeira de 2001, o Presidente Anfitrião passou a ser eleito Presidente para o ano seguinte, com um Vice-Presidente, que acolheria a Cimeira do ano seguinte e se tornaria Presidente da SADC no ano em referência. Vide a Tabela 3.4.



Presidente do Botswana, Quett Ketumile Joni Masire, presidiu a SADC de 1980 a 1996.

Presidentes da SADC 1980-2020

Tabela 3.4

Período	Presidente	País	Anfitrião da Cimeira
1980-81	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Zâmbia
1981-82	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Zimbabwe
1982-83	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Botswana
1983-84	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Moçambique
1984-85	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Botswana
1985-86	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Tanzânia
1986-87	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Angola
1987-88	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Zâmbia
1988-89	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Mozambique
1989-90	Presidente Ali Hassan Mwinyi	Tanzânia	Zimbabwe
1990-91	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Botswana
1991-92	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Tanzânia
1992-93	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Namíbia
1993-94	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Eswatini
1994-95	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Botswana
1995-96	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	África do Sul
1996-97	Presidente Quett Ketumile Joni Masire	Botswana	Lesotho
1997-98	Presidente Nelson Rolihlahla Mandela	África do Sul	Malawi
1998-99	Presidente Nelson Rolihlahla Mandela	África do Sul	Maurícias
1999-2000	Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki	África do Sul	Moçambique
2000-01	Presidente Joaquim Alberto Chissano	Mozambique	Namíbia
2001-02	Presidente Bakili Elson Muluzi	Malawi	Malawi
2002-03	Presidente José Eduardo dos Santos	Angola	Angola
2003-04	Presidente Benjamin William Mkapa	Tanzania	Tanzânia
2004-05	Primeiro Ministro Paul Raymond Berenger	Mauritius	Mauritius
2005-06	Presidente Festus Gontebanye Mogae	Botswana	Botswana
2006-07	Primeiro Ministro Pakalitha Bethuel Mosisili	Lesotho	Lesotho
2007-08	Presidente Levy Patrick Mwanawasa	Zâmbia	Zâmbia
2008-09	Presidente Thabo Mvuyelwa Mbeki	África do Sul	África do Sul
	Presidente Kgalema Petrus Motlanthe	África do Sul	África do Sul
	Presidente Jacob Gedleyihlekisa Zuma	África do Sul	África do Sul
2009-10	Presidente Joseph Kabila Kabange	RDC	RDC
2010-11	President Hifikepunye Lucas Pohamba	Namíbia	Namíbia
2011-12	Presidente José Eduardo dos Santos	Angola	Angola
2012-13	Presidente Armando Emílio Guebuza	Moçambique	Moçambique
2013-14	Presidente Joyce Hilda Banda	Malawi	Malawi
	Presidente Arthur Peter Mutharika	Malawi	Malawi
2014-15	Presidente Robert Gabriel Mugabe	Zimbabwe	Zimbabwe
2015-16	Presidente Seretse Khama Ian Khama	Botswana	Botswana
2016-17	Sua Majestade Rei Mswati III	Eswatini	Eswatini
2017-18	Presidente Jacob Gedleyihlekisa Zuma	África do Sul	África do Sul
	Presidente Matamela Cyril Ramaphosa	África do Sul	África do Sul
2018-19	Presidente Hage Gottfried Geingob	Namíbia	Namíbia
2019-20	Presidente John Pombe Joseph Magufuli	Tanzânia	Tanzânia
2020-21	Presidente Filipe Jacinto Nyusi	Moçambique	Moçambique

3.4 Liderança do Secretariado da SADC

O Secretário Executivo da SADC é coadjuvado pelo Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional (DES-RI) e pelo Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Institucionais (DES-CA).

3.4.1 Responsabilidades do Secretário Executivo

O Artigo 15 do Tratado da SADC afirma que o Secretário Executivo é responsável perante o Conselho de Ministros por:

- ❖ Consultar e coordenar com os governos e outras instituições dos Estados Membros;
- ❖ Tomar medidas destinadas a promover os objectivos da SADC e melhorar o seu desempenho;
- ❖ Promover a cooperação com outras organizações, para a prossecução dos objectivos da SADC;
- ❖ Organizar e prestar serviços de apoio à Cimeira, ao Conselho, ao Comité Permanente dos Altos Funcionários e a outras reuniões convocadas sob a orientação da Cimeira ou do Conselho;
- ❖ Agir como guardião dos bens da SADC;
- ❖ Nomear o pessoal do Secretariado, de acordo com os procedimentos e os Termos e Condições de Serviço determinados pelo Conselho;
- ❖ Supervisionar a administração e as finanças do Secretariado;
- ❖ Preparar relatórios anuais sobre as actividades da SADC e suas instituições;
- ❖ Preparar o orçamento e as contas auditadas do Secretariado, para apresentação ao Conselho;
- ❖ Realizar representações diplomáticas e outras da SADC;
- ❖ Realizar relações públicas e promoção da SADC; e
- ❖ Desempenhar outras funções que possam, regularmente, ser determinadas pela Cimeira e pelo Conselho.

O Secretário Executivo trabalha em ligação com outras instituições na orientação, apoio e monitoria do desempenho da SADC em vários sectores, para garantir a conformidade e a harmonia com as políticas, estratégias, programas e projectos acordados.

3.4.2 Responsabilidades do Adjunto para a Integração Regional

O Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional (DES-RI) auxilia o Secretário Executivo e é responsável pelas Direcções e Unidades que tratam dos temas de Integração Regional da SADC, através dos seus programas. O DES-RI é responsável pelas seguintes Direcções e Unidades:

- ❖ Direcção de Finanças, Investimento e Alfândegas;
- ❖ Direcção de Desenvolvimento Industrial e Comércio;
- ❖ Direcção de Infra-estrutura, responsável pela melhoria da qualidade das infra-estruturas da região, por meio da reabilitação e modernização da infra-estrutura; melhoria do acesso à infra-estrutura básica; aumento do comércio e maximização da competitividade regional;
- ❖ Direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, que é responsável por garantir a disponibilidade, o acesso, a segurança e o valor nutricional dos alimentos; preparação para responder em caso de desastres e para a segurança alimentar; uso equitativo e sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais; e fortalecimento da estrutura institucional e capacitação;
- ❖ Direcção de Desenvolvimento Humano e Social, que apoia o desenvolvimento do capital humano da SADC no seu potencial máximo, como um passo essencial para enfrentar os desafios socioeconómicos que a região enfrenta;
- ❖ Direcção de Políticas, Planeamento e Mobilização de Recursos, que coordena todo o processo de planeamento, desenvolvimento de políticas e monitoria e avaliação; e
- ❖ Unidade de Redução do Risco de Desastres, que coordena as actividades e programas de gestão do risco de desastres na região da SADC.

3.4.3 Responsabilidades do Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Institucionais

O Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Institucionais (DES-CA) auxilia o Secretário Executivo e é responsável pelos elementos administrativos do Secretariado da SADC. O DES-CA é responsável pelas seguintes Direcções e Unidades:

- ❖ Direcção de Orçamento e Finanças, que presta serviços de administração financeira e gestão do risco às operações do Secretariado;
- ❖ Direcção de Recursos Humanos e Administração, que apoia as operações do Secretariado através da gestão de recursos humanos, aquisição de bens e serviços e gestão de activos físicos;
- ❖ Unidade de Serviços de Conferência, que fornece apoio às reuniões dos órgãos de decisão sobre políticas da SADC e outras reuniões em termos de documentação, tradução, serviços de interpretação, instalações para conferências e agenda das reuniões;
- ❖ Unidade de Aquisições, que é responsável por todos os aspectos ligados às aquisições dentro do Secretariado, através da administração dos processos de licitação e garantindo a conformidade da SADC com a Política de Aquisições e todos os documentos de suporte; e
- ❖ Unidade de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que orienta a adopção de TIC na SADC e apoia a implementação dos aspectos tecnológicos do RISDP.

3.4.4 Secretários Executivos e Adjuntos da SADC

Os Secretários Executivos e Secretários Executivos Adjuntos que lideraram o Secretariado da SADC desde a sua formação em 1980 são apresentados na Tabela 3.4 adiante, com os respectivos perfis.

Secretários Executivos e Adjuntos da SADC

Tabela 3.5

Secretário Executivo	Mandato	País
Embaixador Frederick Arthur Blumeris	1982-1984	Zimbabwe
Dr. Simba Makoni	1984-1993	Zimbabwe
Dr. Kaire Mbuende	1993-1999	Namíbia
Dr. Prega Ramsamy*	2001-2005	Maurícias
Dr. Tomaz Augusto Salomão	2005-2013	Moçambique
Dra. Stergomena Lawrence Tax	2013- 2021	Republica Unida da Tanzânia
Secretário Executivo Adjunto		
Lengolo Bureng Monyake	1994-1998	Lesotho
Embaixador Albert M. Muchanga	2001-2005	Zâmbia
Eng. João Samuel Caholo	2005-2013	Angola
Emilie Ayaza Mushobekwa	2010- 2018	Republica Democrática do Congo
Dr. Thembinkosi Mhlongo	2013-2021	África do Sul
Embaixador Joseph Nourrice	2018-2022	Seychelles

* O Dr. Prega Ramsamy foi Secretário Executivo Interino de Janeiro de 2000 a Março de 2001



EMBAIXADOR FREDERICK ARTHUR BLUMERIS

O Embaixador Frederick Arthur Blumeris foi o primeiro Secretário Executivo da SADCC e serviu de Outubro de 1982 a Março de 1984. Antes da sua nomeação, ele foi Embaixador do Zimbabwe na então Comunidade Económica Europeia. A sua contribuição foi importante durante os anos de formação da organização no estabelecimento das estruturas iniciais do Secretariado da SADCC, embora tenha servido apenas por um curto período antes de adoecer, e era amplamente respeitado pelos governos, colegas e parceiros.



DR SIMBA MAKONI

O Dr. Simba Makoni foi nomeado Secretário Executivo da SADC em Julho de 1984 e serviu até Dezembro de 1993. O Dr. Makoni foi responsável pelo Secretariado durante os anos restantes da SADCC e durante a transformação de uma Conferência de Coordenação em Comunidade, em 1992, quando os líderes da SADC assinaram a Declaração de Windhoek e o novo Tratado da SADC, bem como um Protocolo que comprometia os Estados Membros a uma cooperação e integração mais profundas e formais. Ele dirigiu a SADCC durante os anos turbulentos de desestabilização do apartheid na região e durante a obtenção da independência na Namíbia, partindo pouco antes da mudança na África do Sul. Ele coordenou o período caracterizado por uma estrutura descentralizada, quando os Estados Membros individuais tinham responsabilidades regionais por sector, e comemorou o 10º aniversário em 1990 transferindo o Secretariado, dos escritórios espalhados para a primeira sede, a antiga SADCC House, um edifício propriedade do Governo do Botswana. Antes de ingressar na SADC, o Dr. Makoni foi Ministro da Indústria e Desenvolvimento de Energia no Zimbabwe.



DR KAIRE MBUENDE

O Dr. Kaire Mbuende foi Secretário Executivo de Janeiro de 1994 até ao final de 1999. Ele esteve à frente do Secretariado durante o período crucial da história da SADC quando a África do Sul, as Maurícias, Seychelles e RDC se juntaram à organização e foram adoptados novos instrumentos de cooperação e integração. Alguns marcos importantes alcançados durante o seu mandato incluem a criação do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

e a decisão de estabelecer o Fórum Parlamentar da SADC. Antes de ingressar na SADC, o Dr. Mbuende foi Membro do Parlamento na Namíbia e Vice-Ministro da Agricultura, Água e Desenvolvimento Rural, de 1990 a 1993. O Dr. Mbuende foi assistido pelo Sr. Lengolo Monyake, do Lesoto, que serviu como Secretário Executivo Adjunto até 1998, quando foi substituído pelo Dr. Prega Ramsamy, das Maurícias.

DR PREGA RAMSAMY

O Dr. Prega Ramsamy foi o quarto Secretário Executivo da SADC. Foi nomeado em Março de 2001, depois de ter actuado como Secretário Executivo interino desde Janeiro de 2000. Ele esteve à frente do Secretariado até Dezembro de 2005, durante um período caracterizado por uma significativa reestruturação institucional, quando as suas habilidades técnicas e de planeamento tiveram um impacto significativo na organização. O Dr. Ramsamy coordenou o desenvolvimento do primeiro Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP 2003-2015), bem como o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO). O Memorando de Entendimento sobre Convergência Macroeconómica foi assinado em 2002, com requisitos e indicadores específicos acordados pelos Estados Membros. Madagáscar juntou-se à SADC durante o seu mandato, aumentando o número total de Estados Membros para 15. Antes de entrar na SADC, o Dr. Ramsamy foi destacado pelo Governo das Maurícias para chefiar a divisão comercial do Secretariado do COMESA, na Zâmbia, trabalhando na promoção e facilitação do comércio. Juntou-se ao Secretariado da SADC como Economista Principal em 1997 e foi nomeado Secretário Executivo Adjunto em Setembro de 1998. O Dr. Ramsamy foi assistido pelo Embaixador Albert Mudenda Muchanga, da Zâmbia, que serviu como Secretário Executivo Adjunto de Agosto de 2001 a Agosto de 2005.



95

DR TOMÁS AUGUSTO SALOMÃO

O Dr. Tomás Augusto Salomão serviu como Secretário Executivo da SADC de Janeiro de 2006 a Dezembro de 2013. Ele assumiu o cargo numa altura em que os Estados Membros da SADC estavam preocupados com os padrões de comércio da SADC, que consistia principalmente em mercadorias de base, e a necessidade de diversificar e aumentar o comércio intraregional, e quando eram necessários instrumentos de política para forjar a convergência das economias da SADC. Os marcos principais alcançados durante o seu mandato incluem o lançamento da Zona de Comércio Livre da SADC, em 2008; o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas, adoptado em 2012; e o Observatório Regional da Pobreza, implementado em 2013. O segundo Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO II) foi lançado em 2012 e a Força em Estado de Alerta da SADC também foi lançada. O Dr. Salomão foi Ministro do Plano e Finanças do Governo de Moçambique antes da sua nomeação como Secretário Executivo da SADC. O Dr. Salomão foi assistido pelo Eng. João Caholo, de Angola, que actuou como Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional de Agosto de 2005 a Agosto de 2013, e a Sra. Emilie Ayaza Mushobekwa, da República Democrática do Congo, que actuou como Secretária Executiva Adjunta para Assuntos Institucionais, de 2010 a 2018.



DRA STERGOMENA LAWRENCE TAX

A Dra. Stergomena Lawrence Tax é a sexta Secretária Executiva da SADC e a primeira mulher a ser nomeada para o cargo. Os marcos principais alcançados durante o seu mandato incluem o desenvolvimento e implementação da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063, e a recalibração do plano de desenvolvimento regional, o RISDP Revisto 2015-2020, o RISDP 2020-2030 e a Visão 2050 da SADC.

A SADC adoptou uma Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo em 2015; o Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) da SADC foi oficialmente entregue à SADC pelo Zimbabwe em 2015; e a Força em Estado de Alerta da SADC atingiu a Capacidade Operacional Plena em 2017. O Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC foi operacionalizado em 2016. A Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional



2015-2025 foi adoptada; e a Declaração sobre a Eliminação da Malária foi aprovada em 2016. O Quadro e Fundo de Gestão e Redução do Risco de Desastres da SADC foi aprovado em 2018, bem como o Quadro de Empoderamento da Juventude. A língua Kiswahili foi adoptada como a Quarta Língua Oficial de Trabalho da SADC em 2019.

Marcos significativos alcançados pela Dra. Tax e a sua equipa, em reconhecimento do património regional e dos Fundadores da SADC, incluem o lançamento em 2014 de um conjunto de nove volumes de livros produzidos no âmbito do Projecto Hashim Mbita da SADC; o Dia da Libertação da África Austral foi comemorado pela primeira vez em 2019, e a componente de vídeo dos primeiros recursos materiais sobre o património da libertação foi mostrada ao Conselho de Ministros no mesmo ano. A SADC iniciou uma revisão do currículo de história na região em 2019, a pedido dos Ministros da Educação.

A Dra. Tax participou da primeira reunião das Comunidades Económicas Regionais (CERs) com a Comissão da União Africana em 2019, para apresentar um relatório sobre o estado da integração regional. Antes de ingressar no Secretariado da SADC, em Janeiro de 2014, ela foi Secretária Permanente no Ministério da Cooperação com a África Oriental na República Unida da Tanzânia.

A Dra. Tax é assistida por dois adjuntos, o Dr. Thembinkosi Mhlongo, da África do Sul, e o Embaixador Joseph André Nourrice, das Seychelles. O Dr. Mhlongo é o Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional, nomeado em Outubro de 2013. Ele serviu anteriormente no Secretariado como Director Principal da SADC, em 2001-2005. O Embaixador Nourrice é o Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Institucionais, nomeado em Outubro de 2018. Ele serviu anteriormente como Alto Comissário Residente do seu país na África do Sul e Alto Comissário não residente no Botswana, Moçambique e Namíbia, Embaixador em Angola, junto do COMESA e junto da SADC.



Lengolo Bureng Monyake

Secretário Executivo Adjunto
1994-1998



Albert Mudenda Muchanga

Secretário Executivo Adjunto
2001-2005



Eng. João Samuel Caholo

Secretário Executivo Adjunto
2005-2013



Emile Ayaza Mushobekwa

Secretária Executiva Adjunta
2010-2018



Thembinkosi Mhlongo

Secretário Executivo Adjunto
2013-2021



Embaixador Joseph Nourrice

Secretário Executivo Adjunto
2018-2022

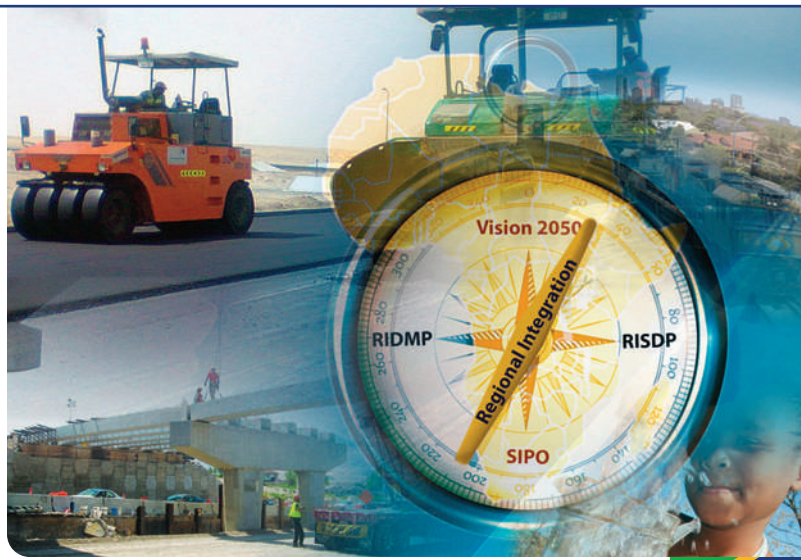
REALIZAÇÕES NOS SECTORES SOCIOECONÓMICOS

Introdução

A SADC alcançou muitos marcos na sua história de 40 anos que tiveram um impacto gradual e positivo nas pessoas da região. Muitas dessas conquistas são visíveis em várias áreas de cooperação, desde a indústria e o comércio, género e saúde até à energia, meio ambiente e desenvolvimento de infra-estruturas.

Os marcos são sustentados por mais de 30 instrumentos jurídicos, bem como documentos estratégicos importantes como o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), que foram desenvolvidos e adoptados pelos Estados Membros da SADC para impulsionar a agenda de integração.

Este Capítulo analisa o impacto das principais decisões e os marcos legais gerais, conforme destacado no Capítulo 2, e essas realizações são apresentadas aqui de acordo com os pilares do RISDP. O pilar sobre a Cooperação no domínio da az e Segurança é abordado no Capítulo 5 a seguir.



4.1 Contexto histórico do RISDP

Desde o seu início em 1980, a SADC tem estado envolvida no desenvolvimento de políticas e estratégias nas várias áreas da cooperação regional destinadas a promover a integração regional e o desenvolvimento sustentável. Até 1998, a cooperação regional era orientada pelo Programa de Acção da SADC, anteriormente designado Programa de Acção de Lusaka.

Após a decisão de transformar a SADC, de uma conferência de coordenação em uma comunidade de desenvolvimento, em 1998 a região embarcou em um processo para estabelecer diretrizes de política para facilitar a conclusão rápida da transformação da SADC em uma comunidade de desenvolvimento dinâmica, através da Revisão e Racionalização do Programa de Acção da SADC.

Na sua cimeira anual realizada em Setembro de 1998, nas Maurícias, os líderes da SADC endossaram uma decisão sobre a Revisão das Operações das Instituições da SADC. Um ano depois, em 1999, os líderes da SADC enfatizaram a necessidade de assegurar que a revisão e, em última análise, o desenvolvimento de uma nova estratégia de desenvolvimento, também incluísse a promoção da paz e da segurança na região. A Cimeira decidiu que o Conselho de Ministros devia rever as operações de todas as instituições da SADC, incluindo o Órgão de Política, Defesa e Segurança.

Numa grande decisão transformadora tomada em Março de 2001, numa Cimeira Extraordinária realizada na Namíbia, os Chefes de Estado e de Governo da SADC aprovaram a reestruturação das instituições da SADC. As principais características desta reestruturação incluíram o agrupamento dos 21 sectores em grupos enquadrados em quatro Direcções no Secretariado da SADC, e o estabelecimento de Comissões Nacionais da SADC para coordenar os respectivos interesses dos Estados Membros individuais relacionados com a SADC.

Para apoiar a reestruturação, os líderes também orientaram o Secretariado da SADC para desenvolver o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP). O RISDP foi lançado na Reunião do Conselho de Ministros da SADC realizada em Março de 2004, na República Unida da Tanzânia, enquanto o seu documento complementar - o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO) foi lançado em Agosto de 2004 na Cimeira da SADC realizada nas Maurícias.

O desenvolvimento do RISDP foi crucial, considerando que, anteriormente, a maioria das políticas, estratégias e programas regionais da SADC tinha sido concebida de forma independente por Unidades de Coordenação Sectorial individuais, em Estados Membros individuais. Por esse motivo, as várias políticas, estratégias e programas não foram devidamente coordenados, levando a ligações intersectoriais fracas. O RISDP identifica e fortalece estas ligações entre os programas e as políticas dos vários sectores com vista a melhorar a eficiência e a execução do Programa de Acção da SADC.

O RISDP e o SIPO são de natureza indicativa e delineiam as condições necessárias que devem ser realizadas para a materialização dos objectivos de integração e desenvolvimento regional da SADC. O desenvolvimento de ambos os planos pretendia, portanto, realinhar as prioridades da SADC e reorientar as políticas e estratégias regionais para as necessidades e realidades de um mundo em constante mudança, bem como para garantir que a SADC seja efectivamente capaz de explorar o seu potencial para promover o desenvolvimento sustentável na região.

Ao formular o RISDP e o SIPO, e definir a agenda e as metas da região, a SADC teve em consideração várias estratégias regionais, continentais e internacionais, como o Acto Constitutivo da União Africana, o Tratado que institui a Comunidade Económica Africana, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (agora Objectivos de Desenvolvimento Sustentável).

4.2 Objectivos e prioridades do RISDP por pilar e sector

O RISDP é um quadro abrangente de desenvolvimento e implementação que orienta a agenda de integração regional da SADC. Foi concebido para fornecer uma direcção estratégica clara no que diz respeito aos programas, projectos e actividades da SADC, em linha com a Agenda Comum da SADC e as prioridades estratégicas, conforme consagrado no Tratado da SADC de 1992. O plano original foi aprovado pela Cimeira da SADC, em 2003, para um Período de 15 anos, e foi implementado a partir de 2005, portanto, o cronograma de implementação foi de

2005-2020. Através de prioridades, programas e metas específicos, o RISDP permite que todas as partes envolvidas acompanhem o progresso e obtenham orientação.

Após uma avaliação efectuada em 2012, o RISDP foi revisto para antecipar a industrialização por forma a acelerar a concretização dos objectivos socioeconómicos da região. Para a implementação da próxima fase, o RISDP foi revisto para alinhar as prioridades existentes com os recursos disponíveis. O princípio principal do RISDP Revisto 2015-2020 era promover cadeias de valor regionais e o valor acrescentado em sectores prioritários seleccionados, incluindo agro-processamento, transformação de minerais e produtos farmacêuticos, a curto e médio prazo.

Figura 4.1 RISDP revisto 2015-2020



PRIORIDADES DA SADC

PRIORIDADE A

Desenvolvimento Industrial e Integração de Mercado, incluindo:

- Desenvolvimento industrial sustentável, competitividade produtiva e capacidade do lado da oferta;
- Livre circulação de bens e serviços;
- Convergência macroeconómica orientada para a estabilidade;
- Integração do mercado financeiro e cooperação monetária;
- Investimento Intra-regional e investimento estrangeiro directo; e
- Integração regional aprofundada.

PRIORIDADE B

Infra-estrutura de apoio à integração regional, incluindo:

- Energia;
- Transporte (terrestre, aéreo e intermodal);
- Turismo;
- ICT;
- Meteorologia; e
- Água.

PRIORIDADE D

Programas especiais de dimensão regional: desenvolvimento humano e programas especiais incluindo saúde, género e trabalho

PRIORIDADE C

Cooperação em paz e segurança, como pré-requisito para o cumprimento da Agenda de Integração Regional



As prioridades estratégicas do RISDP revisto são de acordo com os pilares a seguir indicados:

- ◆ Desenvolvimento industrial e integração do mercado;
- ◆ Infra-estrutura de apoio à integração regional;
- ◆ Cooperação no domínio da paz e segurança; e
- ◆ Programas especiais de dimensão regional.

A este respeito, as realizações alcançadas pela SADC nos últimos 40 anos serão apresentadas ao abrigo destes pilares do RISDP revisto, ao mesmo tempo que se destacam claramente os marcos alcançados no período pré-RISDP 1980-2005, do primeiro RISDP 2005-2015 e do RISDP revisto 2015-2020. O pilar sobre a Paz e Segurança é tratado com mais detalhe no Capítulo 5.

Depois que o período de implementação do RISDP 2015-2020 terminou em Março de 2020, a 40ª Cimeira da SADC aprovou um novo plano estratégico, procurando aprofundar a integração regional nos próximos 10 anos. Afastando-se dos planos estratégicos regionais anteriores, o RISDP 2020-2030 inclui intervenções anteriormente apresentadas no Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO). A decisão de incluir questões de paz, segurança e governação no RISDP 2020-2030 é novamente transformadora no reforço da coesão, visto que o Órgão é parte integrante do Secretariado da SADC e os dois planos estratégicos são complementares na procura de alcançar os mesmos objectivos comuns.

4.2.1 Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado

O desenvolvimento industrial tem sido um dos principais componentes da agenda de integração económica da SADC desde a criação da organização em 1980. A harmonização das políticas industriais foi um dos primeiros compromissos feitos pelos fundadores da SADC quando assinaram a Declaração de Lusaka intitulada *África Austral: Rumo à Libertação Económica*. Motivados pela necessidade de reduzir a dependência económica, “particularmente, mas não apenas” do então apartheid da África do Sul, os líderes se comprometeram, na histórica conferência de Lusaka, a fortalecer a capacidade industrial dos respectivos países.

A primeira Estratégia de Desenvolvimento Industrial da SADC foi desenvolvida e adoptada em 1989, em que vários objectivos e metas foram propostos para acelerar o desenvolvimento industrial na região até ao ano 2000. Isto foi seguido pela adopção da Política-Quadro de Desenvolvimento Industrial da SADC em 2013.



A decisão da 34ª Cimeira da SADC, em 2014, de colocar o desenvolvimento industrial no centro da agenda de integração desenvolvimentista da SADC foi motivada pelo entendimento de que o desenvolvimento industrial é fundamental para a diversificação das economias na região, bem como a criação de emprego, para reduzir a pobreza. O objectivo geral desta área de intervenção é facilitar o desenvolvimento industrial diversificado, a liberalização e a integração comercial e financeira, a estabilidade e a convergência macroeconómica, bem como o aumento do investimento para uma integração regional mais profunda e a erradicação da pobreza.

O impulso rumo à industrialização tem sido uma prioridade para a SADC nos últimos anos porque a maioria dos países da região obtém muito pouco dos seus vastos recursos naturais, como ouro e diamantes, uma vez que a maior parte da transformação e do acréscimo de valor ocorre fora da região, e beneficia os outros. A este respeito, o consenso dentro da SADC é que antes que a região possa liberalizar o comércio, a SADC deve primeiro ter algo para comercializar, daí a necessidade de focar na transformação e acréscimo de valor.



Desenvolvimento Industrial

As principais conquistas são a adopção da Estratégia e Roteiro para a Industrialização, o Plano de Acção Orçamentado e outros marcos mostrados abaixo.

Estratégia e roteiro para a industrialização

Os Estados Membros da SADC reconheceram que o desenvolvimento industrial é fundamental para a diversificação das suas economias; o desenvolvimento da capacidade produtiva; e a criação de empregos, para reduzir a pobreza e colocar as suas economias num caminho de crescimento mais sustentável.

A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063, aprovada em 2015, foi desenvolvida como um programa inclusivo de modernização e transformação económica a longo prazo que permite um aumento substancial e sustentado dos padrões de vida. A estratégia está ancorada em três pilares estratégicos independentes e de apoio mútuo, nos quais a “industrialização” é enfatizada como força-motriz da transformação económica, aumentando a competitividade e uma integração regional mais profunda.

O prazo de 2015 a 2063 é uma decisão política deliberada para alinhar com a Agenda 2063 da União Africana. A Fase I alinha-se com o RISDP 2015-2020 e constitui um período de antecipação activa da componente de Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado do RISDP e infra-estruturas e serviços afins de apoio à industrialização. Através do Protocolo sobre a Indústria e da Estratégia e Roteiro, a SADC procura intensificar a mudança estrutural e acelerar a transição industrial dos Estados Membros da SADC para níveis de países industrializados e desenvolvidos.

Plano de acção orçamentado para a industrialização

Para garantir uma implementação eficiente da Estratégia e Roteiro para a Industrialização, a SADC adoptou um Plano de Acção Orçamentado. Pretende-se estabelecer um regime de implementação coerente e sinérgico contendo opções estratégicas e políticas gerais para o cumprimento progressivo dos objectivos fixados na estratégia e roteiro. O plano concentra-se nos primeiros 15 anos da estratégia e roteiro, e visa criar um ambiente propício para sustentar o desenvolvimento industrial como factor impulsionador da transformação económica; e estabelecer uma aliança duradoura para a industrialização composta pelos sectores público e privado, bem como os parceiros estratégicos.

Protocolo sobre a Indústria

O Protocolo da SADC sobre a Indústria, que visa melhorar o ambiente de políticas para o desenvolvimento industrial e apoiar a implementação, foi aprovado em Agosto de 2019. O Protocolo é um instrumento legal autónomo e vinculativo que fortalece e dá efeito legal à Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC e o seu Plano de Acção Orçamentado e garantirá a coordenação, a monitoria e a avaliação adequadas da implementação.

Parceria com o sector privado para promover a industrialização

Para garantir o sucesso da estratégia de industrialização, o Secretariado continuou a fortalecer o papel central de várias partes interessadas, incluindo, mas não se limitando aos Estados Membros, financiadores, parceiros técnicos, grupos de reflexão e académicos, mediante a facilitação do estabelecimento da associação regional do sector privado.

A Semana da Industrialização da SADC tem sido organizada anualmente desde 2016, reunindo representantes do sector público e privado para discutir formas de acelerar a integração regional, melhorar o comércio intra-africano e aumentar os níveis de investimento. O objectivo da Semana da Industrialização é massificar a estratégia e identificar os projectos de industrialização que podem ser implementados conjuntamente pelo sector público e privado nos Estados Membros da SADC.

O Mecanismo de Envolvimento do Sector Privado fornecerá a base para o diálogo público-privado e o desenvolvimento de uma Estratégia Regional de Envolvimento do Sector Público-Privado. Esta importante conquista será bastante fundamental no sentido de aumentar o investimento do sector privado na região, ao mesmo tempo que estabelece uma plataforma importante para o sector privado e a SADC estabelecerem Parcerias Público-Privadas (PPP).

Aumento da quota de participação da manufactura

Foi feito um progresso significativo em termos de participação da indústria no PIB total. Por exemplo, a participação do sector de transformação no PIB da região aumentou de uma média de 10,3%, em 2013, para 11,9%, em 2018, com a maioria dos Estados Membros a registar um crescimento acima de 5%. No entanto, ainda é necessário trabalhar mais no sentido de garantir a diversificação das economias dos Estados Membros. A estrutura das economias dos Estados Membros da SADC continua pouco diversificada, com um crescimento baseado em recursos, como a agricultura e mineração, que representam uma média de mais de 25 por cento do PIB. Isso mostra que há uma vasta capacidade de manufactura inexplorada se houver um compromisso intensificado com a transformação e o acréscimo de valor na região.

Exploração das cadeias de valor regionais

Como parte da agenda de industrialização, a SADC iniciou o processo de identificação de cadeias de valor potenciais na região, com foco específico na forma como os pontos fortes individuais e regionais podem ser alavancados para otimizar os benefícios das cadeias de valor regionais e globais.

Para encorajar a criação de cadeias de valor regionais e a participação em processos globais, a SADC identificou seis áreas prioritárias onde as cadeias de valor podem ser estabelecidas e para as quais as estratégias regionais deviam ser desenvolvidas até ao final de 2020. Estas são nas áreas de Agro-processamento, Transformação dos Minerais, Produtos Farmacêuticos, Bens de Consumo, Bens de Capital e Serviços. Um estudo de caracterização do perfil do sector de agro-processamento conduzido pelo Secretariado da SADC identificou até agora 14 cadeias de valor com grande potencial para a modernização. Espera-se que isto permita aos Estados Membros da SADC especializarem-se nos processos produtivos e em actividades onde têm vantagens competitivas



Política da Visão Regional sobre o Sector Mineiro

A Política e o Plano de Acção da Visão Regional sobre o Sector Mineiro da SADC foram aprovados em 2019 com o objectivo de otimizar o impacto do desenvolvimento sustentável da extração de recursos minerais em toda a região. A política está a ser implementada e espera-se que apoie os Estados Membros na obtenção de mais benefícios dos seus recursos naturais.

Desenvolvimento de pequenas e médias empresas

O Secretariado da SADC continuou a apoiar o papel das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) para facilitar o aumento do emprego e o desenvolvimento nacional, e produziu um Quadro Regional para o Desenvolvimento de Fornecedores, que tem um foco especial no fortalecimento da capacidade das PME's para participarem na implementação da Estratégia de Industrialização e nas cadeias de valor regionais.



Liberalização comercial e económica

As principais conquistas são a adoção do Protocolo da SADC sobre o Comércio, o lançamento da Zona de Comércio Livre e outros marcos mostrados abaixo.

Protocolo da SADC sobre o Comércio

A progressão para a livre circulação de bens e serviços em toda a região foi estabelecida em 1996, quando o Protocolo da SADC sobre o Comércio foi assinado pelos Estados Membros. O Protocolo, que entrou em vigor em 2001, visa liberalizar o comércio intraregional, através da criação de mecanismos comerciais mutuamente benéficos, melhorando assim o investimento e a produtividade na região, bem como eliminando as barreiras ao comércio e facilitando os procedimentos alfandegários.

Lançamento da Zona de Comércio Livre da SADC

O Protocolo da SADC sobre o Comércio abriu caminho para o lançamento histórico da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC em Agosto de 2008. Um total de 13 Estados Membros da SADC estão a implementar as suas obrigações ao abrigo da ZCL. São eles: Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Os restantes três países, Angola, Comores e República Democrática do Congo (RDC), ainda não aderiram à ZCL e manifestaram interesse em fazê-lo assim que tenham alcançado as condições adequadas. À excepção dos três Estados Membros, todas as partes estão em vias de cumprir as disposições do Protocolo da SADC sobre Comércio. Este é um resultado importante, pois promove uma integração mais profunda do mercado e do comércio na região.

Aumento do Comércio Intra-SADC

A ZCL da SADC levou a um aumento no comércio intraregional dentro da SADC, facilitando e promovendo o movimento suave de bens e serviços em toda a África Austral. No seu início, em 1980, o comércio intra-SADC era de apenas cinco por cento. No entanto, a chegada da ZCL em 2008 viu um aumento no comércio intra-SADC, de 16,3 por cento, em 2008, para 21,6 por cento, em 2016. O comércio intra-SADC desacelerou para 20,0 por cento em 2017 e novamente para 19,3 por cento em 2018. Embora o comércio intra-SADC seja significativamente menor em comparação com outras regiões, o ímpeto foi criado para melhorar o comércio intra-SADC. À medida que mais países aderem à ZCL, o comércio intra-SADC também deve aumentar, permitindo que a região comercialize mais consigo mesma do que com os outros.

As condições mínimas para a ZCL foram alcançadas em 2008, com 85 por cento das tarifas sobre mercadorias fixadas em taxa zero por todos os países participantes. A auditoria de 2012 confirmou que o comércio intra-SADC tinha aumentado substancialmente após a implementação do Protocolo da SADC sobre o Comércio, atingindo mais que o dobro em termos absolutos, entre os anos de 2000 e 2009. O comércio intra-SADC aumentou substancialmente para mais de 20 por cento do volume total do comércio regional.



Um dos principais benefícios da ZCL da SADC é que permitiu aos cidadãos da região obter melhores produtos a preços mais baixos devido ao aumento da produção, enquanto os produtores estão a beneficiar do comércio isento de tarifas para a maioria dos bens originários da região, excepto para alguns que estão protegidos.

Facilitação do Comércio

Uma das grandes conquistas alcançadas no âmbito da facilitação do comércio foi a aprovação do Quadro do Regime de Comércio Simplificado (STR) em 2019. O Quadro de STR visa reduzir as barreiras ao comércio, simplificando os procedimentos e processos alfandegários. O Quadro do Certificado de Origem Eletrónico (e-CoO) da SADC foi aprovado em Agosto de 2019 e visa permitir que os comerciantes solicitem o certificado de origem eletronicamente. O e-CoO foi lançado em regime piloto em Botswana, Eswatini, Malawi, Namíbia, Tanzânia e Zâmbia em 2020.

Outro marco alcançado na facilitação do comércio foi a adopção do Regulamento de Garantia de Trânsito Aduaneiro Regional da SADC, que foi aprovado em 2013. O regulamento destina-se a facilitar a circulação de mercadorias, reduzindo os custos de transacção, aumentando o nível de competitividade dos produtores regionais e apoiando a remoção de barreiras não tarifárias nos produtos.



Cooperação Regional e Continental Fortalecida

A materialização da ZLC, em 2008, foi planeada para progredir para o lançamento de uma União Aduaneira, em 2010, seguida de um Mercado Comum, em 2015, uma União Monetária, em 2016 e, finalmente, uma Moeda Única, em 2018. No entanto, essas metas se mostraram elusivas pois a região, primeiro procurou consolidar a ZLC, em consonância com uma nova abordagem de desenvolvimento para a integração que se concentra na cooperação sectorial, industrialização e desenvolvimento de infra-estruturas.

No entanto, neste processo, a SADC reforçou a sua cooperação comercial com outros países regionais e continentais. Por exemplo, em 2015, a SADC, juntamente com o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) lançaram a Área de Comércio Livre Tripartida (ACLT) para promover o desenvolvimento económico e a integração na África Oriental e Austral.

No entanto, neste processo, a SADC reforçou a sua cooperação comercial com outros países regionais e continentais. Por exemplo, em 2015, a SADC, juntamente com o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), lançou a Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) para promover o desenvolvimento económico e a integração na África Oriental e Austral. Em Maio de 2019, a SADC também juntou forças com outros países africanos para estabelecer a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), que abrirá o acesso a um mercado de 3 triliões de dólares e cerca de 1,2 mil milhões de consumidores. De acordo com a União Africana, espera-se que a ZCLCA aumente o comércio intraregional africano, dos actuais 10 por cento para cerca de 40 por cento.

Circulação de Pessoas

A SADC desenvolveu um Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na região, a fim de remover obstáculos na circulação de pessoas e facilitar o fluxo de migrantes regulares em toda a região. O Protocolo foi assinado em 2005, por nove Estados-Membros, e ratificado por seis Estados Membros até Junho de 2020.



Um dos objectivos do Protocolo é abolir os requisitos de visto onde eles ainda existem. No entanto, os Estados Membros podem celebrar acordos bilaterais para a isenção de vistos, concedendo um máximo de 90 dias aos cidadãos da região. Quase todos os Estados Membros da SADC têm acordos bilaterais entre si (Tabela 4.1).

Relaxamento do Regime de Visa

Tabela 4.1

Estado Membro	Necessidade de Visto	Consultas em curso	Situação
Angola	DRC Eswatini Lesotho Malawi Tanzânia	Eswatini Lesotho Malawi Tanzânia	Todos os passaportes diplomáticos e oficiais dos Estados Membros da SADC estão oficialmente isentos. No entanto, a isenção ainda não foi totalmente aplicada a todos os Estados-Membros Acordos bilaterais de isenção de visto assinados com Namíbia, Moçambique, África do Sul e Zâmbia Existem isenções unilaterais de visto para cidadãos de Botswana, Madagáscar, Maurícias, Seychelles, Zâmbia e Zimbabwe
Botswana	RDC Madagáscar	RDC Madagáscar	Portadores de passaportes diplomáticos e oficiais da RDC e Madagáscar estão isentos de visto
União das Comores	Visto à chegada para todos os Estados Membros da SADC		
República Democrática do Congo (RDC)	Angola, Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia		Passaportes diplomáticos e oficiais estão isentos em relação à África do Sul
Eswatini	Comores RDC Angola	Angola	Em processo de finalização as discussões com Angola
Lesotho	Angola RDC	Angola (para passaportes normais)	Os titulares de passaportes diplomáticos e oficiais de Angola e RDC recebem vistos gratuitamente a chegada
Madagáscar	Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia		Madagáscar está actualmente a rever a sua política de regime de visto para isentar todos os visitantes da obrigação de visto por um período de até 90 dias
Malawi	Angola RDC	Angola RDC	As negociações estão em curso e os titulares de passaportes diplomáticos e oficiais devem solicitar o visto, concedido gratuitamente.
Maurícias			Todos os Estados Membros da SADC estão isentos dos requisitos de visto
Moçambique	DRC Madagáscar		Apenas portadores de passaporte normal da RDC e Madagáscar são obrigados a obter visas
Namíbia	Comores RDC Madagáscar	RDC Madagáscar	Passaportes diplomáticos e oficiais da RDC, Comores e Madagáscar estão isentos de visto
Seychelles			Todos os Estados Membros da SADC estão isentos dos requisitos de visto
África do Sul	RDC	RDC	Passaportes diplomáticos e oficiais estão isentos em relação à RDC
Tanzânia	Angola RDC Comores	Angola	Os titulares de passaportes diplomáticos e oficiais de Angola e RDC estão isentos
Zâmbia	RDC Madagáscar	RDC Madagáscar	Negociações em curso com Madagáscar e RDC
Zimbabwe			Todos os Estados Membros da SADC estão isentos dos requisitos de visto

Posto fronteiriço de paragem única

Outro grande impacto e passo dado rumo à Livre Circulação de Bens e Serviços na SADC foi registado em Novembro de 2009, com o lançamento do Posto Fronteiriço de Paragem Única (OSBP) em Chirundu, entre Zâmbia e Zimbábue, permitindo que os viajantes fossem desembarçados apenas uma vez para a passagem para o outro país, em contraste com a situação mais complicada em que os viajantes precisam de ser desembarçados em ambos os lados da fronteira.

O conceito de OSBP está a ser alargado a outras fronteiras na região, como o Posto Fronteiriço de Beitbridge, entre África do Sul e Zimbábue. O estabelecimento de mais postos fronteiriços de paragem única em toda a região consolidará os ganhos da ZCL da SADC ao promover a circulação de bens e serviços entre os Estados Membros.

A introdução do posto fronteiriço de paragem única em Chirundu reduziu o tempo de travessia, economizando tempo e dinheiro para a maioria dos viajantes, uma vez que eles já não passam mais longos períodos de espera para cruzar a fronteira. Os camiões agora passam menos tempo na estrada, reduzindo as chances de acidentes e males sociais, como corrupção, furto e exposição a comportamentos sexuais de risco.



Quadro Regional de Garantia da Qualidade da SADC

Em alinhamento com os Princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC) e em conformidade com os artigos 16º e 17º do Protocolo sobre o Comércio da SADC, a região da SADC estabeleceu um quadro institucional robusto para abordar as barreiras técnicas ao comércio (BTC) desnecessárias, bem como para alavancar as Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) com base na ciência, para proteger a vida humana, vegetal e animal e o meio ambiente.

O Anexo sobre BTC ao Protocolo da SADC sobre o Comércio estabeleceu sete estruturas de cooperação activa em matéria de Normalização (com base nos padrões ISO) no domínio da Garantia da Qualidade, Acreditação e Metrologia (SQAM). O quadro jurídico e institucional de apoio à infra-estrutura técnica da região está devidamente formado e isso é evidenciado pela assembleia geral anual altamente produtiva das instituições de SQAM realizada todos os anos no mês de Março. Um total de 15 Estados Membros da SADC tem organismos de normalização nacionais em pleno funcionamento.

A região da SADC tem três organismos de acreditação reconhecidos internacionalmente. A Associação Regional de Laboratórios da SADC tem como membros 14 associações nacionais de laboratórios que estão em constante colaboração e capacitação.

Para promover as normas e os princípios e operações de qualidade internacionais, os Prémios de Qualidade da SADC viram os Estados Membros realizarem concursos nacionais de qualidade para seleccionar entidades empresariais para competir a nível regional. A competição do prémio regional de qualidade mostrou que a região tem um grande apetite, capacidade e potencial para produzir bens e serviços que podem ser consumidos internacionalmente.

Serviços de Acreditação da SADC

Os Serviços de Acreditação da SADC (SADCAS) são um organismo de acreditação de múltiplas economias estabelecido nos termos do Artigo 15 B do Anexo sobre as Barreiras Técnicas ao Comércio (BTC) do Protocolo da SADC sobre o Comércio, com o objectivo principal de garantir que os prestadores de serviços de avaliação da conformidade que operam nos Estados Membros da SADC que não têm organismos nacionais de acreditação estejam sujeitos à supervisão de um organismo autorizado.

Devido ao alto custo de estabelecer e manter este tipo de organismo e, além disso, considerando os recursos financeiros e humanos limitados, 13 Estados Membros decidiram reunir os seus recursos para estabelecer um organismo de acreditação que atenda a todas as suas necessidades de acreditação.

O modelo operacional do SADCAS, que é o primeiro organismo de acreditação multi-economia do mundo, provou ser um modelo viável, rentável e sustentável que otimiza a utilização de recursos financeiros e humanos limitados. Diversas regiões do mundo, como a região do Golfo, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e as Ilhas do Caribe usaram o modelo do SADCAS como seu ponto de referência, que foi conceitualizado por um grupo de especialistas da SADC já em 2005.

O sucesso do SADCAS, que está no 12º ano de funcionamento, pode ser medido em termos do número de regimes de acreditação internacionalmente reconhecidos que disponibiliza (sete); do número de acreditações realizadas com sucesso (168); do número de avaliadores de acreditação qualificados que registou (40); do número de cursos de formação (189) e do número de formadores do SADCAS qualificados (24); e do número de Estados Membros que atendeu (15, incluindo 2 Estados não pertencentes à SADC).

Em média, leva um ano para atender a um pedido de acreditação e, no segundo trimestre de 2020, o SADCAS tinha 41 pedidos recebidos de 10 Estados Membros da SADC, o que é evidência da procura do serviço e da necessidade de sustentar a organização. O oitavo regime de acreditação actualmente em desenvolvimento no SADCAS é o regime de acreditação de Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão, cujo início ocorreu em Novembro de 2019.

Todos os regimes de acreditação oferecidos pelo SADCAS conferem reconhecimento internacional a certificados emitidos por laboratórios de calibração / ensaio / veterinária / verificação / médicos acreditados pelo SADCAS e por organismos de certificação e inspecção. Este reconhecimento internacional tem um escopo de 103 países em todo o mundo, removendo assim a necessidade de avaliação da conformidade repetitiva em todas essas economias, às quais os produtos da SADC podem querer ter acesso ao mercado. Na verdade, trata-se de uma ampla gama de mercados.

Além de aumentar a eficiência dos negócios e a competitividade dos produtos, e melhorar o acesso ao mercado, a um nível macro, esse credenciamento ajuda a reduzir a carga regulatória das organizações comerciais. O credenciamento é a prova definitiva da competência e confiabilidade de uma entidade comercial para confirmar a conformidade com os requisitos regulamentares.

Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

O regime de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da SADC é supervisionado pelo Comité de Coordenação de Medidas SPS da SADC, que foi estabelecido pelo Artigo 14º do Anexo sobre SPS do Protocolo da SADC sobre o Comércio. Estão bem representados no Comité todos os profissionais relevantes de cada Estado Membro nas chamadas “três irmãs” - Saúde Animal, Segurança Alimentar e Protecção Vegetal. Cada uma dessas áreas identifica preocupações que criam dificuldades à região no que diz respeito a pragas e doenças animais e vegetais e potenciais ameaças à segurança alimentar.

Foram desenvolvidas directrizes regionais a fim de harmonizar as abordagens dos Estados Membros em questões que contribuem para os sectores de produção agrícola e em questões que ameaçam a segurança alimentar e o potencial de exportação de alimentos. De grande importância para a colaboração regional em questões de medidas SPS é a existência de comités de SPS nacionais devidamente dotados de recursos, dos quais emanam contribuições para a agenda regional. À medida que a região caminha em direção a um futuro mais industrializado, as questões de BTC e SPS serão priorizadas a fim de garantir o acesso ao mercado para os produtos produzidos pela SADC.



Finanças e Investimento

As principais realizações são a adopção do Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento, a implementação, com sucesso, de um Sistema Regional de Pagamentos e outros marcos enumerados abaixo.

Protocolo sobre Finanças e Investimento

O Protocolo sobre Finanças e Investimento, que foi assinado em Agosto de 2006 e entrou em vigor em Abril de 2010, é o documento orientador para a promoção dos mercados financeiros e da integração na SADC. Um dos seus principais objectivos é promover uma maior cooperação regional para aumentar a atractividade da região como destino do investimento. O Protocolo visa facilitar o desenvolvimento e o fortalecimento dos mercados financeiros e de capitais, bem como o estabelecimento de um Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC, para promover o desenvolvimento sustentável na região.

Sistema Regional de Pagamento

Registaram-se progressos notáveis na área dos sistemas de pagamento e todos os Estados Membros, excepto a União das Comores, estão a implementar o Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (Sistema LBTR), que facilita a realização mais rápida das transações e a eficiência nos pagamentos.

O Sistema LBTR-SADC modernizou e harmonizou os sistemas de pagamentos e compensação tanto a nível doméstico como regional, resultando em custos de transacção reduzidos, uma vez que elimina a necessidade de bancos correspondentes. Onde as transacções levavam de dois a três dias para serem compensadas, com o Sistema LBTR-SADC passaram a ser liquidadas em tempo real, sujeitas à disponibilidade de financiamento no banco pagador, e as taxas pagas a bancos de compensação não pertencentes à SADC são pagadas.

No total, 85 bancos (bancos centrais e bancos comerciais) participam no sistema. O Sistema LBTR-SADC teve um desempenho impressionante desde Julho de 2013, quando o sistema entrou em operação, com mais de 1,8 milhões de transações liquidadas até ao final de Junho de 2020, representando 7,17 trilhões de Randes. No entanto, o Comité dos Governadores dos Bancos Centrais (CCBG) ainda está a dialogar com a Associação dos Bancos da SADC para garantir que as poupanças resultantes da remoção de bancos correspondentes do sistema sejam repassadas aos consumidores.

A plataforma multi-moeda LBTR da SADC entrou em operação em Outubro de 2018. Atenção particular está agora focada no desenvolvimento de modelos de compensação e liquidação, com referência específica às moedas da SADC que ainda não estão incluídas no Sistema LBTR-SADC, participação de não bancos como membros de liquidação no sistema LBTR-SADC para fins de liquidação de obrigações de Transacções Compensadas numa Base Imediata (TCIB) e nos critérios de participação e mecanismos de governação do regime TCIB.

Centro de Recursos para o Financiamento do Desenvolvimento

O Centro de Recursos para o Financiamento do Desenvolvimento (DFRC) está em pleno funcionamento e a apoiar eficazmente as Instituições de Financiamento do Desenvolvimento (IFD) em toda a região da SADC. Desde 2005, e através do apoio do DFRC, o número de membros da rede de IFD aumentou de 18 para 41, cobrindo uma ampla gama de sectores, facilitando o aumento na despesa em prol do desenvolvimento na região da SADC e na qualificação dos recursos alocados para a região.

Fundo de Preparação de Projectos da SADC

Outro marco importante é o estabelecimento do Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) da SADC. Este fundo tornou-se realidade em Agosto de 2018, após a assinatura do Memorando de Acordo entre o Secretariado da SADC e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA). O PPDF apoia os Estados Membros da SADC com fundos para realizar estudos de viabilidade, fazer os desenhos técnicos e de engenharia, realizar estudos de avaliação de impacto ambiental e social, bem como preparar documentos de licitação e contratar serviços de consultoria de transacções para tornar os projectos elegíveis para o financiamento e implementação. O financiamento actual do PPDF foi obtido da União Europeia e do KfW. O DBSA acolhe o PPDF em nome do Secretariado da SADC.



A primeira alocação financeira do PPDF foi aprovada em Fevereiro de 2016, quando o DBSA aprovou a verba de 3,5 milhões de dólares para o desenvolvimento da linha regional de transporte de electricidade que interliga vários países, nomeadamente Moçambique, África do Sul e Zimbabwe. Até à data, o PPDF apoiou um total de nove projectos, dois dos quais no sector dos transportes e sete no sector da energia.

Rumo a um Fundo de Desenvolvimento Regional

O Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC tem estado nos planos desde a cimeira inaugural da SADC. Um dos pontos da agenda do Programa de Acção de Lusaka foi a “realização de estudos para a formulação de propostas para a constituição de um Fundo de Desenvolvimento da África Austral”. O ímpeto ganhou velocidade com a aprovação do Acordo de Operacionalização do Fundo pela 36.ª Cimeira da SADC em Agosto de 2016.

Presentemente, o Secretariado está a finalizar o esboço do Quadro Regional de Mobilização de Recursos da SADC que determinará como se pode criar espaço fiscal para permitir aos Estados Membros financiar actividades, programas e projectos regionais.

A adopção de um fundo de desenvolvimento regional permitirá que a SADC financie plena e independentemente a sua própria agenda de integração. Actualmente, estima-se que apenas 10 por cento dos projectos regionais sejam financiados pelos Estados Membros da SADC, enquanto o restante vem de parceiros de cooperação internacionais. Esta situação tem comprometido a sustentabilidade dos programas regionais.

Rumo à inclusão financeira

Para promover a inclusão financeira, a SADC aprovou a Estratégia de Inclusão Financeira e Acesso das PME ao Financiamento em 2016, e o Plano de Implementação de Inclusão Financeira em 2017. A estratégia visa cumprir três objectivos interligados - melhorar os meios de subsistência; impulsionar o crescimento económico; e estimular a industrialização.

Dez (10) Estados Membros desenvolveram estratégias de inclusão financeira ou um roteiro nacional para a inclusão financeira, e houve uma melhoria de 8% na inclusão financeira entre os adultos na região, cuja taxa se situa em 68%.

No que diz respeito às remessas transfronteiriças na região, que são cruciais para a inclusão financeira e o alívio da pobreza, o custo das remessas transfronteiriças foi reduzido em 3,6 pontos percentuais, de uma média de 13 por cento por transacção, em 2016, para cerca de 9,4 por cento em 2019, no corredor entre a África do Sul e Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Política-Quadro de Investimento

Para melhorar o ambiente de investimento e de negócios e remover as barreiras ao investimento, a SADC está a implementar um Programa Regional de Acção para o Investimento e desenvolveu uma Política-Quadro de Investimento para orientar os Estados Membros no desenvolvimento dos seus Planos de Acção de Investimento Nacional.

A Política-Quadro de Investimento Regional da SADC visa facilitar a coordenação regional e explorar as economias de escala na melhoria dos quadros e políticas de investimento nos Estados Membros da SADC. Também fornece um mecanismo para a partilha do conhecimento e o diálogo sobre política em torno de boas práticas. Além disso, foi desenvolvido um Modelo de Tratado de Investimento Bilateral para auxiliar os Estados Membros na negociação de tratados de investimento. Na área tributária, foram desenvolvidas três directrizes para facilitar a cooperação tributária na região, designadamente, Directrizes sobre a Cooperação em Matéria de Imposto sobre o Valor Acrescentado; Directrizes sobre a Cooperação em Matéria de Impostos Especiais; e Directrizes sobre a Cooperação em Matéria de Incentivos Fiscais.

4.2.2 Desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional

O desenvolvimento das redes de transportes, comunicações e outras infra-estruturas foi uma das motivações para a fundação de uma comunidade regional. Os líderes da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) concordaram em 1980 em

fortalecer os sistemas de transporte, comunicações e energia na região, a fim de reduzir a dependência “particularmente, mas não apenas” do então regime de apartheid na África do Sul. Eles observaram que “sem o estabelecimento de um sistema de transporte e comunicações regional adequado, outras áreas de cooperação tornam-se impraticáveis”. A este respeito, o desenvolvimento de infra-estruturas tem sido uma prioridade para a SADC visto que apoia todos os sectores de desenvolvimento.

Durante o período de 1980 a 2005, o desenvolvimento de infra-estruturas foi guiado pelo Programa de Acção de Lusaka aprovado na reunião inaugural da SADCC, em Abril de 1980. Observando a importância das infra-estruturas para a agenda de integração regional, os líderes da SADC convocaram uma sessão especial sobre o desenvolvimento de infra-estruturas durante a 27ª Cimeira da SADC realizada em Lusaka, na Zâmbia, em 2007. Isto deu ímpeto ao processo que culminou com a aprovação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas pela 32ª Cimeira da SADC em 2012.

Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas

O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) da SADC cobre o período de 2012-2027 e prioriza o desenvolvimento de infra-estruturas em seis sectores - Transporte, Turismo, Água, Energia, Tecnologias de Informação e Comunicação, e Meteorologia. A implementação do RIDMP está sendo feita em três fases, abrangendo o Plano de Acção de Curto Prazo (STAP) 2012-2017, o Plano de Acção de Médio Prazo, que vai até 2022, e o Plano de Acção de Longo Prazo, a ser implementado até 2027. No entanto, os resultados de um estudo encomendado pelo Secretariado da SADC em 2019 mostram que a implementação da maioria dos projectos contemplados no STAP está atrasada.

Foram desenvolvidos Centros de Excelência para promover o investimento em infra-estrutura regional moderna. Os centros já estabelecidos são em energias renováveis e eficiência energética; gestão da água subterrânea; e serviços climáticos. Estão em curso passos para o estabelecimento de um Centro de Excelência para o subsector da Aviação.





Sector de Transporte

Na sua formação, em 1980, a SADC decidiu fortalecer as ligações regionais, melhorando as infra-estruturas de transporte. O Programa de Acção da SADC identificou vários projectos de transporte concebidos para atingir este propósito. Estes incluíam investimentos nos portos e rotas da Beira e Dar es Salaam, a fim de contornar inicialmente o trânsito através da África do Sul do apartheid e da Namíbia. Quando todos os Estados Membros alcançaram a independência, a importância do transporte tornou-se mais evidente, como elemento facilitador fundamental para o comércio intraregional.

Os marcos alcançados durante este período incluem a adopção em 1996 do Protocolo da SADC sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia. Com base no Protocolo, os Estados Membros chegaram a um acordo sobre metas e políticas estratégicas para uma rede integrada de transporte, comunicações e meteorologia, com fontes de financiamento, mecanismos regulatórios, controlos ambientais e padrões técnicos específicos.

Durante este período, a SADC estabeleceu organizações subsidiárias para coordenar o desenvolvimento de infra-estruturas no sector dos transportes. Estes incluem a Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), com sede em Maputo, que foi estabelecida em 1981, e a Associação dos Caminhos-de-Ferro da África Austral (SARA), criada em 1996.

Uma das abordagens centrais para melhorar o sector dos transportes na SADC é através da implementação da Estratégia de Corredor de Desenvolvimento Espacial que foi adoptada em 2008. Esta Estratégia de Corredor de Desenvolvimento Espacial identificou rotas estratégicas ao longo das quais o desenvolvimento de infra-estruturas teria lugar na África Austral.

Pelo menos 12 corredores regionais foram identificados como parte da estratégia para promover o desenvolvimento de infra-estruturas. Todos estes corredores regionais estão em vários estágios de implementação e incluem o Corredor Norte-Sul, que envolve oito países - Botswana, RDC, Malawi, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.



Corredores de Transporte na SADC

Tabela 4.2

Estado Membro	Corredores
Angola	1. Lobito (Benguela); 2. Namibe; 3. Trans-Cunene; 4. Malange; 5. Bas Congo
Botswana	1. Trans-Kalahari; 2. Norte-Sul
RDC	1. Norte-Sul; 2. Malange; 3. Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (Trans-Caprivi); 4. Dar-es-Salaam; 5. Central; 6. Bas Congo; 7. Lobito (Benguela)
Lesotho	Maseru-Durban
Malawi	1. Nacala; 2. Beira; 3. Mtwara; 4. Dar-es-Salaam; 5. North-South
Moçambique	1. Maputo; 2. Beira; 3. Nacala; 4. Mtwara; 5. Norte-Sul; 6. Limpopo
Namíbia	1. Trans-Kalahari; 2. Trans-Orange; 3. Trans-Cunene; 4. Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (Trans-Caprivi); 5. Namibe
África do Sul	1. Norte-Sul; 2. Maputo; 3. Trans-Kalahari; 4. Trans-Orange; 5. Maseru-Durban; 6. Manzini-Durban
Swazilândia	1. Maputo; 2. Manzini-Durban
Tanzânia	1. Dar-es-Salaam; 2. Mtwara; 3. Central
Zâmbia	1. Norte-Sul; 2. Dar-es-Salaam; 3. Mtwara; 4. Beira; 5. Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (Trans-Caprivi); 6. Lobito (Benguela)
Zimbabwe	1. Beira; 2. Maputo; 3. Norte-Sul; 4. Limpopo

Política e directrizes padronizadas

Outro marco alcançado no sector de transporte foi a adopção do Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e Trânsito (TTTTFP), que é uma Unidade de Gestão de Programas baseada e liderada pelo Secretariado da SADC.

Ao abrigo do TTTTFP, é prestado assistência técnica e apoio aos Estados Membros em várias áreas, incluindo o desenvolvimento de capacidades dos ministérios responsáveis pelo transporte e regulação do sector do transporte rodoviário, e a implementação da Iniciativa de Gestão de Carga em Veículos, de Normas e Regulamentos sobre Veículos e de Regimes Transfronteiriços de Seguro de Responsabilidade Civil contra Terceiros de Veículos Motorizados.

Desde o lançamento do TTTTFP, em 2017, os marcos alcançados incluem o desenvolvimento e validação de um Acordo sobre a Gestão da Carga em Veículos; o Acordo Multilateral de Transporte Rodoviário Transfronteiriço; a realização de acções de sensibilização nacional e regional em 17 dos 21 Estados Membros / Parceiros Tripartidos para identificar as necessidades de assistência técnica; e o estabelecimento do Fórum de Reguladores do Transporte Rodoviário Transfronteiriço. Esforços contínuos estão a ser estendidos aos Estados Membros rumo à adopção de quadros e diretrizes sobre políticas padronizados.



Sector de Energia

A maioria das conquistas no sector de energia foi alcançada com o estabelecimento do Protocolo sobre Energia. Assinado em 1996 e com entrada em vigor em 1998, o Protocolo visa promover o desenvolvimento harmonioso das políticas energéticas nacionais e o atendimento de assuntos de interesse comum para o desenvolvimento equilibrado e equitativo da energia em toda a região.

Em linha com uma decisão de Junho de 2018 dos Ministros da Energia, a SADC deu início a passos para rever o Protocolo sobre Energia para consolidar a política e o ambiente regulatório do sector de energia da região, bem como para alinhar o Protocolo às tendências novas e emergentes.

Instituições de energia fortes

O desenvolvimento do Protocolo sobre Energia permitiu à SADC estabelecer instituições vibrantes para coordenar o desenvolvimento de energia na região. Essas instituições são a Rede de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), criada em Agosto de 1995; a Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA), lançada em 2002; e o Centro da SADC para Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE), que se tornou operacional em 2018.

A SAPP está encarregada de coordenar o planeamento, a produção, o transporte e a comercialização de electricidade na África Austral, enquanto o SACREEE lidera a promoção do desenvolvimento de energia renovável na região. A RERA facilita o desenvolvimento de políticas regulatórias, legislação e regulamentos regionais, bem como a monitoria e avaliação das práticas regulatórias de electricidade entre os membros, e apoia o desenvolvimento de órgãos reguladores de energia na região.

Através da SAPP, a região tem uma plataforma viável onde entidades produtoras de electricidade na SADC podem facilmente partilhar potência eléctrica, comercializar o excedente e gerir défices. Até à data, nove dos 12 Estados Membros da SADC situados na parte continental estão interligados à rede regional, através da SAPP, permitindo-lhes fazer o comércio de electricidade. Trata-se de Botswana, RDC, Eswatini, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábwe.

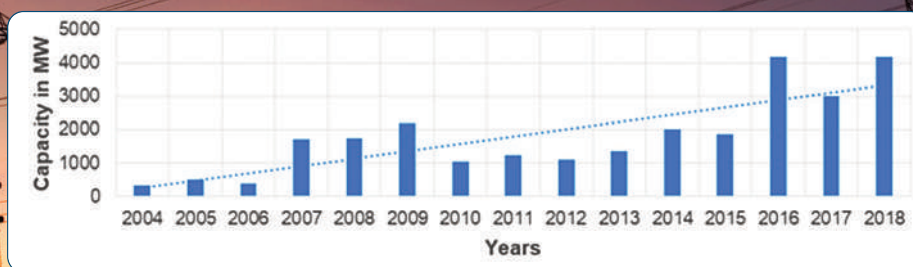
Melhor produção de electricidade

Os Estados Membros da SADC registaram um aumento no investimento no sector da energia, abordando os desafios e melhorando a produção de electricidade na região. Nos últimos 10 anos, de 2008 a 2018, a SADC inaugurou nova capacidade de geração de 24.554 Megawatts (MW) de electricidade.

O Plano do Sector de Energia e o RIDMP identificaram um total de 73 projectos de produção de electricidade que foram considerados prioritários para aumentar a produção, dos níveis inadequados actuais para a procura projectada de 96.000 MW até 2027. Como resultado desta cooperação regional no planeamento energético, em 2007 a SADC registou, pela primeira vez em uma década, um excedente de capacidade de produção de electricidade de cerca de 2.616 MW, o que contribuiu bastante para atenuar a escassez de energia eléctrica experimentada pela maioria dos Estados Membros.



Figura 4.2 Produção de energia comissionada pelo Grupo de Energia 2004-2018



Fonte: SAPP

Projetos não operacionais de transmissão para interligar os membros do SAPP Tabela 4.3

Nome do Projecto	Países envolvidos
Interligação Zâmbia -Tanzânia -Quénia	Zâmbia, Tanzânia e Quénia
Interligação Moçambique-Malawi	Malawi e Moçambique
Interligação Angola-Namíbia	Angola e Namíbia
Interligação RDC-Angola	Angola e RDC
Interligação Moçambique-Tanzânia	Moçambique e Tanzânia
Interligação Malawi-Tanzânia	Malawi e Tanzânia

112

Projetos de interligação para aliviar o congestionamento da transmissão Tabela 4.4

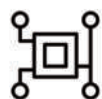
Nome do Projecto	Países envolvidos
Projecto de Transmissão ZIZABONA Corredor Central de Transmissão (Alaska-Sherwood)	Zimbabwe, Zâmbia, Botswana, Namíbia Zimbabwe
Espinha Dorsal de Moçambique Transmissão Moçambique-Zimbabwe- África do Sul	Moçambique Mozambique, África do Sul, Zimbabwe

Projetos para transportar energia de novas centrais de produção para centros de carga Tabela 4.5

Nome do Projecto	Países envolvidos
Transmissão Grand Inga	RDC
Transmissão Moçambique-Malawi	Malawi, Moçambique
Transmissão Botswana- África do Sul	Botswana, África do Sul
Transmissão Botswana-Namíbia	Botswana, Namíbia
Transmissão África do Sul -Namíbia	Namíbia, África do Sul
Transmissão Moçambique -Zâmbia	Moçambique e Zâmbia
Transmissão Kolwezi-Solwezi	RDC, Zâmbia

Transporte de electricidade

A SAPP embarcou na facilitação da construção de novos projectos de transporte com o objectivo de garantir que os três membros restantes (Angola, Malawi e Tanzânia) estejam interligados à rede regional até 2024. O plano de produção e transporte da SAPP, adoptado pelos Ministros da Energia em 2018, visa implementar vários projectos regionais de transporte que estão em vários estágios. Os estados insulares de Comores, Madagáscar, Maurícias e Seychelles não são membros da SAPP. As realizações da SADC no sector da energia foram partilhadas com as partes interessadas através da revista *Monitor de Energia da SADC* produzida em 2016 e 2018, nas versões impressa e online, bem como do *Anuário de Investimento na Energia da SADC*.



Sector de TIC

Em consonância com o Plano Sectorial de TIC do RIDMP, os Estados Membros da SADC estão empenhados em melhorar o ambiente de política e regulatório propício para encorajar o investimento do sector privado no desenvolvimento da infra-estrutura de TIC. O custo total estimado para fornecer uma infra-estrutura de TIC e a implementação de outros projectos identificados é estimado em 21,4 mil milhões de dólares. Algumas das principais conquistas alcançadas no sector de TIC são apresentadas na Tabela 4.6.

Outra grande conquista conseguida no sector de TIC é a interligação bem-sucedida de todos os Estados Membros da SADC através da infra-estrutura de banda

Conquistas e marcos regionais de TIC

Tabela 4.6

Projecto	Situação
Infra-estrutura Regional de Informação da SADC	A maioria dos Estados Membros da SADC estabeleceram ligações de transmissão transfronteiriças usando tecnologia de fibra óptica conforme previsto na Infra-estrutura Regional da SADC (SRII), um programa regional para o desenvolvimento de ligações regionais de fibra óptica, linhas terrestres alternativas, redes de acesso de espinhas dorsais e migração para toda a Rede IP. A intervenção permitiu que os Estados Membros sem litoral (Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe) se interligassem aos cabos submarinos na costa leste e oeste da África na Fase I.
Pontos Nacionais e Regionais de Uso de Internet	Até à data, todos os Estados Membros da SADC estabeleceram pelo menos um NIXP operacional. A evidência sobre o uso da Internet indica que a penetração média do utilizador da Internet da SADC foi de 22,3% (variando de 8,6% a 58,8%) em comparação com 51,2% da percentagem mundial de indivíduos que usam a Internet. A média de agregados familiares da SADC com acesso à Internet é de 27,8%. As famílias mundiais com acesso à Internet era de 57,8% (dados da UIT de dezembro de 2017).
Desenvolvimento e operacionalização do Observatório de TIC da SADC	A primeira fase começou com o desenvolvimento do Quadro de Recolha de Dados do Observatório de TIC da SADC em 2017 e os Formulários de Inquérito Modelo da SADC para ajudar as Entidades de Estatística Nacionais nos Estados Membros a criar os seus inquéritos anuais multifuncionais. O Observatório de TIC da SADC e os Indicadores de Banda Larga também foram aprovados para implementação pelos Estados Membros. Foi realizada a capacitação de 8 Estados Membros no Índice de TIC para o Desenvolvimento (IDI).
Equipes de resposta a incidentes nacionais e regionais para apoiar a segurança cibernética	Uma Equipa Nacional e Regional de Resposta a Incidentes Informáticos (CIRT) e uma Infra-estrutura de Chave Pública (PKI) foram introduzidas como parte do Quadro Estratégico da e-SADC. A iniciativa fornece um mecanismo institucional que apoia a implementação do Quadro Legal e Regulamentar Harmonizado da SADC sobre Cibe segurança, que consiste em três leis modelo: Transação Eletrônica / Comércio Eletrônico, Protecção de Dados e Crime Cibernético. Os Estados-Membros encontram-se em vários níveis de implementação deste projecto.
Alcance mais amplo por meio da televisão digital terrestre	A Televisão Digital Terrestre (TDT) foi iniciada para fornecer aos consumidores um uso mais eficiente do espectro de radiofrequência, bem como imagens e som de melhor qualidade. Os Estados-Membros estão também em várias fases de implementação deste projecto.
Inclusão Financeira por E-comercio	No âmbito do e-Postal, foram desenvolvidas a Estratégia Postal da SADC (2017-2020) e a Estratégia de Inclusão Financeira Postal da SADC com o objectivo de reduzir o número de população adulta na região da África Austral que permanece sem banco ou sem acesso a banco. Os Estados membros também estão implementando um projecto de comércio eletrônico apoiado pela União Postal Universal (UPU).
Projeto de Roaming da SADC	O Projecto de Roaming da SADC visa o desenvolvimento de uma política e quadro regulamentar para o fornecimento de serviços móveis de voz, SMS e dados móveis a preços acessíveis na SADC, a fim de reduzir as taxas de roaming internacional móvel na região. O projecto está em vários estágios de implementação nos Estados Membros da SADC.
Directrizes da SADC sobre partilha de Infra-estrutura de TIC e Radiodifusão	As Diretrizes da SADC sobre partilha de Infra-estrutura de TIC e Radiodifusão e as recomendações do Relatório de Estudo de Partilha de Infra-estrutura de TIC e Radiodifusão foram aprovadas para implementação na reunião ministerial de Setembro de 2017 na África do Sul.
Rede de comunicações por satélite de órbita geoestacionária	Um quadro para o Programa Regional de Partilha de Satélites da SADC foi adoptado em 2019. O seu objectivo principal é desenvolver uma rede partilhada de comunicações por satélite em órbita geoestacionária da SADC que forneça serviços de telecomunicações na região.
Conceito E-post	A Estratégia Postal da SADC inclui o conceito de e-Post. Isto envolve a automatização dos sistemas postais nos Estados-Membros para que possam fornecer serviços digitais que apoiem a Quarta Revolução Industrial. Esses serviços incluem o fornecimento de acesso à Internet ao público, serviços financeiros digitais e suporte do governo eletrônico.

Fonte Secretariado da SADC 2020

larga, o que foi alcançado através do estabelecimento de *links* de transmissão transfronteiriços usando tecnologia de fibra óptica. A meta regional é que, até 2025, pelo menos 80 por cento da população da SADC, incluindo aqueles que vivem nas zonas rurais, esteja ligada a serviços de banda larga a custos acessíveis e confiáveis.



Meteorologia

O Plano Sectorial de Meteorologia, que faz parte do RIDMP, visa promover a produção e disseminação de informações e produtos meteorológicos e climáticos em tempo oportuno e confiáveis junto das partes interessadas, para apoiar o planeamento do desenvolvimento socioeconómico, bem como melhorar a gestão do risco de desastres relacionados ao clima e o uso racional, conservação e protecção dos recursos naturais.

Neste sentido, muitas das prioridades em matéria de infra-estruturas no sector meteorológico concentraram-se no investimento em produtos e serviços do Sistema de Aviso Prévio, incluindo capacidade e monitoria. Para tal, o Plano Sectorial de Meteorologia do RIDMP é apoiado por vários instrumentos jurídicos, como o Plano Estratégico da Organização Mundial de Meteorologia (2012-2015); e o Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia.

Mecanismos institucionais robustos

A Associação de Meteorologia da África Austral (MASA) é a agência de implementação na região, juntamente com o Secretariado da SADC. MASA visa fornecer aos Institutos Nacionais de Meteorologia e Hidrologia (INAMH) na região da SADC programas prioritários em apoio ao desenvolvimento socioeconómico da região, e promover o desenvolvimento, o estabelecimento e a operação de serviços meteorológicos eficientes, baratos e acessíveis dentro da SADC e que atendam às diversas necessidades dos usuários.

O principal objectivo do estabelecimento de mecanismos institucionais vibrantes é encorajar a adopção de serviços de informação meteorológica e climática para o planeamento do desenvolvimento que fortaleça as estruturas do conhecimento e construa parcerias entre instituições públicas, sector privado, sociedade civil e comunidades vulneráveis.

Centro de Serviços Climáticos

O Centro de Serviços Climáticos (CSC) da SADC fornece serviços operacionais, regionais e de informação climática para a monitoria e fornece previsões de todas as facetas das condições climáticas sazonais, incluindo variações extremas.

O Centro desenvolve e divulga produtos meteorológicos, ambientais e hidrometeorológicos de fundamental importância no planeamento estratégico e tático do desenvolvimento socioeconómico multissetorial, incluindo a gestão de recursos hídricos, saúde, agricultura e segurança alimentar, energia, entre outros.

Previsões Climáticas e Meteorológicas melhoradas

Para melhorar a previsão do estado do clima e do tempo, a SADC criou o Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF). O fórum fornece uma plataforma para os Estados Membros analisarem a época chuvosa na região, bem como discutir os impactos potenciais da perspectiva climática sazonal em outros sectores socioeconómicos, incluindo a gestão do risco de desastres, segurança alimentar, saúde, recursos hídricos e gestão de energia hidroeléctrica.

O SARCOF reúne-se anualmente em Agosto / Setembro e divulga as previsões de probabilidade sazonais para ajudar os Estados Membros a prepararem-se para a campanha agrícola, incluindo o aviso prévio de desastres naturais como inundações, limitando o impacto sobre os cidadãos. Esta abordagem coordenada permite que os países partilhem informações em tempo útil, mitigando assim quaisquer ameaças potenciais.



Sistemas de Aviso Prévio

A Estratégia Regional de Adaptação no Sector da Água / Mudanças Climáticas e o Sistema de Aviso Prévio de Cheias foram desenvolvidos em 2015 e integrados no programa do Centro de Serviços Climáticos (CSC) da SADC, incluindo um servidor central instalado dentro do CSC e nós de computador nos centros dos serviços hidroclógicos dos Estados Membros e no Secretariado da Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze (ZAMCOM). Também foram desenvolvidas e distribuídas aos Estados Membros afectadas ferramentas e sistemas de aviso prévio para preparação para fazer face à ocorrência de desastres nas bacias dos rios Limpopo e Zambeze.

Foi instalado no CSC da SADC um sistema de aviso prévio dotado de várias funções. Algumas das funções incluem o fornecimento de serviços operacionais regionais de informação climática para monitorar e fornecer previsões para todas as condições climáticas sazonais. Além disso, o sistema prevê o desenvolvimento e distribuição de produtos meteorológicos, ambientais e hidro-meteorológicos. Embora o sistema de aviso prévio esteja em funcionamento, a sua integração e automação para uso online continuavam pendentes em Agosto de 2020. Sessões anuais de capacitação de especialistas em clima nacionais continuam a ser realizadas com o apoio do Secretariado da SADC, para aumentar a capacidade do sistema de aviso prévio da região.



Água

A SADC reconheceu a importância dos recursos hídricos partilhados para o desenvolvimento e integração regional, reconhecendo que estes recursos não podem ser geridos de forma eficaz dentro do contexto restritivo das fronteiras nacionais. Por conseguinte, os Estados Membros adoptaram o Protocolo sobre Cursos de Água Compartilhados em 1995, revisto em 2000 para reflectir os princípios adoptados na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Uso dos Cursos de Água Internacionais para Fins Distintos da Navegação. O Protocolo Revisto entrou em vigor em Setembro de 2003, com o objectivo de “promover uma cooperação estreita e coordenada na gestão, protecção e utilização dos cursos de água compartilhados e fazer avançar a agenda da SADC de integração regional e redução da pobreza”.

Os princípios delineados no Protocolo são operacionalizados através do Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP) para o Desenvolvimento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos. O objectivo é fornecer um ambiente favorável sustentável, liderança e coordenação no planeamento estratégico e uso de recursos hídricos, e para o desenvolvimento de infra-estruturas, através da aplicação da gestão integrada de recursos hídricos a nível nacional, regional, de bacia hidrográfica e comunitário.

O RSAP é implementado em fases e ajustado regularmente, para atender às necessidades em mudança da região. Quatro fases do plano de acção foram implementadas desde 1999.

Organizações de gestão de bacias hidrográficas

A região da SADC tem um total de 13 bacias hidrográficas principais que são partilhadas por dois ou mais países, como ilustrado na Tabela 4.7. Uma das principais conquistas alcançadas no sector da água foi o estabelecimento de Organizações de Gestão de Bacias Hidrográficas (RBOs) para coordenar o desenvolvimento de recursos hídricos partilhados na região. O estabelecimento destas RBOs permitiu aos Estados Membros da SADC gerir e coordenar de forma sustentável os recursos partilhados sem quaisquer conflitos graves. Os marcos incluem a assinatura do acordo de acolhimento do Secretariado para as Bacias dos Rios Incomati e Maputo e o estabelecimento do Secretariado da Bacia de Cuvelai. Outro desenvolvimento-chave foi a assinatura do Acordo de Cooperação em Três Bacias do Buzi, Pungué e Save (BUPUSA), entre a República de Moçambique e a República do Zimbabue em 2019.

Bacias Hidrográfica	Países	Instituição de Partilha da Bacia hidrográfica / Organização da Bacia hidrográfica
Buzi	Moçambique, Zimbabwe	
Congo	RDC, Camarões, República Centro Africana	Comissão Internacional da Bacia do Congo-Oubangui-Sangha
Cuvelai	Angola, Namíbia	Comissão da Bacia do Cuvelai
Incomati	Eswatini, Moçambique, África do Sul	
Kunene	Angola, Namíbia	
Limpopo	Botswana, Moçambique, África do Sul, Zimbabwe	Comissão da Bacia do Limpopo
Cubango-Okavango	Angola, Botswana, Namíbia, Zimbabwe	Comissão Permanente da Bacia do Okavango
Orange-Senqu	Botswana, Lesotho, Namíbia, África do Sul	Comissão da Bacia do Orange-Senqu
Pungwe	Moçambique, Zimbabwe	
Ruvuma	Moçambique, Tanzânia	
Save/Sabi	Moçambique, Zimbabwe	
Umbeluzi	Eswatini, Moçambique, África do Sul	
Zambeze	Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe	Comissão da Bacia do Zambeze

Fonte Secretariado da SADC

Posição de destaque na cooperação sobre a Água

A SADC foi classificada na primeira posição em 2015 numa comparação global de indicadores de cooperação sobre a água elaborada por um grupo de reflexão internacional, o *Strategic Foresight Group (SFG)*. De acordo com o Índice do Quociente de Cooperação sobre a Água do SFG de 2015, a SADC alcançou 100 pontos no Quociente de Cooperação sobre a Água, que é uma ferramenta com um conjunto de dez indicadores criada para medir a intensidade da cooperação na gestão de recursos hídricos partilhados em bacias hidrográficas partilhadas globalmente. Os 10 indicadores incluem aspectos legais, políticos, técnicos, ambientais, económicos e institucionais.

Desenvolvimento e gestão de águas subterrâneas

O Instituto de Gestão das Águas Subterrâneas (GMI) da SADC foi criado em Junho de 2011 como uma organização sem fins lucrativos ao abrigo da Lei das Sociedades sul-africana.

O GMI da SADC funciona na Universidade do Estado Livre e já está totalmente funcional, e o seu Estatuto de Subsidiariedade com o Secretariado da SADC foi devidamente aprovado pelo Conselho na reunião realizada em Agosto de 2018, em Windhoek, na Namíbia. Isto ocorreu depois que o Secretariado desenvolveu e apresentou uma Estratégia e Plano de Sustentabilidade Financeira que indicava que o GMI da SADC seria sustentado além do financiamento actual ao Projecto.

Desde o seu estabelecimento, o GMI da SADC embarcou em uma série de programas destinados a promover a gestão das águas subterrâneas, como a Pesquisa Conjuntiva da Gestão de Recursos Hídricos no Sistema Aquífero do Rio Chire. Em 2018, o GMI da SADC levou a cabo outra iniciativa para fortalecer os quadros de políticas, legais e institucionais para a gestão das águas subterrâneas na região.



Turismo

A região da SADC tem trabalhado na melhoria das infra-estruturas turísticas para garantir que os Estados Membros estejam bem posicionados para atrair visitantes nacionais e internacionais, numa acção que envolve a criação do ambiente favorável necessário para o turismo, garantindo que o sector se torne um veículo de desenvolvimento socioeconómico. O Plano do Sector do Turismo do RIDMP indica que o número de turistas que vêm para a região da SADC pode triplicar até 2027, pelo que existe uma necessidade urgente de ter infra-estruturas físicas para os acomodar e aumentar a quota do mercado.

Até ao presente, a região da SADC tem 18 Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACTF), que estão localizadas em áreas terrestres ou marítimas. Nove destas ACTF, envolvendo 11 Estados Membros, têm acordos e estruturas de governação formais em funcionamento. Foi aprovado um Quadro de Monitorização e Avaliação para a implementação do programa de ACTF da SADC.



4.2.3 Programas Especiais de Dimensão Regional

O objectivo geral deste pilar, que cobre o desenvolvimento humano e programas especiais, incluindo Saúde, Género e Trabalho, é melhorar e usar as capacidades humanas e reduzir a vulnerabilidade, erradicar a pobreza e alcançar o bem-estar dos cidadãos da SADC. As principais áreas também incluem Educação e Desenvolvimento de Competências, Emprego, Agricultura e Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.



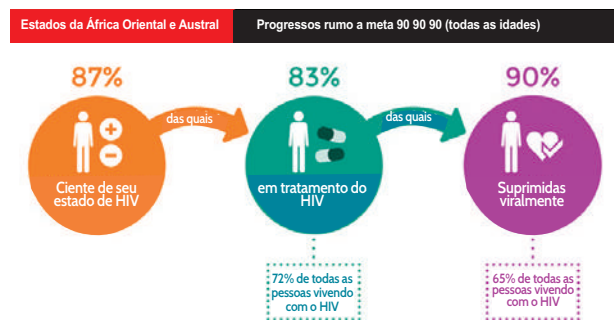
Saúde

A SADC tem trabalhado para alcançar um padrão aceitável de saúde para todos os cidadãos, facilitando o desenvolvimento de ferramentas regionais, incluindo um protocolo, políticas, estratégias, planos e orientações para a criação de sistemas de saúde harmonizados na região; coordenar a adopção, enquadramento da legislação interna e implementação de ferramentas regionais para a harmonização da prestação de cuidados de saúde; fornecer suporte técnico; e monitorar e reportar sobre o progresso feito e os desafios enfrentados.

Foi desenvolvido pela primeira vez, em 1997, um Programa de Saúde que, agora, é orientado por três documentos-chave de política - o Protocolo sobre Saúde; a Política-Quadro de Saúde; e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional. O Protocolo da SADC sobre Saúde foi aprovado em 1999 e entrou em vigor em 2004 como documento orientador para o desenvolvimento de políticas e documentos programáticos regionais de saúde. O Protocolo visa coordenar os esforços regionais de preparação para fazer face a epidemias, fazer o mapeamento da prevenção, o controlo e, quando possível, a erradicação de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Foi desenvolvido um Plano Estratégico de Recursos Humanos para a Saúde da SADC 2020-2030 para acelerar o progresso rumo ao alcance dos objectivos imediatos e metas de saúde de longo prazo dos Estados Membros.

Redução das infecções e da transmissão vertical pelo HIV/SIDA

Foi registado um progresso louvável na disponibilidade e acesso a serviços e bens de qualidade para o combate ao HIV e SIDA, e as novas infecções pelo HIV foram reduzidas em um terço, enquanto as mortes relacionadas com a SIDA foram reduzidas em metade



Fonte: Dados da UNAIDS 2020

em 2020, em comparação com 2010. A SADC tinha embarcado em 2012 numa Iniciativa Transfronteiriça de Combate ao HIV e SIDA envolvendo 12 Estados Membros da SADC (Angola, Botswana, RDC, Eswatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) para reduzir as infecções pelo HIV na região e mitigar o impacto do HIV e SIDA no seio das populações migrantes e comunidades afectadas.

No final de 2019, a maioria dos Estados Membros da SADC estava a fazer progressos no sentido de acelerar o alcance das metas fixadas em matéria de testagem, tratamento e supressão viral; os dados disponíveis mostravam que metade dos Estados Membros tinha atingido o marco de redução da transmissão vertical (transmissão da mãe para o filho) e estava prestes a eliminar a transmissão vertical.

Uma das conquistas alcançadas foi a adopção de estratégias padronizadas e abrangentes pelos Estados Membros para orientar o desenvolvimento de estratégias nacionais e a recolha de dados. Foram desenvolvidos e aprovados a estratégia regional de atendimento, tratamento e prevenção do HIV entre as populações-chave e o guião para a prevenção do HIV entre raparigas adolescentes e mulheres jovens e os seus parceiros sexuais.

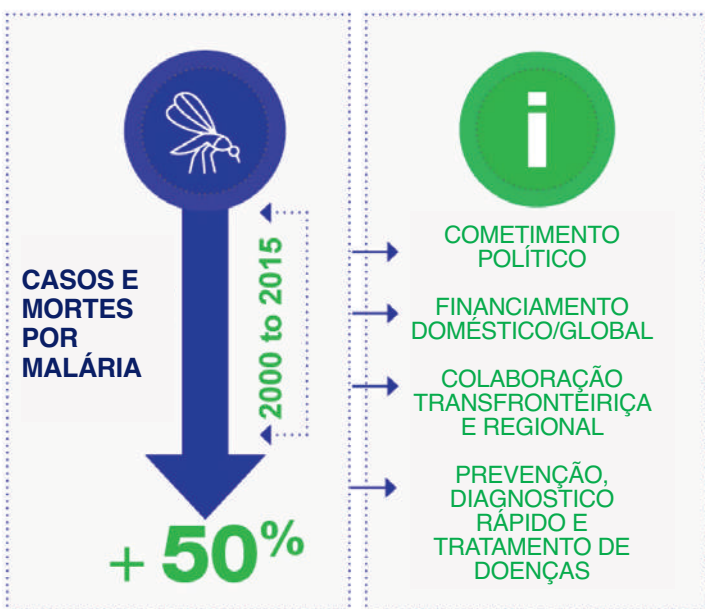
Redução da mortalidade causada pela tuberculose

As taxas de incidência da tuberculose têm diminuído desde 2015 na maioria dos Estados Membros da SADC e tem havido uma redução significativa da mortalidade causada pela TB, com quase todos os Estados Membros a alcançar a meta de redução de 15 por cento na mortalidade causada pela TB entre 2015 e 2018. A SADC desenvolveu uma Estratégia e Quadro Regional de Combate à Tuberculose 2019-2024 ancorada na declaração dos Chefes de Estado e de Governo da SADC sobre a erradicação da Tuberculose (TB) na região da SADC, abrangendo questões de TB no Sector Mineiro e alinhado com os compromissos e instrumentos globais que apoiam a implementação de programas que visam a erradicação da tuberculose como doença de interesse público até ao ano de 2020.

Resposta intensificada à malária

Foram desenvolvidos padrões mínimos harmonizados para a prevenção, tratamento e gestão da malária, para promover a saúde, através do apoio ao controlo de doenças transmissíveis e da preparação, vigilância e resposta durante situações de emergência. Oito Estados Membros da SADC estão a avançar rumo à eliminação da malária até 2030 - Angola, Botswana, Eswatini, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. Estes países formaram uma parceria chamada “Eliminação 8” para colaborar além das suas fronteiras para eliminar a transmissão local da malária, rumo à eliminação da malária, e foram observadas melhorias.

Um acordo tripartido na forma de Memorando de Entendimento foi assinado entre o Secretariado da SADC, a Aliança dos Líderes Africanos contra a Malária (ALMA) e a *Roll Back Malaria* (RBM) em 2019 para fornecer um quadro de colaboração e cooperação. As partes concordaram em reforçar mutuamente o objectivo de atingir as metas internacionais para a malária até 2030, conforme estabelecido pelos Chefes de Estado africanos no Quadro Catalítico para erradicar a SIDA e a Tuberculose e eliminar a malária em África, até 2030, na Estratégia Técnica Global para a Luta contra a Malária 2016–2030, e nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O MdE é sustentado pela Declaração de Windhoek sobre a Eliminação da Malária na Região da SADC, assinada pelos Chefes de Estado e de Governo da SADC em Agosto de 2018, que definiu as acções prioritárias que requerem atenção urgente para a eliminação da Malária na região.



Resposta regional à pandemia da COVID-19

Desde a eclosão do surto global do coronavírus conhecido como COVID-19, em Dezembro de 2019, os Estados Membros da SADC alinharam a sua resposta para enfrentar os desafios nacionais e regionais. A SADC registou o seu primeiro caso de COVID-19 no início de Março de 2020 e, desde então, a perda de vidas e o impacto económico têm vindo a aumentar, embora tenham sido tomadas medidas para reduzir a propagação do vírus. Foram adoptadas as seguintes medidas:

- Acordo entre os Estados Membros para estabelecer centros de operações de emergência nacionais para facilitar a coordenação da logística e o armazenamento de recursos para fazer face a desastres a nível nacional, e para estabelecer Fundos Fiduciários de Emergência Nacionais e adoptar Estratégias de Mobilização de Recursos Nacionais para facilitar a mobilização de recursos para as respostas nacionais a desastres;
- Suspensão de reuniões presenciais regionais e recurso a tecnologia de ponta para fazer reuniões virtuais;
- Restabelecimento e alargamento do Comité Técnico de Coordenação e Monitoria da Implementação do Protocolo da SADC sobre Saúde;
- Implementação dos Serviços de Aquisição Conjunta da SADC para a aquisição de produtos farmacêuticos e suprimentos médicos;
- Introdução do relatório sobre a Situação Regional da COVID-19 na SADC, que é produzido e partilhado com os Estados Membros semanalmente, contendo recomendações para a sua consideração;
- Introdução das Directrizes Regionais Revistas sobre a Harmonização e Facilitação de Operações de Transporte Transfronteiriço em toda a Região e de Procedimentos Operacionais Normalizados Regionais para a Gestão e Monitoria do Transporte Rodoviário Transfronteiriço em Pontos Designados de Entrada e em Pontos de Controlo da Covid-19.



Estratégia de saúde e direitos sexuais e reprodutivos

Com apoio técnico do Programa das Nações Unidas “2gether 4 SRHR” (ONUSIDA, FNUAP, UNICEF e OMS), da UNESCO e *SheDecides*, o Secretariado da SADC desenvolveu a Estratégia de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SRHR) da Região da SADC 2019-2030. O objectivo da estratégia é fornecer um quadro de política e programação para os Estados Membros da SADC acelerarem o gozo dos direitos de saúde sexual e reprodutiva por todas as pessoas que vivem na região da SADC.

A estratégia baseia-se no Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, no Plano de Acção de Maputo 2016-2030 e na Estratégia de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRH) da SADC 2006-2015, e fundamenta-se no pensamento mais actual sobre SRHR, conforme definido pela Comissão Lancet-Guttmacher sobre a Aceleração do Progresso: SRHR para Todos, e no Manifesto do movimento global *SheDecides*.

Também foi desenvolvido um Cartão de Pontuação (Scorecard) em SRHR da SADC como ferramenta de responsabilização através da avaliação pelos pares de alto nível, para acompanhar o progresso feito na implementação da estratégia de SRHR e o grau de materialização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Este é o primeiro cartão de pontuação multissetorial a ser adoptado por uma entidade regional e consiste em 20 indicadores-chave que requerem acção acelerada para que os 10 resultados da estratégia sejam alcançados. Um plano de M&A estava a ser finalizado em 2020 para monitorar a implementação da estratégia.

Serviços de aquisição conjunta de produtos farmacêuticos

Os de Serviços de Aquisição Conjunta (SPPS) de Produtos Farmacêuticos foi estabelecido em 2018 e é coordenado pelo Departamento de Armazéns de Medicamentos da República Unida da Tanzânia. Espera-se que o serviço facilite a aquisição conjunta de medicamentos e produtos de saúde essenciais e ajude os Estados Membros a partilhar informação sobre preços e fornecedores para permitir a negociação de melhores preços junto dos fornecedores de medicamentos de alta qualidade, reduzindo assim o custo administrativo do processo de compras. A implantação completa do SPPS reduzirá os custos de aquisição na região e, com um ambiente regulatório sólido, melhorará o processo de aquisição de medicamentos de qualidade.



Harmonização da regulação de medicamentos

O Projecto de Harmonização da Regulação de Medicamentos (HRM) da SADC fornece um quadro para uma coordenação eficaz para aumentar a funcionalidade e a eficácia na regulação de medicamentos na SADC e apoia a implementação do Plano de Negócios Farmacêutico da SADC. Os objectivos do Projecto HRM são institucionalizar o uso de sistemas de registo de medicamentos a nível nacional nos Estados Membros da SADC para reforçar a funcionalidade e a eficácia na regulação dos medicamentos; fortalecer e ampliar as áreas de cooperação técnica; desenvolver e implementar um Sistema de Informação de Gestão (SIG) nacional e regional para facilitar a tomada de decisões e a partilha de informações entre os Estados Membros e as partes interessadas; e facilitar a capacitação das Autoridades Reguladoras de Medicamentos Nacionais (ARMN).

Ao abrigo de um Acordo de Cooperação tripartido entre o Secretariado da SADC, a Agência da NEPAD e o Banco Mundial, o Projecto HRM da SADC melhorou significativamente os processos regulatórios de medicamentos na região nas áreas de avaliação conjunta, inspecção conjunta, auto-catálogo, desenvolvimento de directrizes, SGQ e capacitação institucional.

Acção para melhorar a nutrição

Através da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC 2015–2025, existem objectivos que a região está empenhada em alcançar para melhorar a nutrição e combater todas as formas de malnutrição. A estratégia tem metas sobre o crescimento retardado, debilitação, anemia, baixo peso à nascença, aleitamento materno exclusivo e excesso de peso, que estão em linha com as metas globais da Assembleia Mundial da Saúde. Foi desenvolvido um Quadro de Acção da SADC para Melhorar a Qualidade da Dieta das Crianças, para activar acções nacionais multisectoriais dos sectores da saúde, alimentação, protecção social e água e saneamento (WASH).



Educação

O compromisso dos Estados Membros da SADC de garantir educação aos seus cidadãos é evidenciado pelo aumento significativo do número de crianças e jovens que frequentam a escola. Esta conquista é sustentada pelo Protocolo da SADC sobre Educação e Formação, assinado em 1997 e entrou em vigor em 2000. O Protocolo orienta o Programa de Educação e Desenvolvimento de Competências da SADC, que facilita e coordena a harmonização e implementação de políticas regionais para garantir o acesso à educação e formação de qualidade na região da SADC. Outros instrumentos importantes incluem o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, nomeadamente o Artigo 14º, que apela à igualdade de oportunidades de educação para raparigas e rapazes.



Melhoria nas taxas de alfabetização

As taxas de alfabetização entre mulheres e homens continuam a melhorar na maioria dos Estados Membros da SADC graças a estes instrumentos regionais e outros, e o fosso entre homens e mulheres foi reduzido significativamente. Desde 2006, todos os Estados Membros da SADC têm registado taxas de alfabetização acima de 50 por cento, com as Seychelles e Eswatini a registar as taxas mais altas entre mulheres em 2016/2017, de 95,7 por cento e 93,1 por cento, respectivamente.

Quadro Regional de Qualificações Harmonizado

Foram feitos progressos no Quadro de Qualificações da SADC (QQ SADC), que facilita o desenvolvimento de recursos humanos e a disponibilidade de pessoal formado e altamente qualificado, através de sistemas de educação e formação comparáveis. Alguns Estados Membros desenvolveram ou estão a rever os seus quadros nacionais de qualificações para se alinharem com o quadro regional. A África do Sul e as Seychelles já o fizeram, enquanto outros estão a fazer progressos notáveis. O quadro permite que os estudantes se transfiram entre universidades e politécnicas na região da SADC sem ajustar as suas qualificações, visto que um sistema comum facilitará a transferência de créditos educacionais entre instituições em diferentes países. Os profissionais que são formados em qualquer um dos Estados Membros da SADC podem agora trabalhar em qualquer parte da região sem se sujeitarem a uma formação suplementar no país de acolhimento. A SADC criou a Rede de Verificação de Qualificações da SADC para facilitar a verificação de qualificações na região.

Aprendizagem em qualquer lugar na SADC

Um marco importante no sector da educação foi realizado em Junho de 2005, quando o Centro de Ensino à Distância da SADC (CED-SADC) foi estabelecido pelos Ministros da Educação da SADC como Centro de Ensino Aberto e à Distância (CEAD), em parceria com a Comunidade de Aprendizagem, para apoiar o desenvolvimento, a gestão e a oferta de EAD de qualidade na região da SADC. Sediado no Ministério do Ensino Superior, Investigação, Ciência e Tecnologia no Botswana, o centro permite que os cidadãos da SADC aprendam a partir de qualquer parte da região. Este desenvolvimento foi fundamental para aumentar as taxas de alfabetização na região. Além disso, foram desenvolvidos e implementados estratégias e programas para aumentar o acesso e reduzir as taxas de abandono nos sistemas educacionais.

Universidade Virtual de Transformação da SADC

A Universidade Virtual da Transformação da SADC, que funciona em Eswatini, é um marco no sector da educação. A universidade procurará formar cidadãos no domínio da inovação e empreendedorismo à medida que a SADC intensifica os seus esforços para se transformar numa região industrializada. A universidade operará através de uma plataforma virtual e se concentrará nos domínios de empreendedorismo, inovação, comercialização, transferência de tecnologia, desenvolvimento empresarial e economia digital e do conhecimento, para apoiar a agenda da industrialização.

Aprendendo sobre o Património

A pedido dos Ministros da Educação, a SADC iniciou um processo de revisão do currículo de história em toda a região, para determinar como ele pode ser reforçado e serem fornecidos materiais apropriados para ensinar as dimensões regionais e as ligações do património de libertação, com base em valores comuns, conforme defendido pelos fundadores da SADC. Esta revisão baseia-se no Projecto Hashim Mbita da SADC sobre as Lutas de Libertação da África Austral. Uma das conquistas alcançada foi o desenvolvimento do primeiro módulo de materiais de recurso sobre o tema *Juventude na Luta de Libertação*, que inclui um livro ilustrado, um vídeo e mensagens usadas em plataformas de redes sociais.





Emprego e Trabalho

A SADC implementou medidas para promover o emprego pleno e produtivo em toda a região. O principal instrumento jurídico é o Protocolo sobre Emprego e Trabalho, adoptado em Agosto de 2014. No entanto, apenas um Estado Membro da SADC ratificou o Protocolo, pelo que ainda não entrou em vigor. Está em curso um processo de revisão do Protocolo para garantir que ele incorpore as mudanças ocorridas na dinâmica global do mercado de trabalho.

Foram desenvolvidos vários instrumentos para tornar mais fácil para os Estados Membros da SADC e o sector de emprego e trabalho promover interesses comuns, através de uma cooperação mais profunda entre as várias partes interessadas. Os instrumentos incluem o Plano de Acção para a Migração Laboral (2020-2025) adoptado em 2020 e as Directrizes sobre a Portabilidade das Prestações de Segurança Social. Entre as principais realizações está o estabelecimento de um Sistema de Informação do Mercado de Trabalho, que acompanha o progresso feito usando 23 indicadores-chave do mercado de trabalho. O sistema fornece aos Estados Membros informações sobre a procura e a oferta de mão-de-obra e as tendências do mercado, para facilitar o planeamento. Outra conquista é o desenvolvimento da Portabilidade Transfronteiriça de Instrumentos de Protecção Social, que auxilia na exportação / transferência de benefícios obtidos por um trabalhador migrante de um Estado Membro para o seu país.

Promoção de emprego juvenil

Foi aprovada em 2016 uma Política-Quadro e Plano Estratégico de Promoção de Emprego Juvenil da SADC, que está a ser implementado por todos os Estados Membros da SADC, incluindo padrões mínimos de protecção social para jovens.



Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da região, contribuindo com taxas entre 4% e 27% do Produto Interno Bruto (PIB) regional e cerca de 13% do volume total das receitas de exportação. Portanto, para garantir o sucesso do sector agrícola, a SADC garantiu que a maioria dos instrumentos legais sobre a agricultura estejam alinhados a outros planos sectoriais, como desenvolvimento de infra-estruturas, comércio, mudanças climáticas e género.



Política Agrícola Regional da SADC

A Política Agrícola Regional (PAR) da SADC foi aprovada em Agosto de 2014 com o objectivo de contribuir para a realização da Agenda Comum da SADC, que promove o crescimento económico sustentável e equitativo e o desenvolvimento socioeconómico. A PAR da SADC é uma política-quadro alargada que orienta o desenvolvimento do sector agrícola na região. Os objectivos são aumentar a produção agrícola sustentável, a produtividade e a competitividade; melhorar o comércio regional e internacional e o acesso aos mercados de produtos agrícolas; melhorar o envolvimento e o investimento dos sectores público e privado nas cadeias de valor agrícolas; e reduzir a vulnerabilidade social e económica da população da região no contexto da segurança alimentar e nutricional e das mudanças no ambiente económico e climático.

Plano Regional de Investimento na Agricultura

A política agrícola é implementada em fases, cada uma compreendendo um Plano Regional de Investimento na Agricultura (PRIA) de cinco anos. O primeiro ciclo de cinco anos, o PRIA 2017-2022, foi aprovado pelo Conselho em 2017. O PRIA foi preparado no contexto do Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), que foi criado em Maputo, em 2003. O PRIA será operacionalizado através de um mecanismo de implementação baseado em instrumento.

O PRIA descreve os programas e subprogramas prioritários identificados no Quadro de Resultados da PAR, onde o investimento no sector agrícola deve ser focado. Os programas prioritários do PRIA são: melhoria da segurança alimentar e nutricional na região; aumento da produção, produtividade e competitividade nas cadeias de valor regionais; maior acesso aos mercados e comércio de produtos agrícolas; maiores investimentos no acesso ao financiamento da agricultura; e redução da vulnerabilidade social e económica na região da SADC.



Fundo de Desenvolvimento Agrícola

Para apoiar e acelerar a implementação do PRIA 2017-2022, a SADC também desenvolveu um instrumento financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FDA), estruturado para fornecer apoio financeiro para a implementação dos planos nacionais de investimento agrícola no âmbito da PAR e do PRIA. O FDA foi estruturado para alavancar o investimento e o financiamento do sector privado na agricultura e compreende as seguintes sete facilidades: desenvolvimento da cadeia de valor; desenvolvimento de infra-estruturas agrícolas; mercados e comércio; gestão da informação agrícola; segurança alimentar e nutricional; meio ambiente e recursos naturais; e governação e desenvolvimento institucional.

Centro Regional de Recursos Fitogenéticos

O reconhecimento da importância da conservação dos recursos genéticos vegetais na África Austral levou ao estabelecimento do Centro Regional de Recursos Fitogenéticos da SADC (SPGRC) em 1989. Localizado em Lusaka, na Zâmbia, o centro trabalha em coordenação com os centros de recursos fitogenéticos em cada um dos Membros Estados para conservar e preservar a diversidade genética e variedade dos estoques de plantas da África Austral.

O SPGRC e as suas contrapartes nacionais também desempenham um papel importante na pesquisa, documentação e treinamento na área de conservação e utilização sustentável de recursos genéticos vegetais. Foram estabelecidos com sucesso bancos genéticos nacionais em todos os 16 países da SADC.

O PGRC da SADC detém mais de 18.000 amostras de culturas e espécies selvagens aparentadas no banco de genes regional em Lusaka, na Zâmbia, e coordenou a recolha de mais de 62.000 espécies nos Estados Membros à medida que a região intensifica os esforços para conservar as amostras de sementes para lidar com a perda de espécies de plantas associada a um clima em mudança e imprevisível.

Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes

Em 2007, o Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes foi aprovado e entrou em vigor em 2009, depois que a maioria de dois terços das assinaturas foi recebida dos Estados Membros. O sistema descreve procedimentos harmonizados sobre o lançamento e registo de variedade regional comum; a quarentena e as medidas fitossanitárias; e os sistemas de garantia da qualidade e certificação.

Pesquisa Agrícola Melhorada

O Centro de Coordenação da Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola da África Austral (CCARDESA) foi aprovado pelo Conselho da SADC em 2010 e estabelecido em Julho de 2011, para coordenar a pesquisa, a produção e a disseminação de tecnologia agrícola.

O CCARDESA registou uma série de realizações que incluem a revisão das políticas e estratégias de extensão agrícolas dos países da região, para avaliar até que ponto a adaptação às mudanças climáticas foi integrada nas políticas e estratégias nacionais. O CCARDESA também realizou pesquisas sobre a impermeabilização climática das cadeias de valor da soja, milho e arroz no Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe.

Adopção da Estratégia de Alimentação e Nutrição da SADC

A SADC aprovou a Estratégia de Alimentação e Nutrição da SADC (2015-2025) em 2014, que continua a fundamentar as intervenções de nutrição na região. Os seus objectivos estratégicos são promover a disponibilidade de alimentos por meio da melhoria da produção, produtividade e competitividade; melhorar o acesso a alimentos adequados e apropriados em termos de qualidade e quantidade; promover e proteger o bem-estar das mulheres e adolescentes; e garantir a disponibilidade, o acesso e o uso de alimentos estáveis e sustentáveis.

Dez (10) Estados Membros já estão a apoiar a estratégia, através da implementação de suas estratégias nacionais de segurança alimentar e nutricional.

Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade

O Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (RVAA) foi estabelecido em 1999 e está a ser implementado em 15 Estados Membros da SADC. O RVAA evoluiu para ser uma das ferramentas de aviso prévio mais confiáveis e robustas para a agricultura, bem como intervenções de segurança alimentar e nutricional na região. Como parte deste programa, a maioria dos Estados Membros estabeleceu comités nacionais de avaliação da vulnerabilidade que realizam avaliações anuais da vulnerabilidade. Estes contribuem para a Análise de Avaliação da Vulnerabilidade Regional, que fornece a situação da insegurança alimentar e nutricional na região e fundamenta as decisões para lidar com ela.



Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

O Protocolo da SADC sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável é o instrumento abrangente para a gestão ambiental na região. O Protocolo está em vários estágios de ratificação e ainda não entrou em vigor.

Quadro Comum para a Conservação

O Protocolo da SADC sobre a Conservação da Fauna e Aplicação da Lei é um instrumento fundamental assinado em Agosto de 1999 para estabelecer um quadro comum para a conservação e uso sustentável da vida selvagem na região. Este Protocolo entrou em vigor em Novembro de 2003 e está a ser implementado e parcialmente enquadrado na legislação interna em 12 Estados Membros.

Os objectivos do Protocolo incluem o uso sustentável da vida selvagem; a troca de informações sobre a gestão e utilização da vida selvagem e a aplicação das leis da vida selvagem; bem como a prestação de assistência na construção de capacidade nacional e regional para a gestão, conservação e aplicação da lei sobre a vida selvagem.





Áreas de conservação transfronteiriças

O estabelecimento de Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACTF) é um marco e uma conquista importante para a região na implementação do protocolo sobre a conservação da vida selvagem. As ACTF são iniciativas de conservação que ultrapassam as fronteiras nacionais de dois ou mais Estados Membros e são administradas em conjunto para restabelecer a integridade ecológica dos ecossistemas transfronteiriços separados por fronteiras internacionais.

Até à data, existem 18 ACTF terrestres e marinhas na região em diferentes estágios de desenvolvimento, incluindo o Parque e Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo estabelecida em 2002 pelos governos de Moçambique, África do Sul e Zimbábue. Presentemente, estão em funcionamento nove ACTF envolvendo 11 Estados Membros, com acordos e quadros de governação em vigor, enquanto foi aprovado um Quadro de M&A, cuja implementação foi iniciada, para monitorizar a implementação do Programa de ACTF da SADC.

Estratégia da Economia Azul

A SADC desenvolveu a Estratégia da Economia Azul e o Secretariado está a apoiar os Estados Membros no desenvolvimento de estratégias nacionais de Economia Azul. O Secretariado iniciou processos de credenciamento junto do Fundo Verde para o Clima (GCF) como a entidade regional de implementação, para garantir financiamento no domínio de mudanças climáticas para programas regionais como este.



Género e Desenvolvimento

A SADC tem uma longa história de compromisso com a igualdade de género e empoderamento das mulheres, que remonta a 1992, quando a Declaração e o Tratado da SADC foram assinados. O Artigo 5 (1) (a) e o Artigo 6 (2) da Declaração e do Tratado da SADC, respectivamente, encorajam a melhoria do padrão e da qualidade de vida dos povos da África Austral e desencoraja a discriminação com base no género. Portanto, a SADC coloca as questões de género firmemente na agenda do Programa de Acção e Iniciativa de Construção da Comunidade da SADC.

O RISDP 2020-2030 identifica o género como uma prioridade nos Programas Especiais de Dimensão Regional, e todas as fases do RISDP reconheceram a igualdade de género e o empoderamento das mulheres como uma questão transversal para todos os sectores e um factor facilitador importante da integração regional. Muitos marcos foram alcançados neste sector, levando ao aumento da participação das mulheres na liderança e em lugares de tomada de decisões a nível nacional e regional, e ao reconhecimento e expansão da contribuição das mulheres para as economias nacionais e regionais ao lado dos homens, bem como na manutenção do paz e segurança da região.

O Conselho de Ministros aprovou o Programa de Género e Desenvolvimento da SADC em Fevereiro de 1997, após a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995, em Beijing, na China, que apelou à remoção de todos os "obstáculos à participação activa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada". Seguiu-se a Declaração sobre Género e

Desenvolvimento aprovada pela Cimeira da SADC em Agosto de 1997 e a sua Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência contra as Mulheres e Crianças, adoptada em 1998. O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento foi aprovado em 2008 e entrou em vigor em 2013. O Protocolo foi amplamente actualizado e aprovado em 2016, para se alinhar com as metas globais e integrar as questões emergentes. Este é o principal instrumento que orienta o avanço rumo à igualdade, empoderamento e desenvolvimento do género na região da SADC. O Protocolo foi estabelecido para fazer face aos desafios que as mulheres da região enfrentam para conseguir acesso a recursos produtivos, na representação em cargos de tomada de decisões nos sectores público e privado, nas mudanças de atitudes sobre práticas discriminatórias, e para viabilizar a adopção de políticas proactivas que não são neutras nem cegas em relação às questões do género. Portanto, o Protocolo procura prover o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a promoção da igualdade e equidade de género através de legislação, políticas, programas e projectos com enfoque no género. A implementação do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento e as suas realizações são monitoradas e apresentadas através da publicação *Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC*.

Quadro Institucional sobre Género e Desenvolvimento

Um dos marcos principais alcançados na promoção da igualdade e empoderamento de mulheres e homens em todas as esferas da vida foi realizado em 1996, quando o Conselho da SADC aprovou um quadro institucional para o avanço da igualdade de género em todos os sectores. Este quadro levou ao estabelecimento do seguinte:

- Um Comité Permanente dos Ministros Responsáveis pelos Assuntos do Género;
- Um Comité Consultivo de Género composto por um representante governamental e um representante de uma entidade não estatal de cada Estado Membro;
- Pontos Focais de Género em todos os níveis sectoriais; e,
- Criação de uma Unidade de Género no Secretariado da SADC para facilitar, coordenar e monitorar as actividades relacionadas com o género.

O estabelecimento destas estruturas institucionais importantes foi fundamental para a aprovação da Declaração sobre Género e Desenvolvimento em 1997, seguida pela Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência contra as Mulheres e Crianças, assinada em Setembro de 1998.

A SADC comprometeu-se ao mais alto nível com a implementação da Declaração e da sua Adenda, e apelou aos Estados Membros para aumentarem a representação das mulheres na

liderança política e em postos de tomada de decisões para, pelo menos, 30 por cento até 2005; reformarem todas as leis e práticas sociais discriminatórias; promoverem o acesso total e controlo das mulheres sobre os recursos produtivos como terra, gado e mercados; abordarem, prevenirem e erradicarem a violência contra as mulheres e as crianças; promoverem o acesso de mulheres e raparigas à educação; e cultivarem e promoverem uma cultura de igualdade de género e respeito pelos direitos humanos das mulheres na Região da SADC.

A SADC desenvolveu um Plano de Acção sobre Género em 1999, para facilitar a implementação, e em reconhecimento de questões emergentes, e este foi alinhado com o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2005-2015. O Plano de Acção foi depois consolidado num Quadro de Implementação Estratégico Regional sobre Género e Desenvolvimento (2006-2010). O desenvolvimento de uma Política Regional de Género foi um dos objectivos definidos neste Quadro, para fornecer orientação estratégica à SADC e aos Estados Membros. Desde então, houve melhorias



significativas e visíveis no desenvolvimento e implementação de políticas, estruturas, directrizes, planos de acção e programas nacionais de género que abordam as desigualdades de género.

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento foi aprovado pela maioria dos Estados Membros da SADC em 2008 e entrou em vigor em 2013. O Protocolo foi atualizado a partir de Outubro de 2015 para o alinhar com os Objectivos e as Metas de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, a Agenda 2063 da União Africana, o Relatório de Revisão de Beijing +20 e outras metas globais e questões emergentes, e foi aprovado em 2016.

Foi concebida uma ferramenta de informação pública e monitoria para ser apresentada na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, e este relatório de progresso foi publicado em intervalos desde a primeira edição formal produzida em 1999, com a 7ª edição a ser lançada em 2019 e a próxima edição planeada para 2022. Os dados são recolhidos dos Estados Membros da SADC e compilados numa publicação do tamanho de um livro, a Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC, que é especialmente útil para governos, parlamentos e investigadores em matéria de fundamentar os quadros jurídicos e aumentar a consciência sobre o estatuto das mulheres na região. Disponível em versão impressa e online, uma inovação recente é a actualização frequente de dados através de um Portal sobre o Género *online*.



Unidade de Género da SADC

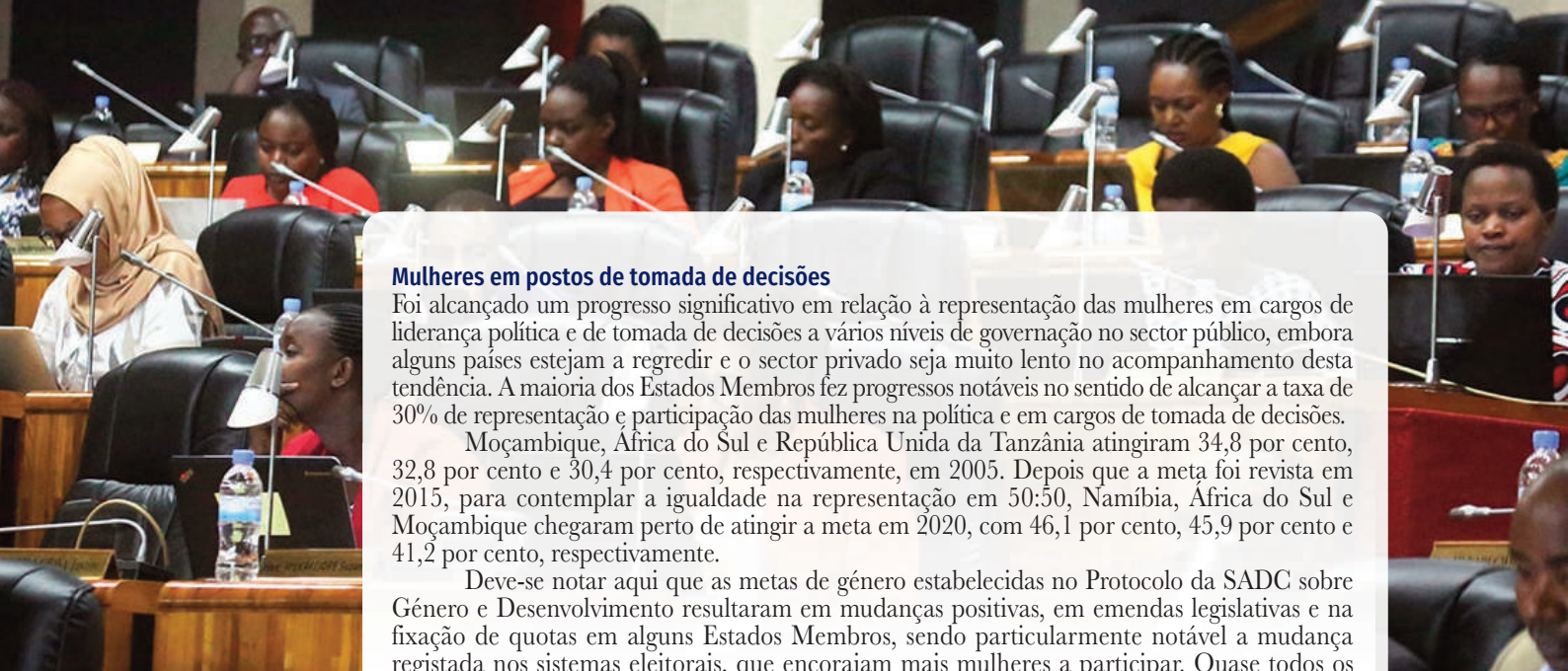
O Secretariado da SADC deu um passo crítico na abordagem das questões da desigualdade de género mais directamente, como iniciado pelo Conselho de Ministros da SADC em 1996, através da criação de uma Unidade de Género para facilitar, coordenar e monitorar as actividades relacionadas com o género. A Unidade de Género foi criada em 1997 com o mandato de trabalhar com as estruturas nacionais nos Estados Membros da SADC, chamadas mecanismos de género, para facilitar a implementação de uma estratégia regional bem coordenada para a integração efectiva das questões do género, a colaboração e o intercâmbio de boas práticas.

A Unidade de Género da SADC foi incumbida de facilitar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, as estratégias regionais sectoriais, o RISDP, bem como outros instrumentos sobre o género regionais, continentais e globais nos quais os Estados Membros da SADC são partes. A Unidade de Género orienta a integração das questões de género em todas as iniciativas regionais para garantir que uma perspectiva sensível ao género permeie toda a Agenda de Integração Regional da SADC. As principais áreas de resultados da Unidade de Género são Igualdade e Desenvolvimento de Género e Violência Baseada no Género, e várias conquistas foram alcançadas através do quadro institucional que foi implementado para impulsionar o programa sobre o género.

Políticas e programas nacionais de género

Políticas, estruturas, directrizes, planos de acção e programas nacionais de género foram desenvolvidos para abordar as desigualdades de género e aumentar a consciencialização sobre a igualdade de género, análise e integração da perspectiva de género.

A maioria dos Estados Membros empreendeu revisões constitucionais abrangentes das leis nacionais para as alinhar com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, e todos os Estados Membros da SADC têm constituições e estatutos que proíbem a discriminação com base no género. Embora 14 Estados Membros sejam partes no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, apenas 12 Estados Membros assinaram o Acordo que Altera o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento aprovado em 2016 - Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe. Embora o Protocolo regional tenha sido enquadrado na legislação interna e as políticas tenham sido formuladas, em alguns casos, ainda não foram alcançados resultados tangíveis na abordagem das lacunas devido à fraca implementação.



Mulheres em postos de tomada de decisões

Foi alcançado um progresso significativo em relação à representação das mulheres em cargos de liderança política e de tomada de decisões a vários níveis de governação no sector público, embora alguns países estejam a regredir e o sector privado seja muito lento no acompanhamento desta tendência. A maioria dos Estados Membros fez progressos notáveis no sentido de alcançar a taxa de 30% de representação e participação das mulheres na política e em cargos de tomada de decisões.

Moçambique, África do Sul e República Unida da Tanzânia atingiram 34,8 por cento, 32,8 por cento e 30,4 por cento, respectivamente, em 2005. Depois que a meta foi revista em 2015, para contemplar a igualdade na representação em 50:50, Namíbia, África do Sul e Moçambique chegaram perto de atingir a meta em 2020, com 46,1 por cento, 45,9 por cento e 41,2 por cento, respectivamente.

Deve-se notar aqui que as metas de género estabelecidas no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento resultaram em mudanças positivas, em emendas legislativas e na fixação de quotas em alguns Estados Membros, sendo particularmente notável a mudança registada nos sistemas eleitorais, que encorajam mais mulheres a participar. Quase todos os Estados Membros da SADC têm Ministérios responsáveis pelos Assuntos do Género ou da Mulher. A Tabela 4.8 mostra a progressão das mulheres no parlamento nos Estados Membros da SADC, de 1995 a 2020.

Mulheres no Parlamento nos Estados Membros da SADC 1995-2020

Tabela 4.8

Country	Mulheres MPs % 2000	Mulheres MPs % 2006	Mulheres MPs % 2009	Mulheres MPs % 2012	Mulheres MPs % 2015	Mulheres MPs % 2018	Mulheres MPs % 2020	Mulheres MPs % 2020	Total de Lugares no Parlamento 2020
Angola	9.7	15.4	12.3	38.2	34.1	36.8	30.5	30	220
Botswana	9.0	18.2	11.3	7.9	9.5	9.5	9.5	10.5	65
RDC	—	—	12	8.4 (L)4.6 (U)	10.4 (L)4.6 (U)	8.9 (L)4.6 (U)	8.9 (L)4.6 (U)	12.8 (L)21.1 (U)	500 (L)109 (U)
Eswatini	19.0	7.3	19.0	13.6	13.6 (L)40.0 (U)	6.2 (L)33.3 (U)	14 (L)40 (U)	9.6 (L)33.3 (U)	73 (L)30 (U)
Lesotho	12.0	10.3	14.0	25.0	25.8 (L)27.3 (U)	25.0 (L)24.2 (U)	22.1 (L)25.0 (U)	23.3 (L)21.9 (U)	120 (L)32 (U)
Madagáscar	—	—	24.0	7.87	—	20.5 (L)19.0 (U)	19.2 (L)20.6 (U)	15.9 (L)19.4 (U)	151 (L)62 (U)
Malawi	5.2	8.3	15.0	26.0	22.3	16.7	16.7	22.9	192
Maurícias	7.6	7.6	17.1	17.1	18.6	11.6	11.6	20	70
Moçambique	28.4	28.6	32.8	39.2	39.2	39.6	39.6	41.2	250
Namíbia	24	23	31.0	24.4	26.9 (L)33.3 (U)	26.9 (L)25.6 (U)	46.2 (L)23.8 (U)	42.7 (L)19 (U)	104 (L)42 (U)
Seychelles	27.3	24.0	29.4	23.5	43.8	43.8	21.2	21.2	33
África do Sul	27.8	29.8	32.8	42.3	42.3 (L)32.1 (U)	42.4 (L)35.2 (U)	41.8 (L)35.2 (U)	46.4 (L)37.7 (U)	395 (L)53 (U)
Tanzânia	16.3	21.2	30.4	30.4	36.0	36.6	37.2	36.9	393
Zâmbia	18.1	10.0	12.0	14.0	11.5	12.7	18.0	18	167
Zimbabwe	14.0	10.7	16.0	15.2	15.0 (L)24.7 (U)	31.5 (L)47.5 (U)	31.4 (L)44 (U)	31.9 (L)43.8 (U)	270 (L)80 (U)

Fonte Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC 2018 e União Interparlamentar 2020

(L) Câmara baixa (U) Câmara alta - sem dados

Madagáscar juntou-se à SADC em 2005. A União das Comores tornou-se um Estado Membro da SADC em 2018.

Metade dos Estados Membros da SADC usa um sistema parlamentar unicameral sem uma Câmara Alta.

Para os cargos ministeriais no Executivo, também tem havido uma tendência de aumento constante e consistente na proporção de mulheres. A África do Sul tornou-se o primeiro Estado Membro a atingir a meta de 50:50 no Governo, seguida por Seychelles, em 2019. Ambos os Estados Membros têm uma representação de 50% de mulheres e homens nos seus Governos compostos por 28 e 10 membros, respectivamente. Além disso, algumas pastas ministeriais influentes, como Relações Exteriores, Defesa e Finanças, são geridas por mulheres em alguns Estados Membros.

Capacidade de integração de género

Devido à capacidade limitada de integração das questões de género nos planos de desenvolvimento, o Secretariado da SADC desenvolveu um Kit de Ferramentas de Integração da Perspectiva de Género em 2009 para ajudar todos os sectores a identificar questões de género

e definir mecanismos para as integrar nas políticas, planos, programas e acções.

Foi observada uma melhoria, conforme é evidenciado através do reconhecimento do empoderamento das mulheres e das questões de igualdade de género nas políticas e programas, bem como do estabelecimento de pontos focais de género em vários ministérios. No entanto, ainda existem lacunas em matéria de igualdade de género na região, como pode ser visto pela incapacidade de atingir a meta de 50:50, bem como pelos desafios enfrentados pelas mulheres. Como resultado, em 2019, o Secretariado da SADC conduziu uma avaliação da Integração da Perspectiva de Género na Agenda de Integração da SADC.

Os resultados desta avaliação estão a permitir identificar as lacunas de capacidade a serem abordadas, que incluem análise técnica, ferramentas de monitoria, recursos humanos e restrições financeiras. A este respeito, o Conjunto de Ferramentas Regionais para a Integração da Perspectiva de Género está a ser analisado para reforçar a sua utilização na construção de capacidade técnica em matéria de incorporação da perspectiva de género a nível regional e nacional, incluindo o Secretariado.



ESFORÇOS DA INTEGRAÇÃO DO GÉNERO NA PAZ E SEGURANÇA



Estratégia Regional da SADC sobre Mulheres, Paz e Segurança



Desenvolvimento e Implementação de Legislação sobre o Tráfico de Pessoas



Aumento da Sensibilização para facilitar a partilha de informação

Resposta à violência baseada no género

A Violência Baseada no Género (VBG) é vista como uma área de preocupação para a SADC, que reconhece a prevenção e a redução da VBG como um factor-chave para alcançar um ambiente que conduz à paz e segurança, considerada como a base para o desenvolvimento regional no RISDP 2020-2030 e no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

Ao reconhecer que a violência contra as mulheres e as raparigas continua a ser um obstáculo para alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a paz, bem como para o gozo dos direitos humanos a este respeito, a SADC desenvolveu a Estratégia e Quadro de Acção Regional para Combater a VBG 2018-2030; a Estratégia Regional da SADC sobre a Mulher, Paz e Segurança 2018-2022; e o Plano Estratégico de Acção da SADC sobre o Combate ao Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e Crianças (2009-2023).

Estes quadros estratégicos continuam a orientar os Estados Membros nos seus esforços para acabar com a violência contra as mulheres e raparigas, a dar a devida atenção à necessidade de incluir as mulheres nas instituições e processos do sector da segurança nacional e combater quaisquer formas de violação dos direitos humanos das mulheres e crianças.

Em termos de progresso na abordagem da VBG na região da SADC, todos os Estados Membros da SADC têm leis abrangentes sobre a VBG ou aspectos específicos da VBG, incluindo violência doméstica, violação de crianças, tráfico de pessoas, tratamento desigual de homens e mulheres e assédio sexual.

A resposta à VBG em situações de conflito e pós-conflito continua a melhorar, com alguns Estados Membros da SADC dotados de legislação específica adaptada para prevenir e proteger as mulheres e reparar durante os tempos de conflitos armados e outros, e a garantir que os perpetradores de tais abusos sejam levados à justiça perante um tribunal competente.

No ano de 2019/2020, o Secretariado da SADC tomou medidas para aumentar o conhecimento e a compreensão da Estratégia Regional da SADC, a fim de promover a sua implementação pelos Estados Membros e os parceiros e partes interessadas regionais. Algumas acções-chave implementadas para promover o uso desta estratégia incluem trabalhar com o Fórum Parlamentar da SADC para sensibilizar as mulheres parlamentares sobre a Estratégia de Combate à VBG da SADC e o estado da VBG na região, de modo a fundamentar os seus esforços de advocacia a nível nacional.

Orçamento com perspectiva de género

O Orçamento Sensível ao Género (OSG) está enraizado na busca de melhorar as economias nacionais e está vinculado ao alcance da igualdade de género, através do método usado e das prioridades definidas para alocar recursos orçamentários. A produção de directrizes sobre OSG em 2014 partiu do entendimento de que as considerações de igualdade de género não estavam a ser claramente apresentadas nos orçamentos para efeitos de alocação de recursos, dificultando assim algumas áreas de empoderamento das mulheres. As directrizes sobre OSG foram usadas para capacitar entidades de planeamento, incluindo os ministérios das finanças e outros ministérios nos Estados Membros da SADC. No entanto, os progressos ainda são limitados e apenas alguns Estados Membros estão a aplicar a estratégia.

Por exemplo, através do uso do OSG na Tanzânia, foi estabelecido um programa para garantir a educação secundária de raparigas mediante o aumento do acesso de grupos de baixa renda, e foram oferecidas bolsas de estudo a estudantes do sexo feminino a nível universitário. Além disso, foram estabelecidos subsídios agrícolas para famílias vulneráveis, muitas das quais são chefiadas por mulheres, para cobrir insumos agrícolas, como fertilizantes, sementes e pesticidas, e foram construídos poços de água para 10 aldeias sob a jurisdição de cada autoridade local, para reduzir a distância e o fardo sobre as mulheres e raparigas na busca de água. Na África do Sul, foi introduzida em 2001 uma taxa zero no Imposto sobre Valor Acrescentado sobre a parafina (ou seja, querosene), através do OSG, para reduzir a carga tributária das mulheres que dependem dessa fonte de combustível.



Inovação em ciência e tecnologia

Os altos funcionários responsáveis pelo pelouro da ciência e tecnologia têm, desde 1999, se envolvido em discussões para partilhar experiências, desafios e informações sobre como alcançar a integração regional usando a ciência e tecnologia como ferramenta para a erradicação da pobreza, visto que a SADC não tinha um fórum formal para fortalecer o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Após um longo processo consultivo, a região adoptou uma Declaração sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) em 2007, que precedeu a adopção do Protocolo da SADC sobre Ciência, Tecnologia e Inovação em 2008. Os principais objectivos do Protocolo são facilitar a cooperação e a coordenação em CTI, bem como maximizar o investimento público e privado na pesquisa e desenvolvimento regional. No entanto, tem havido desafios na implementação das metas de CTI devido à fraca capacidade da secção de CTI do Secretariado em termos de recursos, o que está a dificultar a monitoria eficaz das intervenções regionais.



Sector privado

O papel do Sector Privado na SADC é a criação de riqueza, geração de emprego e, portanto, redução da pobreza, o que está de acordo com a visão da SADC. No entanto, as estratégias e abordagens através das quais o sector privado pode ser envolvido pelos Estados Membros em benefício mútuo não estão totalmente adoptadas em toda a região.





O actual ambiente de políticas da SADC sobre o Sector Privado consiste em dois MdEs celebrados com a Associação das Câmaras de Comércio e Indústria da SADC (ASCCI) e com o Conselho Consultivo de Promoção de Pequenas Empresas (SEPAC). Um documento subsidiário, o Livro Branco da ASCCI, foi aceite pelos Estados Membros da SADC como documento de trabalho para um envolvimento mais significativo do sector privado. Foi efectuado um estudo de caracterização para servir como precursor para o desenvolvimento de um Mecanismo de Envolvimento do Sector Privado (MESP) para melhorar o diálogo Público-Privado em toda a região da SADC.



Estadística

O objectivo do Sistema Estatístico da SADC é apoiar a integração regional, disponibilizando informação estatística que seja relevante, oportuna e precisa, para ser usada no planeamento, formulação de políticas, monitoria da implementação de protocolos e tomada de decisões na SADC. Os objectivos específicos do Programa de Estatística da SADC incluem a harmonização das estatísticas na região e a capacitação nos Estados Membros da SADC para fortalecer o acesso aos dados estatísticos para este fim.

O desenvolvimento e uso das estatísticas da SADC são orientados pelo Documento de Estratégia aprovado pelo Conselho em 1998, que estipula que as estatísticas da SADC são críticas na monitoria e avaliação do Programa de Acção da SADC e do processo de integração regional.

Foram realizadas várias iniciativas de desenvolvimento de capacidades, incluindo intervenções como o Programa Pan-Africano de Estatística executado em colaboração com a Comissão da UA; seminários de formação nacionais e regionais sobre o modelo da SADC de estatísticas do comércio de serviços; e formação das pessoas focais em validação técnica de estatísticas económicas e sociais para o Anuário de Estatística da SADC. Foram desenvolvidos manuais, orientações, quadros e normas sobre a compilação do Produto Interno Bruto (PIB), notas técnicas de orientação sobre o Índice de Preços ao Consumidor harmonizado e a formulação, compilação e uso de estatísticas na área de estatísticas do sector real e externo.



Quadro Regional de Redução da Pobreza

Foram implementadas várias intervenções-chave para melhorar a monitoria da redução da pobreza na região. O RISDP identifica a erradicação da pobreza como a prioridade abrangente da integração regional na África Austral. Para elaborar este plano e traduzir as suas prioridades num quadro de implementação, a SADC desenvolveu o Quadro Regional de Redução da Pobreza cobrindo áreas críticas nas quais se espera que uma abordagem regional fortaleça as intervenções nacionais. Foi estabelecido um Observatório Regional da Pobreza (ORP) envolvendo todas as partes interessadas que trabalham na erradicação da pobreza a nível regional e nacional, como uma plataforma onde podem reunir, avaliar e monitorar a implementação do Quadro Regional de Redução da Pobreza. No entanto, os desafios financeiros impediram o Comité Director do ORP de cumprir plenamente o seu mandato.





REALIZAÇÕES NO DOMÍNIO DA PAZ E SEGURANÇA

Introdução

A paz e a segurança são condições prévias necessárias para o desenvolvimento regional, uma vez que a instabilidade num Estado Membro pode ter impacto nos países vizinhos e causar um retrocesso na integração regional. Em reconhecimento disso, as questões de paz e segurança continuam a ser uma prioridade para a SADC e são claramente articuladas e demonstradas nas declarações, tratados e protocolos que visam manter a paz e prevenir conflitos na região.

O objectivo geral do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC e do Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança (SIPO) é criar um ambiente político e de segurança estável e pacífico, através do qual a região realizará os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico, erradicação da pobreza e integração regional. As áreas estratégicas de foco do Órgão são:

- ♦ Política;
- ♦ Defesa;
- ♦ Segurança do Estado;
- ♦ Segurança Pública; e
- ♦ Polícia.

5.1 Contexto Histórico

A Declaração e Tratado da SADC que lançou as bases para a transformação histórica da SADC em 1992 define a Visão da SADC como a de um futuro partilhado num ambiente de paz, segurança e estabilidade, cooperação regional e integração baseada na equidade, benefício mútuo e solidariedade.

Em 1996, a SADC lançou o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, um quadro institucional para a coordenação de políticas e actividades nos domínios de política, defesa e segurança. No entanto, inicialmente, o Órgão funcionou sem um quadro legal e objectivos claros até que os líderes da SADC aprovaram o Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança a 14 de Agosto de 2001.

Este Protocolo estabelece os objectivos do Órgão na promoção da paz e segurança em toda a África Austral, protegendo o povo da região da instabilidade devido à perturbação da lei e ordem, desenvolvendo uma política externa comum em toda a região e cooperando em questões relacionadas com a segurança e defesa. O Protocolo especifica a estrutura operacional do Órgão composta pelo Presidente em Exercício, a Troika e vários comités, e descreve as responsabilidades dessas estruturas, bem como os sistemas de nomeação e procedimentos de operação. O Protocolo fornece directrizes sobre a jurisdição, métodos e procedimentos do Órgão e sobre o relacionamento com acordos internacionais e nações externas à SADC.

5.2 Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

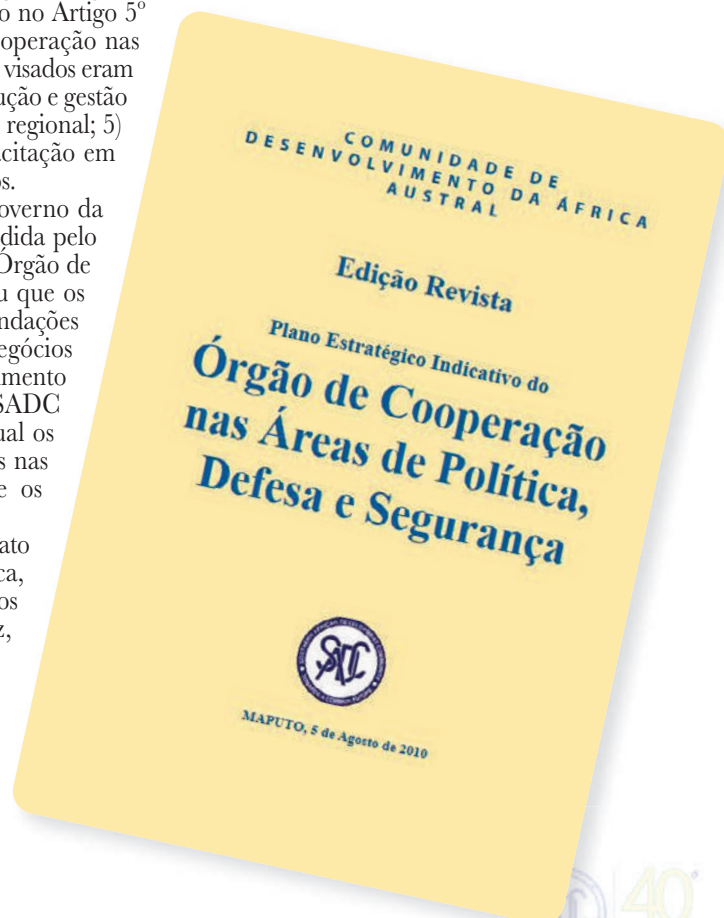
A visão da SADC de um Futuro Partilhado pode ser apreciada dentro do contexto e experiências históricas da região. A cooperação formal nos domínios da política, defesa e segurança está enraizada no compromisso dos fundadores da SADC de trabalharem juntos para a libertação política e económica da sub-região da ocupação colonial e do apartheid, inicialmente através dos Estados da Linha da Frente (ELF), que representavam um grupo informal que proporcionava flexibilidade de consulta e resposta. O processo de desenvolvimento da identidade política entre os Estados da África Austral foi um processo contínuo, baseado nos movimentos de libertação nacional e na luta contra o apartheid, e a dinâmica de cooperação permitiu o desenvolvimento da solidariedade e da coesão política, bem como a cooperação na defesa e segurança, o que foi se aprofundando e consolidando continuamente dentro dos ELF. No entanto, o novo contexto político, económico e social da região apresentava novos e enormes desafios, especialmente a necessidade de preservar a paz, a segurança, a estabilidade e a democracia como pré-requisitos para a integração e o desenvolvimento sustentável regional.

O estabelecimento da SADCC em 1980 acrescentou a dimensão económica à visão de integração regional, com o objectivo de fortalecer as relações de amizade e a integração das economias, recursos e potencial regionais. No entanto, os ELF continuaram activos na política, defesa e segurança até depois do surgimento de uma África do Sul democrática em 1994, evoluindo para a estrutura formal do Órgão da SADC para a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança. A paz e a segurança estão, portanto, bem estabelecidas como uma componente integral do planeamento do desenvolvimento na África Austral, devido ao entendimento de que a cooperação e a integração económicas requerem um ambiente pacífico no qual as pessoas possam crescer e contribuir com o seu potencial máximo.

O Órgão foi estabelecido em 1996, para coordenar a agenda regional de paz e segurança, reportando à Cimeira, conforme definido no Artigo 5º do Tratado da SADC e no Protocolo da SADC sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança. Os resultados específicos visados eram os seguintes: 1) construção da paz regional; 2) prevenção, resolução e gestão de conflitos; 3) gestão do risco de desastres; 4) defesa colectiva regional; 5) alerta prévio regional; 6) segurança transfronteiriça; 7) capacitação em operações de apoio à paz; e 8) migração e gestão de refugiados.

Uma Cimeira especial dos Chefes de Estado e de Governo da SADC reuniu-se no Botswana, a 28 de Junho de 1996, presidida pelo Presidente Quett Ketumile Joni Masire, para lançar o então Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC. A Cimeira recordou que os Chefes de Estado e de Governo tinham sancionado as recomendações dos Ministros da SADC responsáveis pelos pelouros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa e Segurança, propondo o estabelecimento desta estrutura. A Cimeira reafirmou que o Órgão da SADC constituía um quadro institucional apropriado através do qual os países da SADC coordenariam as suas políticas e actividades nas áreas da política, defesa e segurança, e acordaram sobre os princípios, os objectivos e o quadro institucional do Órgão.

O Órgão tornar-se-ia a instituição da SADC com mandato para abordar questões relacionadas com a estabilidade política, prevenção, gestão e resolução de conflitos, democracia e direitos humanos, bem como questões relacionadas com a paz, conforme descrito nos termos de referência do Órgão.



Princípios e Objetivos do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

Caixa 5.1

Princípios

Ao abrigo do postulado no Artigo 4º do Tratado da SADC, os princípios orientadores para o Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC são os seguintes:

- a) igualdade soberana de todos os Estados Membros;
- b) respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado e pelo seu direito inalienável à existência independente;
- c) conquista da solidariedade, paz e segurança na região;
- d) observância dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito;
- e) promoção do desenvolvimento económico na região da SADC de forma a alcançar a equidade, equilíbrio e benefício mútuo para todos os Estados Membros;
- f) resolução pacífica de litígios, através de negociação, mediação e arbitragem;
- g) a intervenção militar de qualquer natureza será decidida somente após todos os recursos políticos possíveis terem sido esgotados, de acordo com a Carta da OUA e as Nações Unidas.

Objectivos

O Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC deve trabalhar para materializar os seguintes objectivos:

- a) proteger a população e salvaguardar o desenvolvimento da região, contra a instabilidade decorrente da perturbação da lei e da ordem, de conflitos intraestatais e das agressões externas;
- b) promover a cooperação política entre os Estados e a evolução de sistemas e instituições de valores políticos comuns;
- c) desenvolver uma política externa comum em áreas de interesse e preocupação mútuos e fazer pressão, como região, em questões de interesse comum em fóruns internacionais;
- d) cooperar plenamente na segurança e defesa regional, através da gestão, resolução e prevenção de conflitos;
- e) mediar disputas e conflitos intra-estatais;
- f) usar a diplomacia preventiva para evitar conflitos na região, tanto dentro como entre Estados, através de um sistema de alerta prévio;
- g) onde ocorrer conflito, procurar eliminá-lo o mais rapidamente possível por meios diplomáticos. Somente quando tais meios falharem é que o Órgão recomenda que a Cimeira considere medidas punitivas. Estas respostas seriam acordadas no âmbito de um Protocolo sobre Paz, Segurança e Resolução de Conflitos;
- h) promover e fortalecer o desenvolvimento de instituições e práticas democráticas nos Estados Membros e incentivar a observância dos direitos humanos universais, conforme estabelecido nas Cartas e Convenções da OUA e das Nações Unidas;
- i) promover a manutenção e a construção da paz a fim de alcançar a paz e a segurança sustentáveis;
- j) dar apoio político aos órgãos e instituições da SADC;
- k) promover as dimensões política, económica, social e ambiental da segurança;
- l) desenvolver uma capacidade de segurança colectiva e concluir um Pacto de Defesa Mútua para responder a ameaças externas, e criar capacidade de realizar operações de manutenção da paz regional dentro dos exércitos nacionais que possa ser desdobrada na região ou em qualquer outro lugar do continente;
- m) desenvolver uma estreita cooperação entre a polícia e os serviços de segurança da região, com vista a combater a criminalidade transfronteiriça, bem como promover uma abordagem comunitária em matéria de unidade;
- n) encorajar e monitorar a ratificação de convenções e tratados das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana e internacionais sobre o controlo de armas e desarmamento, direitos humanos e relações pacíficas entre os Estados;
- o) coordenar a participação dos Estados Membros em operações de manutenção da paz internacionais e regionais; e
- p) abordar os conflitos extrarregionais com impacto na paz e segurança na África Austral.

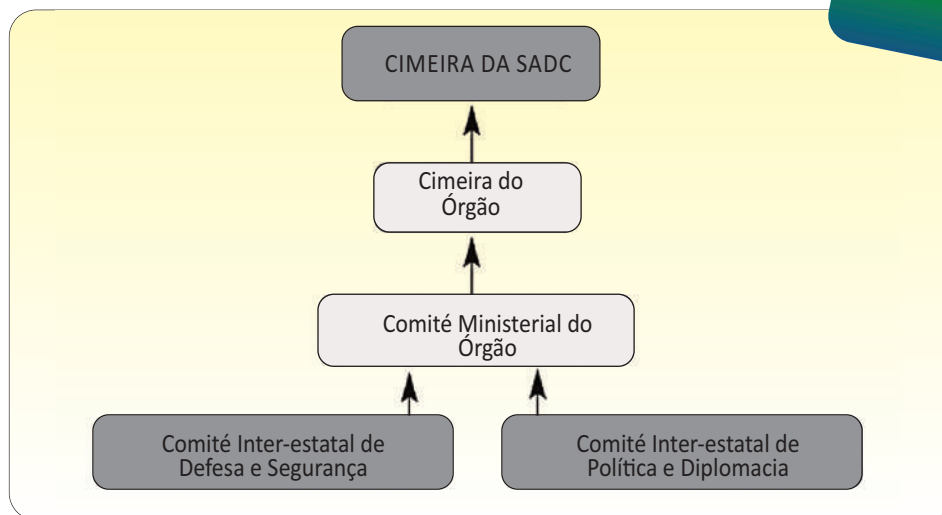


5.2.1 Quadro Institucional

A Cimeira especial da SADC realizada em Junho de 1996 acordou que o Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC operaria a nível da Cimeira, bem como a nível ministerial e técnico, e funcionaria independentemente de outras estruturas da SADC, com a presidência do Órgão a rodar numa periodicidade anual e numa base da Troika. A Cimeira concordou que os Comitê Intraestatais de Defesa e Segurança fariam parte das instituições do Órgão e que o Órgão pode estabelecer outras estruturas conforme a necessidade.



Figura 5.1 Estrutura do Órgão



5.3 Protocolo da SADC sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

O Protocolo da SADC sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança foi assinado em 2001 como um instrumento para formalizar o Órgão da SADC estabelecido em 1996 e para fortalecer e aprofundar a cooperação nesta área. O Protocolo foi ratificado e entrou em vigor a 2 de Março de 2004, proporcionando um quadro institucional através do qual os Estados Membros coordenam políticas e actividades nesta área. O Plano Estratégico Indicativo do Órgão (SIPO) de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança foi desenvolvido para operacionalizar o Protocolo, fornecendo directrizes para a implementação por períodos de cinco anos, antes da revisão. O SIPO é baseado nos objectivos e na agenda comum da SADC definidos na visão da SADC de “um futuro partilhado num ambiente de paz, segurança e estabilidade, cooperação regional e integração baseada na equidade, benefício mútuo e solidariedade.”

5.3.1 SIPO

O primeiro plano estratégico foi o SIPO, assinado em 2004 para operacionalizar os objectivos do Protocolo e orientar a cooperação nas áreas de política, defesa e segurança na região. Desde então, tem havido uma acção mais concertada dentro dos vários sectores, e as reuniões entre altos funcionários e líderes aumentaram. O conhecimento mútuo derivado de uma maior familiarização com as operações das instituições de cada Estado Membro, como resultado desta interacção, conduziu a uma relação de confiança cada vez maior, tendo sido assinado, em 2003, um Pacto de Defesa Mútua da SADC que entrou em vigor em 17 de Agosto de 2008.

5.3.2 SIPO II

O segundo plano operacional para a cooperação na SADC nos domínios da paz e segurança regional foi o Plano Estratégico Indicativo do Órgão Revisto (SIPO II). O SIPO foi desenvolvido em 2003 e revisto em 2012 como SIPO II, para permitir enfrentar alguns dos novos desafios que a região enfrenta, incluindo a pirataria, mudanças climáticas, tráfico de pessoas e migração ilegal. O objectivo central era criar um ambiente político e de segurança pacífico e estável, no qual a região realizará os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico, erradicação da pobreza e integração regional. O SIPO foi um instrumento facilitador para a implementação do Protocolo sobre Política, Defesa e Segurança, bem como do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto (RISDP 2015-2020) e da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (2015-2063). As principais metas estabelecidas pelo SIPO II eram:

- ❖ Prevenir, conter e resolver conflitos intraestatais e intraestaduais por meios pacíficos;
- ❖ Promover o desenvolvimento de instituições e práticas democráticas por parte dos Estados e encorajar a observância dos direitos humanos universais; e
- ❖ Desenvolver capacidade de manutenção da paz e coordenação dos Estados Membros para uma participação efectiva nas operações regionais e internacionais de apoio à paz.

Situação de ratificação e acesso a instrumentos jurídicos relevantes para SIPO a 17 de Agosto de 2020

Tabela 5.1

Titulo	Data marcada para assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas	24 de Agosto de 1996	20 de Março de 1999
Protocolo sobre Assuntos Jurídicos 2000	7 de Agosto de 2000	9 de Janeiro de 2006
Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança	14 de Agosto de 2001	2 de Março de 2004
Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos na SADC	14 de Agosto de 2001	8 de Novembro de 2004
Protocolo contra a Corrupção	14 August 2001	6 de Julho de 2005
Protocolo sobre Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal	3 de Outubro de 2002	17 de Julho de 2009
Protocolo sobre Extradicação	3 de Outubro de 2002	9 de Janeiro de 2006
Pacto de Defesa Mútua	26 de Agosto de 2003	17 de Agosto de 2008
Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na Região da SADC 2005	18 de Agosto de 2005	Ainda não em vigor
Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento da Brigada de Prontidão da SADC	17 de Agosto de 2007	17 de Agosto de 2007
Acordo de Alteração dos Artigos 1, 5, 7 e 19 do Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança	9 de Agosto de 2009	9 de Agosto de 2009
Acordo de Alteração do Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança 2015	18 de Agosto de 2015	18 de Agosto de 2015
Estratégia Regional contra o Terrorismo na SADC	18 de Agosto de 2015	18 de Agosto de 2015
Protocolo sobre transferência interestadual de criminosos condenados	18 de Agosto de 2019	Ainda não em vigor
Acordo entre os Governos dos Estados Membros da SADC sobre o Estatuto da Força de Prontidão da SADC	17 de Agosto de 2020	17 de Agosto de 2020
Acordo que altera o Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos	17 de Agosto de 2020	17 de Agosto de 2020

5.4 Alerta Prévio e Intervenção Rápida - Mediação, Manutenção da Paz e Capacitação

A SADC desempenha um papel fundamental nos domínios de alerta prévio, diplomacia preventiva, mediação, prevenção e resolução de conflitos, com ênfase na prevenção de conflitos nas suas fases iniciais. Foi criada uma forte ligação entre o Alerta Prévio e a Intervenção Rápida, através da criação do Centro Regional de Alerta Prévio (REWC) lançado em 2001 e da Estrutura de Prevenção de Conflitos, Diplomacia Preventiva e Mediação, que foi operacionalizada em 2014. Estes mecanismos reforçaram a capacidade da região de antecipar, monitorar, prevenir e resolver conflitos.

A região implantou com sucesso muitas equipas estratégicas que tiveram um impacto positivo na paz, segurança e boa governação. A mais recente foi a Missão Preventiva da SADC no Lesotho (SAPMIL), que foi implantada em Novembro de 2017 para estabilizar a situação política e de segurança frágil e imprevisível no país, e concluiu com sucesso a sua missão em Novembro de 2018. Esta intervenção apoiou a implantação da Comissão de Fiscalização da SADC no Reino do Lesoto e da equipa de apoio ao Facilitador da SADC, para ajudar no diálogo nacional e na implementação do roteiro de reformas.

A realização de cursos de capacitação para a Mediação Regional e Nacional fortaleceu as capacidades de mediação internas nos Estados Membros, bem como permitiu criar capacidade de defesa colectiva e resposta rápida a ameaças à segurança por meio de Operações de Apoio à Paz, assistência humanitária e apoio às autoridades civis. O Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) da SADC oferece cursos de formação para as missões de apoio à paz na região.

O RPTC também oferece formação para praticantes de manutenção da paz da região da SADC e outras partes de África, participa na preparação e execução de todos os exercícios principais de manutenção da paz realizados na região e desempenha um papel fundamental na implementação da Força em Estado de Alerta da SADC. O RPTC é uma das principais entidades de implementação do SIPO II no domínio da formação em manutenção da paz para as componentes militar, da polícia e civil, e também realiza cursos de capacitação para a Mediação Regional e Nacional, para melhorar e fortalecer as capacidades de mediação internas nos Estados Membros da SADC.

Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz

Caixa 5.2

O papel do Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) da SADC é oferecer cursos de formação para as missões de apoio à paz na região. Faz parte dos objectivos centrais do Órgão de Política, Defesa e Segurança. Desde a sua criação em 1996, o RPTC funciona como um centro de formação regional no âmbito do reforço da capacidade de manutenção da paz da SADC, e alguns dos seus marcos são:

- Formou mais de 3.000 praticantes de manutenção da paz da região da SADC e outras partes de África;
- Participou e coordenou com sucesso as missões de manutenção da paz na região, incluindo as mandatadas pelas Nações Unidas e pela União Africana;
- Apoiou os principais exercícios de manutenção da paz na região, como Blue Hungwe, realizado no Zimbabwe (1997), Blue Crane, realizado na África do Sul (1999), Tanzanite, realizado na Tanzânia (2002), Thokgamo (2005), realizado no Botswana, Golfinho, realizado na África do Sul (2009), e Amani Africa II, realizado na África do Sul (2015).

O RPTC desempenha um papel fundamental na capacitação da Força em Estado de Alerta da SADC (FEAS) e é uma das principais entidades de implementação do SIPO na área de capacitação em manutenção da paz.



SADC REGIONAL PEACE KEEPING
TRAINING CENTRE

5.5 Força em Estado de Alerta da SADC e Força Africana em Estado de Alerta

A Força em Estado de Alerta da SADC (FEAS) é uma unidade multidimensional regional de operações de apoio à paz estabelecida no âmbito da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA). Composta por contingentes militares, da polícia e pessoal e civil, a força contará com recursos prometidos pelos Estados Membros mantidos em estado de prontidão. Outros mecanismos de apoio podem ser na forma de serviços logísticos e médicos. Lançada em Agosto de 2007, a Força em Estado de Alerta da SADC representa um compromisso intencional de garantir uma abordagem colectiva da região à defesa e segurança, protegendo as pessoas e salvaguardando a estabilidade da região.

Constituída por militares, polícias e pessoal civil dos Estados Membros, a Força em Estado de Alerta funciona como uma ferramenta do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, e a força apoia a realização de operações de paz regionais ao abrigo da Política-Quadro da Força Africana em Estado de Alerta. A Força em Estado de Alerta da SADC alcançou a sua Capacidade Operacional Plena em 2017, depois da realização do Exercício Amani África II, em 2015. Desde a realização deste marco, a Força em Estado de Alerta tem-se preparado para desempenhar o seu papel distinto na arquitectura de Paz e Segurança regional.



Principais Exercícios de Treinamento

Tabela 5.2

Exercícios de Treinamento	Local	Ano
Umodzi	Malawi	2018
Amani Africa II	África do Sul	2015
Golfinho	África do Sul	2009
Thokgamo	Botswana	2005
Tanzanite	Tanzânia	2002
Blue Crane	África do Sul	1999
Blue Hungwe	Zimbabwe	1997

Amani Africa foi um exercício de treinamento continental, apresentado pela primeira vez na Etiópia em 2010
Fonte SADC, SARDC, AU

De Janeiro a Junho de 2019, a região da SADC passou a ser a região líder da Força Africana em Estado de Alerta pronta para ser destacada para qualquer parte do continente em caso de necessidade, mediante decisão da União Africana. A FAEA, que se tornou totalmente operacional em 2016, é uma ferramenta importante da arquitectura africana de paz e segurança para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. A FAEA é baseada em mecanismos de prontidão existentes entre as cinco sub-regiões da África do Norte, África Oriental, África Central, África Ocidental e África Austral, que concordaram em assumir o papel de liderança numa base rotativa semestral.

Em preparação para esta responsabilidade, a SADC realizou um Exercício de Posto de Comando na Academia das Forças Armadas do Malawi, em Salima, no Malawi, em Outubro de 2018, para, entre outros objectivos, harmonizar os Procedimentos Operacionais Normalizados para as Operações de Apoio à Paz (OAP). Parte do trabalho preparatório do Exercício foi realizado no Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) da SADC, que acolheu um seminário de Desenvolvimento de Cenários e um Curso Integrado de Planeamento de Exercícios no início do ano, em Harare, no Zimbabwe, atraindo participantes de 14 Estados Membros. Os cursos visavam fortalecer a compreensão das técnicas de planeamento de exercícios, a partilha de aptidões essenciais, como o domínio das atitudes adequadas necessárias para uma coordenação eficaz de exercícios integrados multidimensionais de OAP. O curso visava alargar as capacidades da Força em Estado de Alerta da SADC em matéria de planeamento de exercícios a nível Regional e dos Estados Membros, depois de um outro curso realizado no ano anterior para Comandantes Operacionais de uma Missão Integrada para fortalecer as suas capacidades de gestão e liderança.

5.5.1 Depósito de Logística Regional da SADC

O desenvolvimento do Depósito de Logística Regional (DLR) da SADC continua em curso, para colocar em prática uma capacidade logística para fornecer equipamento de arranque de missões à Força em Estado de Alerta e aos contingentes multidimensionais da Força, isto é, componentes militar, da polícia e civil. O DLR manterá o inventário necessário para estabelecer o Comando do sector / da brigada no âmbito de uma missão mandatada pela UA / ONU e o inventário para o Estado-Maior da Missão no âmbito de uma missão mandatada pela SADC. O DLR está a ser erguido num terreno fornecido pelo Governo do Botswana. A primeira fase de limpeza do local e vedação de 19 há de terreno foi concluída em Outubro de 2018, tendo o Secretariado concluído o processo de licitação e iniciado o processo de desenho da planta para a construção da infra-estrutura.

O Secretariado concluiu a Estratégia de Mobilização de Recursos para financiar o Projecto de DLR, com a decisão de adoptar uma abordagem de financiamento híbrida, pelos Estados Membros e os Parceiros de Cooperação Internacionais (ICPs). O custo total estimado é de 45 milhões de dólares e 10 milhões de dólares foram garantidos como capital inicial, com base em contribuições dos Estados Membros. Espera-se que o DLR atinja a capacidade operacional inicial até 2023 e a capacidade operacional final até 2025, para se alinhar com o cronograma proposto pela União Africana, que também ajudará na obtenção de fundos.

5.5.2 Grupo Temático de Paz e Segurança

A SADC e os ICPs que estão envolvidos em questões de paz e segurança formaram um grupo temático, semelhante ao de outros sectores, para desenvolver uma abordagem coordenada para promover a paz e a estabilidade na região. A reunião inaugural do Grupo Temático de Paz e Segurança da SADC, que integra representantes do Secretariado da SADC, suas organizações subsidiárias e ICPs envolvidos em questões de paz e segurança, foi realizada em Junho de 2018. O principal objectivo do Grupo Temático de Paz e Segurança da SADC é fornecer uma plataforma para a partilha de experiências e informações sobre paz e segurança na região, bem como facilitar a mobilização de recursos para as actividades da SADC, em linha com o Plano de Implementação Orçamentado para a Paz e Segurança (2016-2021).

5.6 Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo

O terrorismo continua a ser um fenómeno global e é uma das ameaças mais sérias à paz e segurança internacionais, ao desenvolvimento económico e à integração social. O terrorismo é uma ameaça que representa desafios fundamentais para a região e acarreta o risco de minar os valores e princípios fundamentais de coesão social, Estado de direito, respeito pelos direitos humanos, protecção de civis e tolerância. A Cimeira da SADC realizada no Botswana, em 2015, adoptou a Estratégia de Combate ao Terrorismo da SADC, que visa fortalecer a paz e as infra-estruturas de segurança da região. A Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo e o respectivo Plano de Acção viabilizam a adopção de uma abordagem comum na luta colectiva contra o terrorismo, incluindo a partilha de informações sobre suspeitos de praticar actos de terrorismo; promulgação e revisão de legislação nacional sobre a prevenção e combate ao terrorismo; e fortalecimento da capacidade das Unidades de Inteligência Financeira.

5.7 Estratégia Regional sobre a Mulher, Paz e Segurança da SADC

A SADC desenvolveu um quadro regional que servirá como guião na integração da perspectiva de género nos sistemas e processos regionais de paz e segurança. A Estratégia Regional sobre a Mulher, Paz e Segurança da SADC (2018-2022) visa abordar os desafios vividos pelas mulheres e crianças, garantindo a sua plena participação em actividades, programas e projectos de paz e segurança. A Estratégia é uma ferramenta política fundamental para apoiar a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) na região, através da capacitação e apoio no desenvolvimento de planos de acção nacionais nos Estados Membros.

Outra iniciativa lançada para integrar a perspectiva de género no sector de paz e segurança é o esforço dos Estados Membros para desenvolver e implementar legislação primária e subsidiárias sobre o tráfico de pessoas. O Secretariado da SADC realizou acções de sensibilização sobre o tráfico de pessoas, incluindo a produção de duas publicações e a concepção de um currículo de formação a serem amplamente utilizados por agentes da lei e assistentes sociais.

5.8 Princípios e Directrizes da SADC que regem as eleições democráticas

Os Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas foram desenvolvidos em 2004 e revistos em 2015, para permitir à região fortalecer e manter a democracia e a boa governação, através de quadros normativos eleitorais harmonizados. Como parte dos Princípios de Boa Governação e Democracia, os Estados Membros continuaram a aderir aos Princípios e Directrizes Revistos da SADC (2015) que regem a realização de eleições democráticas, os quais fornecem um quadro normativo de avaliação pelos pares para a adesão às melhores práticas padronizadas na condução de eleições e, em última análise, para a prevenção de conflitos eleitorais.

O principal objectivo dos princípios e directrizes é promover a realização e observação de eleições democráticas com base nos valores e princípios partilhados de democracia, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, consagrados no Tratado da SADC. Algumas realizações notáveis foram alcançadas pela SADC e pelos Estados Membros como resultado destes princípios e directrizes,

incluindo o estabelecimento de um Grupo de Referência da Mediação, que apoia iniciativas de diplomacia preventiva, resolução, gestão e mediação de conflitos.

O desdobramento das Missões de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), apoiadas pelo Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC), contribuiu para a credibilidade dos processos eleitorais nos Estados Membros e junto da comunidade internacional, e reforçou a percepção da região da SADC como um actor crítico na paz e estabilidade política. A SEOM é composta por observadores eleitorais dos Estados Membros designados para observar o desenrolar dos processos em três fases: período pré-eleitoral, dia da votação e fase pós-eleitoral. O objectivo do SEAC é aconselhar os Estados Membros da SADC sobre questões relacionadas com eleições e o reforço da democracia e boa governação.

Através das estruturas e mecanismos apropriados, a SADC continua a desempenhar um papel central na área da diplomacia preventiva, mediação, prevenção e resolução de conflitos, de uma forma pró-activa.

Uma Cultura de Democracia e Paz

Caixa 5.3

Pouco depois do Fórum Parlamentar da SADC ter sido constituído em 1998, os Chefes de Estado e de Governo da SADC, reunidos na Cimeira de Moçambique, em Agosto de 1999, manifestaram a sua satisfação com o desenvolvimento democrático e institucional na região e com a participação e o diálogo popular. “... sobre a situação política, a Cimeira manifestou a sua satisfação pelo facto de a região da SADC continuar a consolidar uma cultura de democracia, paz, respeito pelos direitos humanos e Estado de direito. Isto é demonstrado, entre outros aspetos, pelo aumento da participação popular na governação e pelo diálogo entre os governos e as partes interessadas no desenvolvimento de políticas e estratégias dos Estados Membros da SADC. A Cimeira acolhe favoravelmente a criação de instituições para promover o processo de integração, tais como o Fórum Parlamentar da SADC, o Fórum Eleitoral da SADC, as Câmaras de Comércio e Indústria da SADC e a recém-criada Associação de Juristas da SADC.”

5.9 Mecanismo de Preparação e Resposta a Desastres na SADC

A Estratégia Regional de Preparação e Resposta a Desastres foi aprovada em 2016 e contribuiu para o fortalecimento do envolvimento e da colaboração regional na gestão e resposta a desastres. O Sector de Defesa respondeu à recorrência de desastres na região, convocando uma equipa técnica multidimensional de especialistas para rever o mecanismo de resposta a desastres da Força em Estado de Alerta da SADC. Isto estava em consonância com a directiva da 39ª Cimeira da SADC, que incumbiu o Secretariado a responsabilidade de acelerar a operacionalização do Mecanismo de Preparação e Resposta a Desastres da SADC como parte das medidas regionais para responder ao impacto das mudanças climáticas. A convocação de uma equipa técnica regional multidimensional resultou na adopção do projecto de Plano de Contingência da Força em Estado de Alerta da SADC e de Procedimentos Operacionais Normalizados para apoiar as Operações de Socorro e Humanitárias em Situações de Desastre, em colaboração com a Componente de Redução do Risco de Desastres do Secretariado e dos Estados Membros.

5.10 Cooperação transfronteiriça no policiamento

A SADC facilita regularmente a realização de operações conjuntas de policiamento entre os Estados Membros para apoiar maiores níveis de colaboração e eficácia na localização e apreensão de pessoas envolvidas em actividades criminosas, que vão desde o tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, roubo de veículos motorizados, furto de gado e venda de produtos falsificados, entre outros crimes. Esta cooperação é coordenada pela Organização Regional de Cooperação

dos Comandantes-Gerais da Polícia da África Austral (SARPCCO), que tem sido fundamental para o avanço das melhores práticas nos ideais de policiamento para a paz e segurança na região, particularmente na implementação da análise regional da ameaça do crime organizado. Estabelecida em 1995 e posteriormente integrada nas estruturas da SADC em 2006, a SARPCCO é a principal força na África Austral para a prevenção e luta contra o crime transfronteiriço e complementa o reconhecimento do policiamento como um serviço singular no quadro da paz e segurança regional.

Entre os sucessos alcançados está a capacidade de reduzir roubos de viaturas além-fronteiras, bem como o comércio ilegal de produtos de vida selvagem e espécies ameaçadas de extinção e o tráfico de seres humanos. A SARPCCO permite que os agentes da polícia de vários Estados Membros cruzem as fronteiras da região para realizar investigações ou operações conjuntas.

A Estratégia Regional de Aplicação da Lei e Combate à Caça Furtiva foi aprovada em 2015 como um quadro para a colaboração transfronteiriça na minimização dos crimes contra a vida selvagem e do comércio ilegal, promovendo ao mesmo tempo o comércio e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Este desiderato também foi facilitado através de um conjunto de directrizes de Gestão Coordenada de Fronteiras e da implementação do Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outro Material Conexo.

O desenvolvimento das Directrizes da SADC para a Prevenção do Crime e da Violência é visto como um desenvolvimento bem-vindo na promoção da colaboração, cooperação e coordenação regional em questões relacionadas com a segurança pública. Tem ajudado na capacitação em princípios e abordagens de prevenção do crime e da violência, para fortalecer a segurança pública na região.

Os Estados Membros da SADC, através do Comité de Coordenação Regional (CCR) sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, avaliam regularmente o estado de implementação do Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outro Material Conexo, abordando os problemas gerais sobre a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre na região da SADC. O CCR faz recomendações às estruturas de decisão sobre políticas da SADC. Estas acções contribuem para a materialização do Roteiro da União Africana (UA) para o Silenciamento das Armas em África.

5.11 Um Alicerce de Paz, Segurança e Boa Governança para a Visão 2050

A Visão 2050 da SADC está alicerçada numa base sólida de Paz, Segurança e Boa Governança, e a declaração de Missão diz que “a estabilidade política, a boa governança, a paz e a segurança devem ser a pedra angular dos empreendimentos nacionais e regionais.” A Visão baseia-se nas muitas realizações da SADC alcançadas desde 1980, conforme mostrado nesta publicação, primeiro em trazer a paz, a democracia e os direitos humanos para a região e, em seguida, depois da remoção do sistema de apartheid na Namíbia e na África do Sul, a SADC começou a estabelecer estruturas para manter e sustentar essa conquista, com um progresso significativo alcançado nos oito resultados desejados do Órgão, conforme mostrado neste capítulo.

Em 2050, a Comunidade da SADC aspira continuar a ser uma região pacífica e estável, permitindo que os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico, erradicação da pobreza e integração regional sejam ainda mais prioritizados, prosseguidos e alcançados, através da implementação de três pilares prioritários, conforme mostrado na Figura 5.2.

O plano estratégico do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança é parte integrante do plano regional, o RISDP 2020-2030, visando:

- ❖ Sistemas aprimorados de alerta prévio que são capazes de rastrear e monitorar ameaças políticas, à segurança e socioeconómicas, e o fortalecimento dos mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- ❖ Cooperação política fortalecida, maior aprofundamento da democracia, boa governança, Estado de direito, direitos humanos e segurança humana;
- ❖ Sistema reforçado de defesa e segurança colectiva capaz de salvaguardar a integridade territorial da Região da SADC.

Figure 5.2 Visão 2050 da SADC





A SADC começou como uma ideia, um sonho que parecia impossível na situação da época, mas não poderia haver solução sem ela. Na coragem dos primeiros passos foi encontrado o ímpeto para prosseguir com a implementação, por mais difíceis que fossem os obstáculos. E eles eram difíceis.

A SADC foi forjada no forno continental que foi alimentado pela visão de liberdade e unidade, e emergiu no seu âmago através da filosofia dos países independentes que se uniram para apoiar a libertação daqueles que não eram, para construir a unidade a partir da fragmentação, a democracia a partir do holocausto e a paz a partir das cinzas do sistema racista de apartheid.

Os anos emergentes da SADC são difíceis de imaginar agora ou explicar às gerações que não estavam presentes, mas a região e as suas instituições emergiram em liberdade junto das fronteiras do racismo e do apartheid, na linha da frente. A SADC surgiu não tanto da resistência, mas da vontade de um povo e da determinação dos seus fundadores visionários de traçar o seu próprio destino, juntos.

Após a independência da Namíbia, em 1990, e quando a África do Sul estava a avançar a passos firmes rumo ao estabelecimento de uma governação maioritária, a SADCC foi transformada, em 1992, em SADC, como uma Comunidade Económica Regional (CER), um dos blocos de construção da unidade continental, através da União Africana.

Na primeira década da sua formação, muito foi alcançado pela SADCC nas várias áreas de cooperação, mas a sua maior conquista foi o estabelecimento de uma base sólida para a integração regional. A SADCC gerou um espírito de solidariedade entre um grupo mais amplo de Estados Membros e um sentimento de pertença regional que foi além dos governos, indo até à comunidade mais ampla.

Na primeira década de formação, muito foi alcançado pela SADCC nas várias áreas de cooperação, mas a sua maior conquista foi no estabelecimento de uma base sólida para a integração regional. A SADCC gerou um espírito de solidariedade entre um grupo mais amplo de Estados Membros e um sentimento de pertença regional que foi além dos governos para uma comunidade mais ampla.

Antes da SADCC, a África Austral estava fragmentada, fechada dentro das fronteiras coloniais, e se transformou novamente, em 1992, quando a Namíbia independente acolheu a assinatura do Tratado da SADC por 10 Estados Membros para se tornar uma comunidade regional, e em 1994, quando a África do Sul emergiu das masmorras do apartheid para, em liberdade, aderir à Comunidade como o seu décimo primeiro Estado Membro.

Mais cinco países colheram os benefícios de aderir a esta comunidade económica regional desde então, trazendo a sua diversidade única para perfazer um total de 16 Estados Membros em 2020, na parte continental da África Austral e no Oceano Índico - Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Reino de Eswatini, Reino do Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

A experiência de alargamento constante da composição da SADC é por si só prova viva da crescente influência da comunidade económica regional nas relações internacionais. O desmantelamento da fragmentação é um processo que leva tempo, especialmente no meio de ataques das forças neocoloniais que continuam a manipular aberta e secretamente os sistemas políticos e económicos na região e no continente em geral.



Cruzando o Rio Limpopo em Beitbridge

Reduzir a dependência económica, especialmente, mas não apenas da África do Sul do apartheid, era um dos objectivos gerais e factor de motivação para a formação da SADC. Será que a SADC teve sucesso na criação de novas rotas alternativas de transporte viáveis? O desenvolvimento de infra-estruturas é um processo de longo prazo, pois os projectos neste sector geralmente requerem quantias substanciais de dinheiro e geralmente têm um longo período de gestação. Houve alguns ganhos, mas ainda há muito a fazer.

Citam-se como exemplo a expansão do porto de Walvis Bay e os esforços em curso de desenvolvimento de portos em Moçambique, bem como o desenvolvimento de estradas, ferrovias e oleodutos de combustível sem descontinuidades no Zimbabwe e no Botswana, que ligarão, eventualmente, a costa leste à costa oeste, fornecendo opções para os países do interior da região. Um roteiro ambicioso para abordar o défice de infra-estruturas na região foi colocado em prática com a aprovação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas, em Maputo, em 2012. Menos de três anos depois, em 2015, a SADC fez a revisão das suas prioridades para se concentrar no desenvolvimento industrial, construindo gradualmente o futuro através de um plano de desenvolvimento moderno e integrado rumo à prosperidade no século XXI.

Institucionalmente, a organização tinha uma estrutura pouco sólida na sua fase de formação, com um quadro jurídico não vinculativo, enquanto as suas instituições estavam amplamente descentralizadas entre os Estados Membros, uma vez que a cada um tinha sido atribuída a responsabilidade pelo desenvolvimento de um determinado sector, sem conferir poder a um órgão centralizado. Assim, os sectores eram alocados aos Estados Membros, cada um acolhendo uma Unidade de Coordenação Sectorial. Esses sectores foram responsáveis por orientar as políticas e os programas regionais.

Um ano após a formação da SADCC, a instituição foi formalizada através de um Memorando de Entendimento sobre as Instituições da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, datado de 20 de Julho de 1981. O Artigo 1º (a-e) do Memorando de Entendimento que estabelece a SADCC criou a estrutura de governação, compreendendo uma Cimeira, o Conselho de Ministros, Comissões Setoriais, o Comité Permanente de Altos Funcionários e um Secretariado. Esta era uma estrutura descentralizada baseada num nível mínimo de mecanismo institucional. A estrutura central simplificada significava que os Estados Membros tinham de arcar com os encargos financeiros da implementação das decisões em matéria de políticas, através da coordenação de determinados sectores.

A transformação da SADCC em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), através do Tratado e da Declaração da SADC de 1992 deu ao organismo uma nova estrutura legal com uma obrigação vinculativa de implementar acordos regionais, enquanto foram criadas novas organizações sectoriais específicas para supervisionar a implementação das políticas e programas acordados. Com a independência da Namíbia, em 1990, e a mudança da maré contra o apartheid na África do Sul, o Tratado da SADC de 1992 trouxe consigo uma mudança na inclinação ideológica baseada na promoção de uma maior interdependência entre os Estados Membros com o objectivo final de aprofundar a integração regional.

Embora a SADCC tenha sido transformada em SADC em 1992, uma avaliação do órgão regional revela que a estrutura institucional permaneceu praticamente inalterada. Este estado de coisas fez com que o órgão regional e as suas instituições fossem menos eficazes na condução da agenda de integração regional. Esta constatação conduziu a um processo de reforma institucional que combinou os sectores e comissões anteriormente baseados a nível nacional em seis Direcções, que desde então foram reorganizadas em 10 Direcções e oito Unidades autónomas, conforme está previsto no Artigo 15º (4 e 5) do Tratado da SADC. O objectivo da reestruturação era aumentar a eficácia e a eficiência da coordenação e do monitoramento da implementação.

A transformação de 1992 não trouxe apenas um novo quadro jurídico, mas também uma mudança institucional, através do Tratado e da Declaração. A partir de 2000, a SADC empreendeu um exercício de reestruturação das suas instituições e, numa Cimeira Extraordinária realizada em 9 de Março de 2001, em Windhoek, na Namíbia, a Emenda ao Tratado da SADC (2001) foi adoptada para dar força legal às reformas. As reformas estabeleceram oito instituições, nos termos do disposto no Artigo 9º da Emenda ao Tratado,

incluindo a Cimeira dos Chefes de Estado ou de Governo, o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, o Conselho de Ministros, um Secretariado, um Tribunal, a Troika, o Comité Permanente dos Altos Funcionários e as Comissões Nacionais da SADC.

Assim, a estrutura institucional da SADC sofreu um processo contínuo de metamorfose desde o momento em que o órgão regional foi formado em 1980, com um mecanismo institucional descentralizado e flexível, até aos actuais mecanismos institucionais centralizados. A natureza centralizada do Secretariado exige que funcione como o principal órgão coordenador da implementação, monitoria e avaliação de políticas.

Embora o Secretariado continue a ser a instituição-chave da SADC com a tarefa de coordenação e monitoria, a responsabilidade final pela formulação e implementação de políticas relevantes cabe aos Estados Membros. A eficácia da coordenação e implementação a nível nacional depende muito da capacidade de cada Estado Membro de fornecer bens públicos em benefício dos seus cidadãos. A capacidade colectiva dos Estados Membros para cumprirem a sua responsabilidade de prover aos cidadãos confere a base sobre a qual se pode avaliar até que ponto a SADC, como organismo regional, está a cumprir as suas funções de integração regional.

Essas funções podem ser amplamente resumidas como fortalecimento da integração económica, desenvolvimento de infra-estruturas em apoio à integração regional, redução da pobreza e inclusão social, protecção ecológica, democratização e contribuição para a paz e segurança na região, e relações com outras regiões do continente e do mundo. O grau em que a SADC cumpre estas funções é uma área de foco importante com a qual a totalidade de todas as instituições da SADC continua ocupada.

O Tratado da SADC e a sua alteração subsequente criaram um novo quadro jurídico que abriu o caminho para o estabelecimento de instituições centrais e sectoriais vibrantes para impulsionar a integração regional. Os exemplos incluem a Rede de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que criou uma plataforma de comércio de electricidade bem-sucedida para os Estados Membros, bem como as Organizações de Gestão de Bacias Hidrográficas, que conseguiram gerir os recursos hídricos partilhados de forma equitativa e minimizar o potencial de conflitos sobre água entre os países da região.

Além de aumentar a capacidade institucional, a SADC registou marcos importantes no desenvolvimento e implementação de políticas. Mais de 30 instrumentos jurídicos foram aprovados desde 1992. No entanto, subsistem grandes desafios em termos de garantir que a legislação nacional seja harmonizada com estes instrumentos jurídicos e outras decisões importantes para os aplicar a nível dos Estados Membros. Para que isso aconteça, é necessária maior vontade política para traduzir as muitas decisões da Cimeira em acções que, em última instância, beneficiem os cidadãos da região.

No geral, a SADC pode olhar para o futuro com um grande sentido de optimismo, com base nas experiências e lições adquiridas ao longo dos seus 40 anos de história. As aspirações da Visão 2050 da SADC e a implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030 podem beneficiar imensamente da experiência vivida e captada nesta publicação comemorativa que marca o 40º aniversário da SADC. Da mesma forma, práticas eficazes podem ser traçadas para fundamentar o alinhamento destes novos documentos de estratégia com a Agenda 2063 da União Africana e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

6.1 Principais lições, observações e considerações sobre políticas

Talvez a maior conquista que a SADC trouxe para a região foi a união dos povos da África Austral e, assim, acabar com a fragmentação que existia até então. Até ao presente, os povos da região podem olhar para a SADC como o seu ponto de encontro, pois proporciona um sentimento de pertença a um Futuro Comum, um futuro dentro de uma comunidade regional. Sem a SADC, os países da região ficariam desamparados e forçados a enfrentar os seus desafios internos e externos individualmente, mesmo nos casos em que tais desafios seriam melhor enfrentados colectivamente. Seguindo em diante, algumas lições, observações e considerações sobre políticas para fortalecer a integração regional na SADC são apresentadas a seguir.

6.1.1 Interesses nacionais versus regionais

Apesar de todos os marcos alcançados pela SADC ao longo da sua história, as contradições frequentemente aparentes entre os interesses nacionais e regionais constituem um desafio que tende a abrandar o ritmo da integração regional. Portanto, é necessário encontrar um equilíbrio adequado entre os interesses nacionais e regionais de uma forma que demonstre haver confiança nas instituições regionais que foram criadas pelos Estados Membros, através do reforço do nível de delegação de competências a tais instituições. Além disso, recomenda-se fortemente o uso dos interesses nacionais como alicerce para estimular os interesses regionais.

6.1.2 Enquadramento na legislação nacional e implementação

Apesar de todos os seus sucessos, existem preocupações que são frequentemente levantadas no que diz respeito ao ritmo lento e à falta de implementação das decisões e acordos da SADC. Por exemplo, embora a maioria dos protocolos da SADC tenha sido ratificada, o seu enquadramento no ordenamento jurídico interno continua lento e, portanto, atrasa a realização dos objectivos de desenvolvimento da SADC. Este processo envolve o alinhamento das legislações e políticas nacionais com os acordos regionais, o que traz à tona o papel do Poder Legislativo.

6.1.3 Mecanismos de conformidade e aplicação

Pode-se notar que existem mecanismos eficazes limitados para fazer cumprir as obrigações e compromissos dos Estados Membros. É necessário conceber mecanismos mais eficazes para garantir o cumprimento e a aplicação.

6.1.4 Mecanismos institucionais

Embora as reformas institucionais adoptadas por blocos económicos regionais como a SADC sejam necessárias para promover a integração regional, essas reformas frequentemente colocam muita ênfase na forma que as instituições identificadas devem assumir, em vez de se concentrar mais nas funções que devem desempenhar. Colocar as funções no centro do processo de reestruturação colocaria a Comunidade Económica Regional numa melhor posição para responder às realidades aos níveis regional e nacional. Além disso, há lições a serem colhidas das experiências de outros grupos regionais em África que se saíram melhor na condução das suas agendas de integração regional.

6.1.5 Capacidade para cumprir a Agenda de Integração Regional

A capacidade em várias dimensões aos níveis regional e nacional é um grande desafio que precisa ser enfrentado se se pretender que a agenda de integração regional seja concretizada com mais eficiência e eficácia.

6.1.6 Participação das Partes Interessadas

Há necessidade de consultas regulares com as partes interessadas, na sua diversidade, para dar a oportunidade à comunidade mais ampla de participar efectivamente na materialização da agenda de integração regional, em linha com as disposições do Tratado da SADC de 1992. Para este fim, é necessário fortalecer as Comissões Nacionais da SADC para fornecer viabilizar a recolha das contribuições das partes interessadas a nível nacional na formulação das políticas, estratégias e programas de acção da SADC.

6.1.7 Desenvolvimento da Perspectiva de Género

Pode-se enfatizar excessivamente que a incorporação da perspectiva de género é uma questão económica que envolve a libertação de energias e ideias de metade da população para trabalhar com a outra metade, ao lado dos homens, para contribuir para o desenvolvimento económico. Esse esforço conjunto estimulará o crescimento económico, criará empregos de alto nível, apoiará as comunidades, aumentará a produtividade e reduzirá a pobreza, através da inclusão económica. Por exemplo, a adopção de um orçamento com uma perspectiva de género nas economias regionais pode libertar o potencial das mulheres para participarem em áreas mais produtivas da economia e, portanto, contribuir para o crescimento da renda nacional e das receitas do Estado.

6.1.8 Financiamento de Programas da SADC

A actual estrutura de financiamento em que a maior parte dos programas de integração regional da SADC é financiada por fontes externas não é sustentável. São necessários mecanismos de financiamento mais inovadores e pragmáticos, baseados em fontes locais, para substituir a dependência excessiva de fontes externas. Há espaço para alavancar os recursos do sector privado disponíveis na região, criando um ambiente propício para a participação das empresas.

6.2 Visão 2050 da SADC

Na 40ª Cimeira da SADC, acolhida por Moçambique em Agosto de 2020 e realizada em formato virtual, os Chefes de Estado e de Governo da SADC “aprovaram a Visão 2050 da SADC, que está alicerçada numa base sólida de Paz, Segurança e Governação Democrática, e assente em três Pilares inter-relacionados, a saber: Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado; Desenvolvimento de infra-estruturas em Apoio à Integração Regional; e Desenvolvimento de Capital Humano e Social. Os três pilares também reconhecem as áreas de Género, Juventude, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, e Gestão do Risco de Desastres como componentes transversais importantes. A Cimeira também aprovou o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030 para operacionalizar a Visão 2050.” (Comunicado da Cimeira da SADC de 17 de Agosto de 2020)

6.2.1 Visão 2050 da SADC

A Visão 2050 da SADC recorda a visão de longo prazo da SADC, de uma comunidade regional que tem um futuro comum e que garantirá o bem-estar económico, a melhoria dos padrões e da qualidade de vida, a liberdade e a justiça social, e a paz e segurança para os povos da África Austral, conforme consagrado no Tratado.

Em 2050, está preconizada uma região industrializada, pacífica, inclusiva e de renda média a alta, onde todos os cidadãos gozem do bem-estar económico sustentável, da justiça e da liberdade. No âmbito da Visão 2050, os líderes da SADC comprometem-se a defender os princípios fundamentais da Comunidade, que são - igualdade soberana

de todos os Estados Membros; solidariedade, paz e segurança; direitos humanos, democracia e Estado de direito; equidade, equilíbrio e benefício mútuo; e resolução pacífica de litígios. A SADC também resolve consolidar a comunidade da SADC rumo a 2050, alavancando áreas de excelência e implementando prioridades para alcançar o desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo, através da boa governação e de uma paz e segurança duradouras na região, da remoção de todas as barreiras para uma integração mais profunda, e guiada pelos propósitos e princípios consagrados no Tratado e na Agenda da SADC.

A Visão 2050 da SADC é complementar à Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2063 da União Africana e os seus projectos emblemáticos e quadros continentais. A Visão 2050 da SADC é expressa em três Pilares: Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado; Desenvolvimento de Infra-estruturas em Apoio à Integração Regional; e Desenvolvimento de Capital Humano e Social, e alicerçada numa base sólida de Paz, Segurança e Boa Governação.





AGRADECIMENTOS

O Secretariado da SADC gostaria de agradecer ao Presidente da SADC, o Presidente Filipe Jacinto Nyusi, da República de Moçambique, e ao Presidente Cessante, o Presidente Dr. John Pombe Joseph Magufuli, da República Unida da Tanzânia, pela sua orientação e apoio durante a formulação e produção deste livro sobre *40 Anos da SADC: Reforçando a Cooperação e a Integração Regional. Nós valorizamos verdadeiramente o seu apoio durante a compilação deste livro.*

O desenvolvimento desta publicação foi possível através dos esforços de colaboração do Secretariado da SADC e do Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC). O Secretariado da SADC gostaria de agradecer às equipas de pesquisa e publicação da SARDC que trabalharam incansavelmente para compilar, analisar, verificar e editar o conteúdo e produzir as versões impressa e online desta publicação intitulada *40 Anos da SADC: Reforçando a Cooperação e a Integração Regional* em três línguas oficiais da SADC.

Gastaríamos de manifestar a nossa gratidão pelo apoio financeiro recebido da Comissão da União Europeia e do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ) da Alemanha, através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), facilitando a pesquisa e o desenvolvimento do conteúdo desta publicação.

Por último, mas não menos importante, agradecemos a contribuição e o papel central de todas as instituições e pessoas singulares que apoiaram a preparação desta publicação. Agradecemos o vosso valioso apoio.

Secretariado da SADC

REFERÊNCIAS

- African Union 2014. Agenda 2063: *The Africa We Want*. African Union Commission, Addis Ababa. www.au.int
- SADC 1980-2020. SADC Summit Communiqués, Annual Reports and Sectoral Reports, Protocols and other Legal Agreements. SADC, Gaborone.
- SADC 1992. SADC *Treaty and Declaration*. SADC. Gaborone
- SADC 2003, 2015. *Regional Indicative Strategic Development Plan, and Revised RISDP 2015-2020*. SADC, Gaborone
- SADC 2003, 2012. *Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation, and SIPO II*. SADC, Gaborone
- SADC 2010. *Desk Assessment Review of the Regional Indicative Strategic Development Plan*. SADC, Gaborone
- SADC 2012. *Regional Infrastructure Development Master Plan*. SADC, Gaborone
- SADC 2013-2020. Presentations made during Meetings of the SADC Energy Thematic Group.
- SADC 2014-2020. *Annual SADC Summit Publications*. SADC and SARDC
- SADC 2014. *SADC Hashim Mbita Project on Southern African Liberation Struggles*. SADC and Mkuki na Nyota
- SADC 2015. *SADC Industrialisation Strategy and Roadmap*. SADC, Gaborone
- SADC 2015, 2017. *SADC Success Stories, Volume 1 and 2*. SADC, Gaborone
- SADC 2017. Ministerial Retreat on “The SADC We Want” in Eswatini, March 2017
- SADC 2019. *Status of Integration in the SADC Region*. SADC, Gaborone
- SADC 2020. *Vision 2050 and RISDP 2020-2030*. SADC, Gaborone
- SADC, SARDC 1997-2020. *SADC Today/ Southern Africa Today* periodical, Vol 1 No 1 – Vol 22 No 6
- SADC, SARDC 1994, 2008. *State of the Environment in Southern Africa; Southern Africa Environment Outlook; and related thematic updates*. SADC, SARDC, IUCN, UNEP
- SADC, SARDC 2002. *Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources Management in Southern Africa*. SADC, SARDC, IUCN, World Bank, Sida
- SADC, SARDC 1999, 2001, 2006. *SADC Gender Monitor: Monitoring Implementation of the Beijing Commitments by SADC Member States*.
- SADC, SARDC 2009, 2013, 2016, 2018. *SADC Gender and Development Monitor: Tracking Implementation of the SADC Protocol on Gender and Development*.
- SADC, SARDC 2007, 2019. *Action on Infrastructure / SADC Regional Infrastructure Development: Short Term Action Plan Assessment*.
- SADC, SARDC 2016, 2018. *SADC Energy Monitor*.
- SADC PE,SARDC 2003. *A Guide to Gender Dimensions in SADC Constitutions*.
- SAPP 1995. *SAPP Inter-Governmental Memorandum of Understanding*. Southern African Power Pool, Harare
- SARDC 1986, 1989. *Destructive Engagement: Southern Africa at War/ Frontline Southern Africa: Destructive Engagement*. SARDC, Harare
- SARDC 1995. *South Africa Imposes Sanctions on its Neighbours*.
- SARDC 1992-2020. *Southern African News Features*. SANF Service. SARDC, Harare, Maputo
- UN Inter-Agency Task Force, UNECA 1989. *South African Destabilization: The Economic Cost of Frontline Resistance to Apartheid*. UN Economic Commission for Africa, SARDC
- UN 2015. Sustainable Development Goals. United Nations, New York
- SADC publications are accessible at SADC website www.sadc.int*
- As publicações da SADC estão acessíveis no site da SADC www.sadc.int*

ACRÔNIMOS

ACP	Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico
ADF	Fundo de Desenvolvimento Agrícola
AEC	Comunidade Económica Africana
AfCFTA	Área de Livre Comércio do Continente Africano
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ASF	Força Africana de Prontidão
ASCCI	Associação das Câmaras de Comércio e Indústria da SADC
AU	União Africana
AUC	Comissão da União Africana
CAADP	Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura Africana
CCARDESA	Centro de Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário da Região Sul África Austral
CCBG	Comité de Governadores do Banco Central
CIRT	Equipe de resposta a incidentes de computador
CMA	Área Monetária Comum
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral
COVID19	Doença do Coronavírus 2019
CSC	Centro de Serviços Climáticos
DBSA	Banco de Desenvolvimento da África Austral
DES-CA	Secretário Executivo Adjunto para Assuntos Corporativos
DES-RI	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional
DFRC	Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento
DRR	Redução do Risco de Desastres
DTT	Televisão Digital Terrestre
EAC	Comunidade dos Estados da África Oriental
EQ _u IP	Melhorar a qualidade das Políticas Industriais
FATF	Grupode Trabalho de Acção Financeira
FIFA	Federação Internacional de Futebol Amador
FLS	Estados da Linha da Frente
FTA	Área de Comércio Livre
GBV	Violência Baseada no Género
GDP	Produto Interno Bruto
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GMI	Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas
GRB	Orçamento com Perspectiva de Género
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
HSRS	Sistema Harmonizado de Regulamentação de Sementes
IAF	Fórum Internacional de Credenciamento
ICM	Comité Integrado de Ministros
ICPs	Parceiros Internacionais de Cooperação
ICRASAT	Centro Internacional de Pesquisa em Agricultura nas Zonas Semiáridas
ICT	Tecnologia de Informação e Comunicação
IGMOU	Memorando de Entendimento Intergovernamental
IGS	Instituto de Estudos de Água Subterrânea
ILAC	Cooperação Internacional para Acreditação de Laboratórios
IUMP	Programa de Actualização e Modernização Industrial
IPU	União Interparlamentar
IUU	Ilegal, não relatado e não regulamentado
MASA	Associação Meteorológica da África Austral
MCS	Controlo de Monitoria e Vigilância
MDGs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MoU	Memorando de Entendimento
MW	Megawatts
NMHS	Serviço Meteorológico e Hidrológico Nacional
OAU	Organização da Unidade Africana
ODL	Ensino Aberto e à Distância
PKI	Principais Infra-estruturas Públicas

PPDF	Entidade de Preparação e Desenvolvimento de Projectos
PRP	Painel de Revisão de Pares
PSO	Operações de Apoio a Paz
PTA	Área de comércio preferencial para os Estados da África Oriental e Austral
RAP	Política Regional de Agricultura
RAIP	Plano de Investimento da Política Agrícola Regional
RBOs	Organizações das Bacias Hidrográficas
RCC	Comité Regional de Coordenação
REC	Comunidade Económica Regional
RERA	Associação Regional de Reguladores de Eletricidade da África Austral
RETOSA	Organização Regional de Turismo da África Austral
REWC	Centro Regional de Aviso Prévio
RIDMP	Plano Diretor de Desenvolvimento Regional de Infra-estrutura
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RLD	Depósito Logístico Regional
RMD-WEEP	Programa Regional de Empoderamento Económico Multidimensional para Mulheres
RMV	Visão Regional de Mineração
RPTC	Centro Regional de Treinamento em Manutenção da Paz
RSAP	Plano de Acção Estratégica Regional
RTGS	Liquidação Bruta em Tempo Real
RVA	Programa de Avaliação e Análise de Vulnerabilidade Regional
SACREEE	Centro da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADC-CDE	Centro da SADC para Educação à Distância
SADCAS	Serviços de Acreditação da SADC
SADCC	Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SADCCQF	Quadro de Qualificações da SADC
SAMCOST	Comité Ministerial Permanente de Ciência e Tecnologia
SAPMIL	Missão Preventiva da SADC no Lesotho
SAPP	Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral
SARA	Associação Ferroviária da África Austral
SARCOF	Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral
SARDC	Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
SARCIS-DR	Serviços de Informação Climática Regional da África Austral para o Desenvolvimento da Resiliência a Desastres
SARPCCO	Organização Regional de Cooperação de Chefes de Polícia da África Austral
SATCC	Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral
SAWIDRA	Informações Meteorológicas e de Satélite para resiliência a desastres na África
SDGs	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SEAC	Conselho Consultivo Eleitoral da SADC
SEPAC	Conselho Consultivo de Promoção de Pequenas Empresas
SEOM	Missão de Observação Eleitoral da SADC
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e Segurança
SMEs	Pequenas e Médias Empresas
SPGRC	Centro de Recursos Genéticos Vegetais da SADC
SPS	Sanitário e Fitossanitário
SOAM	Padronização para Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia
SSF	Força de Prontidão da SADC
SSSN	Rede de Segurança de Sementes da SADC
STEM	Tecnologia científica; Engenharia e Matemática
TAZARA	Ferrovias Tanzânia-Zâmbia
TB	Tuberculose
TBT	Barreiras técnicas ao comércio
TCIB	Transações compensadas em base imediata
TEUs	Unidades equivalentes de vinte pés
TFAA	Área Tripartida de Comércio Livre
TFA	Área de Conservação Transfronteiriça
TFTA	Área Tripartida de Comércio Livre
TTTTFP	Programa Tripartido de Transporte e Facilitação de Trânsito
UNSCR	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
UPU	União Postal Universal
WTO	Organização Mundial do Comércio

ANEXO

PROTOCOLOS, DECLARAÇÕES, CARTAS, MdEs E ACORDOS DA SADC ASSINADOS 1992-2020

Instrumentos legais da SADC

1992

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração e Tratado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	A Declaração e o Tratado apresentam os objectivos para o estabelecimento da SADC e prevê a formulação de Protocolos em áreas específicas de integração para estabelecer os princípios e objectivos da integração e determinar as regras sob as quais os Estados Membros conduzem as suas relações em áreas específicas	17.08.92	30.09.93
Protocolo ao Tratado que Estabelece a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Imunidades e Privilégios	Garante que a SADC, as suas instituições e funcionários gozem de imunidades e privilégios necessários para o desempenho adequado das suas funções	17.08.92	30.09.93

Instrumentos legais da SADC

1995

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre Sistemas de Cursos de Água Compartilhados	Reforça a cooperação na utilização e boa conservação Sistemas de Cursos de Água Compartilhados na região da SADC	28.08.95	28.09.98
Memorando de Entendimento Intergovernamental para o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral	Cria um Grupo de Empresas de Electricidade na região da SADC e uma plataforma para o comércio e cooperação regional para otimizar o uso dos recursos energéticos disponíveis na região. Aprovado pela Cimeira e assinado pelos Ministros da Energia da SADC em 1995.	28.08.95	29.06.98

Instrumentos legais da SADC

1996

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre Energia	Promover o desenvolvimento harmonioso das políticas nacionais de energia e assuntos de interesse comum para o desenvolvimento equilibrado e equitativo da energia em toda a região da SADC	24.08.96	17.04.98
Protocolo da SADC sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia	Estabelecer sistemas de transporte, comunicações e meteorologia que forneçam infra-estrutura e operações eficientes, económicas e totalmente integradas que melhor atendam às necessidades dos clientes e promovam o desenvolvimento económico e social, sendo ambiental e economicamente sustentáveis	24.08.96	06.07.98
Protocolo sobre o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas	Reduzir e, eventualmente, eliminar a fabricação, o tráfico e o abuso de drogas ilícitas, bem como a lavagem de dinheiro e a corrupção através da cooperação entre os agentes de fiscalização na região	24.08.96	20.03.99
Protocolo sobre o Comércio	Liberalizar o comércio Intraregional de bens e serviços com base em acordos comerciais justos, mutuamente equitativos e benéficos, complementados por protocolos em outras áreas; assegurar uma produção eficiente dentro da SADC reflectindo as vantagens comparativas actuais e dinâmicas dos Estados Membros; contribuir para a melhoria do clima de investimento interno, transfronteiriço e estrangeiro; e fortalecer o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região	24.08.96	01.09.00

151

1997

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo Relativo à Educação e Formação	Fornecer um quadro político que permite à região da SADC avançar progressivamente para a harmonização e eventual padronização dos sistemas nacionais de educação e formação	08.09.97	31.07.00
Protocolo sobre o Sector Mineiro	Promove a interdependência e integração da indústria de mineração da região, com vista a fortalecer a sua competitividade e aumentar a participação da região nos mercados minerais internacionais	08.09.97	10.02.00
Declaração sobre o Género e Desenvolvimento	A Declaração aceita que a igualdade de género é um direito humano fundamental e exige representação igual de mulheres e homens nas estruturas de tomada de decisão a todos os níveis, bem como o pleno acesso das mulheres aos recursos produtivos e ao emprego formal e controlo deles.	08.09.97	08.09.97
Declaração relativa a uma África Austral livre de minas terrestres antipessoal	A Declaração prevê uma África Austral livre de minas e apela à proibição total do uso, produção, comércio e armazenamento de minas terrestres antipessoal nos territórios dos Estados Membros da SADC	08.09.97	08.09.97
Carta da Organização Regional da África Austral para Área do Turismo	A Carta descreve os objectivos e directrizes operacionais da Organização da África para Área do Turismo	08.09.97	30.06.99

152

1998

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo	Assegurar o desenvolvimento equilibrado e complementar da indústria do turismo na região da SADC através de esforços colectivos	14.09.98	26.11.02
Prevenção e Erradicação da violência contra mulheres e crianças, uma adenda à Declaração sobre o Género e Desenvolvimento	Um compromisso dos Estados Membros de prevenir e erradicar todas as formas de violência contra mulheres e crianças através da promulgação de instrumentos jurídicos, políticas, programas e mecanismos nacionais e regionais para aumentar a segurança e o empoderamento de mulheres e crianças	14.09.98	14.09.98

1999

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo de Saúde	Coordena esforços regionais de preparação para epidemias, mapeando a prevenção, o controlo e, quando possível, a erradicação de doenças transmissíveis e não transmissíveis	18.08.99	14.08.04
Protocolo Relativo à Conservação da Fauna e Aplicação da Lei	Estabelecer abordagens comuns para a conservação e uso sustentável dos recursos da fauna e auxiliar na aplicação eficaz das leis que regem esses recursos	18.08.99	30.11.03
Declaração de Produtividade	Um compromisso dos Estados Membros de formular e adoptar políticas e estratégias nacionais e regionais adequadas para promover a produtividade	18.08.99	18.08.99
MdE sobre padronização, garantia de qualidade, credenciamento e metrologia	Fornecer estruturas para facilitar a implementação do Protocolo Comercial da SADC assinado pelos Ministros responsáveis pela Indústria e Comércio Substituído pelo Anexo ao Comércio de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT). Protocolo assinado em 2008, em Lusaka, pelo Comité de Ministros do Comércio que substituiu o SQAM MdE	09.11.99	16.07.00

Instrumentos legais da SADC

2000

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre o Tribunal e Respectivo Regimento	Descreve as regras de procedimento para o Tribunal da SADC, bem como as suas funções, composição e jurisdição	07.08.00	14.08.01
Protocolo sobre Assuntos Jurídicos	Garante que haja interpretação e implementação comuns de questões jurídicas relacionadas com o Tratado da SADC, protocolos e instrumentos jurídicos subsidiários	07.08.00	09.01.06
Protocolo Revisto sobre Cursos de Água Compartilhados	Após a entrada em vigor, revoga e substitui o Protocolo sobre Sistemas de Cursos de Água Compartilhados, assinado em 1995, que entrou em vigor a 29 de Setembro de 1998	07.08.00	22.09.03
Acordo para o Estabelecimento da Comissão da Bacia do Orange-Senqu	Acordo entre os Governos de Botswana, Lesotho, Namíbia e África do Sul assinado em Windhoek, Namíbia fornece um fórum para coordenação e desenvolvimento na bacia através da gestão integrada de recursos hídricos, em linha com o Protocolo Revisto sobre os Cursos de Água Compartilhados	03.11.2000	03.11.2000

Instrumentos legais da SADC

2001

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos	Um compromisso da região para enfrentar o desafio do fabrico, armazenamento, tráfico, posse e uso ilícitos de armas de fogo	09.03.01	09.03.01
Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança	Estabelece os objectivos do Órgão de Política, Defesa e Segurança, sua estrutura operacional e as directrizes de jurisdição, métodos e procedimentos do Órgão e relacionamento com acordos internacionais e outras regiões	14.08.01	02.03.04
Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos na SADC	Orienta a cooperação regional na prevenção e erradicação do fabrico, armazenamento, tráfico, posse e uso ilícitos de armas de fogo	14.08.01	08.11.04
Protocolo sobre as Pescas	Orienta a cooperação regional na harmonização e implementação da legislação sobre a pesca e na gestão sustentável e protecção dos recursos aquáticos partilhados	14.08.01	08.08.03
Protocolo sobre a Cultura, Informação e Desporto	Descreve a cooperação na região nas áreas de intercâmbio cultural, partilha de informações e actividades desportivas	14.08.01	07.01.06
Protocolo Contra a Corrupção	Tem como objetivo promover e fortalecer o desenvolvimento de mecanismos para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção nos sectores público e privado da região, bem como facilitar e regular a cooperação em matéria de corrupção entre os Estados membros	14.08.01	06.07.05
Declaração sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação	A SADC reconhece o papel das TIC no desenvolvimento económico	14.08.01	14.08.01

153

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração Contra o Terrorismo	Compromisso dos Estados-Membros de tomar medidas para combater o terrorismo na região e a nível mundial	14.01.02	14.01.02
MdE sobre Convergência Macroeconómica	Compromisso dos Estados-Membros de convergir para políticas económicas orientadas para a estabilidade, implementadas através de uma estrutura e quadro institucional sólidos	08.08.02	08.08.02
MdE sobre Cooperação em Assuntos Tributários	Define as medidas a serem tomadas para cooperar em questões fiscais e para harmonizar os regimes fiscais nos Estados-Membros	08.08.02	08.08.02
Protocolo sobre Extradicação	Permitir que os Estados Membros cooperem na extradicação de criminosos procurados por crimes cometidos em outras jurisdições	03.10.02	09.01.06
Protocolo sobre Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal	Promove a cooperação entre os Estados-Membros nos casos em que os países possam necessitar de assistência jurídica em matéria penal	03.10.02	17.07.09
Protocolo sobre Actividades Florestais	Promove o desenvolvimento, a conservação, a gestão sustentável e a utilização de todos os tipos de florestas e árvores; comércio de produtos florestais e procura alcançar a protecção efectiva do meio ambiente e salvaguardar os interesses das gerações presentes e futuras	03.10.02	03.01.07

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração de Maseru sobre a Luta contra o HIV e SIDA na Região da SADC	Um compromisso dos Estados Membros de implementar medidas para combater o HIV e SIDA e cooperar na contenção da propagação da doença	04.07.03	04.07.03
Pacto de Defesa Mútua	Procura promover a paz, segurança, estabilidade e bem-estar entre o povo da região da SADC; e facilita a cooperação estreita em questões de defesa e segurança para o benefício do povo da região da SADC.	26.08.03	17.08.08
Carta dos Direitos Sociais Fundamentais na SADC	Apela à criação de um ambiente propício para facilitar consultas mais próximas e activas entre os parceiros sociais e num espírito que conduza a relações laborais harmoniosas	26.08.03	26.08.03

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar na Região da SADC	Um compromisso dos Estados Membros da SADC para tomarem medidas para melhorar a produtividade agrícola e a segurança alimentar na região da SADC	15.05.04	15.05.04
Princípios e Diretrizes da SADC que regem as eleições democráticas	Os Princípios e Directrizes foram adoptados pela Cimeira em 2004 para fortalecer o processo eleitoral na região e garantir a aceitação dos resultados pelos partidos concorrentes, com disposição para um Conselho Consultivo Eleitoral da SADC e Missões de Observação Eleitoral da SADC Revisto em 2015	17.08.04	17.08.04

Instrumentos legais da SADC

2005

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na Região da SADC	Facilitar a entrada nos Estados Membros sem a necessidade de vistos para visitas de boa-fé, residência permanente e temporária, estabelecimento próprio e trabalho no território de outro Estado Membro	18.08.05	Ainda não em vigor
Conselho Consultivo Eleitoral da SADC	O SEAC foi criado com a função de conselheiro das estruturas da SADC e da Comissão Eleitoral dos Estados Membros.	18.08.05	18.08.05

Instrumentos legais da SADC

2006

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Memorando de Entendimento Intergovernamental para o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral	Uma revisão do IGMOU de 1995 que estabelece o SAPP, o acordo foi assinado pelos Ministros da SADC responsáveis pela Energia para trazer novos actores e criar um ambiente propício para o investimento no sector	23.02.06	23.02.06
Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria entre a SADC e os Parceiros de Cooperação Internacional	Contribui para a realização da Agenda Comum da SADC através de uma parceria mais eficaz com melhor coordenação e alinhamento de procedimentos e diálogo institucional regular, incluindo a troca de experiências e práticas eficazes	27.04.06	27.04.06
Protocolo sobre Finanças e Investimento	Avança na harmonização das políticas financeiras e de investimento dos Estados Membros para consistência com os objectivos da SADC e para garantir que as alterações a estas políticas num país não causem ajustamentos indesejáveis noutros Estados Membros	18.08.06	16.04.10
MdE relativo ao Estabelecimento da Área de Conservação Transfronteiriça Kavango-Zambeze	O MdE visa estabelecer e desenvolver uma Área de Conservação Transfronteiriça, que será chamada de Área de Conservação Transfronteiriça Kavango-Zambeze (KAZA TFCA)	07.12.06	07.12.06

155

Instrumentos legais da SADC

2007

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Memorando de Entendimento entre os Estados Membros da SADC sobre a Sede da SADC	O MOU foi um compromisso dos Estados Membros de cooperar no financiamento para a construção da sede da SADC em Gaborone, Botswana. O país anfitrião foi encarregado de subscrever a contribuição da SADC para a parceria público-privada que foi usada para o projecto de construção.	17.08.07	17.08.07
Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento da Brigada de Prontidão da SADC	O MOU forneceu a base legal para a operacionalização da Brigada de Prontidão da SADC.	17.08.07	17.08.07

2008

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração da SADC sobre Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável	A Declaração comprometeu os Estados Membros a fortalecer os esforços para erradicar a pobreza através da adopção de estratégias para alcançar a segurança alimentar, mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas, alcançar maior crescimento económico e acelerar o desenvolvimento, reabilitação e manutenção das infra-estruturas.	20.04.08	20.04.08
Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento	Prevê o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e o alcance da igualdade e equidade de género através do desenvolvimento e implementação de legislação, políticas, programas e projectos com foco de género	17.08.08	22.02.13
Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação	Promove a cooperação e promove o desenvolvimento, a transferência e o domínio da ciência, tecnologia e inovação nos Estados-Membros.	17.08.08	Ainda não em vigor

2009

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
MdE sobre Cooperação e Integração Regional entre o COMESA, EAC e SADC	O MdE sustenta o quadro legal e institucional para o processo Tripartido envolvendo o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade da África Oriental (EAC) e SADC	08.09.09	08.09.09
Declaração sobre a Cooperação no Domínio das Leis e Políticas de Concorrência e de Defesa do Consumidor	Um compromisso dos Estados-Membros de cooperar no desenvolvimento e implementação da legislação de defesa da concorrência e do consumidor	08.09.09	08.09.09

2010

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Carta que cria o Centro de Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola	CCARDESA foi criado para fortalecer a cooperação e eficiência na gestão de pesquisa científica e treinamento para aliviar problemas comuns	05.11.2010	05.11.2010

2011

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Tratado sobre o Estabelecimento da Área de Conservação Transfronteiriça Kavango-Zambeze	O Tratado estabelece formal e legalmente a Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango-Zambeze (KAZA TFCA), e entra em vigor após a ratificação por quaisquer dos três Estados Parceiros	18.08.11	Ratificado

Instrumentos legais da SADC

2012

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre o Comércio de Serviços	Liberalizar progressivamente o comércio Intraregional de serviços com base na equidade, equilíbrio e benefício mútuo	18.08.12	Ainda não em vigor
Acordo sobre Cooperação em Impostos e Matérias Afins	Um compromisso dos Estados-Membros de cooperar na administração de questões fiscais	18.08.12	18.08.12
Declaração sobre a Tuberculose no Sector Mineiro	Um compromisso dos Estados Membros de cooperar na erradicação da Tuberculose no sector de mineração da SADC	18.08.12	18.08.12

Instrumentos legais da SADC

2014

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo Sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável	Promover a utilização equitativa e sustentável dos recursos naturais e culturais e a protecção do meio ambiente para o benefício das gerações presentes e futuras	18.08.14	Ainda não em vigor
Protocolo sobre o Emprego e Trabalho	Fortalecer a colaboração entre os Estados Membros e promover abordagens comuns aos desafios do mercado de trabalho para o desenvolvimento sustentável	18.08.14	Ainda não em vigor
Declaração sobre o Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas	Compromisso de aumentar os esforços, promover a cooperação e identificar iniciativas conjuntas para a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas.	18.08.14	18.08.14
Declaração de apoio aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	Adoptada antes da Terceira Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) marcada para Setembro de 2014, em Samoa.	18.08.14	18.08.14

157

Instrumentos legais da SADC

2015

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC	Ancorada em três pilares de Industrialização, Competitividade e Integração Regional, projectados para três fases cobrindo 2015-2063, e baseada na Agenda 2063, com foco nas infra-estruturas fundamentais.	29.04.15	29.04.15
Acordo e Declaração Política sobre a Área Tripartida de Comércio Livre	Cria uma Área Tripartida de Comércio Livre envolvendo o COMESA-EAC-SADC. Assinado pela maioria dos membros das três Comunidades Económicas Regionais (CERs) e entra em vigor após a ratificação por 14 membros.	10.06.15	Ainda não em vigor
Princípios e Diretrizes da SADC que regem as eleições democráticas (Revisados em 2015)	Revisados após amplas consultas pelo SEAC para aprimorar as directrizes adoptadas pela Cimeira em 2004, incluindo o papel do SEAC e implantação de SEOMs, e aprovado pelo Comité Ministerial do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança	20.07.15	20.07.15
Aprovação da criação do Fundo de Contingência da SADC	O Fundo de Contingência da SADC foi criado para ser usado em apoio ao destacamento missões especiais	15.08.15	15.08.15
Estratégia Regional Contra o Terrorismo na SADC	Promove uma abordagem comum na luta colectiva contra o terrorismo, incluindo a partilha de informações sobre legados terroristas; endossando e revendo a legislação nacional sobre a prevenção e combate ao terrorismo.	18.08.15	18.08.15
Tribunal Administrativo da SADC	Aconselha a interpretação do Tratado e Protocolo da SADC adoptado pelos Estados Membros das SADC	18.08.15	18.08.15
Declaração sobre o Desenvolvimento e Empoderamento da Juventude na SADC	Um compromisso dos Estados Membros de capacitar os jovens como futuros líderes da região	18.08.15	18.08.15

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Acordo que altera o Protocolo da SADC contra a Corrupção	O Comité de Estados Partes estabelecido para supervisionar a implementação deste Protocolo, conhecido como Comité Anticorrupção da SADC, reporta ao Comité Ministerial do Órgão	31.08.16	31.08.16
Acordo que altera o Protocolo da SADC sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança	Estabelece o Comité Anticorrupção sob o Comité Interestadual de Defesa e Segurança para supervisionar a implementação do Protocolo Contra a Corrupção	31.08.16	31.08.16
Acordo que altera o anexo 1 do Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento	Anexo 1 Cooperação em Investimento	31.08.16	31.08.16
Anexo sobre Cooperação em Assuntos Financeiros	O Anexo 13 (Cooperação em questões financeiras) do Protocolo sobre Finanças e Investimento relaciona-se com o desenvolvimento dos mercados financeiros nos Estados Membros e na região como um todo	31.08.16	31.08.16
Acordo que altera o Artigo 3 (1) 9c do Protocolo Comercial da SADC.	Os Estados Membros que podem ser ou foram adversamente afectados pela remoção de tarifas para o comércio podem solicitar um período de carência para permitir mais tempo	31.08.16	31.08.16
Acordo sobre a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC	Um compromisso dos Estados Membros de tomar medidas para assegurar que o proposto Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC está operacional. Ainda não foi ratificado e alguns Estados-Membros ainda não assinaram o Acordo.	31.08.16	Um mês após a ratificação de pelo menos dois terços dos Estados Membros
Acordo que altera o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento	Alinhamento de acordo com os ODS da ONU e outros compromissos sobre igualdade e equidade de género feitos a nível regional, continental e internacional. Entrada em vigor aquando da adopção por $\frac{3}{4}$ dos Estados-Membros que são partes no Protocolo.	31.08.16	18.08.18

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre a Protecção de Novas Variedades de Plantas na Região da SADC	Estabelecer um sistema eficaz de protecção de variedades de plantas e promover o desenvolvimento de novas variedades de plantas para o benefício da região e protecção dos direitos dos criadores	20.08.17	Ainda não em vigor

Instrumentos legais da SADC

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Declaração sobre a Eliminação da Malária na Região da SADC	Um compromisso de colocar a eliminação regional da malária firmemente na agenda de todos os Estados Membros da SADC	18.08.18	18.08.18

Instrumentos legais da SADC

2019

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Protocolo sobre a Indústria	Melhorar o ambiente político para o desenvolvimento industrial e apoiar a implementação na região da SADC	18.08.19	Ainda não em vigor
Protocolo sobre transferência interestadual de criminosos condenados	Permitir a transferência de criminosos condenados para cumprir as suas penas nos seus países de origem	18.08.19	Ainda não em vigor

Instrumentos legais da SADC

2020

Instrumento	Objectivo	Data da Assinatura	Data da Entrada em Vigor
Visão 2050 e Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030	Três pilares para o desenvolvimento industrial e integração de mercado, desenvolvimento de infra-estruturas em apoio à integração regional e desenvolvimento social e humano, numa base sólida de paz, segurança e governação democrática e operacionalizada pelo RISDP 2020-2030	17.08.20	17.08.20
Acordo entre os Governos dos Estados Membros da SADC sobre o Estatuto da Força de Prontidão da SADC	A Cimeira aprovou um Acordo entre os Governos dos Estados Membros da SADC em relação ao situação da Força de Prontidão da SADC e os seus Componentes implantados na Região para Fins de Formação, Operações de Apoio à Paz, Exercícios e Assistência Humanitária.	17.08.20	17.08.20
Acordo que altera o Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos	Altera o Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos adoptado em 2001 e entrou em vigor em 2004	17.08.20	17.08.20
Revogação do Protocolo sobre Emprego e Trabalho	A Cimeira aprovou o desenvolvimento de um Novo Protocolo sobre Emprego e Trabalho e, para o efeito, aprovou a revogação do Protocolo existente sobre Emprego e Trabalho	17.08.20	17.08.20

Fonte Comunicados das Cimeiras da SADC 1980-2020 e outros documentos



SADC ANTHEM English

SADC, SADC, DAWN OF OUR CERTAINTY
SADC, SADC, DAWN OF A BETTER FUTURE AND HOPE FOR REGIONAL AND
UNIVERSAL INTEGRATION TOWARDS OUR PEOPLE'S UNITY AND HARMONY

CRADLE OF HUMANITY, CRADLE OF OUR ANCESTORS
LET US PRAISE WITH JOY THE REALIZATION OF OUR HOPES AND
RAISE THE BANNER OF SOLIDARITY
SADC, SADC, SADC, SADC
DAWN OF OUR CERTAINTY.

HYMNE DE LA SADC French

SADC, SADC, AUBE DE NOS CERTITUDES
SADC, SADC, AUBE D'UN AVENIR MEILLEUR ESPOIR D'INTEGRATION REGIONALE
ET UNIVERSELLE POUR L'UNITE ET L'HARMONIE ENTRE NOS PEUPLES

BERCEAU DE L'HUMANITE,
BERCEAU DE NOS ANCESTRES CELEBRONS AVEC JOIE LA REALISATION DE NOS
ESPOIRS LEVONS HAUT LE DRAPEAU DE LA SOLIDARITE
SADC, SADC, SADC, SADC
AUBE DE NOS CERTITUDES.

HINO DA SADC Portuguese

SADC, SADC, AURORA DA NOSSA CERTEZA
SADC, SADC, DE UM FUTURO MELHOR E DE ESPERANÇA DE INTEGRAÇÃO
REGIONAL E UNIVERSAL RUMO À HARMONIA E UNIDADE DOS POVOS

BERÇO DA HUMANIDADE,
BERÇO DOS NOSSOS ANTEPASSADOS JUNTOS CANTEMOS ALEGRES, A
CONCRETIZAÇÃO DA NOSSA ESPERANÇA ERGUENDO A BANDEIRA DA
SOLIDARIEDADE
SADC, SADC, SADC, SADC
AURORA DA NOSSA CERTEZA.





40
Aniversário
1980 - 2020